

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Gabriela Correa da Silva

**Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e
operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933)**

Porto Alegre,

2019

Gabriela Correa da Silva

**Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e
operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933)**

Tese (Doutorado em História) apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues.

Porto Alegre,
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Correa da Silva, Gabriela

Dos passados heterogêneos ao mosaico continental:
pan-americanismo e operação historiográfica no IHGB
republicano (1889-1933) / Gabriela Correa da Silva. --
2019.

306 f.

Orientadora: Mara Cristina de Matos Rodrigues.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Pan-americanismo. 2. IHGB. 3. República. 4.
Historiografia. 5. Mulheres. I. de Matos Rodrigues,
Mara Cristina, orient. II. Título.

GABRIELA CORREA DA SILVA

Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933)

Tese (Doutorado em História) apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

Aprovado em __/__/2019

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues (orientadora)
Programa de Pós-graduação em História/UFRGS

Profa. Dra. Angela Maria de Castro Gomes
Programa de Pós-graduação em História/UNIRIO e UFF

Prof. Dr. Arthur Lima de Avila
Programa de Pós-graduação em História/UFRGS

Profa. Dra. Claudia Wasserman
Programa de Pós-graduação em História/UFRGS

Profa. Dra. Maria da Glória de Oliveira
Programa de Pós-graduação em História/UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela formação de excelência, pública e gratuita.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida nos primeiros anos do curso de doutorado. Agradeço também pela taxa de bancada, que viabilizou a aquisição de materiais necessários ao desenvolvimento desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de doutorado sanduíche no exterior. Ainda que bastante breve, a experiência possibilitada pelo financiamento da CAPES foi muito importante para a qualificação deste trabalho.

Às bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), sem as quais teria sido muito difícil acessar parte das fontes utilizadas nesta pesquisa.

Ao professor Daryle Williams, por ter me recebido na Universidade de Maryland. Expresso minha gratidão também à professora Carla Rodeghero, cujo incentivo foi fundamental para a minha ida aos Estados Unidos.

À senhora Joan Stahl, pelo apoio na consulta ao acervo da Oliveira Lima Library.

À senhora Stella Villagrán, pela disposição no auxílio à consulta ao acervo da Columbus Memorial Library.

À professora Claudia Wasserman e ao professor Arthur Avila, pelas sugestões e críticas apontadas na banca de qualificação deste trabalho. Também agradeço às professoras Angela Maria de Castro Gomes e Maria da Gloria de Oliveira, por terem aceito fazer parte da banca final de avaliação desta pesquisa.

À minha orientadora, Mara Rodrigues, por quem tenho grande admiração. Agradeço por todos estes anos de formação acadêmica e humana. Pela professora orientadora competente e empática que é, que nunca esquece de se colocar no lugar das(os) orientandas(os). Pela amizade e por participar do meu processo de empoderamento como mulher, professora e autora.

Aos colegas do Grupo de Trabalho de Teoria da História e Historiografia da ANPUH-RS, especialmente ao Juliano Antioniolli, à Renata Dal Sasso Freitas, à Eliete Tiburski, ao Pedro Silveira e ao Iuri Bauler. Obrigada pelas discussões e leituras de sábado. Aprendi muito com a partilha deste momentos.

Registro também meu agradecimento ao Núcleo de Ensino de Línguas em Extensão (NELE) do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da UFRGS, coordenado pela professora Mônica Mariño Rodríguez. Este é um projeto maravilhoso que democratiza o acesso ao estudo de língua estrangeira. A possibilidade de ter desenvolvido esta tese trabalhando com tanta bibliografia em inglês se deve muito ao NELE e sua equipe de professoras(es). Obrigada especialmente à teacher Maria Rita Meira, de quem fui aluna por quase cinco anos. Aos colegas, agradeço pelos aprendizados, que foram muito além da língua inglesa.

Aos(às) meus/minhas alunos(as) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), minha total gratidão. Esta tese foi escrita *em trânsito*, em uma rotina marcada por viagens. No primeiro ano do doutorado, meu destino era Rio Grande/RS. Nestes dois últimos anos, São Carlos/SC. Apesar de muitas vezes eu me sentir exausta ao longo deste período, estar em sala de aula sempre me deu certeza do gosto pela história e pela docência.

Aos(às) familiares que, em sua maioria, não tiveram a oportunidade de acessar a Universidade, mas mesmo assim estimularam, da forma como puderam, o meu percurso. Tenham certeza de que carregarei sempre comigo a consciência do privilégio que é poder dedicar tempo e energia às atividades de pesquisa em um país tão desigual como o nosso. Um obrigada especial à Cinara Moura, cuja trajetória me autorizou a sonhar com a Universidade Federal e a me imaginar dentro dela.

Eu pertencço a uma geração que, estimulada por um conjunto de políticas públicas, pôde desenvolver suas potencialidades em espaços historicamente destinados a poucos. Hoje o cenário é outro, mas desejo profundamente continuar vendo esta pequena revolução acontecer. A história é mudança e seguirá sendo.

Agradeço à Melissa Barbosa pelos momentos de escuta e empatia – e pela Elisa, que nos alegra tanto. À Bibiana Werle, à Gabriela Zepka e ao Leonardo Peixoto, minha gratidão pela amizade que me ensinou a sorrir também nos momentos mais tensos. À Josiane Mozer e à Mica Scheer pelo ombro amigo em tempos tão angustiantes para se fazer um doutorado em História. À Sandra Donner e ao Juliano Antonioli, colegas de orientação, agradeço pelas trocas generosas. Aos(às) amigos(as) do IFSC, sou grata pela acolhida e constante apoio em São Carlos.

Ao Sérgio, agradeço pelo companheirismo e pela paciência. Por me apoiar sempre e me incentivar a seguir a trajetória acadêmica, mesmo sabendo que isso, frequentemente, diminui

nosso tempo de convívio. Pelo amor, que tanto me conforta. E também pela leitura deste longo texto.

RESUMO

Esta tese de doutorado aborda as relações entre o *pan-americanismo* e as representações da história do Brasil desenvolvidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O *pan-americanismo* pode ser entendido como um ideário, formulado pelos Estados Unidos nas últimas décadas do século XIX, que propunha a cooperação intelectual, cultural, política e comercial entre os países da América. Este estudo, ao se inserir na área da história da historiografia, parte do seguinte problema de pesquisa: qual foi a trajetória da constituição do *pan-americanismo* em *problema historiográfico* no IHGB durante a Primeira República? Para desenvolver tal questão, elabora uma discussão sobre a ideia de América e de América Latina, tendo por base a bibliografia pertinente ao tema. Em seguida, explora os sentidos atribuídos ao *pan-americanismo* e explica parte dos empreendimentos que tiveram por objetivo a sua divulgação. A União Pan-Americana foi, para isso, uma instituição estratégica. Os eventos internacionais, manifestos especialmente nas Conferências Pan-Americanas e nos Congressos Científicos, também ocuparam espaço de destaque. Tais eventos, inclusive, contaram com a participação e mobilização de mulheres, as quais foram agentes essenciais na propagação da agenda pan-americana. A recepção deste programa variou muito conforme o país. O foco deste trabalho é, como já dito, o Brasil. De forma mais específica, a tese examina as implicações desta nova conjuntura de estímulo à aproximação entre os países da América para a reflexão sobre a história do Brasil. A fim de desenvolver este tópico, são analisadas as discussões que o tema gerou no interior do IHGB, bem como os eventos promovidos por esta instituição a fim de colocar em prática a busca pela solidariedade continental. Argumenta-se nesta análise que o conhecimento histórico era visto como peça fundamental para a constituição de uma ideia de passado comum para os povos do continente. Este estudo sustenta que o tema do *pan-americanismo* foi ao encontro dos debates característicos da cultura histórica republicana brasileira, sendo associado à busca pelos caminhos da modernidade e do progresso. As conclusões deste trabalho indicam uma significativa proximidade entre as ações do IHGB e a agenda da política externa brasileira. A partir deste espaço consagrado desde o século XIX “ao culto da história pátria” o *pan-americanismo* se tornou, por um lado, um problema historiográfico e, por outro lado, ganhou capilaridade na sociedade brasileira e latino-americana.

Palavras-chave: Pan-americanismo; IHGB; República; historiografia; mulheres.

ABSTRACT

This doctoral thesis deals with the relations between Pan-Americanism and the representations of Brazilian history developed at the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB). Pan-Americanism can be understood as an ideology formulated by the United States in the last decades of the nineteenth century, which proposed intellectual, cultural, political and commercial cooperation among the countries of America. This thesis, which is inserted in the area of the history of historiography, starts from the following research problem: what was the trajectory of the constitution of *pan-Americanism* as a *historiographic problem* in the IHGB during the First Republic? In order to develop such a question, in the first chapter of this study was elaborated a discussion about the idea of America and Latin America, based on the bibliography pertinent to the theme. After that, this research explores the meanings attributed to Pan-Americanism and explains part of the endeavors that aimed at its dissemination. For this, the Pan American Union was a strategic institution. International events, especially the Pan American Conferences and the Scientific Congresses, also took center stage. These events included the participation and mobilization of women, who were essential agents in the spread of the Pan American agenda. The reception of this program varied greatly according to the country. The focus of this investigation is, as already mentioned, Brazil. More specifically, the thesis examines the implications of this new stimulus to the approximation between the countries of America in the reflection on the history of Brazil. In order to develop this topic, we analyze the discussions that the theme generated within the IHGB, as well as the events promoted by this institution in order to put into practice the search for continental solidarity. It is argued in this analysis that historical knowledge was seen as a fundamental piece for the constitution of an idea of the common past for the peoples of the continent. This study suggests that the theme of pan-Americanism was in the direction of the debates characteristic of Brazilian republican historical culture, associated with the search for the paths of modernity and progress. The conclusions of this research indicate a significant proximity between the actions of the IHGB and the Brazilian foreign policy agenda. From this space consecrated since the nineteenth century "to the cult of national history" Pan Americanism became, on the one hand, a historiographic problem and, on the other hand, gained capillarity in Brazilian and Latin American society.

Keywords: Pan Americanism; IHGB; Republic; historiography; women.

LISTA DE SIGLAS

CIHA – Congresso Internacional de História da América

CUA – Catholic University of America

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPGH – Instituto Pan-Americano de Geografia e História

OLL – Oliveira Lima Library

PAAAW – Pan American Association for the Advancement of Women

PART – Pan-American Round Table

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

UPA – União Pan-Americana

WILPF – Women's International League for Peace and Freedom

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AMÉRICA, AMÉRICA LATINA E PAN-AMERICANISMO: SOBRE COLONIALIDADES, IMPERIALISMOS E ALGUNS CONTRAPONTOSS.....	37
2.1 A ideia de América e de América Latina.....	37
2.2 A ideia de América Latina nos Estados Unidos.....	48
2.3 Definições de Pan-americanismo.....	56
2.4 As Conferências Pan-Americanas	61
2.5 O Brasil e o Pan-americanismo.....	66
3 A UNIÃO PAN-AMERICANA E O PAPEL DAS MULHERES NA PROMOÇÃO DO PAN-AMERICANISMO	72
3.1 A União Pan-Americana.....	72
3.1.1 A coleção “Pan American Patriots” e a busca por um passado comum	82
3.2 As mulheres e o Pan-americanismo.....	100
3.2.1 As temáticas da Conferência Auxiliar de Senhoras	109
3.2.2 A participação das mulheres latino-americanas na Conferência Auxiliar de Senhoras	112
4 O BRASIL NA AMÉRICA: REPÚBLICA E PAN-AMERICANISMO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO	119
4.1 A República, os diplomatas-historiadores e o Pan-americanismo na história.....	119
4.2 O Brasil na América e a busca por uma consciência americana.....	132
4.2.1 Rocha Pombo e o primeiro Compêndio de História da América.....	136
4.2.2 A América no Compêndio.....	143
4.3 O Pan-americanismo de Arthur Orlando	151
4.4 Oliveira Lima e o repensar sobre os Estados Unidos e suas relações com a América Latina	160
4.4.1 Mediação cultural e defesa do pan-americanismo	165
5 O CONGRESSO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA (1922), A ASSEMBLEIA DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA (1932-1933) E A REELABORAÇÃO DA BIOGRAFIA DE ALEXANDRE DE GUSMÃO	177
5.1 O IHGB e o I Congresso Internacional de História da América de 1922.....	177

5.1.1 As manifestações dos congressistas: o evento de 1922 e a promoção das relações interamericanas.....	182
5.2 O Instituto Pan-americano de Geografia e História (1932-1933).....	202
5.2.1 A Assembleia inaugural do IPGH: atas de sessão.....	205
5.2.2 A questão indígena na Assembleia de fundação do IPGH.....	218
5.2.3 Alexandre de Gusmão como fundador do pan-americanismo: a história nacional pan-americana ou a história pan-americana nacionalizada?.....	227
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	236
REFERÊNCIAS	242
ANEXO A – Ofício de posse do sócio Julio Roca no IHGB.....	261
ANEXO B – Discurso de posse do sócio Theodore Roosevelt no IHGB	263
ANEXO C – “Pan American Patriots”: Imagem de Simón Bolívar.....	268
ANEXO D - “Pan American Patriots”: Imagem (2) de Simón Bolívar.....	269
ANEXO E – “Pan American Patriots”: Imagem de Jose Gervasio Artigas	270
ANEXO F – “Pan American Patriots”: Imagem de Benito Juarez.....	271
ANEXO G – “Pan American Patriots”: Imagem de Juan Rafael Mora.....	272
ANEXO H – “Pan American Patriots”: Imagem de Francisco Morazan	273
ANEXO I – “Pan American Patriots”: Imagem de Bernardo O’Higgins	274
ANEXO J – “Pan American Patriots”: Imagem (3) de Simón Bolívar	275
ANEXO K – “Pan American Patriots”: Imagem de Dom Pedro II.....	276
ANEXO L – “Pan American Patriots”: Imagem de Miguel Hidalgo	277
ANEXO M – “Pan American Patriots”: Imagem de Alberto Santos Dumont	278
ANEXO N – “Pan American Patriots”: Imagem de Francisco de Miranda	279
ANEXO O – “Pan American Patriots”: Imagem de Domingo Faustino Sarmiento.....	280
ANEXO P – “Pan American Patriots”: Imagem de Jose Bonifácio de Andrada e Silva ...	281
ANEXO Q – “Pan American Patriots”: Imagem de Jose Hipolito Unanue	282
ANEXO R – “Pan American Patriots”: Imagem de Miguel Larreinaga	283
ANEXO S – “Pan American Patriots”: Imagem de José Martí.....	284
ANEXO T – “Pan American Patriots”: Imagem de Antonio Jose de Sucre.....	285
ANEXO U – “Pan American Patriots”: Imagem de Jose de San Martín	286
ANEXO V – Programa da Conferência Auxiliar de Senhoras (1915-1916).....	287
ANEXO W – listagem dos delegados presentes na Assembleia Inaugural do IPGH.....	292

ANEXO X – Discurso de Max Fleiüss no I CIHA (1922)	298
ANEXO Y – Transcrição do texto o “Instituto Histórico e a Cordialidade Americana” ...	301

1 INTRODUÇÃO

Uma das marcas do ano de 2018 foi o deslocamento de caravanas de milhares de pessoas que partiram da América Central (Honduras e Guatemala, principalmente) rumo aos Estados Unidos. As principais causas declaradas pela maioria dos migrantes para abandonar seus países eram a pobreza e a violência¹. O destino almejado é o país mais rico das Américas e representa, para a maioria destes seres humanos, uma perspectiva de um futuro menos fechado, aberto às suas expectativas de vida.

No dia em que escrevo estes parágrafos, 20 de janeiro de 2019, o governo dos Estados Unidos completa 30 dias de paralisação parcial. O chamado “shutdown” é a mais longa paralisação da história do governo norte-americano². A causa do fenômeno é a queda de braço entre o Congresso e o presidente, Donald Trump. O tema que divide posições é a questão migratória. Trump quer liberação de orçamento estatal para a construção de um muro na fronteira com o México. O objetivo da construção é barrar a entrada dos migrantes latino-americanos nos Estados Unidos. O Congresso, cuja maioria na Câmara é controlada pela oposição democrata, é contra. Não se sabe até quando o impasse permanecerá.

Enquanto isso, no Brasil se inicia mais um governo. Inspirado em aspectos controversos da sociedade norte-americana, o mandato do atual presidente do Brasil teve início com a flexibilização da posse de armas, com a saída do Pacto Global de Migração da Organização das Nações Unidas,³ e com o anúncio de que pode, “no futuro”, discutir a possibilidade de instalação de uma base militar dos Estados Unidos no país. Ainda não se sabe se esta é uma declaração fundamentada em um projeto de governo, ou se foi dita no calor do momento. O futuro dirá.

¹ COMO uma caravana de migrantes rumo aos EUA desafia Donald Trump e o governo do México. **BBC News Brasil**, 22 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45947234>. Último acesso em 20.01.2019.

² LU, Denise; SINGHVI, Anjali. Government Shutdown Timeline: See How the Effects Are Piling Up. **The New York Times**, 20 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/01/08/us/politics/government-shutdown-calendar.html>. Último acesso em 20.01.2019.

³ ONU confirma ter recebido carta avisando de que Brasil deixaria pacto de migração. **Folha de São Paulo**, 09 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/onu-confirma-ter-recebido-carta-avisando-de-que-brasil-deixaria-pacto-de-migracao.shtml> Último acesso em 25.01.2019.

A rápida menção a alguns episódios que caracterizam a conjuntura atual do continente americano torna flagrante que neste final da segunda década do século XXI experienciamos uma atmosfera marcada por permanências de fenômenos da longa duração do tempo histórico: as relações desiguais entre os Estados Unidos e os demais países da América, por exemplo, permanece. Contudo, veremos ao longo deste estudo que a postura estadunidense em relação aos vizinhos não foi marcada pelo embate permanente. Houve momentos de afrouxamento da postura frequentemente agressiva⁴. Estes relaxamentos foram, aliás, instantes nos quais diversos intelectuais latino-americanos passaram a considerar benéfica a aproximação com o “grande irmão do Norte”. Sem levar estas brechas em conta, não é possível compreendermos as relações complexas que subjazem à hegemonia norte-americana no continente.

Houve, especialmente na segunda década do século passado, uma busca por uma aproximação (sobretudo cultural e comercial) entre os países do continente. Este fenômeno esteve relacionado ao *pan-americanismo*. Não se busca aqui afirmar ingenuamente que este acercamento estava destituído de interesses político-econômicos. O que se quer apontar é que ele teve impactos para além destas esferas. Um destes efeitos foi a incorporação de determinadas temáticas à discussão historiográfica e à representação do passado elaborada a partir da escrita da história (e difundida pelo seu ensino). Desse modo, defende-se que, por estímulo desta conjuntura, o conhecimento histórico passa, cada vez mais, a ser encarado como um dos amálgamas desta planejada união entre os países das Américas.

Com isso, um conjunto de passados heterogêneos passa a ser apresentado como um mosaico: diverso em suas pequenas partes, mas único em sua totalidade. Esta unidade derivaria de uma história e geografia comuns. Como veremos, vários intelectuais brasileiros se mobilizaram em torno dos debates sobre este tema, em um momento em que a aproximação com os Estados Unidos era vista por muitos como um passo essencial em direção à estrada da modernidade. Os historiadores, na condição de integrantes da intelectualidade brasileira, contribuíram para pensar o passado, presente e futuro do Brasil e da América na chave pan-americana. Este é um dos argumentos desta tese e será explicado nas linhas que seguem, bem como seu problema de pesquisa e recortes temáticos/cronológicos.

⁴ Veremos no primeiro e segundo capítulos desta tese que há, também, diferenças de postura em relação às diversas Américas: o tratamento dado à América do Sul, por exemplo, não é o mesmo destinado à América Central.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a República

Côncio da missão a que se devotou, de guardião atento das tradições nacionais, entre as quais se incluem os sentimentos amistosos de boa vizinhança desde quando Alexandre de Gusmão a nobilitou, há dois séculos, em diploma internacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vale-se de todas as oportunidades para evidenciar os seus propósitos de avivar a solidariedade fraterna, que deve unir os povos americanos. (CORREA FILHO, Virgílio. RIHGB, 1950, volume 208, p. 340)⁵

No dia 08 de novembro de 1896, na 18^a sessão ordinária do IHGB, sob a presidência do Conselheiro O. H. d’Aquino e Castro, foram lidas e aprovadas duas propostas para a nomeação de presidentes honorários do Instituto: uma para o presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Grover Cleveland, e outra para o rei de Portugal, D. Carlos I⁶. A medida era um instrumento de manifestação da gratidão do Instituto para com os homenageados. O sentimento

⁵ O texto do qual este excerto foi extraído encontra-se em seu inteiro teor nos anexos desta tese. Considerando que a atualização da grafia para o português contemporâneo facilitaria a leitura deste trabalho, as transcrições das fontes foram feitas seguindo a norma culta da língua portuguesa em vigor atualmente. Houve, evidentemente, a preocupação com a preservação plena do conteúdo, procedendo-se mudanças apenas nos casos em que não se comprometia o sentido do texto. Por exemplo, quando a palavra “ilustre” estava grafada no original como “illustre”, foi feita a adaptação para os dias de hoje. Nesse sentido, segundo Nilcéia Medeiros (2007, p. 12), a literatura sobre normalização textual admite a possibilidade de pequenos acertos nas transcrições. A autora informa que, se a transcrição tem em vista o conteúdo, e não a forma, tais acertos podem ser realizados.

⁶ “1º: De conformidade com os nossos Estatutos, propomos para presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o atual presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte, o Sr. Grover Cleveland. O ilustre personagem, a quem agora vamos conferir a qualidade excepcional de nosso presidente honorário, é digno desta distinção não só pelos altos does [sic] políticos manifestados no governo da grande República Americana, mas também porque nós brasileiros lhe devemos um tributo de homenagem e provas de apreço pela retidão com que, na qualidade de juiz árbitro na questão de Missões, decidiu o pleito submetido ao seu juízo, assegurando os direitos do Brasil sobre aquele território contestado por uma nação limítrofe. Sala das sessões, 8 de novembro de 1896. – T. de Alencar Araripe – O. H. d’Aquino e Castro – Manoel Francisco Correia – F. B. Marques Pinheiro – J. M. Velho da Silva – Padre Bellarmino José de Souza – Henri Raffard – João Carlos de Souza Ferreira – Dr. Castro Carreira – Dr. E. Nunes Pires – T. G. Paranhos Montenegro – A. Milton – Joaquim Joseph Gomes da Silva Neto – Joaquim Pires Machado Fortella. 2º - Propomos para presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de conformidade com os Estatutos da nossa associação, S. M. F. o Sr. D. Carlos I, Rei de Portugal, augusto Chefe do governo que promoveu a restituição ao Brasil da ilha da Trindade. Sala das sessões, 8 de Novembro de 1896 – Henri Raffard – T. Alencar Araripe – Padre Bellarmino José de Souza – Dr. J. M. Velho da Silva – Manoel Francisco Correia – Dr. E. Nunes Pires – João Carlos de Souza Ferreira – T. G. Paranhos de Montenegro – Dr. Castro Carreira – F. B. Marques Pinheiro – A. Milton – Joaquim José Gomes da Silva Neto – Joaquim Pires Machado Portella – O. H. d’Aquino e Castro. Estando as propostas assinadas por todos os sócios presentes e assim aprovadas, o Sr. Presidente proclama do forma do art. 13 dos Estatutos, presidentes honorários do Instituto Histórico o Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, o Sr. Grover Cleveland e o Rei de Portugal, Sr. D. Carlos I.” (RIHGB, 1896, tomo LIX, parte II, p. 324-325)

de dívida decorria dos pareceres, na qualidade de árbitros, que ambos os estadistas emitiram em favor do Brasil. Grover Cleveland na questão das Missões, disputada com a Argentina, e D. Carlos I em relação à ilha de Trindade, em cuja pendência a adversária brasileira era a Grã-Bretanha.

Nem a medida de atribuir presidência honorária, tampouco o envolvimento com as questões de fronteiras são novidades do período republicano. A instituição teve, segundo Manuel Salgado Guimarães (2011), desde sua fundação, em 1838, expressivo papel como fonte de documentos para a administração pública brasileira. Os debates que tomaram forma no interior da associação estiveram, em inúmeras ocasiões, vinculados às questões da política – interna e externa – da nação. O que chama atenção nesta sessão é a homenagem ao presidente dos Estados Unidos, o que sugere alguma atenção da instituição brasileira aos seus vínculos com o continente americano. Vejamos outros dois exemplos deste novo fenômeno antes de introduzir o problema desta pesquisa.

Ao lermos a ata da sessão de 07 de julho de 1899, podemos acompanhar a sugestão de atribuição do título de presidente honorário do IHGB ao presidente da República Argentina, General Júlio Roca. Este gesto se justificava pela necessidade de “comemoração do fato de ser pela primeira vez visitado o Brasil por um chefe de Estado vizinho e amigo, com o qual desejamos continuar a manter as melhores relações, que assentam em recíprocas manifestações de apreço.” (RIHGB, tomo LXII, parte II, 1900, p. 316). A questão repercutiu em outras sessões, tendo sido entregue o diploma de presidente honorário através de uma comissão especialmente constituída para este fim, visto que o presidente esteve impossibilitado de comparecer à sessão solene.

Quando da entrega, no palácio do Catete, o orador do Instituto, em seu discurso, afirma que “a vossa presença entre nós abre uma era nova na história deste continente” (RIHGB, tomo LXII, parte II, 1900, p. 330), acentuando, ao longo da fala, as relações próximas e amistosas entre os dois países. Além de receber as palavras da comissão e o diploma com “viva efusão”, o presidente argentino envia ofício ao Instituto, que é lido na sessão de 18 de agosto de 1899. No texto, agradece a honra concedida, tece muitos elogios à agremiação e afirma entender a homenagem como testemunho da tradicional amizade entre os países e como demonstração de aspirações e sentimentos comuns “que vincula o povo brasileiro e argentino, na obra de progresso e civilização a que consagram seus esforços.” (RIHGB, tomo LXII, parte II, 1900, p. 332. Tradução nossa.⁷)

⁷ Todas as traduções desta tese são de minha responsabilidade.

Saltemos no tempo. Agora estamos na sessão extraordinária de 24 de outubro de 1913. Neste dia, está presente nas dependências do IHGB e toma posse como sócio honorário, o Sr. Theodore Roosevelt, então ex-presidente dos Estados Unidos (1901-1909)⁸. O ex-presidente, famigerado pela reativação da Doutrina Monroe (1823) e pela política do *Big Stick*, estava no Brasil por ocasião da Expedição Científica que o reuniu com Cândido Rondon, com quem viajou pelo Mato Grosso e pela Amazônia⁹. Seu discurso de posse, o primeiro que fez na América do Sul, é fortemente marcado pelas questões da política externa, numa tentativa de afirmar que, em relação à Europa, havia poucas “desigualdades de cultura e civilização” entre os países da América, assim como quase irrelevantes “amargas recordações históricas” (RIHGB, Tomo LXXVI, parte II, 1914, p. 677). A partir da leitura da ata desta sessão, é possível inferir que a presença de Roosevelt e o conteúdo do seu discurso tiveram grande receptividade entre os sócios do IHGB e os políticos brasileiros presentes da sessão¹⁰. As razões e a atmosfera em que foram recebidas as ideias expostas pelo ex-presidente norte-americano serão contempladas nesta tese¹¹. Por ora, é preciso avançar nas proposições desta pesquisa.

No longo espaço de tempo entre a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, até meados dos anos XX, data da citação da epígrafe que inicia esta seção, muitos foram os debates historiográficos e as disputas de memória que tiveram a instituição como palco. Espaço privilegiado de produção do conhecimento histórico no período imperial, com o advento da República o IHGB teve seu prestígio esmaecido. Isso porque a instituição tinha fortes vínculos com o Imperador D. Pedro II, que era seu principal patrocinador. Assim, de acordo com Lúcia Guimarães (1997), no século XIX os fundadores do Instituto haviam

⁸ A visita do ex-presidente dos EUA é um indício de que não é apenas o Brasil que vive um momento de maior interesse pelos Estados Unidos, mas o contrário também se dá. Nesse sentido, é importante levar em conta que, segundo Arthur Avila (2014), foi ainda na segunda década do século XX, no ano de 1918, que surgiu nos Estados Unidos a primeira revista acadêmica dedicada à história hispano-americana (aí incluída a história do Brasil): a *Hispanic American Historical Review* (HAHR). Segundo o autor: “Não parece ser uma coincidência, assim, que a historiografia sobre a América Hispânica se profissionalize no exato momento em que se pretende consolidar a hegemonia norte-americana na região, na medida em que, segundo Berger (1993, p. 4), o aparecimento da revista não só apontava para a posição complementar que ela ocupou em relação à hegemonia dos Estados Unidos na região, mas também apontava os modos como os discursos profissionais emergentes obtinham sua autoridade de sua proximidade com o governo do país.” (Avila, 2014, p. 52)

⁹ Sobre a viagem de Roosevelt ao Brasil, ver Armelle Enders (2005). Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/607>. Último acesso em 01/10/2016.

¹⁰ A sessão contou com a presença, além dos sócios do Instituto, do representante do presidente da República, dos ministros da justiça, das relações exteriores (Lauro Müller) e agricultura, ministros plenipotenciários das nações amigas, representantes de diversas associações científicas, de “distintíssimas senhoras” e “ilustres cavalheiros.”

¹¹ O discurso, em seu inteiro teor, está nos anexos deste texto.

convertido a antiga metrópole em “mãe-pátria”. Subjacente a essa ideia forjou-se, ainda, o conceito de que a transição do estatuto de colônia para o de país independente foi um processo natural, caracterizado pela ausência de trauma ou rupturas. Esta seria uma marca singular, que diferenciava a nação brasileira dos seus vizinhos no continente.

Com o advento da República, porém, o IHGB passaria por maus momentos, sobretudo nos anos posteriores à proclamação. Sem a proteção do Imperador, os recursos se tornaram escassos. Os primeiros indícios da recuperação apareceram por volta de 1908, quando José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, assumiu a presidência¹². Ao longo do período republicano, diversas temáticas foram reinterpretadas no interior do IHGB¹³. A relação entre o Brasil e as demais repúblicas americanas foi uma delas. De uma posição de reserva em relação aos vizinhos, passa-se para uma postura entusiástica acerca da então desejável solidariedade americana. Assim, argumenta-se nesta pesquisa, está em curso a redefinição dos elementos que serviriam de base para a representação da história nacional. Está em questão, pois, a releitura dos problemas historiográficos no interior do IHGB. A história do Brasil não deixa de ser o guia, mas ela é relida, remodelada, recortada como parte de uma história maior, no caso aqui, uma história do Brasil pensada em seu contexto americano.

Paralelamente a isso, a partir da década de 1880, se passa a debater, na América como um todo, a questão do *pan-americanismo*. De acordo com Joseph Lockey (1920), a expressão apareceu pela primeira vez na imprensa norte-americana, que começou a usar, alguns meses antes da Primeira Conferência Internacional Americana (1889-90), a expressão *Pan-América*. O termo difundiu-se e passou a denominar o conjunto de políticas de incentivo à integração dos países americanos, sob a hegemonia dos Estados Unidos¹⁴. Assim como as discussões sobre as fronteiras brasileiras, o pan-americanismo não ficou de fora das preocupações dos sócios do IHGB (que não o compreendiam de forma unívoca), tendo inclusive baseado determinadas representações do passado brasileiro.

¹² Desde 1902 o diplomata-historiador ocupava a pasta de relações exteriores (GUIMARÃES, 2007).

¹³ A propósito do assunto, são fundamentais as considerações de Gomes (2009) e Lúcia Guimarães (2007). Ambas as autoras preocupam-se com a questão do papel do IHGB durante a Primeira República. Guimarães, nesse sentido, aponta para uma reorientação nos rumos da instituição no sentido de uma maior aproximação com as repúblicas vizinhas. Além destes estudos, são também importantes as reflexões de Mara Rodrigues (2013; 2014) acerca da releitura das memórias regionais no IHGB da Primeira República. Os casos estudados pela autora referem-se à releitura da memória farroupilha e pernambucana na ocasião das proximidades das comemorações do centenário dos conflitos ocorridos nas províncias.

¹⁴ Mais adiante serão problematizados os sentidos atribuídos à palavra.

Tendo isso em conta, esta tese tem como problema de pesquisa investigar a trajetória da constituição do *pan-americanismo* em problema historiográfico no IHGB durante a Primeira República. Com isso, busca-se compreender como se deu a construção de uma concepção específica das relações entre o Brasil e o restante da América, isto é, aquela enunciada no texto do sócio do instituto, Virgílio Correa Filho, nos anos 1950¹⁵. Assim, parte-se do pressuposto de que a incorporação dos preceitos reguladores das operações intelectuais que conformam o saber histórico¹⁶ à temática do pan-americanismo foi fundamental para a sua conversão em problema historiográfico¹⁷.

Uma das tantas decorrências disso foi a busca pela constituição e representação de um passado comum para os países americanos, que se deu ao longo do período aqui adotado como recorte. Assim, argumenta-se nesta pesquisa, a emergência do pan-americanismo como uma questão relevante contribuiu para alterar o modo como era pensada a história do Brasil a partir do IHGB. Em um momento em que se buscavam os caminhos para a inserção do país na modernidade, reinterpretar certas figuras e eventos do passado brasileiro a partir da chave pan-americana era, para muitos intelectuais do período, uma forma de subir os degraus da longa escada do progresso. A história era, mais uma vez, convocada para fins identitários, que agora eram um pouco distintos daqueles do período imperial: ela deveria tornar possível a identificação entre nós e os vizinhos hispânicos, e, sobretudo e preferencialmente, norte-americanos. Esta convocação orientou sua escrita e o seu ensino. Para isso, era preciso criar uma nova pedagogia, que embasasse a formação dos cidadãos pan-americanos e forjasse a consciência americana. A investigação centrada nos textos produzidos no IHGB e por autores

¹⁵ Não quero com isso afirmar que a questão era encarada de forma homogênea no interior da instituição, porquanto é certo que, conforme lembra Hugo Hruby (2007), existiam diferentes posições e concepções de história coexistindo no IHGB, não sendo possível falar em um discurso único da instituição. Busca-se, nesta tese, apontar para o crescente desenvolvimento do problema das relações entre o Brasil e a América como um todo, que culmina com o discurso pan-americanista enunciado na epígrafe. A propósito da trajetória do sócio do Instituto, Virgílio Correa Filho, ver Vilma Trindade (2001).

¹⁶ Um exemplo destas operações seria, segundo Maria da Glória de Oliveira (2009), a necessidade de fazer aparecer ao leitor os traços de um trabalho metódico de investigação.

¹⁷ Não é exagero acentuar que este problema de pesquisa foi concebido tendo em conta que os *campos intelectual e político* no contexto da Primeira República brasileira e da América Latina como um todo não podem ser isolados um do outro. Assim, ao buscar compreender como o discurso político do pan-americanismo foi incorporado à pesquisa historiográfica entre os sócios do IHGB, pretendo levar em conta estas complexas imbricações e não pensar ambas as dimensões do problema de forma autônoma. Nesse sentido, são esclarecedores os estudos de Daniel Pécaut (1990), Ângela de Castro Gomes (2009) e, sobretudo para o contexto latino-americano em geral, Cláudia Wasserman (2003).

a ele vinculados é reveladora de tal esforço. O (a) leitor (a) poderá observar isso ao longo dos capítulos 3 e 4 desta tese¹⁸.

A justificativa para este recorte temático-temporal encontra respaldo nas constatações de Ângela de Castro Gomes (2009) segundo as quais, a despeito da importância especial do IHGB como palco de debates sobre o que era e o que devia ser a história, são escassos os estudos sobre a instituição no período republicano¹⁹. Para a autora, a Primeira República constitui-se em um momento estratégico para a conformação de uma escrita da história do Brasil e para a delimitação do perfil do historiador. Desse modo, ela procura destacar a riqueza e a importância dos debates que se travaram no IHGB, sobretudo nas décadas iniciais da República, em torno da constituição da história como saber e de seus nomes referenciais. Neste contexto, a identidade da disciplina conformava-se pela defesa de sua moderna cientificidade, evidenciada em procedimentos de pesquisa em arquivos, erudição bibliográfica e narrativa literária cuidada. Além disso, também se constituía por suas diferenciadas potencialidades político-pedagógicas, como, por exemplo, a capacidade desta moderna história ensinar algo para os cidadãos de uma nova nação republicana e entre seus dirigentes governamentais.

Dessa forma, em um sentido amplo, o problema de pesquisa aqui enunciado pode colaborar para a compreensão da conformação da escrita da história nacional durante o período inicial da República, apontando para outros possíveis caminhos percorridos pela escrita da história do Brasil. Com isso, esta pesquisa pode contribuir para pensar as necessidades e possibilidades de reconfiguração do discurso histórico na Primeira República.

Ademais, embora existam estudos acerca do pan-americanismo do ponto de vista da política externa brasileira²⁰, são poucas as pesquisas que abordam a questão tendo como enfoque as suas relações com a escrita da história. De modo mais preciso, não há um estudo

¹⁸ Ressalto aqui que parto do princípio de que as posições sobre a história que eram abrigadas no seio institucional não podem ser homogeneizadas, uma vez que, na condição de *lugar social* (Certeau, 1982), o IHGB era um espaço marcado por disputas. O mesmo pode ser dito quanto ao IHGB e a cultura histórica brasileira na Primeira República: embora seja um lugar que, apesar dos percalços, ainda se mantém como espaço autorizado para pensar o conhecimento histórico, o que ali se debatia não resume tudo o que foi pensado sobre a história neste contexto, de modo que este trabalho não tem a pretensão de dar conta de tudo aquilo que esteve presente na historiografia brasileira do início do século XX.

¹⁹ Gomes aponta que as dificuldades enfrentadas pelo instituto nos anos iniciais da República podem ser pensadas e tratadas como um estímulo à reflexão “na medida em que seus integrantes se viram forçados a repensar tanto os moldes de atuação daquela academia como o tipo de narrativa histórica que ela subscrevia.” (GOMES, 2009, p. 12).

²⁰ Cito, a título de exemplo, o artigo de Clodoaldo Bueno (2004), bem como dissertação de mestrado de Teresa Maria Spyer Dulci, defendida na USP em 2008.

que tenha se dedicado a analisar a questão no interior da *sociedade do discurso*²¹ autorizada para a enunciação do passado nacional, o IHGB, quando do advento da República.

A nação na América

Se adotarmos o já clássico conceito de nação proposto por Benedict Anderson (2008), devemos entendê-la como uma *comunidade política imaginada* intrinsecamente limitada e mesmo assim, soberana. Nesta *comunidade imaginada* os indivíduos não conhecem todos aqueles que compõem o grupo mais extenso. Seus membros se sentem unidos a partir de experiências, símbolos e referências comuns. Eles se imaginam em comunhão coletiva. Certamente, foi um longo percurso até que, para além de saber da existência de outros indivíduos, os membros das comunidades em potencial se *reconhecessem* como parte do mesmo todo a fim de que comungassem entre si.

Além desta conceitualização geral, outro aspecto é fundamental: a nação, para Anderson, compõe uma fraternidade, o que tornou possível que tantas pessoas tenham se disposto a morrer por ela. Apesar de partirmos destas reflexões de Anderson, é pertinente atentarmos às particularidades da constituição da nação no Brasil. Uma destas especificidades foi a longa duração do percurso de conformação do sentimento de pertencimento coletivo para além dos limites das províncias, bem como a manifestação desta adesão bastante posterior ao processo de independência política da outrora colônia portuguesa.²²

²¹ A expressão é usada por Gomes (2009), sob inspiração das reflexões propostas por Michel Foucault, para se referir ao IHGB.

²² Outra diferença importante do caso brasileiro é a sua composição social fortemente desigual que teve sua expressão mais profunda no sistema escravocrata. Tomemos como exemplo para comparação o caso francês. Enquanto na França revolucionária de fins do século XVIII havia uma forte exaltação da indivisibilidade da nação e da noção de cidadania invocando o convívio em um mundo de pares – daí a importância das festas nacionais (ROSANVALLON, 2007) –, no Brasil escravista pós-independência, ser cidadão era pertencer a um mundo de privilegiados. Como aponta Marcos Antônio Pamplona (2009), a discussão travada após a independência brasileira sobre quem deveria ser cidadão na nova ordem e a formação da nação como efetiva comunidade de cidadãos caracterizou este período de drásticas mudanças. Assim, este foi um momento de profunda ressignificação do vocabulário político e das linguagens em uso. A despeito de tantas transformações, mesmo quando do advento da República, a nação brasileira se constituiu sob o signo de desigualdades de várias ordens. Não quero com isso contrastar ambos os países de forma simplificadora, como se a nação francesa fosse plenamente igualitária e inclusiva e a brasileira totalmente excludente. Assim, ao chamar a atenção para o caso da universalidade *masculina* da Revolução Francesa, as considerações de Rosanvallon auxiliam a desconfiar da aplicação de certas premissas do discurso revolucionário. No entanto, apesar dos limites do contraste, não parece despropositado ressaltar as diferenças fundamentais entre a nação francesa e a brasileira, seja no discurso filosófico ou na prática política.

A constatação não é original e já foi bastante explorada. Entre os autores mais citados para aludir à discussão está José Murilo de Carvalho (1990; 1998). Segundo este autor, uma das primeiras vezes em que o brado retórico de 1822, “morrer pelo Brasil”, tomou corpo, foi na ocasião da mobilização cívica em torno da Guerra do Paraguai (1864-1870). Foi neste momento que milhares de brasileiros se voluntariaram para morrer pela pátria. Tal fenômeno lembra a consideração de Ernest Gellner (1983), segundo a qual o nacionalismo tem um caráter violento que, inclusive, pode levar a eliminação de outras culturas. Além disso, ele permite retomar uma afirmação já assentada no discurso historiográfico: no Brasil, o Estado antecede a nação. Tal afirmação, por sua vez, nos remete diretamente para outra indagação: afinal, *desde quando somos uma nação?*

Este é o questionamento elaborado por Lúcia Lippi Oliveira (1990). Para a autora, a questão da nação como uma unidade própria emergiu em diferentes momentos do processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros. Um destes momentos ocorreu na segunda metade do século XIX²³. Assim, Oliveira enfatiza este período como sendo central para o desenvolvimento da reflexão acerca da nação no Brasil. Para ela, o pensamento dos autores que produziram seus trabalhos entre 1870 e 1914 foi dominado pelo sentido de atualização, de modernização. Aos problemas nacionais, eles ofereciam uma reação “científica”. Seu projeto era superar o atraso nacional e acelerar sua marcha evolutiva. De modo geral, a autora aponta a existência de três mentalidades características deste período da história brasileira: a mentalidade católico-conservadora, a liberal (dividida entre monarquistas constitucionais e republicanos) e a cientificista, da qual o positivismo foi uma das expressões. Desse modo:

Entender o Brasil, construir o Brasil, era uma meta fundamental para esses homens que julgavam que o país deveria repetir, de forma acelerada, a experiência do ocidente. Neste contexto, a construção do sentimento brasileiro tinha uma importância fundamental, sendo a nacionalidade o critério básico de avaliação dos produtos literários e culturais. Eles apontavam a carência de originalidade na literatura brasileira e viam como saída o estudo etnológico e histórico. (OLIVEIRA, 1990, p. 85)

Um contraponto a certa fixidez do diagnóstico de Oliveira pode ser encontrado em Ângela Alonso (2002), quando a autora chama atenção para a singularidade da tradição político-intelectual brasileira. Ela aponta que a relação entre o contexto social brasileiro e as teorias

²³ Tal proposta de periodização, evidentemente, não ignora o esforço do IHGB desde a sua fundação, em 1838, para a constituição de um sentimento nacional, tampouco os empreendimentos literários que se realizaram bem antes da temporalidade analisada pela autora. Sobre o IHGB no século XIX ver Manuel Salgado Guimarães (2011).

européias é dinâmica: “tanto o repertório estrangeiro quanto a tradição nacional são fontes intelectuais, apropriadas de maneira seletiva num processo que envolve necessariamente supressão, modificação, recriação.” (ALONSO, 2002, p. 33)

Neste ponto da reflexão, as considerações de alguns teóricos que compõem o grupo conhecido como *Subaltern Studies* podem auxiliar a pensar o caso brasileiro. Nesse sentido, Partha Chatterjee (2007) propõe algumas formulações interessantes. Ao criticar a aplicabilidade plena do modelo de Benedict Anderson ao mundo pós-colonial, especialmente no que concerne à inexorabilidade da adesão à modernidade europeia no que diz respeito aos modelos de nação importados do Ocidente, este autor chama a atenção para outros caminhos possíveis e os indica analisando a experiência indiana. Para o caso asiático e africano, a questão parece latente e atual. No caso mais específico do Brasil, a crítica possivelmente seja relevante ainda hoje para pensar projetos de várias ordens, do político ao epistemológico. Para além da pertinência presente, é profícuo utilizar as constatações do autor para avançar na análise aqui proposta.

Com efeito, sabemos que houve vários momentos em que a modernidade nos moldes europeus foi almejada tanto pelos políticos e burocratas, quanto pela intelectualidade nacional. No entanto, resgatando as proposições de Chatterjee, poderíamos indagar: será que não houve, internamente, o esforço de imaginar outros percursos para o futuro da nação brasileira?

É problemático sugerir que tenham existido no Brasil outras propostas de organização política para além do Estado-nação. Não penso ser pertinente ir tão longe. Questiono-me, de modo mais despretensioso, se seria possível sugerir que, mesmo aderindo à busca pela modernidade, ao modelo europeu de nação e ao aparentemente irresistível *discurso da falta*, houve espaço para o dissenso e para a construção de uma reflexão autônoma e original. Será que todos aqueles que se propuseram a pensar a nação brasileira aderiram plenamente ao “discurso do colonizador”? Além disso, é possível engessar a modernidade em uma definição unívoca?

Nesse sentido, é instigante pensar aqui no conceito de modernidade de acordo com as considerações de outro teórico da pós-colonialidade, o argentino Walter D. Mignolo (2010). Para este autor, a modernidade inaugura aquilo que Edward Said (2007) define como o advento do “Supersujeito ocidental”, no sentido de que ela foi um processo ocidentalizante, ou seja, impôs às diferentes regiões do planeta certos padrões de desenvolvimento. Assim, para Mignolo, um lado incontornável da modernidade é a *colonialidade*, que se expressa, inclusive, no campo do saber.

Esta é uma argumentação profícua em muitos sentidos e servirá de base para a análise deste trabalho. É preciso, porém, atentar aos seus limites. Se aderimos a ela de forma generalizante e totalizante, corremos o risco de limitar nossa compreensão das diferentes propostas de modernidade que podem ter tomado corpo em determinados momentos da história. Penso aqui em projetos de modernidades alternativas, que não necessariamente tenham a Europa como modelo inexorável ou busquem reproduzir seu modelo de desenvolvimento *ipsis litteris*. Duvidar desta suposta homogeneidade da busca pela modernidade contribui para considerarmos que os debates em torno do *pan-americanismo* ensejaram reflexões de diversas ordens, inclusive no sentido de desenvolvimento nacional. Sigo, portanto, a formulação de Ângela de Castro Gomes (2009), segundo a qual a Primeira República foi um período em que *projetos distintos de modernidade* coabitavam no IHGB e no cenário intelectual nacional como um todo²⁴.

Assim, ainda que uma representação da história nacional pautada pelo pan-americanismo englobasse os Estados Unidos – que vem a dar no mesmo que a Europa na argumentação de Mignolo – houve uma tentativa de pensar o Brasil a partir de suas relações com a América hispânica também, e talvez seja redutor classificarmos esta tendência exclusivamente como um projeto ocidentalizante. Avançar nestas questões pode ser uma forma de apreendermos de modo mais amplo os debates travados entre a intelectualidade no período aqui adotado como recorte e os caminhos que se apresentavam e eram apontados naquele momento.

Retomando a questão das representações da nação, é importante mencionar outro trabalho de José Murilo de Carvalho (1990). Neste estudo, o autor indica a existência de um processo de construção e/ou ressignificação de sinais universais, de leitura fácil como as imagens, as alegorias, os símbolos e os mitos, localizando um ambiente de reapropriação e constituição de certas versões sobre o passado nacional. Sabemos que este fenômeno não é uma particularidade brasileira. De modo geral, no século XIX a nação passa por um gigantesco processo de elaboração cultural que envolve todos os setores do conhecimento (CAMPI, 2006). Tal processo de definição e de difusão do sentimento nacional por obra de intelectuais, eruditos

²⁴ Marly da Silva Motta, por sua vez, também ressalta a diversidade de projetos que tomavam forma no contexto dos anos 1920: “Ser moderna, eis a aspiração que animava a sociedade brasileira às vésperas do Centenário da Independência, momento ímpar não só para a realização de um efetivo balanço das ‘reais’ condições do país, como para a elaboração de projetos que apontassem soluções para a questão nacional. Longe de representar um projeto único e homogêneo, tal aspiração envolveu diferentes concepções de modernidade (...)” (MOTTA, 1992, p.40)

e militantes políticos tem interpretações diversas. Conforme a análise, ora se enfatiza a artificialidade deste empreendimento, chegando a encará-lo como invenção (HOBSBAWM; RANGER, 1997), ora se aponta para o fato de que ela é construída a partir da recriação de tradições já existentes no passado de determinada região (ANDERSON, 2008).

Seja como for, um dos pontos fundamentais a ser ressaltado nesta introdução refere-se à observação de que houve um processo semelhante a este que tomou forma no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Uma das variáveis deste problema foi, como apontado acima, a tentativa de pensar o passado da nação brasileira em uma chave mais ampla. A história do Brasil passa a ser encarada como parte de uma história maior, no caso aqui, uma história do Brasil pensada em seu contexto americano. Esta é uma postura completamente diferente daquela assumida nas décadas anteriores.

Segundo João Feres Júnior e Maria Elisa Noronha de Sá (2009), no período de 1750 a 1850, o conceito de América variou em torno de seis significados básicos. No início do século XIX, além do termo América, a distinção entre América do Norte, referida aos Estados Unidos, e a “outra” América, chamada de América do Sul, meridional ou espanhola, também é de uso corrente. Dependendo do lugar de onde se fala, essa América hispânica pode assumir significados diversos e, não raro, antagônicos. Na Corte, que buscava impor ao país um projeto político de Império centralizado e unificado, a América hispânica costuma ser associada à república, à barbárie, à anarquia e à fragmentação política. Já no discurso das províncias que defendiam projetos políticos divergentes, a América aparece com um significado positivo, vinculado à república, ao federalismo e à liberdade. Ao enfatizar a figura de Frei Caneca, por exemplo, os autores exemplificam tais questões. O revolucionário pernambucano participou da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador (1824). Caneca chama o continente americano de “mãe amorosa”. Ao criticar a dissolução da Assembleia Constituinte, afirma que esta era uma atitude que atentava contra a soberania da nação e que, dessa forma, o Brasil se distanciava do resto da América. Chega, inclusive, a exaltar a máxima do presidente dos Estados Unidos, James Monroe, “a América para os americanos”, por ver nela um manifesto contra a ameaça absolutista europeia à soberania do Brasil e das Américas. Já no discurso de José Bonifácio, para citarmos o contraponto, os amargos sacrifícios dos vizinhos em prol da República eram exemplo de anarquia e violência.

Segundo Ângela Alonso (2002), para os liberais republicanos da Geração de 1870, do mesmo modo que os Estados Unidos são o modelo de organização social e econômica, as repúblicas americanas aparecem como exemplo negativo de regime político. Apesar disso, nos

programas de reformas modernizadoras apresentadas pelo movimento intelectual da geração de 1870, houve ampla condenação do belicismo saquarema, tanto interna quanto externamente.

Assim:

A política imperial de intervenção americana, levada a cabo por uma casa dinástica europeia em meio a repúblicas, recebeu crítica radical. Ao contrário dos saquaremas, não admiraram as virtudes de uma nobreza guerreira. Primaram, antes, por um americanismo pacifista, preferindo o arbitramento dos conflitos ao invés da guerra e falando de “solidariedade continental” (liberais republicanos); de “cooperação americana” (novos liberais); de “fraternidade entre povos” (positivistas abolicionistas). A política externa foi vista, assim, não como um veículo de imperialismo, mas como um dos caminhos de inserção do Brasil na civilização moderna – no “concerto das nações”. (ALONSO, 2002, p. 247)

Estas questões podem ser observadas no manifesto republicano de 1870, especialmente na afirmação consagrada “Somos da América e queremos ser americanos”. No manifesto, há uma condenação ao isolamento brasileiro na América, atribuindo-o ao seu sistema político monárquico. Advoga-se um contato fraternal com todos os povos, “em solidariedade democrática com o continente de que fizemos parte.” (CÂNDIDO TEIXEIRA, 1890, p. 59).

Finalmente, o texto de Leslie Bethell (2009) é provocativo para esta pesquisa. De acordo com o historiador, o interesse da intelectualidade brasileira pelos vizinhos hispano-americanos foi ínfimo no período da Primeira República. Segundo ele, basicamente manteve-se o pensamento do período imperial, de rejeição. Da parte dos intelectuais hispânicos, o mesmo teria se dado. O problema de pesquisa desta tese parte do pressuposto de que no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro houve algo além de um inexpressivo interesse pelos países vizinhos. Certamente não houve uma proximidade efusiva com as Repúblicas vizinhas, tampouco uma denúncia uníssonas do imperialismo norte americano. Pelo contrário, buscou-se uma interlocução com os EUA. Houve, no entanto, expressivo debate acerca desta historicamente distante relação. O seu estudo pode contribuir para ampliar o nosso conhecimento sobre o IHGB no período republicano, bem como a problematizar os posicionamentos da intelectualidade brasileira diante dos demais países americanos.

Nesse sentido, a avaliação de Antônio Cândido (1993), mais próxima da história da literatura, enriquece esta proposta de pesquisa, uma vez que insere outros elementos para análise da problemática aqui proposta. Para o autor – mais preocupado com a questão da produção dos intelectuais sobre o tema – no período entre 1880 e 1920 se desenvolveu a reflexão mais sistemática sobre a América Latina. Assim, do movimento político do pan-

americanismo teria resultado uma maior aproximação cultural entre os países latino-americanos. Um indicativo desta aproximação foi a criação, no Brasil, da *Revista Americana*, que durou de 1909 a 1919. Feita visivelmente por inspiração de Rio Branco, ministro das relações exteriores do Brasil e presidente do IHGB, seu objetivo era promover maior conhecimento recíproco das nações latino-americanas, diminuindo inclusive a obsessiva fixação com a Europa. Embora os Estados Unidos estivessem tacitamente incluídos no projeto, a matéria era sempre latino-americana, publicada em português e em espanhol.

Além disso, Cândido lembra que, apesar dessa iniciativa, houve hostilidades de todos os lados no campo político (principalmente na questão das fronteiras) e que os vizinhos não raro suspeitavam do intuito imperialista brasileiro. As avaliações de brasileiros que depreciavam o estreitamento de relações com a América Latina também se mantiveram. Apesar dessa dissonância de vozes, é possível observar que houve uma tentativa de aproximação intelectual com os vizinhos e possivelmente ela não se restringiu aos círculos da *Revista Americana*. Uma das propostas deste projeto é analisar as manifestações deste mesmo tipo de iniciativa no interior do IHGB.

O Pan-americanismo

Flávia Ré (2010), ao estudar os debates em torno do pan-americanismo durante os anos iniciais da Primeira República (1889-1912), associa sua gênese ao *monroísmo*, cristalizado na declaração da Doutrina Monroe de 1823, considerada um marco no sentido de estabelecer limites à intervenção europeia na América, agora sob a vigília, protetora e interventora, dos Estados Unidos.

Embora tenha uma relação direta com o *monroísmo*, Ricardo Salvatore (2016) aponta que o ideal pan-americano foi concebido, pelos Estados Unidos, como uma união cooperativa das repúblicas americanas. Quando Woodrow Wilson (1913-1921) assumiu a presidência do país, passou a ocorrer uma reaproximação com a América do Sul. A partir daí a noção tornou-se uma *ideologia completa*, um *hemisferismo* (SALVATORE, 2016, p. 3), que se centrou em ideias de cooperação econômica, engajamento cultural e segurança coletiva.

Uma dos problemas a serem explorados nesta tese diz respeito à recepção do pan-americanismo entre os países latino-americanos. Esta não é uma questão simples. Ela será analisada no primeiro capítulo deste trabalho. Considerando as finalidades desta introdução cabe por ora apontar que, a partir da leitura das atas de sessão e dos textos publicados na *Revista*

do IHGB, é possível afirmar que a principal apropriação da expressão *pan-americanismo* no interior da instituição se dá no sentido de buscar o estímulo à fraternidade entre os diversos países americanos, sob a inspiração dos Estados Unidos. Se a definição do pan-americanismo no seu sentido político vai, aparentemente, ao encontro de suas definições historiográficas, o caminho percorrido até sua apropriação como problema de investigação histórica não é tão simples assim. Sua constituição como problema historiográfico no IHGB da Primeira República pode indicar certas tendências no *métier* do historiador no período em foco.

O exercício da presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Barão do Rio Branco (1908-1912) foi, no entendimento de Lúcia Guimarães (2007), central para a retomada do prestígio do IHGB junto ao Estado. É a partir de então que a temática americana passa a tomar maiores proporções no interior da associação, sendo que o ápice disso ocorre com a organização, pelo Instituto, do Primeiro Congresso Internacional de História da América, em 1922, como parte das comemorações do centenário da Independência. Além deste evento, outro marco fundamental desta colaboração foi a Assembleia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1932-33)²⁵, organizada pelo IHGB.

No relatório do Congresso de 1922, Max Fleiüss, secretário perpétuo do instituto, afirma a importância de ocasiões como aquela enquanto meio para a formação de uma consciência comum entre as nações americanas²⁶. A preocupação com a problemática americana, evidentemente, esteve em pauta no referido evento. Com isso, os organizadores do Congresso de História da América pretendiam identificar nos domínios da história um denominador comum entre o Brasil e os demais territórios americanos. A fim de concretizar esta nova tendência, a direção do IHGB propôs um projeto coletivo de escrita da história da América intitulado “Anteprojeto de bases para a elaboração de História da América”. Planejava-se, então, a produção de uma grande síntese da “marcha evolutiva da civilização no continente americano”, acentuando, sobretudo, “os seus pontos comuns”. (GUIMARÃES, 1997, p. 224)

Segundo Lúcia Guimarães, a obra coletiva, a despeito dos esforços dos letrados brasileiros, não foi concretizada. Apesar disso, é possível observar que a existência do Congresso, o tom das manifestações dos sócios do instituto sobre o evento e as iniciativas por ele ensejadas apontam para a expressiva atenção à questão do pan-americanismo no IHGB da Primeira República. O seu desdobramento imediato era a necessidade de constituição de uma história comum para os povos americanos. A elaboração do anteprojeto, apesar de não ter sido

²⁵ O IPGH foi fundado em 1928, na VI Conferência Pan-Americana, realizada em Havana, Cuba.

²⁶ FLEIÜSS, Max. Revista do IHGB, 92 (146):582, 1922.

efetivado, demonstra a grande relevância do problema da aproximação com as repúblicas americanas no âmbito dos debates que ali se travaram.

Dessa forma, questões relevantes para esta pesquisa são: a partir de quando o pan-americanismo entrou para a pauta do Instituto e de alguns de seus sócios? Como se deram as trocas entre o problema político e o problema historiográfico do pan-americanismo?

Certamente não foi apenas a partir do Congresso de 1922 que o pan-americanismo passou a ser considerado uma possibilidade para a representação da história nacional. Tal afirmação justifica-se pelo fato de que é possível observar, ao pesquisar no acervo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o desenvolvimento deste problema em um período anterior aos anos 1920. Observou-se, com isso, que nos anos 1930 a questão do pan-americanismo estava razoavelmente estabelecida como tema de interesse na instituição, mas ela se estabelece gradualmente ao longo da Primeira República.

Dessa forma, o objetivo de realizar o recorte no período anterior aos anos 1930 relaciona-se à tentativa de acompanhar o desenvolvimento inicial da questão, a fim de apreender os eventuais debates e disputas que inicialmente despertou. Sendo assim, tendo como ponto de partida as considerações de Lúcia Guimarães (2007) em relação às iniciativas de transformação das relações do Brasil com a América ao longo da Primeira República, esta tese busca aprofundar a investigação acerca deste fenômeno e questionar as relações dele com as representações do passado brasileiro ensejadas a partir desta nova atmosfera intelectual e política. Nesse sentido, é possível antecipar que este movimento de aproximação é bem anterior ao Congresso de 1922 e mesmo da presidência do barão do Rio Branco.

Considerações teórico-metodológicas

Ao assumir a complexidade da experiência histórica e a necessidade de historicizar a produção do conhecimento histórico, esta pesquisa insere-se na área da historiografia e, portanto, na linha de pesquisa intitulada *teoria da história e historiografia*. Assim, este estudo busca contribuir para a discussão em torno da compreensão da historicidade do ofício do historiador e da disciplina histórica, porquanto, de acordo com Manuel Salgado Guimarães (2000): “É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória construída acerca desta mesma escrita.” (SALGADO GUIMARÃES, 2000, p. 22).

Tendo isso em conta, considera-se que toda a história da historiografia deve levar a uma postura crítica no sentido de reconhecer os impasses de determinada tradição historiográfica, empreendendo um esforço de reconhecimento destes impasses (TURIN, 2013). Tal reconhecimento, por sua vez, pode possibilitar que a reflexão sobre a historicidade das formas de representação do passado e das disciplinas torne-se menos refém dos vetos e das disposições impostas por esta mesma tradição. Nesse sentido, esta tese procura vincular-se às pesquisas desenvolvidas sobre o período da Primeira República cuja tendência de análise pauta-se pela postura bastante alerta para o fato de que o rótulo de “República Velha” foi uma construção das representações desenvolvidas durante o período varguista: o Estado Novo se opunha àquela República inaugurada no período anterior, que foi depreciada com o adjetivo “Velha”²⁷.

Em termos teórico-metodológicos, a proposta de pesquisa aqui apresentada se vale de perspectivas nas quais os textos deixam de ser meros pretextos, para se tornarem o núcleo central da investigação (GUIMARÃES, 2000)²⁸. Ao valer-se dos textos produzidos pelos sócios do IHGB durante a Primeira República, esta pesquisa procura contribuir para repensar as possibilidades de representação da história nacional que tiveram espaço no seio da instituição, colaborando para ampliar nossa compreensão acerca do período por tanto tempo rotulado e não suficientemente pesquisado.

²⁷ Em relação ao desinteresse pelo período da Primeira República, Gomes (2009) é bastante enfática ao afirmar que a designação deste período como sendo a “República Velha” foi produzida pelos ideólogos do Estado Novo, em oposição ao liberalismo anterior. Dessa forma, a autora convida os investigadores a observarem que, apesar de a Primeira República estar cheia de exemplos de políticas que visavam branquear a população e a cultura brasileira, não podemos reduzir a experiência histórica deste período a essas possibilidades. Para ela, os exemplos de intelectuais e políticos racistas e europeizantes não podem servir para resumir a história cultural e política da Primeira República.

²⁸ O tipo de análise aqui exposta por meio das palavras de Manoel Guimarães, por seu turno, está associado a um debate mais amplo desenvolvido durante a década de oitenta, que incentivou as aproximações entre historiografia e epistemologia. Nesse sentido, Pierre Nora (1993) afirma, em seu texto publicado originalmente na década de oitenta intitulado *Les lieux de mémoire*, que o despertar de uma consciência historiográfica na França é um dos sinais de um arrancar da história da memória. Com o nascimento de uma preocupação historiográfica, a disciplina ingressa em sua “era epistemológica” e empenha-se “em buscar em si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela” (NORA, 1993, p. 10). O movimento reflexivo dos anos 1980 já foi comentado por François Hartog (1997), segundo o qual é a partir de então que ocorre uma maior conexão entre os termos historiografia e epistemologia, constituindo-se uma espécie de “epistemologia histórica” ou uma “historiografia epistemológica”, na qual um termo completa o outro a fim de elaborar uma abordagem que privilegia os conceitos e contextos, as noções e os meios, “mais vigilante às sirenes dos reducionismos” (HARTOG, 2000, p. 81-82). De acordo com Oliveira (2006), a união dos termos sinaliza a possibilidade de uma história da história em que obras e autores são tomados como objetos de uma reflexão teórica sobre as condições que presidem a construção do saber historiográfico.

Tendo em vista, portanto, que este trabalho se insere na área da historiografia e que busca analisar, entre as fontes de pesquisa, textos de caráter historiográfico, é preciso explicitar alguns referenciais teóricos bastante consagrados acerca da temática. Em virtude disso, o historiador francês, que introduz a noção atualmente clássica de *operação historiográfica* (CERTEAU, 1982), será uma das referências desta pesquisa.

Conforme é sabido, para Certeau (1982), encarar a história como uma operação significa que devemos compreendê-la como a relação entre um lugar – um recrutamento, um meio, uma profissão – procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). Para o teórico, cada lugar de onde o discurso do historiador se articula possui as *leis* do meio, que de certa forma regulam o trabalho do historiador. Sendo assim, um estudo particular é definido pela relação que mantém com os contemporâneos e com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que a constituem.

Considerando os debates travados no IHGB em torno do problema aqui proposto, será indagado como a instituição se estruturava enquanto lugar social de produção do conhecimento histórico durante a Primeira República, tendo em vista que o sentido que o historiador dá a sua produção está relacionado com o lugar a partir do qual ele produz. Inicialmente, é possível apontar para uma característica fundamental deste lugar (e de todos os demais, afinal): a heterogeneidade de falas. Assim, se havia posicionamentos favoráveis ao discurso pan-americanista e à sua incorporação como objeto de investigação historiográfica, havia também posturas verdadeiramente críticas a esta questão. Houve situações, inclusive, em que um mesmo indivíduo modificou sua opinião a respeito do assunto – é o caso, por exemplo, de Oliveira Lima. Estas divergências podem ser adotadas aqui como uma forma de inteligibilidade dos debates e disputas de memória travadas neste lugar social.

Além disso, é relevante apreender o referido cenário em que tomam forma iniciativas com vistas à remodelação da escrita da história da nação através das proposições de Reinhart Koselleck (2006), no sentido de que há um *espaço de experiências* diverso experimentado pelos intelectuais nas primeiras décadas republicanas em relação à boa parte do período imperial. Este novo *espaço de experiências*, por sua vez, relaciona-se ao advento de um novo *horizonte de expectativas* de toda uma geração²⁹. As considerações de Ângela Alonso, mencionadas na primeira seção, são indicativas das inovações que a mudança de regime político intensifica – e

²⁹ Conforme Koselleck (2006), experiência e expectativa, como categorias históricas, são adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico “pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.” (KOSELLECK, 2006, p. 308).

que já podiam ser vislumbradas no discurso da geração de 1870. É necessário, pois, questionar as implicações destas transformações para as representações da história nacional desenvolvidas no interior do IHGB.

As considerações de Koselleck (2006; 2012; 2014) são fundamentais para pensar a modernidade e as mudanças que ela inaugurou no tocante à relação das sociedades com o tempo. Para problematizar as implicações destas mudanças para os diferentes grupos humanos, por sua vez, são pertinentes os estudos de alguns teóricos da pós-colonialidade. Especificamente para analisarmos o caso do continente americano, em especial à América Latina, são importantes as reflexões propostas por Walter Mignolo (2007). Sua profunda crítica à colonialidade, entendida como um outro lado da modernidade, será de grande valia para localizarmos e interrogarmos algumas das interpretações sobre a história latino-americana desenvolvidas por diversos dos historiadores analisados nesta tese.

Já no que concerne à especificidade da produção historiográfica, são importantes as reflexões de Paul Ricoeur (2007). Este autor afirma, de modo semelhante a Certeau, que a constituição do conhecimento histórico se dá por meio de uma operação composta por três fases: a fase documental, a explicativa/compreensiva e a fase escriturária ou literária³⁰. Uma das características da *operação historiográfica*, segundo Ricoeur, é a pretensão à verdade que confere ao conhecimento histórico seu afastamento com relação à ficção³¹. Assim, ele enfatiza a visada referencial da história. A referência, aqui, remete à exterioridade do discurso e é a partir dela que conhecimento histórico se caracteriza pela busca da verdade. Desse modo, a especificidade da referencialidade em regime historiográfico deve “transitar pela prova documental, pela explicação causal/final e pela composição literária. Tal arcabouço tríplice continua a ser o segredo do conhecimento histórico” (RICOEUR, 2007, p. 263).

As considerações de Paul Ricoeur sobre a operação historiográfica auxiliam, assim, a indagar como a visada referencial da operação historiográfica colabora para a conversão do

³⁰ Na *fase de documental* ocorre a seleção e análise de vestígios, isto é, o testemunho (daqueles que declaram ter se encontrado no local onde as coisas aconteceram); na fase *explicativa/compreensiva* se dá a mediação de um esquema de explicação/compreensão e na fase da representação historiadora *escriturária ou literária* ocorre a aquisição de uma forma textual definitiva. As três etapas da operação histórica não constituem estágios sucessivos, mas sim níveis intrincados que apenas para efeitos didáticos assumem uma aparência de sucessão cronológica. Dessa forma, a operação de escrita da história está presente em todas as fases.

³¹ O autor enfatiza na *operação* historiográfica a visada referencial da história. A referência, aqui, remete à exterioridade do discurso e é a partir dela que conhecimento histórico se caracteriza pela busca da verdade. A especificidade da referencialidade em regime historiográfico deve “transitar pela prova documental, pela explicação causal/final e pela composição literária. Tal arcabouço tríplice continua a ser o segredo do conhecimento histórico” (RICOEUR, 2007, p. 263).

pan-americanismo em problema historiográfico no IHGB, partindo do princípio de que esta conversão contribuiu para representar, por meio de um processo de reescrita da história, outras imagens do passado da nação.

Ainda acerca das considerações de Paul Ricoeur, é preciso mencionar a sua contribuição no que toca à problemática das relações entre memória e história. De acordo com o filósofo, a memória é fonte privilegiada do conhecimento histórico e existe, entre memória e história, uma relação dialógica, não sendo elas nem sinônimas tampouco opostas entre si. Dessa forma, há um vínculo de reciprocidade no sentido de que ambas compartilham a problemática da representação do passado. Nessa relação, compete à história o exercício regulado da memória e do esquecimento, no intuito de conter seus abusos. A memória, porém, é a matéria-prima da história, pois é a garantia de que algo aconteceu no passado e é sua matriz³².

Outra autora de referência para este trabalho é Joan Scott (1995; 2008). Veremos nos capítulos dois e três que, de diferentes formas, as mulheres tomaram parte nos debates sobre o pan-americanismo. Isso evidencia a surpreendente capilaridade da temática. Para compreender teoricamente o papel delas na promoção do ideário pan-americano, buscou-se empregar a noção *de gênero*, tal qual proposta por Scott (1995), ou seja, como categoria de análise. Isso significa dizer que a ação das mulheres foi pensada e estudada em relação aos homens, e não de forma isolada.

No que diz respeito ao uso do texto como fonte historiográfica, é importante destacar aqui a centralidade que terão para esta pesquisa. Nesse sentido, Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2013), ao comentar a obra de Manuel Salgado Guimarães, indica que, para este autor, os textos não eram para apenas uma via de acesso ao que estava para além deles, mas que ele se debruçava sobre os textos vendo-os também como acontecimentos. Assim: “Os textos não apenas falam ou remetem a acontecimentos, mas eles próprios são eventos, são marcas e restos deixados por uma dada temporalidade.” (ALBUQUERQUE Jr., 2013. P. 147). Manoel Salgado (2010), por sua vez, nos lembra de que reconstituir as condições de produção e de possibilidade do texto significa reinscrevê-lo no cenário em que foi produzido, em diálogo com outros textos e supondo certo tipo de leitor. É neste exercício que esta tese se inspira.

³² Conforme o autor: “Será preciso, contudo, não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, senão às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos.” (RICOEUR, 2007, p. 156)

Em relação aos textos “acessórios” que acompanham a escrita principal, é significativa a tipologia de análise proposta por Gérard Genette (1997). O pesquisador se detém sobre os textos de acompanhamento de uma obra, os chamados “paratextos”, que são responsáveis por habilitar um texto a se tornar um livro e ser oferecido a seus leitores como tal e, mais amplamente, ao público³³. Exemplos de paratextos são informações sobre o autor, notas da edição, glossário, bibliografia, prefácios, posfácios, notícias de apresentação, citações e referências existentes. No caso em questão, podemos pensar as atas das sessões, que serão aqui utilizadas como fontes de pesquisa, enquanto fontes que, além de apontarem para uma ampla gama de informações acerca do problema de pesquisa aqui proposto, auxiliam a compreender os textos publicados na Revista do IHGB, funcionando como paratextos destes. Além disso, também será dedicada alguma atenção aos paratextos dos livros de sócios do instituto, que também serão fontes da análise aqui proposta, de modo que talvez seja possível apreender melhor o seu sentido e suas implicações.

É parte da metodologia desta pesquisa investigar a ocorrência e o sentido atribuído ao pan-americanismo, entendido aqui como uma palavra-chave (Klein, 2011) e expressões associadas, como, por exemplo, a noção de evolução e progresso, muito presente em textos que abordam a temática. Tendo isso em conta, a seleção das fontes de pesquisa obedeceu, especialmente, a critérios temáticos. Assim, entre as fontes selecionados estão aquelas que apontam para as associações entre o Brasil e os demais países americanos, para o problema do pan-americanismo, do monroísmo, temas ligados à diplomacia, à escrita da história nacional e ao conceito de história. Para tanto, são essenciais as atas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os artigos da sua publicação periódica, ambos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de caráter semestral.

A Revista em sua quase totalidade está disponível na internet, no site do IHGB, digitalizada. Os tomos especiais, que não se encontram digitalizados, estão disponíveis na biblioteca da PUCRS. O conteúdo das atas é bastante profícuo para acompanhar o estado dos debates travados no interior do IHGB. Nesse sentido, por exemplo, havia sessões de comemoração de efemérides cujo desdobramento se dava na leitura de conferências que estão transcritas na parte da revista reservada às atas. Também consta nestes documentos a transcrição da leitura de pareceres para admissão de sócios e comemorações de aniversários do instituto.

³³ Nas palavras do autor: “Mais do que um limite ou uma fronteira cerrada, o paratexto é, preferencialmente, um limiar [...], um ‘vestíbulo’ que oferece ao mundo em geral a possibilidade tanto de pisar dentro quanto de voltar atrás. Esta é uma ‘zona indefinida’ entre o interior e o exterior.” (GENETTE, 1997, p.1-2. Tradução nossa).

Uma das possibilidades investigativas destes pareceres é acompanhar o percurso intelectual dos sócios, o que pode ser valioso para a investigação a respeito de suas aproximações ou afastamentos em relação à problemática do pan-americanismo. As atas de sessão compõem a parte mais volumosa da documentação a ser analisada. Elas são, em geral, publicadas no volume do segundo semestre de cada ano e ocupam de duzentas a trezentas páginas do volume.

Além disso, serão analisados os números especiais da Revista publicados por ocasião do Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922) e da Assembleia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1932-33). Nestes tomos constam os artigos dos apresentadores de trabalhos oriundos de diversos países. Além dos artigos da Revista e atas de sessão foram escolhidos como fontes primárias os estudos de alguns dos sócios do instituto que demonstram maior afinidade e interesse pelos temas aqui recortados. Este é o caso de sócios como Oliveira Lima, Rocha Pombo, Arthur Orlando, Rodrigo Octávio de Menezes, entre outros, que passam a associar a questão pan-americana com seus outros interesses profissionais. Assim, são importantes as fontes produzidas pelo IHGB, mas também aquelas produzidas pelos sócios do Instituto (artigos, livros, cartas). O confronto entre estes diferentes documentos permitirá avançar na compreensão dos significados e usos atribuídos ao pan-americanismo na escrita da história do Brasil.

Nesse sentido, foi de grande valia a consulta à coleção original do historiador Manuel de Oliveira Lima, salvaguardada na Oliveira Lima Library, localizada em Washington D.C.³⁴. A biblioteca tem cerca de 60 mil itens e é, nos Estados Unidos, a mais especializada em cultura luso-brasileira. Seu acervo conta com coleções de livros raros, séries de panfletos, mapas e manuscritos coletados pelo diplomata em suas estadas na Europa. A coleção abarca o período que vai do século XVI ao século XX, com ênfase em história e cultura brasileiras. Além destes materiais, interessou a esta tese a consulta às correspondências do historiador-diplomata. Na sua correspondência foram encontradas cartas trocadas com diversos literatos, políticos, diplomatas e intelectuais brasileiros e estrangeiros de diferentes instituições como a União Pan-Americana, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Academia Brasileira de Letras (ABL), bem como institutos históricos, arqueológicos e geográficos estaduais³⁵.

³⁴ A consulta a estas fontes foi possibilitada pelo fato de esta autora ter sido contemplada com uma bolsa de doutorado sanduíche PDSE/CAPES em 2017/01.

³⁵ Sobre a seção da biblioteca composta pelas correspondências do diplomata, é relevante apontar que “Trata-se apenas da correspondência recebida e, apesar dos inventários a esse respeito serem sumários, os documentos de interesse para a história do Brasil são importantes. Por sua intensa atividade intelectual, Oliveira Lima mantinha uma ampla rede de contatos no Brasil e no exterior, se correspondendo com vários intelectuais e suas respectivas associações durante toda sua vida. Dentre os mais importantes, destaca-se as correspondências do Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e

Tendo em vista que esta tese teve como um de seus objetivos investigar as relações entre o problema político e o problema historiográfico do pan-americanismo, foi profícua a consulta ao acervo do *Columbus Memorial Library*, também localizado em Washington D.C. A *Columbus Memorial Library* pertence à Organização dos Estados Americanos (OEA) e possui uma vasta coleção de livros, periódicos, fotografias, arquivos e documentos que registram a origem e a evolução da Organização, desde o seu começo como União Internacional das Repúblicas Americanas (1889), passando por União Pan-americana (1910) até sua consolidação em OEA, em 1948. Neste acervo foram consultadas a maioria das fontes utilizadas no segundo capítulo desta tese, que são os boletins publicados pela União Pan-Americana.

Esta tese se divide em quatro capítulos. O primeiro capítulo intitula-se “América, América Latina e Panamericanismo: sobre colonialidades, imperialismos e alguns contrapontos” e teve por objetivo apresentar algumas das discussões e reflexões já produzidas em torno da ideia de América e de América Latina. Na primeira parte foi desenvolvida uma revisão bibliográfica considerando as principais interpretações para a compreensão da temática. Depois disso, são apresentadas as definições de pan-americanismo, de modo que possamos situar os debates e iniciativas que a noção gerou em diferentes contextos.

O segundo capítulo desta tese chama-se “A União Pan-Americana e o papel das Mulheres na promoção do panamericanismo”. Nele são apresentados os objetivos centrais da União Pan-Americana. Um destes objetivos foi a busca por criar um sentimento de unidade entre os diferentes países da América. Este exercício, por seu turno, buscou fomentar a ideia de pan-americanismo, a qual ganha um passado que, a partir de então, passa a abarcar boa parte dos países das Américas. Por fim, foram indicadas as relações das mulheres (norte-americanas e latinas) com o Pan-Americanismo.

Salvador de Mendonça, ligados a área diplomática; Machado de Assis, Lima Barreto, Euclides da Cunha, José Veríssimo, intelectuais ligados à literatura; Max Fleiuss e Conde de Afonso Celso de Assis Figueiredo, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; além de um acervo com mais de cem cartas, trocadas com Gilberto Freyre, quando ainda estudante na Columbia University [...]. Muitos destes documentos, que versam sobre relações econômicas, políticas públicas, relações do serviço diplomático, viagens do chefe de Estado ao exterior, são inéditos. Ainda em se tratando de correspondências e manuscritos, é possível a consulta de 29 cartas do diplomata Alexandre de Gusmão (1695–1753).” (ALMEIDA; BARBOSA; FINS, 2010, p. 142)

“O Brasil na América: República e panamericanismo no IHGB” é o terceiro capítulo deste trabalho. Nele são apresentadas três figuras ligadas ao IHGB que tiveram papel importante na promoção do pan-americanismo: Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Também é analisado o livro “Compêndio de História da América”, de Francisco da Rocha Pombo, escrito em 1898 e publicado em 1900. Na terceira seção do texto, será apresentado o estudo intitulado “O pan-americanismo”, de Arthur Orlando (1906). Por fim, na última seção é feito um exame da atuação de Oliveira Lima e sua esposa, Flora de Oliveira Lima, junto à União Pan-Americana. O objetivo central deste capítulo é evidenciar, a partir da abordagem das fontes selecionadas, o movimento crescente de atenção à história da América, sendo a história do Brasil encarada como parte deste contexto mais amplo, e também apontar a existência de debates e disputas em torno do conceito de pan-americanismo no interior do IHGB.

No quarto e último capítulo, “O Congresso de História da América (1922), a Assembleia de criação do Instituto Pan-americano de Geografia e História (1932-33) e a reelaboração da biografia de Alexandre de Gusmão”, é traçado um panorama analítico acerca das tentativas de aproximação entre os países das Américas por meio do conhecimento histórico. As fontes para esta análise são as atas de sessão publicadas nos anais dos dois eventos mencionados no título. Ambos foram organizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A primeira seção abordará os temas debatidos no I Congresso Internacional de História da América (1922). Na segunda seção deste texto, será explorado o papel do IHGB na construção das relações inter-americanas a partir de um momento que representa um dos pontos altos das iniciativas de aproximação entre os diferentes países das Américas pela via do pan-americanismo: a criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Na última seção deste capítulo é analisado o processo de reescrita da biografia de Alexandre de Gusmão, o conhecido diplomata do período colonial. O argumento é de que a renovação da narrativa sobre a trajetória de Gusmão está entrelaçada com o projeto de repensar a inserção do Brasil na América.

2 AMÉRICA, AMÉRICA LATINA E PAN-AMERICANISMO: SOBRE COLONIALIDADES, IMPERIALISMOS E ALGUNS CONTRAPONTO

Este primeiro capítulo desta pesquisa tem por objetivo apresentar algumas das discussões e reflexões já produzidas em torno da ideia de *América* e de *América Latina*. O que tais noções pressupõem? Como se conformaram determinadas versões e visões sobre esta região geográfica e seus povos? Para responder a estas perguntas, na primeira seção do capítulo será desenvolvida uma revisão bibliográfica considerando as principais interpretações para a compreensão da temática. Nas seções seguintes serão apresentadas as definições de pan-americanismo, os principais tópicos em destaque nas conferências pan-americanas, bem como as questões suscitadas pela difusão do pan-americanismo no Brasil. Busca-se com isso situar os debates e iniciativas que a noção gerou em diferentes contextos.

2.1 A ideia de América e de América Latina

Segundo o historiador camaronês Achille Mbembe (2014), no decorrer do período atlântico, a Europa, antes uma pequena província do Planeta, inscreveu-se progressivamente em uma posição de comando em relação ao restante do mundo. Paralelamente a isso, ao longo do século XVIII, surgiram vários discursos acerca da natureza, da especificidade e das formas dos seres vivos, bem como das qualidades, traços e características dos seres humanos “e até de populações inteiras, que são especificadas em termos de espécies, gêneros ou de raças classificados ao longo de uma linha vertical.” (MBEMBE, 2014, p.37). Estas classificações, por sua vez, escalonaram e rotularam diferentes povos mundo afora. Nas precisas palavras do autor:

O alargamento do horizonte espacial europeu decorre juntamente com o controle e a contração da sua imaginação cultural e histórica e, até, em alguns casos, com um relativo enclausuramento do espírito. Efetivamente, uma vez identificados e classificados os gêneros, as espécies e as raças, nada resta senão indicar através de que diferenças eles se distinguem uns dos outros. Este relativo enclausuramento do espírito não significa necessariamente a extinção da curiosidade propriamente dita. Porém, desde a Alta Idade Média até a época das Luzes, a curiosidade enquanto faculdade do espírito e sensibilidade cultural era inseparável de um impressionante trabalho de efabulação que, quando incide sobre mundos outros, confunde sistematicamente as fronteiras entre o credível e o inacreditável, o maravilhoso e o factual [...]. O momento

gregário do pensamento ocidental será então aquele ao longo do qual, ajudado pelo instinto imperialista, o ato de captar e de apreender ir-se-á progressivamente desligando de qualquer tentativa de conhecer a fundo aquilo de que se fala. (MBEMBE, 2014, p. 38-39)

O poder de enunciar e de classificar, emanado do colonialismo, teve seus efeitos perversos na América também. O ato de nomear os novos espaços a partir da experiência e do olhar do colonizador foi um deles. Atentemos, nesse sentido, para aquilo que já chamava a atenção de Franz Fanon (2008), em seus escritos dos anos 1950: a questão da língua e de seu papel na formação dos sujeitos humanos. Para este autor, a colonização requer mais do que a subordinação material de um povo: “Ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e se entenderem. Ele identifica isso em termos radicais no cerne da linguagem e até nos métodos pelos quais as ciências são construídas. Trata-se do colonialismo epistemológico” (GORDON, L, 2008, p.15). Para formulamos a relação destas questões com o tema deste capítulo, é importante atentarmos às considerações de um conjunto de diferentes autores. Dessa forma, as reflexões do argentino Walter Dignolo (2007) são, para esta discussão, fundamentais.

O autor é um estudioso que se filia às teorias decoloniais. Em texto intitulado “Desobediencia epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad”, Dignolo (2010) explica o contexto de surgimento destes estudos. Segundo ele, durante a modernidade, a produção do conhecimento foi configurada por um único modelo epistemológico, como se o mundo fosse monocultural, eurocêntrico. Desde meados dos anos 1970, porém, a ideia de que o conhecimento era também um instrumento de colonização e que portanto a descolonização, em sentido amplo, implicava a descolonização do saber e do ser foi expressa de diversas formas. Na área da antropologia, o autor cita o antropólogo Darcy Ribeiro como exemplo. Na filosofia e sociologia, Enrique Dussel e Orlando Fals Borda.

Dignolo explica que Dussel trasladou a noção de que na economia existem centros e periferias para o âmbito do conhecimento e da filosofia. Nos estudos coloniais Robert Ricard refere-se à “conquista espiritual do México”. Serge Gruzinski segue seu exemplo na *Colonização do Imaginário*. Em 1986 Rodena Adorno publicou sua obra sobre Guamán Poma de Ayala argumentando que o livro deste foi um ato de descolonização. Nos final dos anos 1980, o sociólogo peruano Aníbal Quijano apresentou o conceito de *colonialidade* como sendo a parte invisível e constitutiva da modernidade. Em artigo de 1989 Quijano afirma que se o conhecimento é um instrumento imperial de colonização, uma das tarefas urgentes é

descolonizar o conhecimento. Ele também critica a noção de totalidade e apresenta um projeto de *desprendimento*. Conforme suas formulações, a matriz colonial do poder é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados onde a colonialidade do poder se vincula ao controle da economia, da autoridade, da natureza, dos recursos naturais, do gênero, da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento³⁶.

Walter Mignolo é, portanto, um profundo crítico do colonialismo e é nesse sentido que ele analisa o tema de seu livro intitulado “La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial” (2007). Segundo o autor, a ideia de América foi uma invenção europeia que eliminou as denominações dadas pelos povos que viveram no continente durante séculos antes que Colombo o “descubrisse”. O fenômeno tem sido descrito como “desculturação”, “desposseção” (material e espiritual), e em épocas mais recentes, como “colonização do saber” e “colonização do ser”. É por isso que ele indica que devemos considerar a “modernidade/colonialidade” como dois lados de uma mesma moeda e não como duas formas de pensamento separadas: não se pode ser moderno sem ser colonial e se nos encontramos no extremo colonial do espectro, devemos negociar com a modernidade, pois é impossível ignorá-la. Nas palavras do autor:

Quando nos despreendemos da crença natural de que a história é uma sucessão cronológica de fatos que conduzem à modernidade e colocam no centro da cena a espacialidade e a violência do colonialismo, a modernidade se associa intimamente com a colonialidade em uma distribuição espacial de nós que formam parte de uma organização *estrutural* e já não *linear* da história. Por outro lado, como a modernidade e a colonialidade são duas caras da mesma moeda, cada nó, além de ser parte de uma estrutura e não de uma linha, é heterogêneo em vez de homogêneo. Então, não se trata do “fim da história”, mas sim do “fim da ideia hegeliana de história”. Se em vez de conceber a história como um processo cronológico linear, pensamos em uma “heterogeneidade histórico-estrutural”, em processos históricos que interatuam, entendemos qual é a função da “ideia de América” e da de “Americanidade”, e nos daremos conta de que quer dizer que a modernidade e a colonialidade são duas caras da mesma moeda.” (MIGNOLO, 2007, p.72. Tradução nossa.)

³⁶ Algumas das fontes da descolonialidade encontram-se na *Nueva Crónica y Buen Gobierno* de Guamán Poma de Ayala; no tratado político de Ottobah Cugoano; no ativismo e na crítica descolonial de Mahatma Ghandi; na fratura do Marxismo em seu encontro com o legado colonial nos Andes; em José Carlos Mariátegui; na política radical o giro epistemológico de Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, entre outros. (MIGNOLO, 2010).

Vemos, então, que para este autor a ideia de América não pode separar-se da ideia de colonialidade: o continente em sua totalidade surgiu como tal, na consciência europeia, como uma grande extensão de terra da qual se apropriar e um povo que deveria evangelizar e explorar. Isso resultou na colonização dos territórios e também das subjetividades. A colonização do ser, por sua vez, consiste em nada menos que em gerar a ideia de que certos povos não fazem parte da história. Assim, enterradas sob a história europeia do descobrimento estão as histórias, as experiências e os relatos conceituais silenciados dos que ficaram de fora da categoria de seres humanos, de atores históricos e de entes racionais.

O processo de inferiorização dos não-europeus, por outro lado, esteve diretamente ligado à ideia de raça. Quando o termo “raça” (principalmente no século XIX) substituiu “etnia” e assim se colocou a ênfase no “sangue” e na “cor da pele” em detrimento de outras características da comunidade, “raça” se transformou em sinônimo de “racismo”:

O “racismo” surge quando os membros de certa “raça” ou “etnia” têm o privilégio de classificar as pessoas e influenciar nas palavras e nos conceitos desse grupo. O racismo tem sido uma matriz classificatória que abarca não apenas as características físicas do ser humano (sangue e cor da pele, entre outras), mas que se estende ao plano interpessoal das atividades humanas, que compreende a religião, as línguas [...] e as classificações geo-políticas do mundo (Oriente-Occidente, Norte-Sul, Primeiro, Segundo, Terceiro Mundo, o Eixo do Mal, etc.). A complexa matriz racial do mundo segue em pé, algo que se faz evidente quando observamos o mundo que nos rodeia e quando escutamos a retórica do neoliberalismo [...]. É importante recordar que a categorização racial não se aplica unicamente às pessoas, mas também às línguas, às religiões, aos conhecimentos, aos países e aos continentes. (MIGNOLO, 2007, p.42. Tradução nossa.)

Já a ideia de América Latina relaciona-se ao século XIX, quando se configuraram as designações de América Saxônica, ao Norte, e de América Latina, ao Sul. Neste momento, “América Latina” foi o nome eleito para denominar a restauração da civilização da Europa meridional, católica e latina na América do Sul e, ao mesmo tempo, reproduzir as ausências (dos índios e dos africanos) do primeiro período colonial. Segundo o autor:

A história de “América Latina” posterior à independência é a história multicolor da comunhão voluntária ou involuntária das elites locais com a “modernidade” que entranhou o empobrecimento e a marginalização dos povos indígenas, africanos e mestiços. A “ideia” de América Latina é a triste celebração por parte das elites criollas de sua inclusão na modernidade, quando na realidade submergiram cada vez mais na lógica da colonialidade. (MIGNOLO, 2007, p. 81. Tradução nossa.)

A ideia de América Latina que se forjou na segunda metade do século XIX dependeu de outra, a de “latinidade”, surgida na França. Entre as antigas colônias ibéricas, a ideia de América Latina surgiu dos conflitos entre as nações imperiais: a França a necessitava para justificar sua missão civilizadora no sul e sua disputa por essa área de influência com Estados Unidos. Como país que aderiu à Reforma, a França pertencia ao mesmo grupo que a Inglaterra e a Alemanha; no entanto, era predominantemente latino e, portanto, historicamente se contrapunha ao mundo anglo-saxão.

Ao final do século XIX, em um contexto de avanço do imperialismo, os intelectuais e funcionários franceses utilizaram o conceito de “latinidade” para tomar a dianteira entre os países latinos que tinham interesse na América (Itália, Espanha, Portugal), mas também para enfrentar a contínua expansão dos Estados Unidos até o sul (que se faz evidente na aquisição da Louisiana durante o governo de Napoleão e na apropriação de amplas franjas do território mexicano).

Na América do Sul e nas ilhas do caribe espanhol, as elites de *criollos* brancos e mestiços adotaram a “latinidade” depois da independência para criar sua identidade pós-colonial. O argumento de Mignolo é que a “América Latina” não é um subcontinente, mas sim um projeto político das elites *criollo-mestiças*. Dessa forma:

A ‘latinidade’, como temos visto, é a consequência dos conflitos imperiais e coloniais do século XIX, e da forma em que se construíram as diferenças imperiais e coloniais. Enquanto na Europa o conceito permitiu que os intelectuais e políticos franceses estabelecessem uma diferença imperial com as forças do mundo anglo-saxão com as que estavam em disputa (Inglaterra e Alemanha), na América do Sul a ideia foi útil aos intelectuais e políticos *criollos* para autodefinir-se em contraposição com seu competidor anglo-saxão na América: Estados Unidos. Porém, o lugar da “América Latina” na nova ordem mundial foi o de uma configuração histórico-política e cultural subalterna. Para dizê-lo de outro modo, a diferença cultural que construíram os ideólogos do Império espanhol para justificar a colonização da América (por exemplo, a inferioridade dos índios e o caráter não-humano dos escravos africanos) se manteve e intensificou-se nas repúblicas independentes. Assim, depois da independência, a diferença colonial se reproduziu na diferença colonial *interna*. A ideia de *latinidade* contribuiu para disfarçar a diferença colonial interna com uma identidade histórica e cultural que parecia incluir a todos mas que, na realidade, produzia um efeito de totalidade, silenciando os excluídos. Portanto, a *latinidade* criou um novo tipo de invisibilidade para os índios e os descendentes de africanos que viviam na América Latina. (MIGNOLO, 2007, p. 111-112. Tradução nossa.)

Na primeira metade do século XIX, depois do surgimento de diferentes Estados-nação como consequência da independência da Espanha, a ideia predominante não era a de América

“Latina”, mas sim a de “Hispano-américa”. O autor recupera a interpretação do uruguaio Arturo Ardão, segundo o qual a ideia de América Latina se materializou na cumplicidade triangular da intelectualidade francesa, espanhola e *criolla* hispano-americana. Para Ardão, América Latina surgiu dentro do movimento de orientação das elites *criollas* sob a égide da França, uma vez que a Espanha “perdeu o trem da Modernidade” no século XVIII e a França passou a ser o modelo também dos intelectuais espanhóis.

Quem contribuiu para impor a ideia de “latinidade” na América Hispânica foi Michel Chevalier, intelectual francês. Para Chevalier a Europa tinha uma dupla origem: latina (romana) e teutônica (germânica). O primeiro compreendia os países e os povos meridionais e o segundo abarcava os países e povos do norte, incluída Inglaterra. A Europa latina era católica; a Europa teutônica, protestante. Projetando essa separação na América, Chevalier afirmava que os dois ramos, o latino e o germânico, se reproduziram no Novo Mundo. Assim como a Europa Meridional, a América do Sul seria latina e católica; América do Norte, por outro lado, teria uma população protestante e anglo-saxã³⁷.

Por um lado, a noção de América Latina deu lugar à ideia de uma nova unidade continental, o quinto lado que se agregava ao tetrágono vigente do século XVI. Por outro lado, trouxe a ascensão da população de origem europeia e apagou a população indígena e afro³⁸.

³⁷ Outro intelectual importante para a formulação e difusão destas concepções foi o colombiano José Maria Torres Caicedo, que, tendo escrito no século XIX, “foi uma figura chave na justificação e divulgação da ideia de ‘América Latina’. Segundo Torres Caicedo, existe uma América Anglo-saxã, uma América holandesa, uma América dinamarquesa, e assim sucessivamente; também existem uma América espanhola, uma América francesa e uma América portuguesa, e a este grupo se aplica o adequado nome científico de latina. Francófilo empedernido, Torres Caicedo viveu muito tempo na França e manteve boas relações com o poder francês. Ainda que seu nome seja um dos primeiros que vêm a mente quando se menciona o nome ‘América Latina’, não era o único com esses interesses, e de fato defendia uma postura geopolítica comum, que respondia aos interesses imperiais franceses. Certamente, Torres Caicedo não ‘representa’ todo o pensamento da época, mas se ‘representa’ a um setor da intelectualidade para o qual, até não faz muito tempo, a França representava o ideal da política e da cultura literária. A ‘latinidade’ passou a designar a um governo espanhol e português e a uma sociedade civil americana educada, que voltava o olhar para a França e dava as costas à Península Ibérica. Assim como John Locke, Davi Hume, Thomas Hobbes e outros pensadores britânicos se associam com a cultura política dos Estados Unidos, os nomes de Rousseau, Voltaire e Montesquieu aparecem ligados à cultura política da América Latina.” (MIGNOLO, 2007, p. 83. Tradução nossa.)

³⁸ Segundo Armando de Melo Lisboa (2014), o termo América Latina ofusca a grande diversidade cultural nela existente, dando continuidade ao processo colonizador de redução e submissão destas diferenças, sendo os não-europeus considerados raças inferiores. Assim, “ao invés de uma conotação puramente geográfica, impingiu-se uma categorização racial do continente, preconceituosa e desqualificadora das massas populares, mas que também acabará desclassificando socialmente todos que habitavam este subcontinente.” (LISBOA, 2014, p. 511). Este autor também aponta a debilitação progressiva do conceito de América Latina, manifesto em buscas por, inclusive, denominá-lo de outra forma, o que é por ele lido como uma forma de desobediência epistêmica: “Se as antigas civilizações daqui originárias tinham inúmeras denominações para estas terras (*Tawantinsuyu*, para

Portanto, a ideia de América *Latina* não era um ente já existente antes de se iniciar o relato que construiu a ideia de modernidade e, ao fazê-lo, imaginou um passado anterior (A Idade Média) e um espaço bárbaro (As Índias Ocidentais para uns e a América para outros). Por isso, na argumentação de Mignolo, *América Latina* é um personagem fundamental do relato da modernidade. A modernidade não é, tampouco, um ente que se desloca da Europa e chega a uma América Latina já existente que o estava esperando. Muito pelo contrário, América *Latina* é uma das consequências da refiguração do mundo moderno/colonial provocada pelo duplo processo de descolonização do continente americano e emancipação do europeu.³⁹

É importante apontar, no entanto, a ressignificação da ideia de América Latina, que ocorre ao longo do século XX. Já na última década do século XIX, José Martí, escritor, ativista e ideólogo cubano, lançou uma nova e mais aberta versão do livro “Latinidad” com sua famosa proclamação política “Nuestra América”. O programa de Martí deu as costas aos projetos que colocavam a Europa no centro das referências de desenvolvimento e se voltou para as civilizações mesoamericanas (maias, incas, astecas). Depois de Martí, e depois do líder político e intelectual peruano José Carlos Mariátegui na década de 1920, a ideia da América Latina

a região andina; *Anáhuac*, México; *Pindorama*, Brasil...), está se tornando corrente renomear toda a América, especialmente a América Latina, como *Abya Yala*, vocábulo provindo da língua Kuna – onde significa *terra de vida, terra madura* – nação indígena que atualmente vive no litoral do Panamá. Zona geopolítica emblemática onde os primeiros genocídios se instalaram, América Central e Caribe hoje é lugar de fortes relações entre europeus, índios, negro e asiáticos, de intensas fermentações de convivialidade pós-colonial, multitudinária. Não é acidente que esta região ofereça uma expressão grávida de perspectivas descolonizadoras para todo o continente.” (LISBOA, 2014, p.516)

³⁹ Nesse sentido, Maria Lígia Prado (2009), ao refletir sobre a questão das identidades, aponta que, após a independência, as elites latino-americanas aspiravam consolidar sua dominação sobre as diversas sociedades nacionais, baseadas numa identidade homogênea que lhes garantisse a hegemonia política: “Assim, postularam-se como portadoras do ‘espírito civilizador’ e da ‘razão letrada’ que lhes conferiam legitimidade para colocar-se acima de negros, índios e mestiços e justificar seu poder. A repetição de imagens, símbolos, valores nos discursos dominantes pretendia construir uma identidade nacional que lhes reservasse esse lugar privilegiado. A desqualificação sistemática de *los de abajo* justificou sua exclusão da esfera política e garantiu a manutenção do poder das elites. Estas, porém, jamais conseguiram fazer desaparecer esse ‘outro’ negado e mostrado como inferior ou bárbaro. A despeito do esforço para que fossem esquecidos, os pobres, as mulheres, os índios, os negros, os mestiços emergiam e penetravam nos discursos políticos, nos romances, na pintura, indicando a heterogeneidade da sociedade. Mais ainda, os subalternos aprenderam a linguagem dos dominantes e foram capazes de formular suas reivindicações, empregando uma retórica própria - por exemplo, a do liberalismo no século XIX. Interessante é enfatizar que, no presente, boa parte dos intelectuais trabalha com a idéia de uma América Latina cuja cultura é mesclada, mestiça, híbrida. Ao lado das identidades nacionais, no fim do século XIX, a concepção de uma identidade latino-americana foi elaborada em oposição a um “outro” externo, os Estados Unidos. Tal sentimento de unidade ganhou força e adeptos, pois coincidia com a inauguração de uma agressiva política externa norte-americana traduzida em intervenções armadas no Caribe e na América Central.” (PRADO, 2009, p. 69-70)

sofreu uma mudança radical nos anos 1960 através da filosofia da libertação e da teoria da dependência. Também na década de 1960, a descrição de Franz Fanon acerca do colonialismo mudou os termos das conversas em que os projetos imperiais franceses moldaram a ideia de “Latinidade” (MIGNOLO, 2007).

O livro organizado por Cláudia Wasserman e Eduardo Devés-Valdés, intitulado “Pensamento latino-americano além das fronteiras nacionais” nos auxilia a compreender o percurso intelectual de pensadores latino-americanos e caribenhos que ultrapassaram “o âmbito do Estado nacional e realizaram reflexões sobre as sociedades latino-americanas como um conjunto articulado e orgânico, seja no aspecto subcontinental ou regional (América do Sul, América Andina, América Central ou Caribe)” (WASSERMAN; DEVÉS-VALDÉS; 2010, p. 7). São vários os autores analisados no livro, mas para fins de organização das ideias desta tese, é conveniente nos determos em três deles: José Martí, Mariátegui e Ruy Mauro Marini. Observarmos de forma mais detida a trajetória destes três intelectuais latino-americanos nos auxiliará a compreender a resignificação da ideia de América Latina⁴⁰ descrita por Walter Mignolo.

⁴⁰ Para a compreensão, em linhas gerais, das discussões sobre o latino-americanismo, é significativa a leitura da dissertação de mestrado de Flávia Maria Ré (2010). Ela menciona, por exemplo, as duas fases do desenvolvimento da ideia de América Latina, dando destaque para a figura do uruguaio Rodó, autor do livro *Ariel*, publicado em fins do século XIX. O livro foi uma reação do “espiritualismo do Sul” frente ao “utilitarismo do Norte”. Sua mensagem, de forte teor latino-americanista, teve grande repercussão na época. Foi, em parte, inspirado pela intervenção norte-americana na guerra hispano-americana de 1898. Nele, o autor alertava para os perigos da expansão do utilitarismo e do pragmatismo norte-americano. O crescimento, na América Latina, da admiração pela força e riqueza dos Estados Unidos poderia levar à uma imitação servil de suas insituições, costumes e ideias. Além de citar a rejeição de certas posturas estadunidenses, a autora também destaca que, além de temor, a expansão e o progresso dos Estados Unidos também causavam aprovação. Ela cita, nesse sentido, algumas posições assumidas pelo argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888). Para ele, apesar das diferenças históricas, o país do Norte podia ser visto como modelo a ser adotado pelas demais sociedades americanas. Estas argumentações aparecem no livro *Conflicto y armonía de las razas em América*, publicado em 1883. O autor coloca a questão racial como a principal diferença entre a colonização espanhola na região do Prata e em relação à da inglesa na América do Norte. A imigração e a educação seriam, para ele, as principais soluções para a América Hispânica. Desse modo: “Sarmiento, ao invés de opor-se aos Estados Unidos, no seu ininterrupto movimento em direção ao progresso no final do século XIX, achou mais prudente tentar aproximar-se daquele país.” (RÉ, 2010, p. 48). É importante destacar que as ideias de Sarmiento podem ser lidas como parte do pensamento latino-americano do período. Nesse sentido, Cláudia Wasserman (2013) afirma que: “A introdução de Sarmiento ao seu Facundo constitui-se numa descrição detalhada dos problemas encontrados no país para organização nacional e é elemento exemplar das questões que preocupavam essa geração: clima, terra, raça e paisagem. Se a paisagem ajudava, em alguma medida, no progresso, como no caso da abundância dos rios navegáveis, Sarmiento distinguia o homem como responsável pela não utilização desse formidável recurso. Imbricados, esses quatro elementos eram tidos como responsáveis pelo atraso argentino.” (WASSERMAN, 2013, p. 35)

José Julian Martí Perez (1853-1895) foi, segundo Eugênio Rezendo de Carvalho (2010), um dos intelectuais hispano-americanos mais universais da segunda metade do século XIX. Martí entendia que o mundo progredia do caótico e do aleatório à harmonia e à ordem. Esta dinâmica, contudo, não se concretizava por meio de movimentos idênticos nos diferentes lugares da terra, mas sim por movimentos paralelos que, ainda que semelhantes, obedeciam a distintos ritmos. Os conceitos de “pátria” e de “humanidade” permitiram a Martí conciliar universalidade com identidade regional:

O pensador cubano simplesmente estendeu ao âmbito continental o mesmo conjunto de princípios que formavam a base de seu conceito de pátria. Seu discurso assumiu, dessa forma, um nítido conteúdo supranacional, quer dizer, em seu projeto de atribuição de uma identidade americana se reconhecia a existência de uma pátria para além das fronteiras impostas pelos estados nacionais do subcontinente hispano-americano. Tal como seu patriotismo, seu americanismo se apoiou na consciência do imperativo de avançar no caminho de uma nova ordem social para a América, sustentado por determinados princípios morais. Situado entre um nacionalismo extremado, de tom regionalista, e um cosmopolitismo sem raízes, o patriotismo martiano se manteve coerente com sua visão de mundo e da humanidade, como um fator de “consciência moral”, como “la levadura mejor [...] de todas las virtudes humanas”. Como dever da humanidade e personificação do bem comum, a pátria simbolizou para o intelectual cubano o meio privilegiado de materialização de seu ideal ético humanista. (CARVALHO, 2010, p. 138)

O americanismo de Martí se consolidou em sua relação de diferenciação de outro projeto de identidade continental “condensado na ideia de pan-americanismo e na proposta de estender ao âmbito continental os valores e o modo de vida estadunidense.” Era nessa oposição que ganhava sentido a ideia de “Nuestra América”. Dessa forma, em relação aos Estados Unidos, Martí mantinha postura crítica, considerando este país uma “outra” América. Ele negava os Estados Unidos como paradigma sociocultural a ser imitado por todo o continente⁴¹.

⁴¹ Segundo Cláudia Wasserman (2013), em fins do século XIX e início do século XX, em contraposição ao positivismo dominante, percebia-se, gradualmente, o surgimento da defesa do indigenismo nos países da América espanhola e, no Brasil, do negro; a valorização da cultura pré-ibérica; a negação do modelo norte-americano e a avaliação dos prejuízos que ele poderia causar. Conforme a autora: “Essas ideias apareceram no início do século XX e seus principais expoentes fizeram escola no pensamento político latino-americano. Foram eles o cubano José Martí e o uruguaio José Enrique Rodó. Eles inauguraram o que mais tarde ficaria conhecido como ‘Hora Americana’. Ambos achavam que o principal obstáculo à unidade nacional era justamente a adoção de modelos como o norte-americano. Pensavam que a adoção desse modelo frustrava a possibilidade de colocar em prática os processos de unificação nacional, cujas ideias existiram com muita anterioridade aos movimentos de independência. Por isso mesmo, Martí propunha que se realizasse a Segunda Independência.” (WASSERMAN, 2013, p.61). A autora, contudo, pondera sobre certo exagero em

Outra trajetória importante para compreendermos a ascensão de uma nova concepção de América Latina é a do peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930). No ano de 1918, ele participou na fundação da revista *Nuestra Época*, quando passou a assumir sua posição socialista. Ele participou da fundação do primeiro Partido Socialista do Peru. Segundo Antônio Carlos Peixoto (2010), Mariátegui era um autodidata, não tendo frequentado a universidade. Sua preocupação era compreender a América hispânica em toda a sua complexidade.

O contexto em que o autor publicou suas ideias foi a década de 1920. Este período foi marcado, na América Hispânica, pela expansão da atividade econômica (aumento das exportações e maior investimento industrial, por exemplo). Com isso, houve a formação de sindicatos e dos partidos comunistas. Ao mesmo tempo, ocorria o declínio da influência inglesa e o aumento da presença dos Estados Unidos. Foi também o momento em que explodia na América Latina a “questão universitária”, que discutia o papel da universidade na sociedade.

No ano de 1928 Mariátegui publicou um de seus livros mais importantes, intitulado *Sete Ensaios de interpretação da realidade peruana*. Nele, o autor discute a conquista espanhola e a entende como uma ruptura com a sociedade incaica, da qual tinha uma leitura bastante positiva. Também pontuou as diferentes formas de colonização da América do Norte e da América Hispânica. Ainda que não fosse “particularmente encantado com as virtudes do capitalismo norte-americano, Mariátegui reconhecia, porém, nos Estados Unidos determinados atributos que faltavam à América Latina.” (PEIXOTO, 2010, p. 200). Sobre a questão indígena, o autor era bastante radical. Para ele, o tema só seria resolvido quando o índio voltasse a ser proprietário. A existência do latifúndio, por sua vez, impossibilitava o acesso do indígena à terra. Sem acesso, a integração dos indígenas à sociedade não ocorreria. Uma das ideias centrais de Mariátegui era da nação desintegrada e das grandes maiorias nacionais deixadas de lado: “sem as grandes maiorias nacionais, não há nação, não há governo, não há Estado e não há arte.” (PEIXOTO, 2010, p. 206). Este autor, portanto, teve papel fundamental no sentido de pensar a construção de uma noção mais inclusiva de América Latina, na qual a população indígena tinha espaço de forma positiva.

Este movimento de busca por ultrapassar as fronteiras nacionais da América Latina ocorreu de diversas formas, em diferentes frentes. Nesse sentido, é significativo o estudo de

atribuir a Rodó a construção de um pensamento que exaltasse a maneira de ser latina, quando na verdade sua perspectiva era muito mais voltada à valorização do europeu em contraposição ao modo de ser utilitarista norte-americano. Nesse sentido, ela ainda chama a atenção para o fato de que, nas obras de Martí e Rodó: “(...) fala-se de integração latino-americana quando as prédicas de ambos a respeito das possibilidades de união diziam respeito a uma postura pan-americana, muito mais do que a ideia de integração subcontinental.” (WASSERMAN, 2013, p. 79).

Gabriela Pellegrino Soares (2006). A autora, ao analisar alguns movimentos de aproximação e de troca realizados por personagens proeminentes do universo literário e educacional latino-americano das primeiras décadas do século XX, aponta que certos intelectuais expressavam a convicção de estarem criando não só uma literatura, mas uma consciência do continente. Segundo a autora:

Com efeito, ao longo da primeira metade do século XX, é possível ver nascer, em diferentes movimentos, a percepção de que a América – Espanhola, para uns, para outros Latina, ao envolver o Brasil – estava apta a desenvolver seus próprios “meridianos intelectuais”, podendo as nações que a integravam buscar inspiração e referência umas nas outras, e não apenas na Velho Mundo, cujo modelo foi por muito tempo tomado como única possibilidade de superação da ‘barbárie’ local. (PELLEGRINO SOARES, 2006, p. 243).

Pellegrino afirma que a poetisa, professora e cônsul chilena Gabriella Mistral, por exemplo, tinha contatos com Cecília Meirelles, que pediu para que Mário de Andrade a recebesse, quando de sua estada no Brasil, no ano de 1973. Este, por sua vez, publicou artigo no Estado de São Paulo, falando de seu encantamento pela poetisa que, no ano de 1945, ganhou o Nobel de Literatura. A troca de correspondência entre Monteiro Lobato e diversos escritores argentinos, bem como o diálogo entre Cecília Meireles e Manuel Bandeira com o escritor mexicano Alfonso Reyes também são citados como indícios desse desejo de conhecimento e aproximação entre os(as) intelectuais da América Latina.

Para concluirmos este panorama a respeito da transformação da ideia de América Latina, cabe aqui nos determos em alguns aspectos da biografia de Ruy Mauro Marini (1932-1997). Segundo Claudia Wasserman (2010), o início da sua formação intelectual se deu no Rio de Janeiro dos anos 1950 e, segundo ele mesmo, suas influências foram ligadas aos intelectuais que se dedicavam ao programa nacional-desenvolvimentista (com vínculos com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, e com a Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL). Questões como crescimento econômico, processos de industrialização, classes sociais e transformação social estavam em voga neste contexto. A Revolução Cubana, por sua vez, teve grande impacto na historiografia latino-americana.

Neste mesmo período, Marini foi para a França (1958), onde teve contato com militantes africanos, cambojanos e vietnamitas tendo tornado-se sensível ao processo de descolonização. Além disso, ele torna-se membro da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP). No ano de 1962 ingressou como professor na recém-fundada Universidade de

Brasília (UnB). Com o golpe de 1964, foi demitido. Após ter sido preso, sequestrado e preso novamente pela ditadura brasileira ao longo de 1964, foi libertado e rumou para o México, tendo vivido também no Chile.

Este exílio lhe rendeu inúmeras redes intelectuais em toda a América Latina, que lhe propiciaram a formação de uma perspectiva transnacional e de uma consciência latino-americana. A partir de suas experiências docentes no Colégio do México, Marini passou a refletir sobre a América Latina a partir do marxismo. No ano de 1967, publicou “subdesarrollo y revolución en America Latina”, texto que tinha por objetivo “demonstrar que o subdesenvolvimento era um modo particular da América Latina integrar-se ao capitalismo mundial.” (WASSERMAN, 2010, p. 40). Gradualmente, Marini passou a ser um autor pioneiro no que viria a ser chamado de “teoria marxista da dependência”. Suas ideias passaram a se opor às teses da CEPAL, que apostavam na viabilidade do desenvolvimento autônomo do capitalismo⁴². Além da militância na constituição de redes intelectuais na América, “Marini ajudou a construir uma teoria que, independentemente de todas as críticas que se possa fazer a suas premissas, tinha o inegável mérito de se constituir em um pensamento do mundo periférico elaborado a partir de intelectuais da região [...]” (WASSERMAN, 2010, p. 48).

A partir das trajetórias destes três intelectuais latino-americanos pudemos acompanhar a ressignificação da ideia de América Latina, a qual se operou desde fins do século XIX em diferentes áreas do conhecimento e em diversos países. Este foi um movimento que tomou forma com a colaboração de distintos autores. Nesta seção exercitamos o olhar interno acerca do subcontinente. Na próxima, buscaremos descrever e analisar a construção de um olhar externo, norte-americano, sobre os territórios ao sul. Nas linhas que seguiremos observar como a ideia de América Latina foi pensada nos Estados Unidos neste mesmo recorte temporal (fins do século XIX e ao longo do século XX).

2.2 A ideia de América Latina nos Estados Unidos

Antes de nos determos no tema específico desta seção, qual seja, a visão dos Estados Unidos sobre a América Latina, é importante elaborarmos algumas considerações sobre a

⁴² No ano de 1969, em razão de desentendimentos com o governo mexicano, teve de ir para o Chile, onde teve a companhia de outros intelectuais brasileiros exilados, bem como de outros chilenos e hispano-americanos. Em 11 de setembro de 1973, teve de migrar em razão do golpe de estado no Chile. Voltou para o México, onde seguiu lecionando e pesquisando. No ano de 1979, beneficiado pela lei da anistia, pôde retornar ao Brasil. Em 1987 foi readmitido na UnB.

autorepresentação e acerca do nacionalismo norte-americano. Este exercício será válido para a compreensão do olhar sobre *os outros* que vivem ao sul, isto é, sobre nós, os(as) latinos(as).

Segundo Fernando Catroga (2005), em ensaio intitulado “EUA – *One Nation Under God*”, neste país existe uma *religião civil*⁴³ estabelecida, que auxilia na produção do consenso social. Esta *religião civil* é composta por um corpo de crenças e símbolos banalizados no viver coletivo: tem profetas, mártires, grandes acontecimentos e lugares de memória. Ela embasa a autorepresentação da *América*: uma nação que deveria servir de luz para as demais, uma nação modelar – como Deus queria que fosse uma nação.

Desse modo, o nacionalismo norte-americano é baseado na ideia de que seu povo tem um lugar e um papel especial no mundo e na história humana. Nesta sociedade, o presidente da República é visto como uma espécie de “pontífice máximo” e no Capitólio – esta réplica do Vaticano –, encontra-se a sua sede espiritual. Os EUA, inclusive, se proclamam “One Nation Under God”. Na interpretação de Catroga, as características de culto à pátria se manifestam de diferentes formas em todos os Estados-Nação modernos, mas nos EUA elas tem algumas especificidades:

Aqui, a religião civil prolonga uma velha tradição bíblica, que se plasma na sua estruturação, seja para reivindicar mitos de origem, seja para qualificar o *manifest destiny* do povo americano como “povo eleito”. Boa parte da sua retórica é bebida no Livro (em particular no Antigo Testamento) e tem na sermonaria o seu gênero de oratória por excelência [...]. Indo ao fundo das coisas, pode mesmo sustentar-se que ela põe em ação uma mundividência, pois contém uma arquetípica mitificação das origens (caracterização da América como um novo mundo (a “city up a hill”), iniciador de uma nova ordem do tempo (culto dos *Founding Fathers*); encerra uma *história da salvação*, que narra como Deus protege os americanos de seus inimigos; fomenta ritos (discursos, inaugurações, funerais nacionais, etc.) que elegem e promovem os seus *santos* (Washington, Jefferson, Lincoln, e outros), iconograficamente popularizados como heróis e mártires (em Washington D.C., as suas imagens estarão mais profusamente espalhadas do que as dos santos católicos em Roma); não dispensa, igualmente, um *corpus* sagrado de textos, cuja hermenêutica vai sendo renovada; enfatiza a dimensão sacrificial do serviço à Pátria (o seu modelo é o martírio de Lincoln, não raro comparado ao de Cristo) e, sobretudo o culto cívico dos mortos, no qual o cemitério de Arlington é o lugar de memória mais importante; sacraliza objetos, sendo o mais cultuado a bandeira nacional, a qual, por sua vez, também se encontra exposta nos altares das Igrejas; invoca um credo maior – a liberdade [...]. E para que tudo isto ganhe sentido e seja mobilizador, ela transporta consigo

⁴³ Conceito apropriado de Rousseau, segundo o qual a religião civil postulava a crença num Deus transcendente, na imortalidade da alma e no Juízo Final, premissas tidas como necessárias para a sacralização do próprio contrato social.

uma esperança simultaneamente transcendente, secular e histórica – um *manifest destiny*. (CATROGA, 2005, p.29-30)

Como podemos constatar, todo este discurso passa pela autoimagem da nação como sendo definida pelo progresso, pela liberdade individual e pelo empreendedorismo. A sua história é lida como sendo a expressão de um destino manifesto: ser a grande nação do futuro. Em termos concretos, reivindicava-se o direito de os Estados Unidos ocuparem todo o continente em nome da realização dos valores consignados nos seus textos fundadores.

Para tanto, o conceito de *manifest destiny* era estratégico. Conforme Catroga, tal noção começou a ser popularizada na década de 1840, pois ela justificava bem a política expansionista contra o México (1846-48), ao mesmo tempo que legitimava a aniquilação ou o controle dos índios, maneira de sacralizar a ofensiva a caminho do Oeste, ou melhor, a construção de uma nação do Atlântico ao Pacífico. E a sua utilização não deixou de ser permanentemente reatualizada. Assim, o autor conclui que, se ela nasceu em uma conjuntura específica, ultrapassou-a, pois condensa alguns dos componentes nucleares da ideologia americana, isto é, a reivindicação da índole excepcional da sua experiência histórica, a exaltação dos valores nacionalistas e o direito ao expansionismo. E tudo isso supõe a existência de um povo eleito para a concretizar, porque superior aos que não receberam aquela graça⁴⁴. Resta saber como este discurso foi articulado e tornado palatável aos demais países da América. Para tanto, é necessário que acompanhem as construções em torno da ideia de América Latina nos Estados Unidos, bem como dos significados atribuídos ao pan-americanismo. Veremos que, nesta tarefa, o papel dos intelectuais foi fundamental.

⁴⁴ Fernando Catroga também articula a ideia de *manifest destiny* à de *frontier*, elaborado por Frederick Jackson Turner e exposto na comunicação que, em 1893, fez à American Historical Association: “E se outros argumentos não pudessem ser invocados para justificar a analogia, lembre-se que Turner o elaborou levando em conta o contributo que a expansão para o Oeste trouxe para a formação do caráter americano [...]. Mais do que uma demarcação topográfica ou geográfica, o conceito de *frontier* refere a existência de uma linha invisível, ‘between savagery and civilization... The American frontier is sharply distinguished from the European frontier – a fortified boundary line running through dense populations. The most significant thing about American frontier is, that it lies at the hither edge of free land.’ Como quem diz: a fronteira ‘is the line of most rapid and effective Americanization’, porque foi ela quem modelou os valores essenciais do caráter nacional americano, a saber: o individualismo, a mobilidade física e social, o espírito de inovação, o ideal de auto-realização, a persistência, o espírito de iniciativa, a atitude preventiva em relação à autoridade, o voluntarismo reflexivo e organizado, a sinceridade, o senso prático e otimista, o self-government, a fé na tecnologia, a crença nos valores rurais. E o acesso à ‘terra livre’ que ela possibilitou, tanto por parte da população americana, como de muitos imigrantes europeus, terá ajudado a implantar o respeito pelos valores individuais e pela democracia.” (CATROGA, 2005, p.68-71)

A pesquisa de Mark Berger (1995) é significativa para compreendermos a conexão entre os estudos latino-americanos na América do Norte⁴⁵ e a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, com foco principal na crise dos anos 1980 na América Central. O autor busca, nesse sentido, expor a relação direta entre o domínio dos EUA na América Central e os estudos norte-americanos sobre a região. Em suas palavras:

O estudo profissional sobre a América Latina está embutido em uma longa tradição de vê-la através dos olhos norte-americanos. E será argumentado aqui que, devido a esta tradição, a qual repousa em poderosas ideias liberais e tem sido disfarçadas em noções de “objetividade” e comprometimento com discursos científicos e racionais, muitos especialistas em estudos latino-americanos estão, assim como os *policy makers* estadunidenses, indiferentes à América Latina. No coração desta indiferença repousa uma profunda relação entre conhecimento e poder. Por exemplo, a instabilidade em boa parte da América Central, atualmente e historicamente, decorre de um conjunto de fatores internos e externos; entretanto, isso pode ser, em parte, atribuído à intervenção direta e indireta de Washington ao longo dos anos, bem como ao impacto do capitalismo transnacional e norte-americano na região. Além disso, as crises recorrentes podem ser associadas ao tipo de conhecimento produzido pelos discursos profissionais dominantes, os quais buscam “entender” e objetificar a América Central e as Américas como um todo de um modo que continua a complementar a hegemonia norte-americana e a ordem liberal internacional. (BERGER, 1995, p. 19-20. Tradução nossa.)

O conceito organizador do estudo é a noção de *discurso* (pensado a partir de Michel Foucault e Edward Said). Berger está interessado naquilo que é silenciado e naquelas histórias que não são noticiadas. A atenção às relações entre poder e conhecimento é fundamental. Desse modo, o autor enfatiza que os estudos latino-americanos, como um conjunto de discursos e práticas profissionais que emergiram na América do Norte durante a primeira metade do século XX, facilitaram a criação e a manutenção de instituições, organizações, relações interestatais e estruturas político-econômicas que reforçam e sustentam a posição hegemônica dos Estados Unidos nas Américas.

Segundo este autor, no discurso dos intelectuais liberais é dada preferência à expressão *esferas de influência e de interdependência*. Nesta chave de leitura, no início dos anos 1920, os EUA teriam iniciado uma missão para ajudar a modernizar os países atrasados da América Central e do sudeste asiático. Berger, ao contrário, busca analisar o *imperialismo* estadunidense

⁴⁵ Segundo Berger, “América do Norte” é por ele pensada como um termo político, socioeconômico e cultural que engloba primeiramente os Estados Unidos, embora também diga respeito, em menor grau, ao Canadá. Ele o emprega como contraponto à ideia de América Latina.

na América Latina. Neste exercício, justifica o uso do conceito de imperialismo, uma vez que, a partir dos anos 1970, este deixou de ser apenas sinônimo de colonialismo (estabelecimento formal de colônias), mas passa a designar também o controle e exploração formal e informal sobre povos mais fracos por estados-nação industrializados e poderosos.

Para este autor, a própria origem do termo América Latina elucida as relações entre conhecimento e poder, além de mostrar a tendência dos EUA de verem a região de forma unitária. A representação homogeneizadora da América Latina, por seu turno, contribuiu para a conformação de visão exotizante a respeito do subcontinente. Ademais, esta América Latina homogeneizada estaria sempre precisando da proteção e da liderança dos EUA. Um elemento fundante deste discurso é a concepção de história presente nos estudos sobre América Latina desenvolvidos nos EUA: a história é vista como linear e é escrita a partir de uma narrativa ideal, a qual a compreende como uma progressão em direção ao industrialismo democrático. Em um contexto descrito pelo autor como sendo de “comprometimento com a teleologia liberal”, a história é entendida como a ascensão das nações a uma democracia liberal e ao capitalismo industrial. Neste cenário, o desenvolvimento político e econômico norte-americano é o padrão a partir do qual a história do restante do mundo deve ser medida. Esta ideia será desenvolvida no próximo capítulo, quando será analisada a coleção “Pan American Patriots”, publicação da União Pan-Americana.

Neste momento, é importante que nos detenhamos um pouco mais na compreensão da construção histórica do conceito de *Latin America* nos Estados Unidos. Para tanto, o estudo do cientista político João Feres Jr. (2005) é uma referência indispensável. Nele o autor pesquisa os contornos semânticos do conceito na linguagem acadêmica e na linguagem comum, valendo-se da teoria semântica dos contra-conceitos assimétricos, de Reinhart Koselleck. Segundo o estudioso, a expressão *Latin America* foi definida como antagônica à imagem da *America* do Norte gloriosa:

Minha tese principal é a de que *Latin America* tem sido definida no inglês americano, tanto na linguagem comum quanto nos textos especializados, como o oposto de uma auto-imagem glorificada de *America*. A título de introdução, demonstrarei essa tese através de um experimento semântico parcimonioso que requer um mínimo de informações históricas. Mais especificamente, tratarei de mostrar que, no inglês usado hoje em dia, há uma assimetria fundamental entre a percepção do Eu coletivo americano e do Outro Latino Americano. (FERES JR., 2005, p. 10)

As referências pejorativas para designar os americanos do centro-sul aparecem em dicionários, jornais e em discursos presidenciais desde o final do século XIX. A *Latin America*,

nestes discursos, aparece como herdeira de uma série de características consideradas negativas pelos Estados Unidos: religião católica, mestiçagem étnica, tradicionalismo das instituições político-sociais, machismo, acomodação em relação ao trabalho, território sem organização nem ordem.

A produção acadêmica, por sua vez, também colaborou com a divulgação de visões pré-concebidas sobre a *Latin America*: “dar significado a essa expressão, requer isolar, identificar e avaliar um Outro grupo humano, o que, afinal de contas, é a tarefa precípua dos *Latin American Studies*.” (FERES JR., 2005, p. 23). Feres Jr. apresenta, nesse sentido, as análises acadêmicas sobre a modernização da *Latin America* e a literatura da estabilidade política latino-americana, as quais são por ele lidas como promotoras dos interesses da política externa norte-americana durante os anos 1960. Estes acadêmicos colaboraram para justificar, junto à opinião pública dos Estados Unidos, a intervenção e o treinamento dos militares em projetos de coibição do desenvolvimento do comunismo no continente. Segundo o autor, evitar o avanço do comunismo era um meio de garantir a continuidade da influência do capitalismo na região.

A depreciação da *Latin America*, inclusive, foi superdimensionada, como uma forma de justificar o domínio “natural” dos Estados Unidos na condução do progresso continental. Os livros-textos utilizados nas universidades, por seu turno, também contribuíram com a reprodução de estereótipos negativos sobre a cultura latino-americana. É nesse sentido que Feres Jr. analisa o posicionamento de alguns autores:

Oposição assimétrica temporal, expressa sob forma de não-concomitância, é a primeira coisa que Keen e Wasserman ensinam aos estudantes americanos sobre a *Latin America*: enquanto os norte-americanos vivem apenas no presente, os *Latin Americans* vivem o passado no presente. A diferença entre a América do Norte e *Latin America* é claramente estabelecida em termos de relações diversas com o tempo histórico. Enquanto na América do Norte o passado foi deixado para trás, na *Latin America* sua forte influência ainda é sentida. Ao descrever a *Latin America* através da oposição assimétrica temporal, o autor reduz todas as experiências na região a um denominador comum, que é definido externamente como a negação da auto-imagem americana de progresso e inovação contínuos. (FERES Jr., 2005, p. 250-251)

Este olhar estigmatizador e estereotipante era marcado pela desconsideração das histórias nacionais, já que o resultado destes discursos era caracterizar a América Latina pela homogeneidade cultural e racial de seu povo. Esta unidade, por sua vez, se daria pela ligação ao passado e às tradições. Os livros-texto, por exemplo, começam suas obras afirmando que *Latin America* é complexa e diversa, para depois concluir que, na verdade, forma um conjunto

coerente. Além disso, a agência do processo de sua ocidentalização sempre vinha de fora. O norte construiu sua identificação como americanos, os “legítimos”, enquanto que ao centro-sul coube, ora de maneira imposta, ora endógena, a designação de latino-americanos, os “filhos bastardos”.

Para este analista, a linguagem do desenvolvimento começou no final da década de 1940. Fazia parte desta argumentação a ideia de que a América Latina era um lugar contaminado por patologias culturais marcado por um “handicap” histórico. Espaço caracterizado pela resistência à transformação histórica, exemplo de sociedade tradicional avessa à mudança. O machismo latino era lido como sintoma da baixa inclinação à modernização.

Segundo Feres Jr., não se pode falar em *Latin America* como conceito científico antes da consolidação dos *latin american studies*, o que teria ocorrido a partir da Revolução Cubana. Até a Revolução Cubana não havia muito interesse nos países do sul porque se acreditava que o comunismo não era um risco aqui. A pesquisa do autor, contudo, analisa principalmente textos da segunda metade do século XX. Esta tese entende que o fenômeno observado por Feres Jr., isto é, do amplo interesse pelos países ao sul dos Estados Unidos, é anterior à Guerra Fria. Nesse sentido, esta pesquisa se alinha mais às considerações de Ricardo Salvatore (2016).

O historiador argentino apresenta a história dos *latin american studies* nos Estados Unidos, localizando as raízes da disciplina na primeira metade do século XX⁴⁶. Para tanto, ele enfoca o trabalho de cinco estudiosos americanos representativos da América do Sul: o historiador Clarence Haring, o geógrafo Isaiah Bowman, o cientista político Leo Rowe, o sociólogo Edward Ross e o arqueólogo Hiram Bingham.

⁴⁶ O autor é enfático ao propor uma nova datação a respeito dos estudos latino-americanos nos Estados Unidos: “Ao estudar as trajetórias intelectuais desses acadêmicos, projetos de pesquisa e opiniões de política externa, este livro revisita a questão das origens dos estudos latino-americanos de uma perspectiva diferente: uma compreensão enraizada na constituição mútua do conhecimento regional disciplinar e do esforço dos EUA para ter influência econômica e cultural sobre a América do Sul. Em primeiro lugar, até o momento, a consolidação dos estudos latino-americanos foi erroneamente datada no início dos anos 1960 e entendida como um subproduto da Revolução Cubana. Minha posição é que o aparato intelectual fundamental do campo latino-americano já estava estabelecido antes disso – na verdade, antes da Segunda Guerra Mundial. Em segundo lugar, enfatizo a conexão entre os engajamentos acadêmicos americanos e a política externa dos EUA, argumentando que as motivações para conhecer a América do Sul ‘cientificamente’ eram diplomáticas, econômicas e políticas. O avanço das disciplinas em direção ao conhecimento regional não pode ser separado das discussões sobre o papel dos EUA no hemisfério, o ideal do pan-americanismo e a virada cultural no sistema interamericano implícita na Política da Boa Vizinhança.” (SALVATORE, 2016, p.5. Tradução nossa.)

Ao rastrear o percurso destes homens, Salvatore mostra como os estudos latino-americanos se aliavam aos negócios e à política externa norte-americana. Além disso, demonstra que diplomatas, *policy makers*, investidores, empresários e o público estadunidense em geral utilizaram o conhecimento que estes e outros acadêmicos reuniram para construir um *império benevolente informal* que fomentou o crescimento da hegemonia econômica, tecnológica e cultural dos EUA em todo o hemisfério.

Segundo Salvatore, de 1900 a 1945 houve um grande interesse nos Estados Unidos pela América do Sul. Os interessados eram diversos entre si: acadêmicos da área de Humanidades e Ciências Sociais, “prospectores de negócios”, entusiastas pan-americanos, missionários religiosos, viajantes, etc. O autor analisa de modo detido o que ele chama de “engajamentos acadêmicos”, os quais promovem “intervenções disciplinares”: “Disciplinar porque eles estão enraizados em disciplinas científicas; intervenções porque eles perseguiram a hegemonia econômica, tecnológica e cultural dos Estados Unidos na região.” (SALVATORE, 2016, p.1. Tradução nossa.)

O livro de Salvatore é bastante detalhado quanto aos intelectuais por ele estudados. É interessante para esta parte desta pesquisa as considerações do autor sobre o historiador Clarence Haring. Antes de viajar para a América do Sul, ele acreditava que a partir da mecânica do comércio, dos investimentos, e das finanças, era possível encontrar as respostas para a expansão de um “Império benevolente”. Após suas viagens (nos anos de 1925-26), contudo, fica evidente para ele que os formadores de opinião pública naquela região – intelectuais, políticos, a mídia impressa, o rádio – difundiam sentimentos “anti-americanos”. Ele constata, então, que os Estados Unidos estavam confrontando um problema de má imagem na América do Sul, não por causa de desinformação e sugestões introduzidas pelos comerciantes europeus, mas por causa do surgimento de um movimento anti-imperialista nas repúblicas do sul. Até mesmo a imprensa tradicional publicava artigos críticos aos Estados Unidos: sobre as intervenções dos EUA no Caribe, em relação ao aumento da taxa de divórcio, e acerca dos linchamentos promovidos pela Ku Klux Klan.

Nesse sentido, Haring foi, possivelmente, um dos primeiros estudiosos norte-americanos a nomear os intelectuais latino-americanos que minaram o prestígio dos Estados Unidos: José Ingenieros, Rufino Blanco Fombona, Carlos Mariátegui, Manuel Ugarte, José Vasconcelos e José L. Suárez. Desse modo, nota-se que, vinte anos após a publicação do *Ariel* de José Enrique Rodó (1900), um texto canônico de anti-americanismo, os intelectuais sul-

americanos estavam unindo-se em defesa da cultura latino-americana, da *hispanidad* e do antiamericanismo.

Tudo isso reafirmou a crença de Haring de que novas pesquisas combinando história e política, opinião e penetração econômica, seriam muito benéficas para o campo das relações internacionais. Na constituição deste *império benevolente* o ideal pan-americano tinha espaço de destaque. Mas, então, quais eram os sentidos atribuídos ao pan-americanismo nos Estados Unidos?

2.3 Definições de Pan-americanismo

De acordo com Joseph Lockey (1920), a expressão “pan-americanismo” apareceu pela primeira vez na imprensa norte-americana, que começou a usar, alguns meses antes da Primeira Conferência Internacional Americana (1889-90), a expressão *Pan-América*. O termo difundiu-se e passou a denominar o conjunto de políticas de incentivo à integração dos países americanos, sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Além de localizar o surgimento do termo, o autor também busca indicar que as iniciativas em torno da busca por uma união entre os países da América vinham de um passado mais remoto, tendo início já no século XVIII, na América Ibérica. Apesar de o surgimento destas ideias não ter sido nos Estados Unidos (o crédito deveria ser atribuído à América Hispânica), este país teria sempre as apoiado com entusiasmo⁴⁷. É importante observar que este discurso será bastante utilizado pela União Pan-americana, como veremos na segunda seção deste capítulo.

Uma sólida análise contemporânea do pan-americanismo (enquanto conceito e também como projeto promovido pelos Estados Unidos) pode ser encontrada no já citado livro do argentino Ricardo Salvatore (2016): “Disciplinary conquest: U.S. scholars in South America: 1900-1945”⁴⁸. Uma das definições desenvolvidas por ele é de que o pan-americanismo foi um

⁴⁷ O livro de Lockey foi resenhado por Edward Perry, que escreve na *Hispanic American Historical Review*, no ano de 1921: “Cinquenta páginas do volume são dedicadas a projetos precoces em prol de uma união continental, fornecendo evidências suficientes para mostrar que a ideia de Pan-América sempre teve, em todos os tempos, a simpatia, assim como a ajuda material, dos Estados Unidos. Parece óbvio que o crédito por esta ideia de união de todos os povos do Novo Mundo deve ser atribuído aos hispano-americanos.” (*The Hispanic American Historical Review*, Vol. 4, n. 4, Nov., 1921, p. 755. Tradução nossa.)

⁴⁸ Mark Berger (1995), citado na seção anterior deste capítulo, também é outro autor que analisa o tema. Segundo ele, já no século XIX a América Latina se tornou um objeto da política externa dos Estados Unidos. Durante as duas primeiras décadas do século XX, os EUA assumiram, gradualmente, uma

movimento que buscou fomentar a criação de um sistema hemisférico de cooperação, tendo feito parte de um processo de “segunda descoberta” da América: representações textuais e científicas da região, mais tarde congeladas em conhecimento regional disciplinar, constituíram um engajamento pela construção de um *império benevolente informal*. Em seu estudo, centrado na análise das ideias de cinco pesquisadores norte-americanos, o autor busca compreender como os estudos acadêmicos contribuíram para o estabelecimento deste “império informal” dos Estados Unidos na América Latina.

Nesse sentido, Salvatore afirma que os promotores do Pan-Americanismo esperavam que professores universitários e pesquisadores produzissem novos conhecimentos que pudessem revelar a “verdadeira natureza” das repúblicas do Sul – A América do Sul, na definição do autor, é a região geograficamente localizada ao sul do Panamá – estabelecendo as semelhanças e diferenças entre as culturas da região. A maioria destes acadêmicos sentia orgulho pelo fato de que o conhecimento fornecido por suas disciplinas servia para subsidiar as políticas dos Estados Unidos na região. Assim, “houve uma conexão implícita entre a formação dos estudos latino-americanos e a política externa dos EUA.” (SALVATORE, 2016, p.2). Esta conexão deu sentido e substância a muitos dos esforços dos pesquisadores para “conhecer a América do Sul”. Além disso, os estudiosos esperavam que, uma vez disseminada para a população norte-americana como um todo, este novo conhecimento traria sentimentos de simpatia e entendimento em relação aos sul-americanos. Nas palavras do autor:

posição de domínio na região do Caribe e da América Central. Foi neste período que teve início a construção do discurso pan-americanista, o qual contribuiu para que a interpretação negativa da América Latina, que predominou dos anos 1820 até o início do século XX, sofresse certa transformação: “Desde a independência da América Latina na década de 1820 até as primeiras décadas do século XX, essa interpretação negativa predominou. No entanto, com a Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos em 1890, o estabelecimento do *Bureau Internacional das Repúblicas Americanas* e o surgimento do Pan-americanismo, uma imagem mais positiva de uma América (Norte e Sul), com uma história e um destino comuns, começou muito gradualmente a surgir na América do Norte. Desde a Primeira Guerra Mundial, certas versões do pan-americanismo têm desafiado representações mais tradicionais da América Latina (mas certamente não as tem substituído) enquanto um *outro* negativo da América do Norte.” (BERGER, 1995, p. 16. Tradução nossa.). Exemplo do fato de que estas tentativas de superar tal representação negativa não substituíram às tradicionais é a questão da divisão religiosa, que continuou a ser um fator nas percepções da América do Norte sobre a América Latina. Os norte-americanos muitas vezes explicaram alguns problemas da América Latina nos termos da tradição católica e justificaram sua suposta superioridade em termos de seu protestantismo. Dessa forma, apesar dessas leves alterações, o autor conclui que a ficção sobre a solidariedade hemisférica foi sustentada por uma constante e poderosa retórica sobre parceria contra ameaças externas, não-americanas. Também se investe em objetivos compartilhados sobre liberdade e democracia. O domínio continuado dos Estados Unidos é, assim, reforçado pelo Pan-americanismo e pela visão de uma América unitária.

Minhas afirmações referem-se especificamente ao período 1900-1945, que corresponde à construção de instituições e ideais pan-americanos. Antes de 1900, a raridade do conhecimento regional especializado tornava a interação entre o conhecimento e o poder do Estado menos frequente e eficaz. Proposto pela primeira vez pelo secretário de Estado James G. Blaine em 1881, o ideal pan-americano foi concebido como uma união cooperativa das repúblicas americanas. Mais tarde, sob o presidente Woodrow Wilson, quando os EUA lançaram uma reaproximação com a América do Sul, a noção tornou-se uma ideologia completa, um hemisferismo, que se centrou em ideias de cooperação econômica, engajamento cultural e segurança coletiva. Em meados da década de 1930, o apoio ao pan-americanismo atingiu o ápice do entusiasmo. Em todo o país, “sociedades pan-americanas” – associações dedicadas a promover a amizade e o entendimento interamericanos – receberam amplo apoio de funcionários, corporações, universidades e municípios dos EUA. De fato, o pan-americanismo tornou-se um movimento social patrocinado pelo governo. A Política da Boa Vizinhança do Presidente Franklin D. Roosevelt, por exemplo, serviu para aprofundar a aproximação dos EUA ao subcontinente. A era do pan-americanismo foi uma conjuntura particular em que as oportunidades econômicas tornaram o conhecimento da América do Sul uma preocupação especial compartilhada por empresários norte-americanos, formuladores de política externa e acadêmicos. Esforços diplomáticos para obter a cooperação das repúblicas sul-americanas apresentaram às autoridades americanas muitas perguntas sobre as opiniões dos intelectuais sul-americanos. (SALVATORE, 2016, p.3. Tradução nossa.)

Aqui temos outras definições dadas à noção de pan-americanismo: ideologia, hemisferismo, movimento social patrocinado pelo governo. O autor, de forma convincente, vai explicando como se constituíram os projetos que deram forma ao pan-americanismo. O ponto de partida da análise está na interpretação de que havia múltiplos interesses dos Estados Unidos na América do Sul das suas fronteiras, a qual passou a ser diferenciada e segmentada. É interessante, nesse sentido, a diferenciação que é feita entre os territórios localizados entre o Panamá e os Estados Unidos e os países ao sul do Panamá:

No discurso acadêmico do período, a “América do Sul” representava uma região bem diferente do México, da América Central e do Caribe, onde os EUA exerciam formas mais diretas de intervenção. Ao norte do Canal do Panamá estavam nações com frequentes revoluções, com populações analfabetas vivendo em condições de extrema pobreza, e submetidas, por causa de sua proximidade com os Estados Unidos, a uma supervisão estreita e freqüente do Tio Sam. Ao sul desta divisão, na América do Sul, havia repúblicas mais politicamente estáveis, algumas das quais atingiram um grau significativo de progresso econômico, particularmente as chamadas potências do ABC, Argentina, Brasil e Chile, bem como, por extensão, o Uruguai. Na comunidade de política externa dos EUA e nos círculos de negócios, desenvolveu-se durante esse período uma fascinação temporária com – nos momentos limítrofes da perplexidade – o rápido progresso alcançado pelos poderes do ABC. Como consequência, os autores reivindicaram um

tratamento diferenciado da região em relação ao restante da América Latina. Por diversas razões, o *establishment* de Washington nunca considerou essas repúblicas como possíveis alvos de intervenção militar. Promotores do pan-americanismo, como John Barrett, apresentaram as repúblicas do sul como ‘terras de oportunidade’ para os investidores e comerciantes dos EUA.” (SALVATORE, 2016, p.4. Tradução nossa.)

Dessa forma, a América do Sul foi considerada uma “terra de oportunidades” pelos fabricantes, comerciantes e financistas dos EUA. A região foi objeto de suas recorrentes intervenções textuais e investigativas, através das quais procuraram descobrir e revelar sua natureza interior. Segundo Salvatore, durante a primeira década do século XX, por razões econômicas, políticas e culturais, os Estados Unidos adotaram uma política de sedução em relação às repúblicas sul-americanas. Essa política incluía cooperação intelectual, intercâmbios acadêmicos, assessoria técnica, tradução de literatura e de história, e a promoção do ensino do espanhol nas escolas dos EUA. Essa política cultural do pan-americanismo foi sustentada pela crença de que o conhecimento e o entendimento mútuos entre as duas Américas gerariam um clima melhor para negócios, para a diplomacia, e outras atividades.

Desse modo, as demandas dos empresários estadunidenses por uma maior competência cultural eram parte de um discurso mais amplo sobre como ganhar os mercados sul-americanos, uma vez que:

Suas demandas por maior competência cultural fizeram parte de um discurso mais geral sobre como ganhar mercados sul-americanos, um discurso implantado em livros de aconselhamento para comerciantes e fabricantes, em artigos de especialistas sobre comércio e navegação dos EUA e em literatura promocional publicada pela Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas. Esse discurso enfatizou a necessidade de estabelecer bancos norte-americanos na região, a conveniência de linhas de navegação direta para portos sul-americanos e a urgência de melhorar a forma como os exportadores conduziam seus negócios [...]. Mais informação sobre as práticas alfandegárias e um conhecimento mais sutil das preferências dos consumidores completaram a lista de preocupações do comércio sul-americano como interpretadas pela retórica comercial. [...] A comunidade empresarial buscou cada vez mais conhecimento cultural nos anos 1920. Em 1920, a Convenção Nacional de Comércio Exterior (reunida em São Francisco) recomendou que os agentes de negócios dos EUA tivessem “conhecimento preciso dos mercados estrangeiros, com conhecimento prático de línguas estrangeiras e amplo conhecimento das condições econômicas, sociais e políticas que prevalecem no exterior.” (Lord 1921, 167). A comunidade empresarial argumentava que as Universidades e faculdades assumiram o desafio de formar homens em comércio exterior, mas o currículo era prático demais e carecia de conteúdo nas ciências humanas. Era necessário maior treinamento na história e nas literaturas do mundo. (SALVATORE, 2016, p.22-23. Tradução nossa.)

Veremos, no próximo capítulo, que a União Pan-Americana (UPA), presidida por mais de vinte anos por um destes acadêmicos estudados por Salvatore, Leo S. Rowe, teve papel fundamental no sentido de promover a apresentação da América ao Sul dos Estados Unidos para o público norte-americano. Além disso, no terceiro capítulo desta tese, veremos que Rowe, por meio da UPA, interpelou diretamente um importante intelectual brasileiro, Manuel de Oliveira Lima, sobre temáticas diversas. Este dado, observável por meio da correspondência pessoal do brasileiro, nos auxiliará a compreender a amplitude do projeto descrito por Salvatore, o qual destaca que: “Ao estudar a formação do ‘conhecimento regional’, é muito importante prestar atenção à interação entre intelectuais internacionais e locais, entre estudiosos estrangeiros e informantes nativos”. (SALVATORE, 2016, p.15. Tradução nossa.).

A partir da revisão bibliográfica desenvolvida até aqui, é possível observar que, ao mesmo tempo em que o pensamento latino-americano do final do século XIX pode ser lido como uma resposta à política expansionista e imperialista dos Estados Unidos, o próprio pan-americanismo, enquanto desdobramento desta política e justificativa ideológica dela, vai se constituindo em relação ao pensamento latino-americano, buscando contrapô-lo e/ou ser alternativa conformista a ele. Ao cotejarmos este cenário com as interpretações de Mignolo e Salvatore acima expostas, é possível sugerirmos que é pela via da aproximação ao discurso conservador sobre a América Latina anterior à ascensão do pensamento latino-americano que o discurso pan-americanista se apresenta. Como veremos adiante, um dos seus subprodutos é a exclusão de boa parte da população da América, notadamente dos negros e indígenas. Sob a justificativa de incluir todas as nacionalidades da América (que, como vimos, enquanto narrativas sobre o pertencimento nacional excluía vastas camadas de sua população), o discurso pan-americano reúne as nacionalidades excludentes em um manto supranacional, o qual reserva um espaço privilegiado aos norte-americanos, autorepresentados como os detentores do receituário da modernização e do progresso⁴⁹. Ele é, nesse sentido, uma extrapolação do discurso das elites *criollas* do século XIX, as quais aderiram à conveniente ideia de *latinidade* para reafirmar seus laços com a Europa, especialmente com a França, e recalcar a presença indígena e africana na composição dos jovens estados. A mudança que se opera no discurso pan-americano é que o elemento a ser ressaltado é o norte-americano, a

⁴⁹ Agradeço aqui a colocação da professora Cláudia Wasserman na banca de qualificação deste trabalho. A professora sugeriu que a ideia de *pátria* ainda estava em questão quando da adesão (ou não) de muitos intelectuais brasileiros ao pan-americanismo.

América anglo-saxônica. Ela que é o norte e o guia, não mais a Europa. É uma definição do que é ser americano (do Sul ou do Norte) que se dá pela negação. É *não ser* afro-americano, nem nativo-americano/indígena. Ao prevalecer este discurso do *não ser*, todos aqueles *que são*, ou seja, mais da metade da população no caso de muitos estados do continente americano, são relegados à obliteração e à baixa representatividade.

Dessa forma, podemos afirmar que a ideia de pan-americanismo, a qual era pouco inclusiva em relação aos povos indígenas e à população de origem africana, parece uma forma de dar continuidade e acentuar a ideia conservadora e eurocêntrica de latinidade, que, como vimos, estava, desde fins do século XIX, perdendo espaço para as vertentes mais críticas de pensamento sobre a América Latina.

É preciso ressaltar que, para que o pan-americanismo tomasse forma, houve significativo investimento por parte de múltiplos atores. Tal investimento se manifesta em um fenômeno complexo e amplo. Nas linhas a seguir daremos continuidade à busca pela compreensão de suas diferentes manifestações.

2.4 As Conferências Pan-Americanas

Para compreendermos melhor o pan-americanismo como um empreendimento de estado, precisamos nos deter um pouco em algumas das iniciativas para a sua promoção. As conferências pan-americanas são, neste caso, importantes eventos. A primeira Conferência Internacional de Estados Americanos (posteriormente conhecida como Conferência Pan-Americana) foi realizada em Washington, de outubro de 1889 a abril de 1890. Como podemos observar na tabela abaixo⁵⁰, ao todo foram realizadas dez conferências, sediadas em diferentes países⁵¹.

Tabela 1: Local e data das Conferências Pan-Americanas

Cidade/País	Ano
Washington DC (EUA)	1889-1890
Cidade do México (México)	1901-1902
Rio de Janeiro (Brasil)	1906
Buenos Aires (Argentina)	1910

⁵⁰ Tabela elaborada com base nas informações disponíveis no verbete “Conferências Pan-americanas”, do dicionário de conceitos históricos da Primeira República (CPDOC) de autoria de Leslie Bethell.

⁵¹ Devido ao recorte temporal desta pesquisa, nas páginas seguintes serão analisadas apenas sete das dez conferências.

Santiago de Chile (Chile)	1923
Havana (Cuba)	1928
Montevideú (Uruguai)	1933
Lima (Peru)	1938
Bogotá (Colômbia)	1948
Caracas (Venezuela)	1954

Segundo Lucas Minella (2013), na Primeira Conferência Pan-Americana os países do continente haviam sido convidados pelos Estados Unidos, que elaboraram a agenda do encontro com dois pontos fundamentais: uma proposta de união aduaneira continental, e outra de criação de um sistema de arbitragem para os conflitos interamericanos. Os dois objetivos, contudo, fracassaram devido à oposição latino-americana, especialmente da Argentina, que contrapunha o slogan monroísta “América para os Americanos” com o dito “América para a humanidade”. O Brasil, por sua vez, após a proclamação da República, passou a sinalizar positivamente às propostas de acordo diretamente com os EUA⁵².

Além destas questões, neste primeiro encontro foi debatida uma proposta baseada na Doutrina Calvo⁵³ que sustentava o tratamento igual entre estrangeiros e locais nos países americanos, isto é, que os primeiros teriam garantidos os mesmos direitos dos segundos, e, por outro lado, não poderiam exigir tratamento especial. Desse modo, na prática, “o acordo

⁵² O monroísmo é fundamental para compreendermos o pan-americanismo. Nesse sentido, Flávia Ré (2010), ao estudar os debates em torno do pan-americanismo durante os anos iniciais da Primeira República (1889-1912), associa sua gênese ao *monroísmo*, cristalizado na declaração da Doutrina Monroe de 1823, considerada um marco no sentido de estabelecer limites à intervenção europeia na América, agora sob a vigília, protetora e interventora, dos Estados Unidos. Apesar de uma postura isolacionista em sua política externa até o final do século XIX (BUENO, 2004), a referida doutrina serviu para atenuar as tentativas europeias de intervenção no continente americano. Após a crise econômica dos anos 1870, contudo, os EUA alteram sua política externa e passam a envidar esforços no sentido de se aproximar dos países latino-americanos com interesse evidentemente econômico – a busca por mercados e extensão de sua política protecionista para os países do “resto” da América. Em plena *Era dos Impérios* (HOBSBAWM, 2006), havia o interesse norte-americano em estabelecer sua influência sobre o subcontinente. Foi neste cenário que se deu a convocação da I Conferência Pan-americana de 1889. Mal recebida pela maioria das partes, a Conferência não foi propriamente um sucesso, mas a sua repercussão no Brasil foi significativa. Até o ano de 1891 os EUA haviam reconhecido a República brasileira, apoiado o Brasil na questão fronteiriça de Palmas, e o Brasil havia assinado um acordo de comércio com o país do Norte – o desastroso acordo Blaine/Mendonça. Além disso, os norte-americanos passaram a ter apoio brasileiro nas Conferências Pan-americanas.

⁵³ Elaborada por Carlos Calvo, historiador e diplomata argentino, “determina que os investidores em países estrangeiros só podem apelar aos tribunais do Estado onde seus capitais estão investidos, impossibilitando assim a cobrança das dívidas pela força.” (SUPPO, 2003, p.16). O livro em que Carlos Calvo expõe sua doutrina foi publicado em 1863 e se intitula *Direito Internacional Teórico e Prático da Europa e América*.

impediria que os interesses privados de sujeitos e companhias agindo fora de seu território nacional pudessem ser defendidos pelo corpo diplomático ou através do exercício da força por seu país de origem, estando sujeitos, portanto, somente às leis do país em questão.” (MINELLA, 2013, p. 45). Este ponto era uma exigência direcionada para os Estados Unidos, que já acumulava um histórico de interferências no México, no Caribe e América Central. Apenas os Estados Unidos (e o Haiti, que se absteve) não foram favoráveis à adoção de uma cláusula pautada pela Doutrina Calvo para reger as relações interamericanas. A proposta não foi implementada.

A Segunda Conferência Pan-Americana (1901-1902) aconteceu na Cidade do México. Este encontro aconteceu logo após a crise na Venezuela e da independência de Cuba.⁵⁴ A questão da doutrina Calvo veio à tona novamente, mas EUA se negaram a aderir. Este encontro não rendeu resultados significativos. O íterim entre ele e a terceira conferência destacou-se por mais duas situações que marcaram as relações internacionais interamericanas. Uma delas foi a construção do Canal do Panamá. A situação se deu da seguinte forma: o Senado colombiano rejeitou a proposta de construção de um canal no istmo do Panamá, obra esta que previa a soberania dos EUA sobre o local. Em função disso, os EUA contribuíram para uma revolta local no Panamá, que se separou da Colômbia e instalou um governo ligado à companhia construtora.

Antes da questão do canal do Panamá, em dezembro de 1902, Inglaterra e Alemanha anunciariam que bloqueariam os portos venezuelanos para forçar o pagamento de dívidas que o Estado tinha com instituições daqueles países. Alegando não haver tomada do território venezuelano, os EUA decidiram não agir. Este bloqueio durou três meses e forçou a Venezuela a aceitar uma comissão mista de arbitragem. Um importante efeito desta intervenção foi a elaboração da proposta da *doutrina Drago*:

⁵⁴ Alguns dos seus antecedentes são importantes para compreendermos a atmosfera na qual este encontro se realizou. Em 1895, em razão de conflitos com Guiana Inglesa, a Venezuela pediu o apoio dos EUA, mas o resultado foi desastroso: EUA arbitrou a questão e a Venezuela perdeu parcela de seu território para a Inglaterra. O recado dos EUA para Inglaterra era evidente: nada mais poderia ser resolvido no continente sem a sua intervenção. Também no ano de 1895 estourou em Cuba a revolta contra o Império espanhol, na qual os EUA intervêm. O resultado, expresso no Tratado de Paris de 1898, foi que os EUA obtiveram as ilhas de Porto Rico, Guam e as Filipinas, estendendo seu domínio pelo Pacífico. Além disso, a partir de então a autoimagem promovida pelos EUA é a de que haviam libertado Cuba do domínio espanhol, sendo a nação “irmã” mais poderosa. Com a participação norteamericana, no entanto, foram impostas diversas limitações à soberania de Cuba, sendo um dos principais exemplos a Emenda Platt (incluída na Constituição de Cuba), segundo a qual Cuba cederia perpetuamente parte de seu território (Guantánamo), assim como seria obrigada a vender terras para mineração e instalação de bases navais dos EUA. O governo estadunidense também teria direito de intervir para “preservar a independência” cubana e manter a lei e a ordem.

Diante da crise do bloqueio dos portos venezuelanos o Ministro do Exterior argentino, José Maria Drago, propôs ao na época Secretário de Estado John Hay, que o país subscrevesse ao princípio coletivo americano de que não seria aceita, por parte das Repúblicas Americanas, a cobrança de dívidas com o uso de força militar, seja por ameaça ou ocupação efetiva de territórios. O próprio Drago associou a sua proposta à Doutrina Monroe, tal como se a primeira decorresse logicamente da segunda. Esta é uma indicação importante acerca do que antes já foi sugerido; de alguma forma, a política externa de alguns países latino-americanos episodicamente via em uma apropriação multilateral da Doutrina Monroe uma possibilidade de proteção. Sua unilateralidade, porém, seria posta às claras pela resposta de Theodore Roosevelt à crise do bloqueio da Venezuela, que, após pressões internas, finalmente declarou-se contra a intervenção europeia no episódio do bloqueio dos portos venezuelanos. (BANDEIRA, 2007, p. 251, APUD MINELLA, 2013, p.64).

Esta proposta será alvo de diversas análises. Como veremos no terceiro capítulo, muitos dos intelectuais brasileiros da Primeira República viam nela a possibilidade de ampliação da doutrina Monroe e o ensejo de construir um pan-americanismo “multilateral”. Como resposta à intervenção europeia na Venezuela e à Doutrina Drago, no mês de dezembro de 1904 foi enunciado o famoso corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Para Minella, o corolário tornava mais explícito o caráter unilateral da Doutrina e a vontade estadunidense de assim mantê-la, diminuindo a possibilidade de que países latino-americanos procurassem invocá-la de modo coletivo, como propunha a formulação de Drago. O Corolário Roosevelt é um marco que formaliza o que se chamaria de política do *big stick* para a América Latina, que perduraria, com suas variações, até 1933.⁵⁵

A terceira Conferência Pan-Americana ocorreu no Rio de Janeiro (23 de Julho a 27 de agosto de 1906). Nela a Doutrina Drago foi bastante debatida, bem como o tema da cobrança compulsória de dívidas e da arbitragem. Esta conferência foi marcada por aliança de bastidores entre o Secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, e Joaquim Nabuco, embaixador do Brasil em Washington: os dois países tinham interesse em afastar o tema da arbitragem obrigatória. Os EUA não se interessavam no estabelecimento de restrições à sua política agressiva e o Brasil temia uma aliança hispano-americana em questões de fronteira. Dessa forma, os dois países impediram o avanço das negociações.

⁵⁵ Segundo Minella (2013), ainda em 1904, o primeiro ato pós-corolário foi a ocupação da República Dominicana e o controle da alfândega do país por autoridades americanas, a fim de garantir o pagamento da dívida do país às potências europeias, evitando assim a intervenção.

A quarta Conferência Pan-Americana aconteceu em Buenos Aires, em 1910. Nela, os assuntos potencialmente polêmicos foram evitados. Apesar disso, é importante destacar que a delegação brasileira tentou introduzir no programa de debates um elogio à Doutrina Monroe, que suscitou fortes críticas de outros países latino-americanos, em especial a Argentina. Foi também nessa Conferência que a Agência Comercial das Repúblicas Americanas teve suas funções ampliadas e passou a chamar-se União Pan-Americana.

No ano de 1923 foi realizada a quinta Conferência Pan-Americana, em Santiago, no Chile. O intervalo entre esta e a quarta conferência se deve ao fato de que a sequência dos encontros foi interrompida devido à Primeira Guerra Mundial. O íterim entre as duas conferências foi novamente tumultuado. Durante o governo de Woodrow Wilson houve a tentativa de imposição de outra “emenda Platt”, agora ao Haiti, no ano de 1914. O Haiti recusou e os EUA intervieram, com a elaboração de nova uma Constituição para este país. Este período também foi marcado pela Revolução Mexicana (1910). Não sendo reconhecido pelos EUA, o México não participou desta Conferência. Foram feitas diversas críticas à atuação dos EUA, especialmente da delegação da Colômbia.⁵⁶

A sexta Conferência Pan-Americana ocorreu em Havana, no ano de 1928. Os EUA esperavam críticas à sua política intervencionista (Nicarágua, 1926), mas os países latino-americanos não conseguiram se articular, por diversas questões. A Argentina, por exemplo, queria fazer a crítica, mas o Brasil não apoiou. Nesse sentido, Minella chama a atenção para o fato de que, em algumas das intervenções acima citadas, o governo dos Estados Unidos implantou governos aliados, que obviamente apoiavam as políticas estadunidenses nas Conferências. Isso deve ser levado em conta sempre que pensamos a posição das Repúblicas quanto ao sistema interamericano.

⁵⁶ Sobre a postura dos EUA na Revolução Mexicana, é interessante observar que “O significativo, porém, da questão da Revolução Mexicana em termos da investigação sobre o pan-americanismo, é que a nova constituição de 1917 dizia, no artigo 27, que a propriedade de terras não garantia o direito de uso do subsolo, que precisaria de autorização do governo, e colocava uma restrição importante: companhias estrangeiras poderiam explorar os recursos do subsolo mexicano apenas se se comprometessem a assumir, por contrato, a ideia da Doutrina Calvo, isto é, de abrirem mão de recorrer a seus países de origem em casos de conflito com o governo nacional. Essa era uma exigência antiga de países latino-americanos nas conferências, que agora tentava se concretizar na Constituição mexicana. A pressão estadunidense, em defesa das companhias petrolíferas no país, se deu no sentido de exigir a não retroatividade do artigo 27; a tática usada para efetuar a pressão, já desgastados os meios de intervenção militar durante o processo da Revolução Mexicana, foi o não reconhecimento do novo governo do México. A política do não-reconhecimento foi usada pelos Estados Unidos; essa política funcionava como um convite à ação da oposição, que, ao agir, teria o apoio da potência continental (CONNELL-SMITH, 1974, p. 162). Em 1923, somente após a 5ª Conferência, sob pressão, o governo mexicano aceitou a não-retroatividade da medida constitucional, e foi, imediatamente, reconhecido pelos Estados Unidos.” (MINELLA, 2013, p. 67)

A sétima Conferência Pan-Americana se realizou em Montevideu, de 3 a 26 de dezembro de 1933. No período entre 1928 e 1933 ocorreram alguns eventos que são indicativos do avanço do diálogo sobre o pan-americanismo: a Primeira Reunião do Instituto Pan-Americano de Geografia e História; o Congresso Pan-Americano de Reitores, Decanos e Educadores e a fundação da Comissão Interamericana de Mulheres. Quanto aos resultados da conferência de Montevideu, podemos apontar que parte da questão da não intervenção, defendida por vários países latino-americanos, foi aceita pelos Estados Unidos. Aqui, porém, dois fatores relacionados entram em jogo: a crise de 1929 e a mudança de orientação da política externa estadunidense do *big stick* para a *good neighbor policy*.⁵⁷

2.5 O Brasil e o Pan-americanismo

Podemos destacar, ao observarmos de forma panorâmica as temáticas das sete primeiras Conferências Pan-Americanas, que a relação do Brasil nestes eventos era relativamente ambígua, alternando-se conforme a pauta. O Brasil, como vimos, muitas vezes ia de encontro aos vizinhos hispânicos quando seus interesses (territoriais, por exemplo), pudessem entrar em disputa⁵⁸. Este dado é evidente, mas é importante para avaliarmos a recepção do pan-

⁵⁷ Estes elementos configuram uma segunda fase do pan-americanismo, que não será tema de análise desta tese. Em função disso, não serão aqui analisadas as próximas Conferências Pan-Americanas.

⁵⁸ Alguns analistas, ao enfocarem na gestão do Barão do Rio Branco, falam de uma postura *pragmática*. Em relação às disputas que tomaram forma durante as conferências, é relevante indicar aqui o estudo de Teresa Maria Spyer Dulci (2008). Segundo a autora, durante as seis primeiras Conferências Pan-Americanas, se configuraram dois diferentes discursos: o do pan-americanismo e o do latino-americanismo. O pan-americanismo seria o discurso oficial das Conferências, tendo sido construído principalmente pelos delegados norte-americanos que participaram dessas assembleias. A maior opositora deste discurso foi a Argentina. Já o discurso latino-americano teria sido construído a partir das disputas que tiveram espaço durante as Conferências Pan-Americanas. Foi elaborado principalmente pelos delegados argentinos a fim de colocar freio aos avanços norte-americanos e de alçar a Argentina à posição de líder dos países latino-americanos. Havia duas correntes deste discurso: uma que incluía o Brasil e outra que excluía (que apelava para a identidade hispânica, isto é, decorrente da colonização espanhola). Sua principal motivação era o receio de intervenção dos EUA nos territórios dos países latino-americanos. A posição do Brasil, na maior parte das contendas, era da busca por uma posição neutra, no limiar entre os dois discursos identitários: “Assim, quando convinha, a chancelaria brasileira se aproximava dos Estados Unidos e, conseqüentemente, se valia do discurso pan-americano, principalmente se isso aumentasse seu poder de influência nas Conferências Pan-Americanas (esse é o caso do tema da arbitragem). Noutras vezes, a diplomacia brasileira se aproximava dos demais países latino-americanos, especialmente quando estavam em jogo, na perspectiva do Itamaraty, acordos que prejudicassem os interesses nacionais brasileiros (destaque para campo da economia, cujo melhor exemplo é a proposta de união aduaneira)” (DULCI, 2008, p.34)

americanismo entre os intelectuais brasileiros. Além disso, é pertinente considerarmos, como destacou Salvatore (2016), o fato de que o Brasil localiza-se na parte da América vista como “terra de oportunidades” para os norte-americanos. Sendo assim, tanto as iniciativas e discursos dos Estados Unidos, quanto o intercâmbio com a intelectualidade é diferente daquele que ocorre com os países ao norte do Panamá, por exemplo.⁵⁹

Em relação ao pan-americanismo no Brasil, é significativo que, em consonância com as reivindicações do Manifesto republicano de 1870, a proclamação da República brasileira tenha implicado em uma reorientação da sua política externa – houve, neste momento, uma aproximação tanto com as repúblicas vizinhas quanto com os EUA.

A recepção do pan-americanismo entre os países latino-americanos não é uma questão simples. A tese de Fernando Vale Castro (2007) é, nesse sentido, valiosa. Ao estudar a Revista Americana (1909-1919), o autor aponta para a existência de rumoroso debate sobre a conveniência ou não de se aceitar a liderança estadunidense nos assuntos continentais. Um ponto consensual entre os autores que se dedicaram a estudar a questão pan-americana é que, à medida que a ação estadunidense vai se revelando cada vez mais intervencionista, aumentam as desconfianças e as críticas à liderança americana, crescendo os debates em torno de uma união que não fosse tão dependente dos Estados Unidos. Em relação à temática, são relevantes as considerações contidas na tese de Kátia Baggio (1998).

Esta autora, ao nos apresentar a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas, afirma que houve, neste período, um evidente fortalecimento do americanismo no Brasil. Mas este americanismo foi, sobretudo, aquele vinculado ao exemplo norte-americano, o qual ganhou a adesão efetiva da maioria dos intelectuais.

Para além de situar as querelas em torno do pan-americanismo, o estudo em questão também localiza os debates intelectuais na América como um todo. Assim, vemos que as polêmicas político-ideológicas e literárias que tiveram espaço no Brasil entre os últimos decênios do século XIX e as primeiras décadas do século XX – relacionadas às profundas mudanças de caráter modernizante pelas quais o país passava – também tiveram lugar privilegiado na América Hispânica no mesmo período:

A acentuada urbanização de algumas cidades (Buenos Aires, Cidade do México, Santiago do Chile, Montevideú, etc.); o processo de industrialização que se esboçava nos principais centros econômicos; o crescimento demográfico; o aumento das camadas médias e da classe operária; a

⁵⁹ No capítulo três será explorada a questão da postura brasileira nas relações exteriores e o impacto disso nas representações da história do Brasil que serão elaboradas a partir do IHGB.

imigração; em suma, a modernização capitalista, que se delineava a partir da década de 1870 na América Latina (com evidentes variações de grau entre os diferentes países e regiões), trouxe consigo uma profusão de debates políticos e ideológicos: a discussão sobre o tema da nação e do latino-americanismo; os projetos para a superação do “atraso” e para promover o “progresso” e a “civilização”; a polêmica sobre as relações entre a América Latina e os Estados Unidos; a assimilação e reinterpretação das correntes de pensamento surgidas na Europa no século XIX; a questão do negro, do índio e da conformação étnica dos vários países, etc. Da mesma forma que no Brasil, em toda a América Latina este foi um momento de intenso debate intelectual, com temáticas similares, em que se discutiam questões pertinentes a um período marcado pela intensificação do processo de modernização. (BAGGIO, 1998, p. 29-30)

Acerca da integração dos países americanos e a política externa brasileira, a autora entende que o pan-americanismo e o incremento da integração dos Estados Unidos com os demais países americanos visava, em última instância, o crescimento das exportações de produtos norte-americanos para o restante do continente, a fim de superar a entrada dos produtos europeus, principalmente da Inglaterra, sua principal concorrente. Uma prova desta intenção é que o único resultado concreto da Primeira Conferência foi a criação do então denominado Departamento Comercial das Repúblicas Americanas, com a função de realizar a “pronta compilação e distribuição de dados sobre o comércio”, posteriormente designado União Pan-Americana. A data em que a criação do Departamento Comercial foi aprovada – 14 de abril de 1890 – foi considerada o início do pan-americanismo e foi escolhida como o “Dia das Américas”.

Como vimos, encontros periódicos foram realizados durante toda a primeira metade do século XX, em diversas capitais do continente, até que, em 1948, na Conferência de Bogotá, foi criada a Organização dos Estados Americanos – OEA, com novo aparato jurídico, substituindo a União Pan-Americana. Baggio ressalta que os 58 anos que separam a Conferência de Washington e a de Bogotá foram marcados por tensas relações entre os países hispano-americanos e os Estados Unidos, principalmente nas primeiras décadas deste século, devido à agressiva política intervencionista dos norte-americanos nas Antilhas, América Central e México, mais conhecida como *big stick policy*. Somente com a “política da boa vizinhança” de Franklin D. Roosevelt, a partir dos anos 30, foi possível visualizar novos rumos nas relações entre as “duas Américas”, que desembocaram na criação da OEA.

Sobre os debates intelectuais acerca do pan-americanismo no Brasil republicano, Baggio afirma que estes pensadores, que estavam com os olhos voltados para a compreensão do momento em que viviam, tinham o objetivo de elaborar projetos para o “futuro da nação”. Eles,

em linhas gerais, se dividiam em duas vertentes. Uma delas valorizava a tradição ibérica, principalmente o período monárquico dos Bragança, identificado como uma fase de estabilidade, manutenção da unidade territorial e progresso. Congregando fundamentalmente saudosistas da monarquia recém-destituída, fazia críticas severas ao regime republicano e valorizava as heranças lusa e católica da nossa constituição enquanto Estado Nacional. Um exemplo dessa corrente é Eduardo Prado, que publicou o livro *A Ilusão Americana*, de 1893.

Outra relevante vertente interpretativa do período recusava a herança portuguesa, simbolizada pelos períodos colonial e monárquico, e via na república o caminho natural e necessário para a superação do “atraso” e a construção de uma nação “civilizada”, “moderna” e “progressista”. Nesta visão, o modelo republicano e liberal-democrático dos Estados Unidos ganhava destaque. Importantes intelectuais da época foram defensores da república liberal, como Rui Barbosa, José Veríssimo, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Euclides da Cunha, Raul Pompéia, Sílvio Romero, Artur Orlando, entre outros.

A tese de Kátia Baggio explicita alguns dos debates sobre o pan-americanismo e as relações da América Latina – e, particularmente, do Brasil – com os Estados Unidos. O tema colocou importantes intelectuais brasileiros em oposição. De um lado, críticos da política expansionista dos Estados Unidos, como Eduardo Prado (*A Ilusão Americana*, 1893), Oliveira Lima⁶⁰ (*Pan-Americanismo*, 1907), José Veríssimo⁶¹ (em vários artigos publicados em *O Imparcial* e no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro) e Manoel Bomfim (*A América Latina*, 1905, e outras obras). De outro, defensores ardorosos do pan-americanismo, como Joaquim Nabuco (em discursos e artigos), Artur Orlando (*Pan-Americanismo*, 1906)⁶² e Euclides da

⁶⁰ É importante, neste ponto, antecipar que, segundo Natália Henrich (2016), a posição de Oliveira Lima, que será abordada no terceiro capítulo desta tese, é bastante instável, não sendo adequado reduzi-la tão rapidamente (a partir apenas do livro de 1907) a uma oposição ao pan-americanismo.

⁶¹ Sobre o pensamento de José Verissimo, a autora afirma: “Ainda que Eduardo Prado tenha sido, entre os opositores ao panamericanismo, o primeiro a ter sua obra amplamente conhecida e debatida (driblando a censura da época), o educador e crítico literário José Veríssimo expressou antes mesmo de Prado, em seu trabalho *A Educação Nacional* – cuja primeira edição foi publicada em Belém no ano de 1890 – as suas reservas em relação aos Estados Unidos e críticas à “imitação” das instituições políticas e traços culturais norte-americanos [...]. Seu livro *A Educação Nacional* teve um objetivo explícito: servir como colaboração às reformas educacionais que deveriam ser implementadas a partir do novo regime. Veríssimo acreditava que, para consolidar e fortalecer o regime republicano, era imprescindível uma profunda reforma educacional. Para o autor, faltava no Brasil um forte sentimento nacional que estivesse acima dos localismos e provincianismos.” (BAGGIO, 1998, p. 80-81)

⁶² É interessante a crítica da autora à interpretação de Orlando, uma vez que a versão por ele difundida acerca do pan-americanismo será, como veremos, adotada pela União Pan-Americana: “Impressiona, também, vinculação que Artur Orlando fez entre as propostas de integração continental formuladas por Simón Bolívar e James Monroe, descartando qualquer diferença entre as duas perspectivas. Chegou a dizer, referindo-se ao Congresso do Panamá, de 1826: “Bolívar dirigiu um novo convite

Cunha (em artigos e cartas, mas sem o mesmo entusiasmo dos colegas), situando o tema como um dos mais frequentes do debate intelectual na virada do século.

Este não é o momento de nos determos na análise das posições assumidas por cada um destes intelectuais (alguns serão objeto de discussão no capítulo três). O que importa destacar aqui é que, com o estudo de Baggio, podemos observar que as discussões sobre o pan-americanismo estiveram vinculadas aos projetos de nação e de futuro para o Brasil. Os debates em torno da questão, em geral, estão associados ao tema da modernidade e da busca pelo progresso, mobilizando questões como raça, mestiçagem, clima, e identidade nacional⁶³. Como veremos, no Brasil, eles estiveram na ordem do dia e foram marcados pela heterogeneidade de posições e de falas.

Para concluir esta seção, é elucidativo mencionar o livro de Hélio Lobo (1939) intitulado “O pan-americanismo e o Brasil”. Os argumentos nele expostos são uma síntese das discussões que o tema gerou tanto no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quanto em círculos mais amplos. Membro do corpo diplomático brasileiro e sócio do IHGB, Hélio Lobo foi um dos principais entusiastas do pan-americanismo no Brasil. Bastante inspirado no livro de Joseph Lockey (citado no começo desta seção), o diplomata-historiador explica que pan-americanismo é:

[...] antes de mais nada, aspiração, entendimento continental para o bem comum; e como variam os meios de se chegar a isso, as outras definições contém alguma expressão dele, quer na sua evolução histórica, quer na sua forma atual, tais como: aliança política, forma democrática de governo, exclusão de soberanias estranhas, no sentido de senhorio territorial ou outro fim. Aspiração, entendimento continental pelo bem comum: essa a melhor interpretação [...]. Para a realização desse ideal a primeira contribuição foi, sem dúvida, norte-americana. (LOBO, 1939, p. 2-3)

às democracias americanas, a fim de reunidas em congresso solene adotarem a doutrina de Monroe [...]. Esta interpretação, como sabemos, é claramente tendenciosa e deturpada da realidade, porque a idéia original de Bolívar era uma liga voluntária de Estados hispano-americanos, que não incluía o Brasil monárquico – visto como um braço da Santa Aliança no continente americano – e considerava tanto os Estados Unidos como a Inglaterra apenas aliados potenciais e não integrantes desta confederação. Deve-se registrar que, em diversas ocasiões, Bolívar manifestou sua admiração pelas instituições políticas inglesas e seu desejo de obter o apoio da Grã-Bretanha para seus projetos. Obviamente, Bolívar não compactuava com as posições de Monroe, no sentido de recusar qualquer forma de interferência européia nas Américas. Além disso, Bolívar manifestou seu descontentamento quanto à posição dos Estados Unidos em relação às guerras de independência na América Hispânica, criticando severamente a ausência de apoio dos norte-americanos. [...]. Claro está que o pan-americanismo (como foi proposto por James G. Blaine) não tem ligação com a proposta bolivariana de uma confederação de Estados hispano-americanos, muito pelo contrário. E, evidentemente, em nenhum momento Bolívar pretendeu ‘adotar a doutrina de Monroe’, como afirmou, de forma apressada e forçada, Artur Orlando.” (BAGGIO, 1998, p.166-169)

⁶³ Além disso, nos parece, há mais nuances entre a “oposição” e a “defesa” que alguns dos autores escolhidos fizeram a respeito do tema aqui debatido.

Depois disso, o autor explica a doutrina Monroe (1823) e aponta que ela teria sido a precursora do pan-americanismo. Para tanto, cita seu próprio livro, publicado no ano de 1912 e intitulado “De Monroe a Rio Branco”. O Congresso do Panamá, convocado por Bolívar e ocorrido em 1826, seria uma continuidade dos anseios por uma “união da América para resguardo de sua integridade territorial, intermitentemente ameaçada.” (LOBO, 1939, p. 10).⁶⁴ Além de buscar esta ancestralidade dos princípios pan-americanos em Monroe, Lobo vai ainda mais longe, dizendo que o Tratado de Madrid, de 1750, ao propor que as colônias não deveriam ser envolvidas nas disputas entre as coroas portuguesa e espanhola, estaria já antecipando a Doutrina Monroe e, portanto, o próprio pan-americanismo. A grande figura por trás do tratado, Alexandre de Gusmão, é bastante exaltada pelo autor. Gusmão inspirou Monroe, esta é a interpretação que Hélio Lobo quer consolidar. Sua conclusão é exemplificativa de uma certa visão de pan-americanismo, que o associa ao desenvolvimento e ao progresso:

É certo que o continente teve guerras, no seu seio; que o caudilhismo ou a ditadura foram e ainda são, em mais de um, a forma usual de dominação política: e que falta às suas populações, em geral, o grau de educação cívica, o padrão de vida material, que são privilégios das civilizações adiantadas. Mas não é menos verdade que tais episódios e situações, no seu conjunto, não retiraram à América, como entidade própria, a vocação para o progresso e para a paz, que lhe são peculiares. Foi a consciência do destino comum que, aos poucos, criou este sentimento, do mesmo passo que o instinto de conservação o fortaleceu. Pois pan-americanismo é essa consciência, nada mais. (LOBO, 1939, p.143)

Como vemos, a visão do autor é bastante positiva e pouco crítica à versão do pan-americanismo difundida pelos Estados Unidos. Tal visão, por sua vez, esteve em debate na instituição que este trabalho busca estudar. Antes de mergulharmos nas discussões sobre o pan-americanismo no IHGB, porém, é preciso que acompanhem de perto a formulação da retórica pan-americana. Para tanto, será pertinente nos determos na análise da União Pan-Americana, a qual contribuiu fortemente para a constituição do discurso expresso no livro de Hélio Lobo e de outros intelectuais do período. No próximo capítulo, conheceremos melhor este empreendimento.

⁶⁴ Apesar de apostar no discurso da ancestralidade das ideias pan-americanas, Hélio Lobo também aponta para as divergências de pensamento decorrentes da postura intervencionista dos Estados Unidos na América. Ele menciona, por exemplo, que após a anexação de territórios mexicanos, passa a ganhar força o *pan-latinismo*, o qual conclamava a necessidade de associação geral, sem a participação dos EUA. Era o pan-latinismo, portanto, contrário ao pan-americanismo.

3 A UNIÃO PAN-AMERICANA E O PAPEL DAS MULHERES NA PROMOÇÃO DO PAN-AMERICANISMO

Este capítulo se divide em duas seções, as quais se subdividem internamente. A primeira delas é dedicada ao estudo da União Pan-Americana, com ênfase para a apresentação de seus objetivos centrais. Um destes objetivos foi a busca por criar um sentimento de unidade entre os diferentes países da América. Neste capítulo será argumentado que este exercício buscou fomentar a ideia de pan-americanismo, a qual ganha um passado que, a partir de então, passa a abarcar boa parte dos países das Américas. Na segunda seção será analisada a relação das mulheres com o Pan-Americanismo.

3.1 A União Pan-Americana

“A moral é que os estados da América não são rivais hostis, mas amigos cooperativos, e que seu crescente senso de comunidade de interesse, principalmente em matéria de política e de economia, é provável que os dê novo significado como agentes nos assuntos internacionais e na história política do mundo (...). Separados, eles estão sujeitos a todas as correntes de confusão política em um mundo de rivalidades hostis. Unidos em espírito e propósito, eles não podem ser desviados de seu destino pacífico. Isso é Pan-americanismo. Não há espírito de Império nele. Ele é a corporificação do espírito de lei e de Independência, liberdade e serviço mútuo.” (WILSON, WOODROW, 1915, APUD ROWE, LEO, 1940, p.9. Tradução nossa.)

Durante a Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington D.C. (outubro de 1889 a abril de 1890), foi criada a “União Internacional das Repúblicas Americanas para a pronta coleta e distribuição de informações comerciais”, com sede naquela cidade. Alguns anos depois, esta união tornou-se a “União Pan-Americana”⁶⁵. Além desta,

⁶⁵ Na aba “nossa história”, no site da Organização dos Estados Americanos, temos a seguinte apresentação: “Embora alguns estudiosos remontem os antecedentes do Sistema Interamericano ao Congresso do Panamá, convocado por Simón Bolívar em 1826, o fato é que somente em 1889 os Estados americanos decidiram se reunir periodicamente e criar um sistema compartilhado de normas e instituições. Nesse ínterim, realizaram-se conferências e reuniões para gerar o sistema, mas foi somente a convite do Governo dos Estados Unidos que teve início o processo que se desenrola ininterruptamente até hoje. A Primeira Conferência Internacional Americana foi realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890, ‘com o objetivo de discutir e recomendar para adoção dos respectivos governos um plano de arbitragem para a solução de controvérsias e disputas que possam surgir entre eles, para considerar questões relativas ao melhoramento do intercâmbio comercial e dos meios de comunicação direta entre esses países, e incentivar relações comerciais

foram criadas diversas instituições para atuação em áreas específicas. É este o caso, por exemplo, da Comissão Interamericana de Mulheres (1928) e do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1928). Ambos serão abordados nesta tese, mas este subcapítulo se deterá na análise do trabalho da União Pan-Americana (UPA).

Nesse sentido, os boletins mensais publicados pela UPA são valiosas fontes para compreendermos as atividades ali desenvolvidas. Em um breve informe, impresso na contracapa destes boletins, o órgão assim se apresenta:

A UNIÃO PAN AMERICANA é a organização e escritório internacional mantido em Washington, D.C., pelas vinte e uma repúblicas americanas que seguem: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Salvador, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela. É dedicada ao desenvolvimento do comércio, relações de amizade, bom entendimento e a preservação da paz entre os países. É mantida pelas quotas destinadas por cada país, baseadas em sua população. Suas relações são administradas por um Diretor Geral e um Diretor Assistente, eleitos sob a responsabilidade de um Conselho Diretor, o qual é composto pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos e pelos representantes diplomáticos dos outros

recíprocas que sejam benéficas para todos e assegurem mercados mais amplos para os produtos de cada um desses países'. Dezoito Estados americanos participaram da conferência, na qual decidiu-se constituir a 'União Internacional das Repúblicas Americanas para a pronta coleta e distribuição de informações comerciais,' com sede em Washington, que depois tornou-se a 'União Pan-Americana' e, finalmente, com a expansão das suas funções, a Secretaria Geral da OEA. Com respeito a questões jurídicas, a conferência recomendou a adoção de disposições para governar a extradição; declarou que a conquista não cria direitos; e produziu orientações para a redação de um tratado sobre arbitragem que evitasse o recurso à guerra como meio de resolver controvérsias entre as nações americanas. Essa conferência assentou as bases do que depois se tornaria o Sistema Interamericano: interesses comerciais dirigidos no sentido de obter maior integração; preocupações jurídicas com o fortalecimento dos vínculos entre o Estado e o setor privado num ambiente pacífico de cooperação e segurança regional; e o estabelecimento de instituições especializadas em diferentes esferas [...]. Além da União Pan-Americana, estabeleceu-se gradualmente um conjunto de instituições para facilitar a cooperação em áreas específicas. Ao longo dos anos, e com vários nomes, as seguintes instituições foram formadas e iniciaram tarefas importantes: a Organização Pan-Americana da Saúde (1902), que depois se tornou o escritório regional da futura Organização Mundial da Saúde; a Comissão Jurídica Interamericana (1906); o Instituto Interamericano da Criança (1927); a Comissão Interamericana de Mulheres (1928); o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1928); o Instituto Indigenista Interamericano (1940); o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (1942); e a Junta Interamericana de Defesa (1942), que foram seguidas, após o estabelecimento da OEA, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, Comissão Interamericana de Telecomunicações, Comissão Interamericana de Portos, Centro de Estudos da Justiça das Américas, e outras. Uma Corte Interamericana de Justiça foi proposta em 1923, mas nunca se materializou, embora houvesse um precedente na forma da Corte Centro-Americana de Justiça, que funcionou de 1907 a 1918. Assim, estabeleceu-se uma rede de instituições regionais para fortalecer a cooperação entre Estados americanos sobre uma ampla gama de temas da agenda regional." Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp. Última consulta em 14.05.2018.

governos americanos em Washington. Estes dois diretores executivos são assessorados por um conjunto de especialistas internacionais, estatísticos, editores, tradutores, compiladores, bibliotecários, estenógrafos e funcionários. A União publica mensalmente boletins em Inglês, Espanhol e Português, os quais são cuidadosos registros do *progresso* Pan Americano. Também publica diversos relatórios especiais e folhetos de países, cidades, mercadorias, etc., da América Latina. Sua biblioteca, a Columbus Memorial Library, contém 57.000 volumes, 227.000 cartas indexadas, e uma vasta coleção de mapas. Há também uma coleção de 26.000 fotografias, diapositivos e negativos. A União está sediada em um belo edifício construído por meio da generosidade de Andrew Carnegie e das contribuições das Repúblicas Americanas. (BOLETIM DA UNIÃO PAN-AMERICANA, 1926, p.117, grifos nossos. Tradução nossa.)

Em outro texto do Boletim, do ano de 1940, intitulado “The Pan-American Union (1890-1940)” – em formato de editorial, sem assinatura de autoria individual –, podemos acompanhar o processo de institucionalização da UPA, desde quando era chamada de “Bureau”, passando pela construção de sua sede, até chegar à análise de suas atividades. Este texto, estruturado de forma linear, explica os diferentes aspectos do trabalho da instituição.

Por um lado, a UPA servia como grande centro de informações, não apenas para os governos, mas também para os cidadãos dos países, membros da União, os quais podiam consultá-las a qualquer hora. O primeiro trabalho do Bureau foi a publicação do “Handbook of the American Republics”, em janeiro de 1891, o qual continha informações sobre sistemas de crédito, leis de comércio, açúcar e café, negócios em frutas e castanhas, pesos e medidas, etc. Diversos guias foram publicados, sobre diferentes países das Américas. A publicação do Boletim mensal começou em outubro de 1893. A partir de 1910 houve mudança quanto ao Boletim, que passou a conter artigos de interesse mais amplo e também mais ilustrações, sendo amplamente distribuído, especialmente para os representantes diplomáticos e para as Bibliotecas de todas as vinte e uma repúblicas.

Outro dado relevante é que a UPA era responsável por publicar o conteúdo e os resultados das Conferências Pan-Americanas. Além disso, também fornecia materiais para os encontros de clubes de mulheres, bastante usuais nos Estados Unidos da primeira metade do século XX⁶⁶. Pelo que podemos inferir da leitura dos Boletins da UPA, estes clubes, assim como o público estadunidense em geral, demonstrava crescente interesse por conhecer e consumir a cultura latino-americana. É significativo que, até o ano de 1940, a UPA tenha organizado e sediado cerca de cem concertos sobre música latino-americana, conforme se lê na legenda da imagem abaixo, publicada no Boletim da instituição.

⁶⁶ Este assunto será abordado na próxima seção deste capítulo.

Fotografia 1: Concerto de música latino-americana na sede da União Pan-Americana



Legenda da imagem: “Um concerto de verão de música latino-americana. Cerca de cem concertos de música latino-americana foram feitos na União Pan-Americana. Aqueles que aconteceram no verão, foram realizados no jardim. A transmissão destes concertos introduziram muitos compositores a amantes da música que vivem em outros países da América que não aquele de onde eles provinham.” **Fonte:** THE PAN American Union (1890-1940). **Bulletin of the Pan-American Union**, 1940, 74, p. 209. Tradução nossa.

Dessa forma, podemos afirmar que, ao mesmo tempo em que fomenta o estabelecimento do interesse doméstico pelas questões interamericanas, este organismo também responde a uma eminente demanda interna por conhecimento do mundo localizado ao sul dos Estados Unidos – veremos, adiante, que esta curiosidade parte de (e alimenta) um imaginário fantasioso, exotizante e estereotipante da América Latina. De qualquer modo, é importante destacar que os trabalhos da União Pan-Americana estimulavam o intercâmbio cultural e educacional entre os países da Américas. O trecho abaixo é elucidativo desse fenômeno:

Em 1917 a correspondência com instituições educacionais, educadores e estudantes na América do Norte e do Sul tornou-se tão volumosa que a Seção de Educação foi estabelecida sob o comando direto do Diretor Assistente. Entre suas primeiras atividades esteve uma *campanha em prol do estudo das línguas espanhola e portuguesa e da literatura e história latino-americanas em escolas e universidades dos Estados Unidos; a publicação de artigos educacionais; assistência de estudantes da América Latina nos Estados Unidos; cooperação com instituições educacionais, científicas e culturais, bem como associações pelas Américas; a preparação de estudos sobre aspectos da educação no hemisfério*. Depois que a seção se tornou uma divisão separada em 1924, seu escopo continuou a se expandir e em 1929 seu

nome foi alterado para DIVISÃO DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL, a qual coletava e disseminava informação sobre vários aspectos do movimento cultural das vinte e uma repúblicas americanas no que se refere aos campos da educação, ciência, literatura e artes. Ela também contribuiu para criar relações mais próximas e frutíferas entre indivíduos e instituições engajadas nos vários aspectos da vida intelectual no continente; encorajou a tradução e publicação de artigos e livros indicativos do *progresso* cultural nas Américas; promoveu viagens interamericanas por indivíduos ou grupos de educadores, cientistas, e outros profissionais – homens e mulheres; patrocinou o intercâmbio de exposições de arte, trabalhos e correspondências entre escolas; publicou, em espanhol e em português, panfletos técnicos sobre tópicos educacionais; em inglês, espanhol e português uma revista mimeografada sobre atividades culturais pelo continente. O nome da edição em inglês é *Panorama*. Esta divisão também edita uma ou duas vezes ao ano uma publicação mimeografada, em espanhol e português, contendo itens de interesse dos professores latino-americanos.” (BOLETIM DA UPA, 1940, p.207-208, grifos nossos. Tradução nossa.)

Esta campanha pelo estudo das línguas e da história latino-americana estava associada aos objetivos centrais da UPA, os quais se vinculavam ao incentivo ao “espírito de solidariedade e cooperação” entre os países da América. Este órgão era, como podemos ver, o principal propagandista do pan-americanismo. Veremos, adiante, que o passado latino-americano será amplamente mobilizado a fim de difundir a ideia de que o princípio da “união continental” estaria inserido na longa duração do tempo histórico das Américas.

Isso fica ainda mais evidente quando lemos o texto “The Pan-American Union and the Pan-American Conferences”, de Leo S. Rowe, diretor geral da UPA por cerca de vinte anos⁶⁷,

⁶⁷ Sobre ele, R. Salvatore afirma: “De 1920 a 1946, Leo S. Rowe, um cientista político da Universidade da Pensilvânia, atuou como diretor da União Pan-Americana, a instituição que canalizou pontos de vista e políticas dos EUA em questões de integração hemisférica e que foi a precursora da Organização dos Estados Americanos. Foi estadista-estudioso, promotor do pan-americanismo e coletor de conhecimento em escala hemisférica (Salvatore, 2010a). Seu obituário (1946) apresentou-o como o principal defensor da amizade, compreensão e solidariedade interamericanas (Welles, 1947; Hill, 1947). Durante seu contato inicial com a América do Sul (1906–1908), Rowe reconheceu o progresso feito pela Argentina, pelo Brasil e pelo Chile no governo constitucional e no crescimento econômico. Assim, ele combateu o conceito errôneo dos EUA de que os países ao sul do Panamá eram terras de revoluções recorrentes. Bem antes do advento da Política da Boa Vizinhança, Rowe promoveu a cooperação dos EUA com as “repúblicas do sul” nos campos da cultura, do direito e da educação. De fato, ele foi o primeiro estudioso a articular uma estratégia coerente de ‘cooperação intelectual’ [...]. Rowe visitou pela primeira vez a América do Sul em 1906. Em junho daquele ano ele partiu de Nova York para participar da Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro. Do Rio ele viajou por terra para a Argentina. Isso permitiu que ele observasse comunidades agrícolas em Santa Fé e Entre Ríos antes de chegar a Buenos Aires. Ele estabeleceu uma conexão acadêmica com a Universidade de La Plata, onde passou seis meses em uma faculdade residencial, interagindo com estudantes de veterinária, agronomia e direito. Durante a Conferência Pan-Americana de Santiago (1908), ele e vários outros delegados viajaram para a Argentina. Em novembro do mesmo ano, acompanhado pelo embaixador Rómulo S. Naón, Rowe visitou as províncias do noroeste para

também publicado no Boletim⁶⁸. Neste artigo, o autor explicita a relação entre a promoção do pan-americanismo e as atividades desenvolvidas pela União Pan-americana. Para tanto, ele inicia abordando o tema desde Bolívar.

Para Rowe, entre os principais serviços prestados às repúblicas Americanas por Simón Bolívar, nenhum mereceria tanto destaque quanto sua liderança em convocar o Primeiro Congresso de Estados Americanos, em 1826. Ele teria, neste momento, visto claramente a importância de desenvolver um espírito de cooperação e unidade entre as nações do continente. Embora sua proposta de “Tratado de União perpétua, Liga e Confederação” não tenha surtido efeito, a ideia de uma união das repúblicas americanas não caiu no esquecimento, “mas por sucessivos passos tomou forma em um sistema de cooperação internacional sem paralelos na história.” (ROWE, 1940, p.2. Tradução nossa).

O diretor da UPA enfatiza a histórica preocupação com a segurança internacional. Analisa as conferências de 1856 (Santiago e Washington), bem como o Congresso de Estados Hispânicos, ocorrido no Peru (1864). O autor argumenta que nestas ocasiões vários tratados foram assinados, mas nenhum foi ratificado, de modo que ainda que a ideia de cooperação Pan-Americana não tenha sido perdida durante o meio século que precedeu a Conferência de Washington de 1889, os resultados destas iniciativas pontuais eram escassos. Assim, este teria sido o começo do efetivo esforço para assentar as bases para uma organização internacional permanente das Repúblicas Americanas: “A partir de 1889 a história da União Pan-Americana refletiu com grande clareza as profundas mudanças que tomaram espaço nas relações interamericanas durante os últimos cinquenta anos.” (ROWE, 1940, p.4).

O fechamento do texto de Leo Rowe é marcado pela citação da epígrafe que abre esta seção, cujo autor é o ex-presidente dos Estados Unidos (1913-1921), Woodrow Wilson. A mensagem se pretende intensa e apaziguadora: não há espírito de imperialismo no Pan-americanismo. Ele é a corporificação do espírito de liberdade e serviço mútuo. Esta referência busca, obviamente, solidificar a narrativa de que a aproximação entre os países da América só traria benefícios a todos.

pesquisar instituições educacionais. Os resultados foram publicados como ‘Progresos Educacionais na República Argentina’ (1910) [...]. Para Rowe, viajar era um instrumento para construir conexões interamericanas. Ele acreditava que o turismo privado poderia ajudar a construir a cooperação pan-americana. Em 1934 ele estabeleceu a divisão de viagens da UPA com o mandato explícito de promover o turismo entre as Américas [...]”. (SALVATORE, 1916, p. 48-50. Tradução nossa.)

⁶⁸ ROWE, L.S. “The Pan-American Union and the Pan-American Conferences”. Boletim da União Pan-Americana, 1940, 74, 193.

É preciso destacar, contudo, que não é apenas o texto do diretor da UPA que está fortemente marcado pela ideia de que o Pan-americanismo significava o melhor caminho a seguir para todos os países da América, não sendo esta uma escolha individual. Em diversos informes do Boletim da organização, assim como no texto anteriormente citado⁶⁹, somos expostos a uma série de argumentos que buscam fazer crer nas motivações genuinamente cooperativas dos defensores do pan-americanismo. A ideia de representatividade de todas as repúblicas no empreendimento da União Pan-americana é um elemento-chave deste discurso. Esta preocupação estava presente, inclusive, na arquitetura da sede da UPA: os arquitetos da edificação da União Pan-Americana incorporaram ao projeto sugestões e tradições da América do Norte e do Sul. Levando isso em conta, o interior do prédio foi projetado para abrigar elementos da fauna e da flora provenientes dos vinte e um estados-membro⁷⁰.

Segundo a narrativa institucional da União Pan-americana, esta busca por contemplar a todos não ocorreu desde o ano da Primeira Conferência Pan-americana, mas sim de forma gradual: no começo, quando ainda era o “Bureau Comercial das Repúblicas Americanas”, o órgão estava sob a supervisão dos EUA. Aos poucos, porém, os primeiros passos foram dados no sentido de fornecer-lhe “bases internacionais.” A partir da Conferência de Buenos Aires, de 1910, tornou-se “União Pan-Americana” quando o Conselho Diretor passou a ser composto por um representante de cada República. Isso é apresentado por esta fonte como sendo um grande avanço nas relações interamericanas.

Mas seria possível, em um conjunto de países tão assimétricos entre si, alcançar uma representatividade factual e material? Jorge Minella (2013)⁷¹, nesse sentido, chama a atenção para a dificuldade de realização disso que era propagandeado nos documentos produzidos pela própria organização, visto que: “Para esta visão são desconsideradas por completo as diferenças de poder econômico e militar que, por sua vez, se desdobram em força política dentro da organização, fazendo com que as “vozes e os votos” não sejam assim tão equivalentes.”⁷² (MINELLA, 2013, p.76)

⁶⁹ “The Pan-American Union (1890-1940)”. Boletim da União Pan-Americana, 1940, 74, 201.

⁷⁰ Para mais detalhes sobre esta “arquitetura pan-americana” ver GONZALES, Robert Alexander. *Designing Pan-America: U.S. architecture visions for the Western Hemisphere*. Austin, University of Texas Press, 2011.

⁷¹ Este autor estudou a recepção do Pan-americanismo no Brasil através de uma abordagem que se vale da história dos conceitos, tal qual proposta por R. Koselleck, tendo como foco o Estado Novo.

⁷² As diferenças de status entre os países membros podem ser exemplificadas da seguinte forma: “A Seção de Estatísticas compilava dados demográficos e econômicos fornecidos pelos países membros, com preocupação fundamental quanto ao comércio exterior. Todo ano era elaborado um relatório acerca do comércio dos países latino-americanos, que incluía dados sobre as trocas entre estes países

As considerações de Ricardo Salvatore (2016) são, nesse aspecto, valiosas. Como vimos, o autor afirma que o período de 1890 a 1945 corresponde à construção das instituições e ideais pan-americanos. O crescente engajamento dos acadêmicos e estudiosos no Pan-americanismo contribuiu para a constituição de um Império informal dos Estados Unidos na América do Sul (região geograficamente localizada ao sul do Panamá). O autor data a consolidação dos estudos latino-americanos neste período (e não no período posterior à Revolução Cubana, como muitas análises fazem). O estabelecimento desta *conquista imperial informal*⁷³ foi bastante tributário do trabalho dos intelectuais, uma vez que:

A possibilidade de ver o campo inteiro com distanciamento e a autoridade para pronunciar enunciados gerais sobre o passado, presente e potencial futuro da região constitui uma forma difusa e duradoura de poder. Em relação a isso, podemos afirmar que houve uma conquista intelectual da América do Sul, no sentido de apropriação e incorporação da região no interior do campo de visão e espectro de influência do conhecimento acadêmico dos Estados Unidos. As questões institucionais e de desenvolvimento da região não teriam se tornado “problemas” sem um profundo trabalho disciplinar regional nas Ciências Sociais e nas Humanidades. O conhecimento regional era uma pré-condição para a construção da influência e do poder hemisférico (SALVATORE, 2016, p.5. Tradução nossa)⁷⁴

e Estados não americanos; exceto quanto à participação dos EUA no comércio com a América Latina, estes relatórios não incluíam dados sobre o comércio exterior dos Estados Unidos com países não americanos. Relacionada a esta Seção encontrava-se o Gabinete do Consultor Comercial, que servia como centro de contato entre comerciantes americanos e publicava um boletim acerca de ‘produtos latino-americanos na indústria dos Estados Unidos’. Evidencia-se, portanto, a assimetria das relações; a Seção de Estatística compila dados sobre a América Latina, e não sobre os Estados Unidos, o gabinete comercial articulava o *status quo* econômico dos EUA como consumidores das matérias-primas do sul, e a Seção Agrícola contribuía para o progresso do conhecimento produtivo, possivelmente ignorando os conhecimentos locais e trazendo uma pesada lógica mercantil.” (MINELLA, 2013, P. 77-78)

⁷³ O autor usa o termo imperial no sentido de hegemonia, exemplaridade, e suposta superioridade cultural e tecnológica.

⁷⁴ No original: “The possibility of viewing the whole field from a distance and the authority to pronounce general statements about the region’s past, present, and potential future constituted a pervasive and enduring form of power.⁸ In relation to this, we can claim that there was an intellectual conquest of South America, in the sense of appropriating and incorporating the region within the field of vision and range of influence of U.S. academic knowledge. The institutional and developmental issues of the region would not have developed into “problems” without thorough regional disciplinary work in the social sciences and in the humanities. Regional knowledge was a precondition for the construction of hemispheric influence and power.” (SALVATORE, 2016, p.5. Tradução nossa)

Apesar de propor uma interpretação que considere a conquista informal da América, especialmente a do Sul, Salvatore é bastante ponderado em suas observações. Nesse sentido, ele é enfático ao afirmar que os intelectuais por ele estudados não são consensuais em suas análises, sendo possível generalizar suas posições apenas a partir da defesa da noção de conhecimento útil (“useful Knowledge”), retórica comum a diferentes disciplinas sobre a América do Sul – segundo o autor, seria preciso pouca imaginação para reduzir o trabalho dos acadêmicos em questão a uma “cumplicidade com metadiscursos de supremacia branca, dominação masculina ou superioridade norte-americana” (SALVATORE, 2016, p.8).

A União Pan-Americana, por sua vez, teve um papel essencial na constituição dessa hegemonia. Segundo Salvatore, os Estados Unidos a imaginaram como uma comunidade hemisférica, um terreno virtual para a implementação das agendas de superioridade, assessoria e reforma dos EUA: as conferências pan-americanas e o movimento pan-americano serviram como veículos para diferentes agendas de reforma, desde a puericultura até o feminismo, da preservação das florestas à erradicação da malária e da febre amarela. Além disso, a ideia de “Pan America” também serviu para mobilizar as energias de figuras literárias e até mesmo de artistas.

Uma vez apresentada a União Pan-americana, podemos agora nos dedicar à análise de como seus trabalhos colaboraram para a aproximação interamericana a partir da retórica da existência de um passado comum. Isso pode ser feito por meio da análise de alguns exemplares de uma fonte específica: o boletim da instituição, veículo por excelência das ideias que buscava difundir.

O texto intitulado “El Boletín de la Unión Panamericana como Interprete del Panamericanismo”⁷⁵, de 1949, é bastante explicativo quanto às características deste material. Ficamos sabendo que uma das estipulações da resolução de criação da União Pan-Americana previa que:

Esta instituição publicaria um boletim mensal, de caráter oficial. Este boletim, profusamente ilustrado, dedica-se à compilação e distribuição de informações referentes ao desenvolvimento comercial, industrial, agrícola, social e educacional, assim como ao *progreso* em geral e à ação cooperativa dos países do continente americano. Desde que se iniciou a publicação das três edições – em português, inglês e espanhol, o Boletim tem seguido a sua marcha ininterrupta, não só como órgão oficial da União Pan-Americana

⁷⁵ Texto localizado nos arquivos do Columbus Memorial Library, biblioteca da União Pan-Americana. Disponível na coleção “pan-americanismo”> “folhetos”, com referência bibliográfica incompleta. Parece, contudo, ser um informe da própria UPA sobre suas atividades.

senão como intérprete autorizado dos ideais e *progressos* das Repúblicas americanas. Muitas vezes se reproduzem nos diários e semanários da América Latina e dos Estados Unidos os artigos que aparecem nas colunas deste Boletim e desta maneira forma-se um intercâmbio de informações que servem para incrementar o número de proveitosas relações com os organismos econômicos, industriais e sociais das Américas [...].

O Boletim almeja servir o pan-americanismo não só proporcionando dados atuais e fidedignos nos vários campos da atividade humana e procurando tornar mais bem conhecidos entre si os países membros da União, senão também procurando obter aquela cooperação e solidariedade de aspirações e esforços que são requisitos fundamentais para o verdadeiro *progresso* pan-americano.

De vez em quando o Boletim publica números especiais consagrados e aniversários de especial significância para as repúblicas do continente americano, como os gloriosos centenários da independência destas nações. Entre outros, merece especial menção o número comemorativo do centenário da Independência do Brasil, publicado nas três edições, em português, espanhol e inglês e o recente número também publicado nas três edições – comemorativo da morte do libertador Simon Bolívar.

O Boletim que se publica em português destina-se a dar ao leitor brasileiro, além das notícias oficiais da União Pan-Americana, um apanhado geral das notícias de maior relevância relativas ao *progresso* das outras repúblicas da América, e bem assim artigos especiais sobre aspectos de particular importância, sendo que nas edições em espanhol e inglês aparecem dados semelhantes relativos ao Brasil, apurados de copiosas fontes, entre os quais os principais jornais do país, publicações oficiais, contribuições literárias e outras informações fidedignas. Publicam-se também artigos especiais destinados a divulgar com maior realce nos Estados Unidos e na Hispano-América certas fases do *progresso* brasileiro. E assim é que nos três idiomas da América o Boletim procura ser um prestativo mensageiro de amizade, simpatia e informações entre os americanos da Luso-América, da Hispano-América e da Norte-América. (BOLETIM, 1949, p. 1-3, grifos nossos. Tradução nossa)

Como vemos, os boletins da União Pan-americana tinham por função registrar o *progresso* Pan-americano. Esta palavra, inclusive, aparece cinco vezes no pequeno trecho acima transcrito. Tão importante tarefa merece nossa atenção. Para tanto, será analisada abaixo uma coleção de dezoito volumes, intitulada “Pan-american Patriots”, que publica dezoito biografias de “patriotas pan-americanos”. A partir deste movimento analítico poderemos compreender melhor *qual é e o que é o progresso* que o veículo oficial da UPA está valorizando.

3.1.1 A coleção “Pan American Patriots” e a busca por um passado comum

O primeiro texto desta coleção, cuja primeira publicação data de 1926, se intitula “O pan-americanismo de Bolívar e o pan-americanismo de hoje”. Lembremos que, neste momento, o diretor da UPA ainda era Leo S. Rowe. O autor do texto é o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Panamá nos Estados Unidos, Ricardo J. Alfaro. A narrativa aponta para uma tentativa de busca por ancestralidade para as iniciativas de integração do presente. Tanto que o autor encerra o texto afirmando, enfaticamente, que Simón Bolívar era o pai do pan-americanismo. Antes disso, porém, o autor nos explica que:

Pan-americanismo não é uma instituição, nem é um sistema. É um estado mental, uma opinião corrente criada por uma série de fatores: continuidade geográfica, a semelhança de instituições, um intercâmbio de interesses econômicos, um *amor pelos princípios democráticos*, a comunidade de aspirações e tendências internacionais. Tal *sentimento continental* não cria propósitos ou projetos. Ele simplesmente interpreta a si mesmo por meio de atos, tendendo a aproximar os *laços sociais, econômicos e culturais* entre as duas Américas.” (ALFARO, 1926, p.1, grifos nossos. Tradução nossa.)

Vemos, na citação, um esforço por definir e encerrar os sentidos do pan-americanismo. A definição que se busca fazer está, de forma evidente, atuando na construção de uma ideia segundo a qual todos os países da América teriam os mesmos interesses e que estariam irmanados pela história: expressões tais como amor, sentimento e laços são utilizadas de forma intensa ao longo do texto.

No decorrer da narrativa, Alfaro aponta que o pan-americanismo de Bolívar buscava uma aliança política, a criação de um sistema internacional de defesa, bem como a manutenção da paz entre os países americanos. O *libertador*, contudo, já tinha em vista os “elementos naturais” do atual pan-americanismo, entre os quais o “sentimento de solidariedade continental”. A conclusão é automática: a ideia de Bolívar, de uma América livre e unida, teve continuidade temporal, sendo que teria sido no Congresso do Panamá que foram estabelecidos os princípios do Pan-americanismo.⁷⁶

⁷⁶ Uma análise crítica sobre as diferenças entre a “identidade pan-americana” e “latino-americana” pode ser encontrada na dissertação de mestrado de Tereza Dulci, defendida na Universidade de São Paulo em 2008.

Ao comparar o pan-americanismo do passado com o dos dias atuais, o autor indica que, outrora, sua principal característica era a do anti-hispanismo (contrário à Espanha) e da aliança militar. Nos tempos do autor, a década de 1920, o pan-americanismo já não era mais anti-hispânico. O estudo da história demonstrava que, no passado, ele fora marcado por uma luta da democracia contra o monarquismo. Este ponto é interessante, pois aqui temos, no texto de abertura da coleção, uma exclusão explícita do Brasil, que, como sabemos, viveu um período monárquico bastante longo. O mais curioso é que, dos dezenove “patriotas pan-americanos”, três eram brasileiros: Dom Pedro II, José Bonifácio e Santos Dumont. Os dois primeiros, símbolos do sistema monárquico.

De todo modo, a menção à luta anti-hispânica surge para traçar o paralelo com os anos 1920, quando os ódios da guerra teriam sido supostamente esquecidos, permitindo que o americano de origem hispânica, “*Sem enfraquecer seu espírito de solidariedade continental*” voltasse seu olhar “*com respeito e afeição em direção à nobre origem que lhe deu sua civilização, sua fala, suas maneiras e costumes, sua arte, lei e religião.*” Com isso, ele teria contemplado “maravilhado a ‘Gesta’, a semente épica da extraordinária raça que, devido à sua descoberta e colonização no Novo Mundo, tem todo direito a *um enorme crédito no balancete do progresso humano.*” (ALFARO, 1926, p.7, grifos nossos. Tradução nossa.)

Dessa forma, o ministro argumenta que o “pan-americanismo dos dias de hoje” não seria antagonista das tendências latinas, pelo contrário, visto que “o americano de extração ibérica traz para a tarefa comum da paz e progresso, que está sendo realizada em nosso hemisfério, contribuição espiritual de sua *idiossincrasia racial.*” (ALFARO, 1926, p.7).

As diferenças entre latinos (às vezes tratados como ibéricos ou hispânicos) e saxões era interpretada pela questão racial, sendo que os ibero-americanos é que eram os “idiossincráticos”.⁷⁷ E essa diferença peculiar de não ser saxão era tratada como sendo “nossa personalidade”, não sendo aconselhável negá-la. Alfaro recomenda, então, que não se devia buscar uma integração à América do Norte através de uma servil imitação de seus modos e costumes. A diferença deveria ser afirmada, sendo inclusive descrita como “poderes espirituais típicos de cada um”. Por um lado, a impetuosidade, idealismo, afetividade, cortesia e sensibilidade estética dos “filhos do Sul” e, por outro lado, a compostura, perseverança, energia, iniciativa, bom senso e habilidade de organização daqueles dos “filhos do Norte”.

⁷⁷ “Enquanto é possível que nem a origem espanhola nem a portuguesa sejam livres de defeitos, ambas possuem qualidades de primeira linha, e é isso que determina sua fisionomia étnica, por assim dizer.” (ALFARO, 1926, p.7)

Para que ambos pudessem ter um bom convívio, era preciso a existência de uma doutrina de cooperação, daí a imprescindibilidade do pan-americanismo, que “nos dias de hoje” seria essencialmente pacífico. Sua busca era por 1) intensificar relações comerciais; 2) proteger os tesouros da arqueologia americana; 3) promover o intercâmbio universitário; 4) buscar um vasto conhecimento da produção intelectual dos vários grupos ou nacionalidades; 5) promover a adoção de medidas sanitárias protegendo o tráfego marítimo e a saúde pública; 6) honorificar a memória dos grandes heróis e benfeitores do Novo Mundo; 7) organizar um conjunto de congressos devotados à ciência e à caridade; 8) criar instituições de utilidade pública; 9) estabelecer a uniformidade de nomenclatura, de pesos e medidas, de passaportes, dos princípios da lei marítima; 10) promover o estudo dos problemas sociais; 11) codificar a lei internacional, pública e privada.

A finalidade desta longa lista seria prevenir conflitos entre os estados americanos e fornecer o mais amplo escopo possível para a arbitragem, entendido como “o único meio civilizado de decidir conflitos internacionais” (ALFARO, 1926, p.8). A União Pan-Americana é citada como sendo o órgão executor destes deveres. O item 6, inclusive, é posto em prática com a publicação da coleção “Pan American Patriots”, que está sendo aqui analisada.

No fechamento de seu texto, o autor pergunta: quais, então, são os pontos de contato entre o Pan-Americanismo de Bolívar e o do presente? Por que afirma-se que o Pan-Americanismo tem seu nascimento no Congresso do Panamá?

É porque a ideia básica, o conceito fundamental daquele Congresso, é o mesmo que inspira as Conferências dos Estados Americanos de nosso tempo. Como tudo desenvolvido por um *processo evolutivo*, o *sentimento de solidariedade* continental passou do *simples ao complexo*, e hoje se manifesta em múltiplas atividades *que nossos avós* nem poderiam ter sonhado. Mas, assim como o diamante, que nos deslumbra com seu brilho de milhares de facetas na mesma pedra, sem forma e opaco quando retirado da mina, na cooperação internacional do continente a faísca original do gênio de Bolívar ainda pode ser distinguida. Ontem, assim como hoje, seu principal propósito era a *paz, o progresso e a felicidade* do Novo Mundo. Mas enquanto ontem a paz tinha que ser assegurada pelos meios da guerra, hoje, livre de inimigos, respeitado, e forte em *democracia e fraternidade*, as pessoas da América podem se dedicar tranquilamente à frutífera tarefa de trabalhar pelo bem-estar comum. (ALFARO, 1926, p.11-12, grifos nossos. Tradução nossa.)

Expressões como paz, progresso, processo evolutivo, felicidade, democracia, fraternidade e bem comum são mobilizadas a fim de costurar os fios que, nas pretensões da União Pan-americana, tramariam o tecido da Pan-América. Os outros textos da coleção dão

continuidade à cerzidura iniciada no primeiro número. Os personagens biografados são, na ordem: 1) Simón Bolívar; 2) José Artigas; 3) Benito Juárez; 4) Juan Rafael Mora; 5) Francisco Morazán; 6) Bernardo O'Higgins; 7) Simón Bolívar (duas vezes); 8) Dom Pedro II; 9) Miguel Hidalgo; 10) Santos Dumont; 11) Francisco de Miranda; 12) Domingo Faustino Sarmiento; 13) José Bonifácio de Andrada e Silva; 14) José Hipólito Unánue; 15) Miguel Larreinaga; 16) José Martí; 17) Antônio José de Sucre; 18) José de San Martín.

Para que possamos conhecer, em linhas gerais, o conteúdo destas biografias, será feita, nos próximos parágrafos, uma apresentação sucinta de cada uma delas. Em seguida, será desenvolvida a análise sobre as semelhanças entre os textos, de modo que possamos apreender alguns de seus sentidos possíveis.

Todas as biografias têm um título que busca chamar a atenção do(a) leitor(a). O primeiro texto dedicado diretamente a Simón Bolívar, por exemplo, se intitula “Bolívar, o profeta”. O título já insere o questionamento: profeta do quê? Percebe-se, assim, uma tentativa constante de diálogo com os(as) leitores(as). O autor do texto é Guillermo Sherwell, Secretário da Seção dos Estados Unidos no Alto Comissariado Inter-americano.

Segundo Sherwell, Bolívar era um profeta, um gênio, e um símbolo de liberdade. O argumento que se quer consolidar é de que sua profecia teria consistido em ter sido ele o responsável pelo embrião da ideia de Pan-América:

A América está perto da comemoração do Congresso do Panamá, no qual Bolívar deu vida não meramente a um pensamento concreto, mas a um ideal o qual cada dia parece mais claro e próximo de sua realização [...]. Este ideal trata, em torno de uma mesa fraternal, dos nossos problemas comuns. Não há angústia, não há miséria, progresso, ou felicidade experimentada por um dos povos americanos que não seja comum a todos os outros. É ao reconhecimento deste fato que devemos à ideia Pan-Americana, da qual a primeira manifestação tangível foi naquele Congresso e que continua a viver com um crescente vigor e intensidade porque ela satisfaz uma profunda necessidade dos povos americanos que, reconhecendo sua unidade em uma comunidade de origem, não podem se considerar como separados por uma diversidade de destinos. Algum progresso foi feito neste trabalho de união e cordialidade; mas um longo trecho de estrada inexplorada ainda jaz diante de nós. Nós devemos continuar a avançar com confiança e fé, a fé do Libertador que considerou obstáculos apenas para superá-los, e criou ideais apenas para alcançá-los. (SHERWELL, 1926, p.10. Tradução nossa.)

O segundo número da coleção está diretamente relacionado ao primeiro, uma vez que busca estender o argumento de que o “pai” do pan-americanismo foi Bolívar e de que a

consciência dos “problemas comuns” da América é sinônimo de progresso. Medidas que considerem essa comunhão de experiências passam a ser diretamente associadas à noção de evolução.

Já o terceiro número da coleção aborda a biografia do General José Artigas (1764-1850), “arauto da independência e fundador do Uruguai”. A partir deste número, fica evidente que os textos são dirigidos para o público norte-americano. A coleção “Pan American Patriots”, publicada em língua inglesa, buscava apresentar personagens da história iberoamericana ao público estadunidense. Tanto é assim que não há nenhum “patriota” dos Estados Unidos entre os escolhidos – o público interno já conhecia seus heróis.

Para tornar as paisagens, povos e culturas compreensíveis aos estadunidenses, havia uma série de analogias: por exemplo, a explicação de que Artigas era um *gaucho* é seguida do aposto “south american cowboy”. Há também um movimento de ler a história da “outra” América a partir das lentes da história norte-americana. Nesse sentido, Artigas é apresentado como sendo uma liderança nas disputas entre os “patriotas” e os espanhóis: é interessante observarmos que temos uma espécie de projeção da narrativa dos “founding fathers” da nação estadunidense para os outros povos da América. O próprio nome da coleção “Pan American Patriots” parece estar inserido neste movimento. Assim, ao descrever as ações de Artigas quando da invasão portuguesa de 1816, a autora, Frances Douglas,⁷⁸ explica aos(às) leitores(as) que:

Neste mesmo momento, nosso próprio Congresso dos Estados Unidos estava discutindo este extraordinário homem. O Congresso declarou que ‘o único campeão de democracia nestas regiões é o bravo corajoso republicano General Artigas’ [...]. Ele sacrificou sua fortuna, seu conforto, sua família, as honras que poderia ter, à suprema ambição de formar no Sul uma grande nação, tal como Washington tinha formado no Norte.” (DOUGLAS, 19-- , p.4. Tradução nossa.)

⁷⁸ Segundo informações na página “Coleções especiais” da Universidade do Arizona, Frances Douglas “começou a escrever e traduzir autores espanhóis em 1909, e sua carreira durou várias décadas, durante as quais ela traduziu as obras de muitos autores espanhóis e latino-americanos. Várias de suas traduções de Blasco Ibanez foram transformadas em filmes. Ela visitou a Espanha enquanto trabalhava para o governo e visitava autores, organizações e editores [...]. Durante as décadas de 1930 e 1940, Frances continuou a escrever e publicar traduções de seus autores favoritos, assim como histórias curtas de sua autoria. Além disso, ela permaneceu ativa dando palestras para vários clubes de mulheres e de livros locais e nacionais.” Disponível em: <https://speccoll.library.arizona.edu/collections/frances-douglas-papers>. Acesso em 03.06.2018.

Esta mesma autora descrita como sendo crítica literária, tradutora e palestrante em “Spanish-American Subjects” é a responsável por adaptar oito das dezoito biografias publicadas pela UPA em língua inglesa⁷⁹. O nome do(a) autor(a) original é sempre referenciado (no caso desta biografia, Pedro Ferrari Ramírez), mas o texto passa pela adaptação de F. Douglas. Este é o caso do quarto volume da coleção, cujo esboço havia sido elaborado por Julia Nava de Ruisánchez. O biografado foi Benito Juárez (1806-1872). O texto inicia assim:

Na próxima vez que você pensar no México, pense como um espaço de abundância. O México é abundante em vegetais, cereais, uma rica e infinita variedade de frutas e flores. Não admira que tenha produzido homens notáveis. Um dos maiores (o qual, de fato, foi comparado ao nosso Abraham Lincoln e o qual foi seu contemporâneo) foi um índio. Seu nome era Benito Juárez. Benito Juárez nasceu em San Pablo de Guelatao, uma pequena cidade de Oaxaca, no dia 21 de março de 1806. Seus pais eram índios zapotecas. Os zapotecas são inteligentes, industriais e progressistas, e deles vieram muitos dos melhores líderes, soldados e artistas do México. (DOUGLAS, 19--., p.1. Tradução nossa.)

Novamente, a associação entre o patriota descrito e o sentimento progressista se faz presente. Os textos adaptados por Douglas buscam, de forma evidente, aproximar a figura biografada dos leitores norte-americanos, atribuindo ou ressaltando nas personagens características por eles conhecidas e exaltadas. A busca pela figura do *self-made man* também é digna de nota: “Benito estudou duro, tornou-se advogado [...], mas ele nunca esqueceu que pertencia a uma nação que precisava de um campeão.” (DOUGLAS, 19--., p.3). Segundo a autora, depois de tanto se esforçar, Benito Juárez se tornou presidente do México, em 1857. Ele sofreu várias perseguições e viveu diversos exílios, mas seu governo era reconhecido pelos EUA. Este dado é fundamental, pois é utilizado no sentido de argumentar que haveria uma longa relação de amizade entre estadunidenses e mexicanos. Estes, por sua vez, deveriam ser tratados com justiça e mereciam todo o “nosso respeito”, sendo que “não devemos poupar esforços para manter relações de amizade com eles. Juárez nos mostrou o caminho!” (DOUGLAS, 19--., p.5)

⁷⁹ Uma informação importante, inclusive, é que das dezoito biografias, dezesseis são escritas por mulheres. A hipótese desta tese é de que isso está relacionado a duas questões: 1) as mulheres, em geral, escreviam textos de divulgação para públicos amplos; 2) muitos dos materiais voltados para o público interno, como veremos na última seção deste capítulo, eram produzidos por demanda dos clubes de mulheres, comuns nos Estados Unidos. Algumas destas escritoras tinham trânsito nestes clubes, como é o caso, por exemplo, de Frances Douglas.

Embora geralmente as ações dos Estados Unidos entre os países vizinhos sejam aplaudidas, especialmente na América Central, em algumas situações é excessivamente forçado fazer de conta que não havia atropelos e atos predatórios. Nestes casos, a saída era responsabilizar alguns indivíduos e, sempre que possível, isentar a nação. É este o caso quando Douglas aborda a trajetória de Juan Rafael Mora (1814-1860), da Costa Rica, a partir do texto original de Carlos Finesta. Mora é apresentado como sendo um produtor de café que vence na vida após a morte do pai e da superação do endividamento decorrente desta perda do ente querido. Tornou-se presidente em 1852, tendo dissolvido o Congresso, já que os congressistas “não buscavam o bem de todos e queriam minar as instituições sociais”. Além disso:

Uma das grandes coisas que ele fez foi salvar a Costa Rica da tirania de um de nossos próprios cidadãos. Às vezes nós nos esquecemos que os povos hispânicos da América têm razões para não gostar de nós. Nos países ao sul de nós, nossos governos têm cometido graves falhas diplomáticas que têm custado preciosas vidas, mas o povo tem sido tolerante e indulgente. No entanto, nosso governo não foi, de nenhuma forma, responsável pelas atrocidades cometidas em Sonora em 1853, e dois anos depois na América Central, pelo aventureiro do Tennessee, William Walker. (DOUGLAS, 19--., p. 3. Tradução nossa.)

Francisco Morazán (1792-1842), de Honduras, é o biografado seguinte. Sua biografia foi adaptada também por Frances Douglas, a partir do original de Miguel Morazán. É descrito como sendo símbolo de liberdade e justiça, gênio da guerra e mártir da Federação. A parte que mais chama atenção neste texto se refere à tentativa de apresentar ao(à) leitor(a) as razões dos confrontos protagonizados pelo *mártir*. Ao explicar os conflitos políticos entre Federalistas e o Partido Conservador, Frances Douglas afirma: “Parece muito ruim que tantas vidas sejam sacrificadas e tanto sofrimento seja causado devido a questões políticas.” (DOUGLAS, 19--., p.3). Sentença semelhante a esta já havia aparecido na biografia de Juan Rafael. É, de certo modo, uma forma de resumir e generalizar a América ao sul dos Estados Unidos aos estadunidenses (especialmente a América Central).

Por mais esforço que se faça, em algumas passagens, para estimular uma *compreensão empática* dos povos vizinhos – no sentido de que, em alguns momentos, a autora convida os(as) leitores(as) a se imaginarem na situação do personagem em questão⁸⁰ – ainda aparece bem viva

⁸⁰ Segundo José Carlos Reis (2013), compreensão empática foi um conceito cunhado por Wilhelm Dilthey para sugerir que os historiadores deveriam buscar se colocar no lugar dos indivíduos por eles

uma camada de interpretação que aponta para a impressão de que se trata de povos incompreensíveis, vivendo lutas igualmente incompreensíveis.

A coleção segue em sua apresentação dos patriotas. Quase todos os textos mencionam a existência de estátuas em homenagem aos biografados em seus países de origem, como atestado de reconhecimento dos seus grandes feitos. Tem-se, inclusive, a impressão de que é uma forma de legitimar a escolha do nome para figurar como representante de seu país nas páginas da coleção publicada pela UPA: veja bem, este homem foi grande e é representativo de seu povo, pois foi digno da construção de um monumento, o qual atesta seu reconhecimento público.

É este o caso do General Bernardo O’Higgins (1778-1842), do Chile. O rascunho sobre ele foi feito por Ricardo Donoso e adaptado por Frances Douglas. O número sete da coleção informa que O’Higgins foi um nome importante na luta contra o domínio espanhol, estudou em Lima e na Europa e seu pai era irlandês. A autora destaca que ele trabalhou pelo progresso do país e foi o fundador do Chile.

O oitavo número da coleção traz outra biografia de Simon Bolívar (1783-1830), também adaptado por Douglas⁸¹. Neste texto temos informações mais detalhadas do grande homem: o pai de Bolívar descendia de bascos, provinha de uma família rica, seu pai morreu quando ele tinha três anos de idade, e teve um tutor chamado Símon Rodríguez, o qual era adepto das ideias republicanas. Quando tinha vinte e dois anos, na Europa e sob influência de seu antigo tutor, decidiu libertar a América do Sul.

Há, novamente, uma aproximação entre o biografado e as grandes figuras da história dos Estados Unidos: “Bolívar, assim como Washington, esperava que a revolução pudesse ocorrer sem derramamento de sangue.” (DOUGLAS, 19--., p.5). Na conclusão do texto, o

estudados. Alexandre Avelar (2012), por sua vez, afirma que, para Dilthey, a decifração das ações e sentimentos do homem só poderia se dar nas suas próprias relações com outros homens e nas suas experiências com o mundo. Nas palavras do autor: “A compreensão empática é, portanto, o horizonte de toda pesquisa biográfica. O estudioso não pode renunciar à tarefa de buscar apreender a vida psíquica em sua totalidade, em seus nexos internos e em suas aberturas ao mundo exterior. Neste ato, a imaginação é reivindicada no nosso contato com o outro. A escrita biográfica constitui-se no domínio pelo qual os atos do passado podem ser revividos no presente. Esta noção de “revivência” é central na hermenêutica diltheyana, pois tornar os homens “vivos” na trama histórica é o elemento que funda a possibilidade mesma de compreensão e da interpretação dos vestígios humanos no tempo. Os que estão acostumados a localizar no pensamento histórico do século XIX a fortaleza do positivismo factualista não podem deixar de se impressionar ao ler em Dilthey extensas referências à imaginação e à empatia como recursos da escrita biográfica. Seguir uma outra vida é admitir sua alteridade, registrar um espaço que é, simultaneamente, próximo e estranho ao biógrafo. O outro como objeto de conhecimento não ignora o outro como objeto de desejo.” (AVELAR, 2012, p.140)

⁸¹ Preparado por Frances Douglas, a partir de um rascunho de Camilo Jiménez e de “Bolívar, o Libertador”, de José María Salaverría.

estadista é caracterizado como sendo o libertador da Venezuela, Colômbia, Equador e Peru, fundador e pai da Bolívia. Além disso: “Como um homem de estado, ele elaborou constituições que são modelares. Seu ideal, a união de todas as províncias da América do Sul, foi a primeira sugestão de uma União Pan-Americana.” (DOUGLAS, 19--., p.6).

Até o número nove da coleção, tivemos uma narrativa que enfocava na luta dos biografados por liberdade e progresso, que em geral apareciam associados aos ideais republicanos. Agora, contudo, chegamos ao número que trata de Dom Pedro II (1825-1891)⁸². Este texto foi escrito por Marie Kiersted Pidgeon, bibliotecária da Benjamin Franklin High School, de Nova York.

A autora inicia afirmando que este foi o único monarca americano independente. Ela explica que Pedro pai e Pedro filho tinham o nome “Alcântara”, que significa ponte em árabe. Segundo ela, os dois foram “pontes”: um entre o Brasil colônia e o Brasil independente; o outro entre os Estados Unidos e o Império do Brasil, por sua visita aos Estados Unidos (por ocasião da festa comemorativa aos cem anos da independência dos EUA).

O apelo deste biografado advém do fato de que era “único” e de demonstrar “amizade” pelos Estados Unidos, por meio da visita. Neste texto em especial, temos uma ênfase às atividades cotidianas do jovem príncipe herdeiro⁸³ e destaca-se um maior esforço da autora por dialogar com os(as) leitores(as). A linguagem parece ser voltada aos(às) jovens. Há, também, uma indicação de como as histórias do Brasil e dos Estados Unidos se aproximam, como por exemplo no caso da escravidão. O trecho abaixo, por meio da descrição de uma cena perversa da infância de Dom Pedro (que é tratada pela autora como amável e divertida), introduz o tema:

Enquanto isso, Dom Pedro tinha um bom tempo no país – cultivando seu próprio canteiro de flores, velejando botes na lagoa, e montando nas costas de Rafael até quando o pequeno imperador fez nove anos, quando era grande o bastante para montar um cavalo⁸⁴. Rafael era tão preferido por seu mestre que o escravo de cor era chamado de ‘homem negro com a alma branca’, e depois, quando Dom Pedro foi para a Europa, ele levou Rafael com ele (...). Se tornou a grande ambição de Dom Pedro, assim como era a de Abraham Lincoln nos

⁸² Interessante observar que este é um dos textos mais extensos da coleção, com doze páginas.

⁸³ Nesse sentido, a imagem de Dom Pedro II publicada no texto a ele destinado é sugestiva. Em cada um dos volumes aqui analisados há uma imagem do biografado (todas podem ser vistas nos anexos desta tese). O único biografado que é representado na infância, em uma cena da vida cotidiana, é o monarca brasileiro. Todos os demais têm publicadas representações de si que ressaltam suas funções de estadistas e/ou de “grandes homens”.

⁸⁴ No original: “riding on Rafael’s back until the little emperor was nine and large enough to ride a horse” (PIDGEON, 1926, p.4)

Estados Unidos, libertar todos os escravos do Brasil. (PIDGEON, 19--., p.4. Tradução nossa.)

Marie Kiersted Pidgeon explica que, quando D. Pedro I partiu para Portugal, deixou seus filhos sob a vigília de José Bonifácio. Nesta mesma frase, a autora dialoga com o público: “talvez você já tenha ouvido falar no ‘patriarca da Independência’, o qual é outro livreto desta coleção” (PIDGEON, 19--., p.4). Também nota-se um esforço por estimular os(as) jovens leitores a visitar o Brasil no futuro:

Talvez algum dia você visite o Palácio no qual D. Pedro II foi coroado. De lá você poderá ver o edifício o qual foi o escritório do General Rondon quando ele planejou a Expedição Roosevelt-Rondon rumo à selva amazônica. Talvez algum dia você possa ver a estátua de D. Pedro II em Petrópolis. Ele deixou seus livros e seus manuscritos para o Instituto Histórico e Geográfico no Rio. (PIDGEON, 19--., p.5. Tradução nossa.)

A narrativa segue indicando que Dom Pedro II foi coroado em 1840. Os(as) leitores(as) são informados de que ele teve um longo e próspero reinado. O Imperador, contudo, teve que deixar o Brasil no ano de 1889. Isso teria ocorrido porque os escravos foram libertos abruptamente. Esta foi uma das causas do descontentamento do povo brasileiro. E também porque os brasileiros queriam a República⁸⁵.

A autora convida o público a aprender português, para que possa ler as informações interessantes sobre “O construtor do Brasil” que estavam na Biblioteca da União Pan-Americana. Ou ainda ler os jornais de Nova York ou da Filadélfia no ano de 1876 na sua biblioteca pública: “você vai ler sobre como Pedro de Alcântara viu o telefone de Bell na Exposição Centenária na Filadélfia e o tornou imediatamente popular, tanto que os homens de negócio americanos perceberam que o telefone era uma ótima invenção, e não apenas um brinquedo.” (PIDGEON, 19--., p.8)

Dom Pedro II é descrito como sendo amigável e corajoso. Sua coragem era evidenciada pelo fato de ter visitado pessoas com febre amarela no Rio de Janeiro e por ter estado na Guerra do Paraguai. Há também ênfase na figura do Imperador mecenas, incentivador das Artes, e que

⁸⁵ No original: “He returned to Brazil only to be exiled in 1889, because the Brazilian people, although personally devoted to their Emperor, were dissatisfied with some acts of his government, such as the abrupt freeing of the slaves, and besides they had for some time been wanting a republic and feared he would abdicate in favor of Princess Isabel. The Emperor, therefore, returned to France, where he died in 1891.” (PIDGEON, 1926, p.8)

frequentou quinhentas sessões do IHGB durante quarenta anos. O texto é concluído com um balanço sobre as conquistas de D. Pedro II para o Brasil (nomeadamente: a construção de ferrovias, a introdução do telégrafo, a abolição da escravidão, construção de escolas, incentivo das Ciências, Literatura e Artes, Agricultura, Indústria e sistema de drenagem no Rio de Janeiro).

De modo geral, a narrativa é marcada pela ausência de críticas ao biografado, o que também caracteriza as outras biografias. O discurso oriundo da coleção aqui analisada é, pois, bastante laudatório. Assim como os demais “grandes homens”, Dom Pedro é também tratado como herói. A diferença deste texto em relação aos outros é que aqui o acento se dá na vida privada do indivíduo, não sendo abordada a questão da busca por liberdade (em relação aos povos colonizadores, por exemplo). Evita-se falar em República ou em luta contra a tirania. A liberdade que decorre do fim da escravidão é abordada como concessão imperial. A ideia de progresso, ainda assim, está bem presente e aparece quando há a indicação de que D. Pedro II era um fã das inovações científicas.

Já o número dez da coleção informa sobre a vida de Miguel Hidalgo (1753-1811), o padre revolucionário. A autora é Margaret Loring Thomas⁸⁶. Thomas afirma que Hidalgo conhecia a língua dos índios e era por eles respeitado. Seu compromisso era com a luta pela terra. Declarou a independência do México, lutando contra a exploração do povo. Foi capturado e morto, mas ainda vive no coração dos mexicanos, sendo considerado “o pai de seu país”. Retoma-se nesta biografia o conceito-chave de liberdade *versus* dominação colonial, já que no número anterior isso não foi abordado. Esta chave é o principal elemento que confere um passado comum aos diferentes povos da América, sendo que a busca pelo progresso pela via da modernização é um elemento secundário, mas também estruturante do discurso – e o que dá legitimidade à inclusão do Brasil na narrativa que busca apontar os pontos de convergência entre as trajetórias dos países que compunham a União Pan-Americana.

O número seguinte dos “Pan-American patriots” refere-se ao único biografado que não foi político/estadista, mas sim um inventor: Alberto Santos Dumont (1873-1932). O enfoque é no progresso através do desenvolvimento da Tecnologia e da Ciência, como se a narrativa fosse uma continuidade do argumento posto quando da abordagem sobre D. Pedro II. A autora é Elisabeth Barry⁸⁷.

⁸⁶ Autora de “The Burro’s Money Bag”, “The Packtrain Steamboat” e de “Paulo in the Chilean Desert”.

⁸⁷ A apresentação da autora feita do boletim da UPA é a seguinte: professora e autora. Esteve na equipe do Harace Mann e Lincoln Schools of Teachers College, Columbia University, e do International

Barry aponta que Dumont era o décimo filho de um cafeicultor paulista. Os antepassados de seus pais eram franceses. Quando ele tinha 18 anos, a família fez uma viagem para a França. Ele buscou saber mais sobre balões e sua tecnologia, já que o primeiro balão havia sido inventado por um francês. Tempos depois, construiu seu próprio balão e o chamou de “Brazil”. Ele foi o primeiro a associar os balões e o motor de petróleo.

A autora não afirma que o brasileiro foi o primeiro a voar⁸⁸. Segundo ela, os vôos de agosto e novembro de 1906 podem ser assim caracterizados: “Este foi o primeiro vôo a ser feito na Europa em uma máquina mais pesada que o ar” e “este foi o primeiro sucesso europeu de direção de um avião e Santos Dumont, novamente, cativou os corações de milhões que ouviram falar dele.” (BARRY, 19--., p.6)

Embora o inventor tenha passado parte de sua vida no exterior, a autora se esforça por indicar sua identificação com o Brasil. Ela explica ao público leitor que Dumont recebeu uma medalha e um prêmio em dinheiro do governo brasileiro: “Mas não foi o dinheiro que lisonjeou Santos Dumont; foi o conhecimento de que tinha satisfeito seu povo; o Brasil, seu país, o país que ele amava, estava orgulhoso dele.” (BARRY, 19--., p.9). Em uma coleção que tem o adjetivo patriota no título, é compreensível o empenho da autora para evidenciar este pertencimento.

O número doze da coleção é sobre Francisco de Miranda (1759-1816), da Venezuela. A autora é Constance Lindsay Skinner⁸⁹. Além de apresentar sua trajetória na luta pela

School em Geneva, Suíça; estudou no Guggenheim School of Aeronautics na New York University e viajou para a América do Sul.

⁸⁸ Possivelmente ela evita abordar o tema porque o primeiro vôo motorizado de um aparelho mais pesado que o ar já havia sido realizado em 1903, na Carolina do Norte, pelos irmãos Wright.

⁸⁹ Escritora e autora dos livros “The Ranch of the Golden Flowers” e “The Tiger who Walks Alone”. O verbete enciclopédia britânica assim a descreve: “Constance Lindsay Skinner, na íntegra Constance Annie Lindsay Skinner (nascida em 7 de dezembro de 1877, Quesnel, BC, Can. – falecida em 27 de março de 1939, Nova York, NY, EUA), escritora, crítica, editora e historiadora americana nascida no Canadá, lembrada por suas contribuições para séries históricas populares sobre fronteiras e rios americanos e canadenses [...]. Convidada a contribuir com dois volumes para a série Yale University Chronicles of America, Skinner produziu *Pioneers of the Old Southwest* (1919) e *Adventurers of Oregon* (1920). *Adventures in the Wilderness* (1925), co-escrito com Clark Wissler e William C.H. Wood, foi publicado na série Yale Pageant of America. Voltando-se para a ficção, Skinner escreveu uma série de contos de aventura para crianças, todos baseados na vida de fronteira. Ela também escreveu um romance para adultos, *Red Willows* (1929); *Songs of the Coast Dwellers* (1930), uma coleção altamente elogiada de poemas inspirados nas lendas dos índios Squamish da Columbia Britânica; e *Beaver, Kings and Cabins* (1933), uma história do comércio de peles. As histórias de Skinner, embora vívidas e altamente legíveis, ocasionalmente sacrificaram a erudição, mas evocaram poderosamente as paisagens que representavam. Em 1935, a editora Farrar & Rinehart aceitou sua proposta de editar uma série histórica baseada nos principais rios da América. O primeiro volume da série, *Kennebec: Cradle of Americans*, de Robert P. Tristram Coffin, apareceu em 1937. A série acabou se estendendo para mais de 40 volumes, mas Skinner morreu antes de concluir seu trabalho como editora geral.” Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Constance-Lindsay-Skinner>. Acesso em 03.06. 2018.

independência, Skinner também faz o movimento interpretativo de outros(as) autores(as), no sentido de aproximar o biografado dos(as) cidadãos(ãs) estadunidenses: “para buscar apoio para independência, ele viajou por países independentes para ‘estudar suas ideias, sua sociedade, suas instituições, encontrando-se a conversando com Washington, Hamilton, Adams e outros líderes da nossa democracia’.” (SKINNER, 19--., p.2)

A autora do número treze da coleção é a escritora Elsie Spicer Eells⁹⁰. Ela aborda a vida de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1882), da Argentina. A trajetória do diretor de escola que se tornou presidente da Argentina é uma das mais exploradas pela via interpretativa do *self-made man*. Segundo Eells, o político provinha de uma família muito pobre, mas era bastante estudioso, sendo um grande leitor de História:

“Eu estudei a história da Grécia até eu sabê-la em meu coração, e então a história de Roma, sentindo como se eu fosse Leônidas, Brutus, Aristides”, ele disse. Da vida de Benjamin Franklin ele nos disse que “nenhum livro nunca me fez tão bem... Eu tive vontade de estudar como ele, para ser um doutor *ad honored* e para criar para mim um espaço na literatura e na política americana.” (EELLS, 19--., p.2. Tradução nossa.)

A narrativa destaca o aspecto de “fundador de escolas” da trajetória de Sarmiento: fundou uma escola para mulheres na Argentina; em Santiago, ele criou uma escola normal para formar professores (primeira na América do Norte e do Sul). Ao retornar do exílio no Chile, passou a ter envolvimento em políticas educacionais, se tornou governador de sua própria província e, depois, embaixador da Argentina nos Estados Unidos.

Quando ele estava nesta função sua mente estava cheia de ideias para transplantar cada esforço progressivo que ele viu [...]. Ele fundou uma importante revista chamada “Ambas Américas” a qual ele esperava que trouxesse os dois continentes em simpatia próxima e entendimento entre si.

⁹⁰ Escritora e autora dos livros “South America’s Story”, “Fairy Tales from Brazil”, “Fairy Tales from Brazil”, “Tales of Giants from Brazil”, “The Magic Tooth”, “Brazilian Fairy Book”, “Tales of Enchantment from Spain”, “The Islands of Magic”. A autora teve diversos livros infantis publicados, tendo, inclusive, adaptado alguns dos textos de Sylvio Romero publicados em “Contos Populares do Brasil” em seu livro “Tales of Giants from Brazil”, que trata do folclore brasileiro. Esta informação está contida do prefácio do livro, publicado originalmente em 1918. Para mais informações ver: EELLS, Elsie Spicer. *Tales of Giants From Brazil*. New York, Dodd, Mead and Company, 1918, 119 p.

Este foi o começo das esplêndidas atividades nesta direção que nós encontramos nos dias de hoje. (EELLS, 19--, p. 4. Tradução nossa.)

Elsie S. Eells informa que Sarmiento escreveu um livro sobre Abraham Lincoln, tendo permanecido sete anos em Washington. No ano de 1868 foi eleito presidente da Argentina, sem ter feito campanha. Seu governo teria marcado o início da “Argentina moderna”. Sarmiento é analisado como se fosse, ele mesmo, um vetor do desenvolvimento de seu país rumo aos padrões da modernidade, cujo grande exemplo nas Américas eram, no discurso da UPA, os Estados Unidos.

O número quatorze da coleção é sobre José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838). A autora é, novamente, Marie Kiersted Pidgeon. Logo no início do texto, ela informa que, além da publicação especial sobre os patriotas pan-americanos, também houve uma coleção de selos postais sobre os biografados. Pidgeon explica que Bonifácio estudou Direito e Ciências na Universidade de Coimbra, foi um dos líderes da independência do Brasil e era contra a escravidão, por entender que todos os brasileiros deveriam ser livres e iguais, brancos ou negros⁹¹. Segundo ela, Bonifácio seria um entusista das ideias pan-americanas já no século XIX:

Todas as nações deveriam deixar o mundo melhor do que elas encontraram, pensava José Bonifácio. E então ele disse: “uma grande aliança de uma Federação Americana é necessária”. O embaixador austríaco no Brasil ouviu do líder paulista, que declarava para vinte diplomatas estrangeiros o quanto uma União Pan-Americana, tal como temos agora, era necessária. Agora que esta “grande Federação Americana” é um fato, vinte diplomatas ainda reúnem-se no belo edifício da União Pan-Americana em Washington, para se encontrarem com nosso secretário de Estado, mas agora cada diplomata representa uma nação Americana, ao invés da Áustria e outros velhos países. Você consegue nomear as vinte repúblicas irmãs dos Estados Unidos da América? (PIDGEON, 19--, p. 9. Tradução nossa.)

⁹¹ Além de suas atividades políticas, José Bonifácio também escrevia sonetos, os quais a autora recomenda aos leitores(as): “[...] Há alguns de seus sonetos na Oliveira Lima Brazilian Library, na Universidade Católica de Washington, e se algum dia você ler em português, você pode gostar de lê-los.” (PIDGEON, 19--, p.3. Tradução nossa.)

A sua presença na coleção dos patriotas pan-americanos, portanto, parece se justificar por Bonifácio ser chamado pela autora de “o pai da União Pan-Americana”. Desse modo, a coleção, a cada número, contribui para a constituição do panteão dos ancestrais do pan-americanismo.

O próximo biografado é José Hipólito Unánue (1755-1833), do Peru. A autora é Margaret Lring Thomas, a mesma escritora da biografia de Miguel Hidalgo. Ela nos conta que Unánue era médico e tinha interesse por ciência, e escreveu sobre arqueologia do Peru e sobre a cidade de Cuzco. Segundo Thomas, no início do século XIX, a difusão do saber e do progresso parecia estar levando à prosperidade e ao bem geral das pessoas. Assim, em 1810, Dr. Unánue, bem como outros pensadores de Lima, Buenos Aires, Bogotá, Caracas e Santiago, voltou seus pensamentos aos ideais de liberdade.

Unánue foi figura de liderança na independência do Peru. Foi eleito representante “Constituinte de Cádiz”, na Espanha, em 1812. Reticente no começo, depois se uniu a San Martín. Propôs abolição gradual da escravidão. Segundo a autora, os peruanos são orgulhosos de chamar um homem de fama científica, um homem de estado, um homem que levou uma honrada vida pública e privada de “O pai do seu país.” Os(as) leitores(as) desta tese já devem ter percebido que a narrativa desta coleção reforça uma ideia pré-concebida – e bastante questionada pelos estudiosos do assunto – de que a nação já estava inscrita, antes mesmo da constituição do Estado, em todos os lugares por onde andaram os patriotas. É a existência deste sentimento, inclusive, que parece impulsionar suas ações.

O número dezesseis segue nesta mesma direção. Ele é dedicado a Miguel Larreinaga (1772-1847), da Nicarágua. O texto original foi escrito por Pablo Hurtado e foi adaptado por Frances Douglas. O biografado é apresentado como um dos maiores patriotas da América Central. Estudioso, tinha sede de conhecimento. Por causa de seu “enorme conhecimento e amor ao progresso” ele parecia destinado a ser professor; “por razões patrióticas ele seguiu avidamente a carreira de professor” (DOUGLAS, 19--, p.2). Posteriormente, se tornou advogado. São palavras recorrentes para descrevê-lo: heroísmo, patriotismo e posteridade.

O número dezessete é sobre José Martí (1853-1895), de Cuba. É adaptado por Frances Douglas a partir de “Martí, el Apostol”, de Jorge Mañach. Martí é outro dos biografados que nasceu em uma família humilde e que gostava muito de estudar. Ficou amigo de um menino rico. Se tornou simpático às ideias de Independência em relação à Espanha. José e seu amigo, Fermín, foram presos. José ficou seis anos em uma prisão militar. Foi solto e enviado para Madri. Estudou na universidade de Madri e publicou um livro sobre sua situação de preso

político em Cuba. Fermí vai para exílio na Espanha também. Ambos ingressam na universidade de Zaragoza. Martí se graduou em Direito. Foi para o México. Com a eleição de Porfírio Diaz, partiu para a Guatemala. Trabalhou como professor: “Ele despertava em seus estudantes, entre os quais era popular, um senso de dever quanto ao grande trabalho de criar relações mais amigáveis entre os países da América.” (DOUGLAS, 19--., p. 6. Tradução nossa.). No ano de 1895 eclode revolução em Cuba e Martí vai para o campo de batalha, onde é morto. Segundo a autora, ele achava que entregar sua própria vida pelo seu país era uma grande honra. José Martí é descrito como líder e martír da independência cubana.

O penúltimo número da coleção aborda a vida de Antonio José de Sucre (1795-1830), da Bolívia. A autora é Elsie Spicer Eells. Segundo ela, Bolívar é chamado o George Washington da América do Sul. Mas Sucre, que era chamado por Bolívar de “a alma do Exército”, era menos conhecido. Era de uma família rica e tradicional. Lutou pela independência. Foi morto aos 35 anos.

O último número da coleção traz a biografia de José de San Martín (1778-1850), da Argentina. O autor é Ernesto Galarza, diretor da Yearlong School (Jamaica States, Long Island, N.Y.). Galarza afirma que, de 1789 a 1811, San Martín lutou pelo Exército espanhol (África, França, Portugal). Voltou para Argentina e lutou pela independência. Divergia de Bolívar quanto a forma de governo que deveria ser estabelecida na América do Sul. Bolívar, que havia lido muito sobre a forma de governo dos Estados Unidos, achava que o sistema deveria ser de repúblicas. San Martín ainda achava que deve ser monárquico. Se negou a aderir a conspirações. Foi morar na Europa no ano de 1824 e lá faleceu, em 1850. Segundo o autor, deveria ser considerado como um “exemplo de altruísmo”: aquele que abriu mão de seus desejos individuais e familiares para lutar em nome de uma causa maior.

Após esta exposição geral sobre as escolhas e ênfases dadas nas narrativas biográficas publicadas pela UPA, podemos nos ater ao gênero textual aqui empregado e aos seus usos. Nesse sentido, Sabina Loriga (1998) afirma que, no século XVIII, a opinião de que o destino individual dos homens ilustres permitia compreender as escolhas de uma nação era largamente compartilhada. Já no século XIX a dimensão biográfica perdeu seu interesse com a preferência dada a uma visão providencial da história:

Quando os acontecimentos do mundo, dos mais diversos até os mais aberrantes, foram integrados dialeticamente numa perspectiva escatológica (a de um desenvolvimento infinito e necessário do gênero humano), os indivíduos apareceram como instrumentos da razão, que cumpriam algo que

eles não podiam nem mesmo compreender (...). Numa compreensão teleológica do devir, em que a humanidade, num parto trabalhoso, realizava seus fins superiores, o indivíduo era esmagado pela lei. Uma lei dramática e implacável, porque isenta de toda contingência. (LORIGA, 1998, p.230)

A autora indica que os historiadores positivistas, embalados pelos filósofos, se revelaram os mais dispostos a sacrificar o caráter finito e pessoal da vida humana em nome da continuidade da história. Eles negavam as descontinuidades, já que o historiador devia escolher apenas as ações que aprimoraram a organização social e as iniciativas que fizeram a humanidade avançar em direção a seu verdadeiro fim. Apesar disso “a maioria dos historiadores do século XIX não aceitava privilegiar as uniformidades em detrimento das particularidades do passado, principalmente das especificidades nacionais.” (LORIGA, 1998, p.232). Dessa forma, as tonalidades heroicas, ou mesmo titânicas, tornaram-se particularmente vivas na metade do século XIX. Por oposição a uma concepção positivista da história, baseada no princípio da necessidade, a maioria dos historiadores buscou valorizar na humanidade suas capacidades criadoras e seu potencial de ação.

Estes historiadores, contudo, teriam se limitado a reivindicar os direitos do homem que faz a história (Maomé, Dante ou Lutero); os outros, os comuns dos mortais, deviam contentar-se com um tratamento coletivo. Assim, o princípio da individualidade podia aplicar-se a todos os povos e a todas as nações do mundo ocidental, mas não a todas as pessoas⁹². Os personagens de Carlyle, por exemplo, não eram simples mensageiros de uma ideia universal, mas os profetas da realidade, seres conscientes das relações de força e de sua culpa. Segundo Benito Schmidt (2014), as biografias modernas, em consonância com o movimento de individualização que perpassa as sociedades ocidentais, ressaltam as qualidades singulares do herói, inclusive sua possibilidade de transgredir as normas sociais em prol de ideais que só se realizarão no futuro; por outro, mostram como esse herói encarna valores e qualidades coletivas de um grupo restrito (a nobreza, por exemplo, no caso das biografias cavalheirescas), da nação, ou mesmo de toda a humanidade⁹³.

⁹² Carlyle, por exemplo, afirmava que apenas o grande homem, expressão do livre-arbítrio, se mostrava capaz de enfrentar a multidão passiva, prisioneira da necessidade: “Tudo o que observamos de firmemente estabelecido não é senão [...] a encarnação dos pensamentos nascidos no espírito dos grandes homens.” (LORIGA, 1998, p. 234).

⁹³ Segundo o autor, desde a emergência da biografia, na Antiguidade, e apesar das transformações que experimentou ao longo do tempo e das diferenças existentes entre os autores que o praticaram, “ele se configurou em torno de uma motivação ética: realizar, por meio do exemplo dos personagens biografados, uma reflexão de segundo grau sobre as normas, apresentar e reforçar as fronteiras sobre o proibido e o permitido e, sobretudo, constituir um sujeito obrigado ou ao menos inclinado a fazer o seu dever, a fazer o bem, conforme – resalto novamente – os sentidos dominantes atribuídos a

De certa forma, esta caracterização se aplica às biografias aqui estudadas, uma vez que elas contribuem para a valorização das ações individuais dos heróis. Vemos, portanto, que a biografia, conforme utilizada na coleção “Pan American Patriots” esteve muito próxima daquela tradicionalmente associada às histórias nacionais⁹⁴, cuja finalidade era, frequentemente, a exaltação dos grandes homens que atuaram na construção da nação.

Considerando o que foi dito até aqui, podemos afirmar que um dos efeitos possíveis das narrativas que serviram de fonte para esta seção foi o de ressaltar alguns grupos e de obliterar outros. Sabemos que isso é inerente ao próprio ato de narrar, mas estou querendo destacar que o discurso pretensamente inclusivo dos volumes acima analisados deixa muitos atores relegados à margem da história, se não ao completo esquecimento. Este movimento aproxima o fenômeno de busca pela construção da identidade interamericana ao das construções das identidades nacionais, fortemente marcados por escolhas excludentes, como bem nos mostrou Benedict Anderson (2008).

No primeiro volume da série, Ricardo Alfaro explica que, por meio de um processo evolutivo, o sentimento de solidariedade continental passou do simples ao complexo de tal forma intensa que “nossos avós” (ALFARO, 1926, p.11) nem poderiam ter sonhado. Cabe, nesse sentido, o seguinte questionamento: se de fato essa aproximação aconteceu, será que os “nossos avós” ficariam dela orgulhosos, como sugere o ministro-autor? Isso vai depender muito de quem são os avós evocados. Pelo que vimos, sabemos que os biografados, em sua maioria, têm origem europeia. Os povos nativos da América ou a população negra estão pouco

esses termos em cada época e em cada sociedade. Essa motivação secular do gênero biográfico – que perpassa narrativas de estilos muito variados – está relacionada a um regime de historicidade específico, também de longa duração: o da *historia magistra vitae*, ou ‘história mestra da vida’, segundo o qual cabe ao passado esclarecer o futuro, oferecendo um repertório de exemplos e contraexemplos a serem imitados ou evitados. Tal forma de relação com o tempo, de acordo com François Hartog (1997, p. 9-10), repousa sobre a ideia de que o futuro não repete o passado, porém não o excede jamais, movendo-se no interior do mesmo círculo com as mesmas regras do jogo, a mesma providência e os mesmos homens, partilhando a mesma natureza humana.” (SCHMIDT, 2014, p. 131)

⁹⁴ Marcel Detienne (2013), nesse sentido, nos lembra que o criador do gênero “história nacional”, na França, foi Ernest Lavisse, o qual escreveu o primeiro manual de história francesa, a ser utilizado nas escolas. O livro foi publicado em 1884 e teve milhões de exemplares impressos. Em menos de duzentas páginas “muitas vezes construídas em torno de uma lenda, sob uma vinheta (há 140 delas), os escolares aprendem que a França é a essência da Europa, que nela, a pátria, a República e a liberdade não cessaram de desabrochar para formar ‘nossa’ história que é ‘a carne de nossa carne’.” (DETIENNE, Marcel; 2013, p. 75)

representados nos biografados (Benito Juárez é o único que tem a ascendência não-europeia mencionada, já que descendia de índios zapotecas)⁹⁵.

Nesse sentido, são importantes as considerações de Walter Mignolo (2007), segundo o qual, entre os *criollos* do século XIX, houve um amplo esquecimento dos povos indígenas, fossem como elemento constituinte de ancestralidade, ou ainda como parte das nações em processo de constituição. Algo muito parecido está em curso no período aqui estudado. A fim de ressaltar a modernização da América ao sul dos Estados Unidos – concepção esta de modernização que estava diretamente associada à adesão ao pan-americanismo e aos ideais de progresso (manifestos no sistema político republicano e nas inovações tecnológicas) – foram enfatizadas figuras que, se não eram elas mesmas descendentes de europeus, se vinculavam e filiavam aos modelos de sociedade europeus e/ou norte-americanos.

Na próxima seção deste capítulo, veremos como um outro grupo excluído das narrativas sobre patriotismo, heroísmo, ou, muitas vezes, de qualquer forma de agência histórica, se envolveu nos debates sobre o pan-americanismo. Veremos que as mulheres, embora não estivessem contabilizadas entre os ancestrais promotores dos ideais de solidariedade continental, tomaram parte nesta iniciativa.

3.2 As mulheres e o Pan-americanismo

Nesta última seção veremos como as mulheres se envolveram no pan-americanismo. Para tanto, será apresentado, em linhas gerais, como este tema aparece na bibliografia pertinente. Além disso, também será realizada a análise do “Informe da Conferência Auxiliar de Senhoras do Segundo Congresso Científico Pan-Americano (1915-1916)”, fonte que indica a participação feminina nos debates em torno da integração dos países das Américas.

Para compreendermos o envolvimento das mulheres (iniciando com as estadunidenses) com o tema, é relevante o estudo de Dina Berger (2015). A autora examina um grupo de norte-americanas denominado *Pan American Round Table* (PART), fundado no TEXAS no ano de

⁹⁵ Isso não significa que alguns dos “patriotas” não tenham defendido os direitos da população indígena, negra ou mestiça. Chamo atenção para a baixa diversidade étnica dos biografados para destacar que a solidariedade proposta pela UPA é muito mais voltada àqueles que se parecem fisicamente e/ou etnicamente com os norte-americanos.

1916. Este grupo foi internacionalizado a partir de 1928, quando passou a existir em outros países da América. Segundo Berger, paralelamente às iniciativas dos homens (tais como as Conferências analisadas no capítulo um), os grupos de mulheres se encarregavam de construir pontes metafóricas de amizade e de entendimento mútuo. Dessa forma, elas agiam como agentes de uma diplomacia “soft”, remodelando o Pan-americanismo. Com isso, o PART:

[...] tornou-se um veículo para a benfeitoria pessoal e comunitária: suas sócias viram-se cumprindo um serviço nobre para a nação e para o hemisfério – um tipo de dever cívico e espiritual – através da educação de si e do público sobre a América Latina. Elas prestaram serviços às suas comunidades imediatas em todo o Texas e para uma comunidade hemisférica imaginada, seja através da criação de uma biblioteca pan-americana no Gunter Hotel, ou pela doação de livros para ajudar a construir uma na Cidade do México. Encorajada pelos objetivos da União Pan Americana de John Barrett (1907-1919) e seu sucessor, Dr. Leo Rowe (1920–46), a PART trabalhou para interagir com seus vizinhos do sul. (BERGER, 2015, p.39. Tradução nossa.)

O grupo inspirava-se na noção cunhada por Barret de “Pan-americanismo prático”, um conceito que encorajava cada norte-americano(a) a assumir a responsabilidade por ter boa vontade diante do povo e dos governos da América Latina. Barret defendia a ideia de uma família hemisférica imaginada, unida em uma comunhão de interesses. Esta comunidade pan-americana, por sua vez, asseguraria a paz duradoura, a amizade segura e grandes trocas econômicas entre os EUA e a América Latina. Para tanto, cada cidadão(ã) deveria cumprir o seu papel. Este foi o contexto geral de fundação da PART.

Os fatores locais se vinculam à trajetória de sua fundadora, Florence Terry Griswold. Ela vivia na fronteira com o México, tendo acompanhado de perto o impacto dos acontecimentos da Revolução Mexicana entre as mulheres e crianças mexicanas: “Sua empatia pela experiência mexicana, juntamente com uma identidade única de fronteira, levou-a a convocar uma reunião de vinte e duas mulheres em San Antonio para formar a *Pan American Round Table* em 1916.” (BERGER, 2015, p.40).⁹⁶

Grupos cívicos como este eram comuns nos Estados Unidos da primeira metade do século XX, marcada por uma vasta “club culture”.⁹⁷ A PART, por seu turno, parecia contar com

⁹⁶ A posição do governo norte-americano, na figura do presidente Woodrow Wilson, só piorava as condições de vida da população mexicana – a invasão de Veracruz em 1914 foi uma das medidas intervencionistas dos EUA no México neste momento.

⁹⁷ Para termos uma ideia, segundo Joshua Hochstein (1934), no ano de 1934 havia mais de quarenta clubes Pan-Americanos ativos em High Schools de Nova York.

o apoio masculino – em casa e no governo. Isso nos dá algumas pistas de sua postura política, que era de executar sua missão de forma normativa. Sua fundadora verbalizava publicamente sua desaprovação para com as mulheres internacionalistas, por exemplo. No ano de 1930, ela declinou o convite da Women’s International League for Peace and Freedom (WILPF)⁹⁸ para participar da Conferência Inter-Americana. Sua justificativa era de que seu grupo era apolítico e suas atividades eram estritamente sociais e culturais. Mas, afinal, quais eram estas atividades?

Segundo Dina Berger, o grupo oferecia almoços mensais nos quais diplomatas e professores universitários lecionavam sobre a América Latina e onde se tinha acesso à poesia e música latino-americanas. Além disso, também organizava as celebrações do Dia Pan-Americano, bem como eventos de angariação de fundos para criar bibliotecas e fornecer bolsas de estudos para jovens latino-americanas que queriam estudar nas universidades do Texas⁹⁹. Nestes encontros, a alimentação era composta por “pratos típicos” mexicanos, brasileiros, argentinos, etc. Ademais, elas navegavam com sucesso na paisagem da política internacional, correspondendo-se com o diretor da União Pan-americana e outros homens importantes do governo, nunca perdendo a oportunidade de receber um dignatário ou acadêmico visitante. Como vimos na seção anterior, a UPA tinha um papel relevante no sentido de fornecer informações para estas reuniões.

Um ponto importante destacado por Berger reside no fato de que, apesar de apostar em um discurso inclusivo e integrador, a mentalidade das sócias da PART não estava despida da crença na inferioridade latino-americana. Elas, inclusive, entendiam que deviam ensinar as mulheres mexicanas a crescerem e serem “boas pan-americanistas”. As atividades do grupo, como o uso de vestimentas “tradicionais”, também contribuía para fetichizar a cultura latino-americana. As sócias da PART aderiram a uma forma de ativismo que permitia que as mulheres “típicas” atendessem a uma alta missão diplomática.

Como uma extensão do seu trabalho doméstico, o trabalho de promover o pan-americanismo lhes ofereceu uma oportunidade de cultivar a autoestima, a comunidade, a nação e o hemisfério, dentro dos limites de papéis de gênero¹⁰⁰ aceitáveis em seu grupo social e que, muito provavelmente, as permitiam afirmar que desenvolviam atividades “apolíticas”.

⁹⁸ Organização não-governamental fundada em 1915 que buscava promover a paz e a justiça social.

⁹⁹ Dina Berger afirma que o programa de bolsas Fulbright, patrocinado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, decorreu das iniciativas da União Pan-americana. Seu surgimento, portanto, esteve vinculado ao contexto político-intelectual abordado neste capítulo.

¹⁰⁰ Destaque-se aqui que o emprego do *gênero* nestas linhas deseja transcender seu aspecto descritivo, apenas. Busca-se, ainda que de forma limitada, que o *gênero* funcione nesta reflexão como categoria de análise, tal qual propôs, em estudo já clássico, Joan Scott (1995). Isso significa que a categoria

A análise sobre a PART nos dá pistas de que havia um uso conservador do discurso pan-americano, no sentido de que este grupo apostava no envolvimento das mulheres na integração interamericana de uma forma pouco desafiadora, já que não buscava alterar os papéis tradicionais de gênero, não se intitulando feministas – o conjunto destas mulheres não apoiava a defesa do voto feminino, por exemplo. O estudo de Katherine Marino (2014), no entanto, nos mostra que as feministas estadunidenses e latino-americanas também se envolveram nas discussões sobre o Pan-americanismo.

Nesse sentido, a autora estuda a amizade transnacional entre Bertha Lutz, a líder do movimento sufragista brasileiro, e Mary Wilhelmine Williams's, historiadora norte-americana especialista em América Latina, membro do National Woman's Party e da Women's International League for Peace and Freedom. No período entreguerras, as duas colaboraram entre si, a fim de desenvolver o feminismo Pan-Americano, isto é, “a crença de que o Hemisfério Ocidental compartilhava uma história comum e que, por meio da união, as mulheres do hemisfério ocidental poderiam promover maior igualdade para as mulheres e a paz mundial, que consideravam dois objetivos inextrincavelmente vinculados.” (MARINO, 2014, p. 63). A autora argumenta que havia um intercâmbio intelectual entre ambas, sendo que a influência de uma sobre a outra teria sido mútua. Essa troca deu forma ao feminismo dos seus respectivos países¹⁰¹. Com isso, Marino aponta que este estudo de caso leva à reconsideração das análises

está sendo aqui utilizada para estudar as mulheres em relação aos homens, não de forma isolada. Para tanto, é preciso levar em conta que, quando falamos de mulheres que estão se mobilizando em torno de uma causa, é necessário que consideremos quais são os limites de sua atuação, tendo em vista aquilo que a sociedade (conservadora, no caso das mulheres que se queriam “apolíticas”) aceitava na ação delas para que correspondessem às expectativas atribuídas ao gênero feminino no contexto de então. Nesse sentido, é preciso ter em mente que, segundo Joan Scott (2008), o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, as quais se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos, e é uma forma primária das relações simbólicas de poder. Como é sabido, a perspectiva analítica introduzida pelo gênero leva em conta o fato de que homens e mulheres se definem uns em relação aos outros. Assim, a noção é empregada para sugerir que a informação sobre as mulheres é, necessariamente, informação sobre os homens, e que o estudo de um implica o estudo do outro. Além disso, o uso desta categoria também implica em rechaçar as explicações biológicas para a subordinação feminina, buscando pelas construções culturais, isto é, “toda a criação social das ideias acerca dos papéis apropriados para as mulheres e para os homens.” (SCOTT, 2008, p.53)

¹⁰¹ É importante destacar que o surgimento de algo que possa ser chamado de “feminismo transnacional” data de um momento anterior ao período entreguerras. A tese de Renata Guimarães Reynaldo (2016), a qual investiga a questão da Marcha Mundial de Mulheres a partir de um enfoque pós/decolonial aborda, em linhas gerais, suas origens. Segundo ela, no século XIX, durante a chamada primeira onda, já era possível falar na existência de iniciativas no sentido de colocar as mulheres de diferentes países em contato, a fim de promover a pauta feminista. A partir do estudo da historiadora estadunidense Leila Rupp (1997), ela afirma: “Portanto, embora a transnacionalização dos feminismos tenha se dado inicialmente e de maneira mais intensa no Norte, na Europa Ocidental e neo-Europa – o que inclui os Estados Unidos -, com o surgimento das grandes organizações apresentadas por Rupp a partir do final do Século 19, também é possível se falar em um início da

sobre o feminismo Pan-Americano¹⁰² do período entre-guerras, frequentemente descrito como um projeto ideológico e hegemônico, de uma única via, norte-americano e europeu.

O feminismo interamericano de Williams e Lutz cresceu a partir do movimento pan-americano internacional que se seguiu à Primeira Guerra Mundial. A guerra tinha abalado fortemente o ideal de superioridade cultural europeia, abrindo um espaço para as “novas” nações das Américas para se apresentarem como as nações do futuro. As duas feministas viram semelhanças entre os Estados Unidos e o Brasil em suas histórias de colonialismo europeu e de adesão à democracia, e elas acreditavam que as duas nações poderiam levar a tocha do feminismo no Hemisfério Ocidental.

Marino (2014) explica que Williams deu visibilidade ao importante papel de Bertha Lutz na promoção dos direitos das mulheres no hemisfério Ocidental em seu livro *The People and Politics of Latin America*, publicado em 1930. Este foi um dos primeiros compêndios sobre a história da América Latina lançado nos Estados Unidos. A historiadora, que foi consultora da política da boa vizinhança, de Franklin D. Roosevelt, pensava que o emergente movimento pan-americano progressista resultaria em relações mais satisfatórias entre os Estados Unidos e os vizinhos do sul. Em seu trabalho histórico e de ensino, ela enfatizou as semelhanças entre as histórias da América do Norte e da América Latina em sua comunidade aborígine, suas origens coloniais, migrações europeias, exploração de indígenas e escravos, e luta compartilhada pela estabilidade política e progresso econômico. Ela também acreditava que as pessoas nos Estados Unidos deveriam aprender sobre a história latino-americana como uma forma prática de promover um Pan-Americanismo que eliminaria “atitudes preconceituosas e paternalistas”.

O pan-americanismo de Williams defendeu a cooperação internacional e igualdade, mas também desenhou distinções entre países "civilizados" e "atrasados" e conectou o feminismo à "civilização". Em 1923, Williams escreveu sobre a democracia em expansão nas Américas e reservou particulares elogios para o Brasil, que, devido ao seu crescimento econômico e à consequente revolução burguesa, estava se tornando uma potência dominante na América

transnacionalização dos feminismos neste período na América Latina, processo este que aconteceu ali de maneira particular e distinta. Naquele momento histórico, também na América Latina os feminismos se faziam presentes, influenciavam os cenários políticos e ultrapassavam as barreiras nacionais, mas de uma forma própria.” (REYNALDO, 2016, p. 92)

¹⁰² Segundo Marino, apesar de sua relevância, o feminismo Pan-Americano do período entre guerras recebe pouca atenção dos(as) pesquisadores(as). Embora alguns estudos tenham examinado como estadistas na América Latina utilizaram o Pan-Americanismo para seus próprios fins, pouco trabalho tem sido feito sobre como as feministas negociavam tais relações. A literatura sobre o feminismo transnacional explorou a troca transatlântica entre os Estados Unidos e a Europa, mas prestou pouca atenção ao trabalho interamericano de mulheres.

Latina na década de 1920. Ela viu o chão maduro para o feminismo florescer e destacou os esforços de uma mulher, Bertha Lutz, que ganhava renome internacional como “o cérebro do movimento das mulheres brasileiras”. Lutz havia introduzido um projeto de sufrágio feminino para a legislatura brasileira, e Williams predisse que a emancipação das mulheres do Brasil seria realizada no futuro próximo.

O pan-americanismo foi fundamental para o ativismo feminista de Lutz. Em 1922, ela serviu como delegada brasileira na Conferência Pan-Americana de Mulheres em Baltimore, Maryland, lideradas por Carrie Chapman Catt, veterana dos EUA, líder do sufrágio e Presidenta Honorária da Liga das Mulheres Eleitoras e da Aliança Internacional das Mulheres. Apenas alguns meses depois de voltar da conferência, Lutz transformou seu pequeno "grupo de estudo" para os direitos das mulheres em uma organização nacional, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Naquele ano Lutz foi nomeada vice-presidente de uma nova organização, a Associação Pan-Americana para o Avanço da Mulher (PAAAW), com Catt como presidente honorária. Em 1923, Catt viajou para o Brasil e colaborou com Lutz e outras na elaboração da constituição da FBPF. Seus princípios, de acordo com o PAAAW, incluíam garantir o direito de voto, promover a educação das mulheres, obter medidas legislativas de proteção de mulheres trabalhadoras e, finalmente, melhorar as relações entre as mulheres em todos os países americanos, a fim de obter uma paz duradoura no Hemisfério Ocidental¹⁰³.

Ao observarmos os usos estratégicos que as diversas organizações de mulheres fizeram do Pan-americanismo, podemos afirmar que havia um elo comum entre os diferentes grupos: a compreensão de que o discurso pan-americano estava fortemente marcado pela noção de progresso – palavra esta muito utilizada nos textos publicados pela União Pan-Americana. A emancipação feminina, no interior deste discurso, estava inserida nas mudanças que a modernidade trazia consigo¹⁰⁴. O dissenso, entre os grupos de mulheres, consistia na

¹⁰³ Para um estudo mais específico sobre a trajetória da feminista brasileira, ver o livro de Rachel Soihet, “O feminismo tático de Bertha Lutz”. Nesta pesquisa, a autora indica como se deu a luta de Lutz em diferentes esferas de atuação, que vai muito além do sufrágio.

¹⁰⁴ Segundo Ricardo Salvatore (2016), a questão da emancipação feminina estava bem presente no discurso dos intelectuais estadunidenses da primeira metade do século XX. Entre os autores por ele estudados, o tema era tratado como sendo indício do progresso dos povos. Para o sociólogo E. Ross, por exemplo, a gradual independência das mulheres era uma das dimensões da modernidade ocidental. Ele argumentava, nesse sentido, que a significativa queda nas taxas de natalidade era uma tendência mundial. Tal tendência decorria das mudanças nas aspirações familiares e dos papéis de gênero – ambos frutos da vida moderna. Assim: “Nos Estados Unidos, na França, no Reino Unido, e em outras nações industrializadas, o aumento das oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho tendia a atrasar casamentos e, portanto, reduzir as taxas de natalidade.” (SALVATORE, 2016, p.191. Tradução nossa.).

profundidade desta emancipação. A noção de progresso era, portanto, um guarda-chuva que abrigava todas as vertentes. A análise do “Informe da Conferência Auxiliar de Senhoras do Segundo Congresso Científico Pan-Americano (1915-1916)”, que será realizada a partir de agora, será de grande valia para a sustentação desta hipótese¹⁰⁵.

Desde meados do século XIX houve a realização de Congressos Científicos, os quais englobavam diversos países do mundo¹⁰⁶. O crescimento da realização destes eventos foi gradual e envolveu também o Brasil. É preciso, contudo, ter em conta que eles não foram uma atividade essencialmente científica. É nesse sentido que Moysés Kuhlmann Jr. (2010) afirma que os temas dessas reuniões constituíram-se como articulações políticas que se prestaram a legitimar modelos e critérios de integração ao chamado “concerto das nações civilizadas”. Para o autor, os congressos científicos podem ser vistos como uma das formas de circulação de ideias que ocorrem nos planos nacional e internacional. Tal circulação de ideias visava, entre outras coisas, demonstrar que os países participantes estavam trabalhando para a construção da vida civilizada. Os Congressos Científicos Latino-americanos (e Pan-americanos), assim como as atividades a eles vinculadas, inserem-se nesta atmosfera.

O *Primeiro Congresso Científico Latino-americano* ocorreu em Buenos Aires, na Argentina, no ano de 1898; o *Segundo Congresso Científico Latinoamericano* em Montevideo, no Uruguai, no ano de 1901; o *Terceiro Congresso Científico Latinoamericano* no Rio de Janeiro, em agosto de 1905. Já o *Quarto Congresso Científico Latinoamericano*, que teve sua nomenclatura alterada para *Primeiro Congresso Científico Pan-americano*, aconteceu em Santiago, no Chile, em 1908-1909. O *Quinto Congresso Científico*, intitulado *Segundo Congresso Científico Pan-Americano* foi sediado pelos Estados Unidos, tendo ocorrido em

¹⁰⁵ Esta tese não tem a pretensão de suprir de forma aprofundada a escassa bibliografia sobre o feminismo Pan-Americano (especialmente em língua portuguesa). A análise desenvolvida neste capítulo busca reforçar o argumento sobre a existência desta lacuna e, modestamente, contribuir para a sua diminuição (o que possivelmente será feito de forma mais detida em pesquisas futuras). Além disso, no contexto deste estudo, tenciona indicar que considera o feminismo Pan-Americano relevante para a compreensão do movimento pan-americano como um todo.

¹⁰⁶ Hugo R. Suppo (2003), ao abordar o tema “ciência e relações internacionais” aponta que o desenvolvimento do capitalismo no século XIX transformou radicalmente a sociedade internacional. Neste contexto, as profundas mudanças econômicas, sociais e tecnológicas trazem consigo a crença no valor absoluto da ciência, enquanto principal motor de desenvolvimento e progresso. Em consequência, o número mundial de cientistas aumenta consideravelmente ao longo do século, passando de aproximadamente dez mil, em 1850, a mais de cem mil, em 1900. Paralelamente, cresceu o número de publicações e de eventos: foram realizados 50 congressos no período de 1840 a 1860, e 2.095 congressos entre 1901 e 1914. A maior parte dos congressos internacionais é de natureza científica e técnico-profissional. O número de congressos de natureza política ou ideológica, assim como o número de congressos confessionais – muito importantes em meados do século XIX (aproximadamente 32% do total) – diminuem no início do século XX (aproximadamente 12%).

Washington D.C., em 1915-1916. Segundo o “Informe da Conferência Auxiliar de Senhoras”, que ocorreu em paralelo a este quinto encontro, no Quarto Congresso as mulheres foram seis por cento do número total de membros do evento¹⁰⁷.

A justificativa para a realização da primeira Conferência Pan-Americana organizada por mulheres parece estar diretamente relacionada a esta intensa participação feminina. A senhora Glen Levin Swiggett (Secretária Organizadora), ao apresentar o “Informe”, explica que ele continha:

Uma relação das finalidades e ideais da Conferência e de sua organização, dando-se nele os nomes da presidenta permanente, da secretária organizadora, das Comissões, das intérpretes e das damas que presidiram as sessões, assim como o lugar onde se celebraram as reuniões e as datas em que estas ocorreram. Também contém os discursos de abertura e de encerramento, o programa e os resumos dos estudos apresentados e dos discursos que se pronunciaram na Conferência [...]. Buscou-se, de especial maneira, expressar o profundo interesse que despertou o pan-americanismo entre as damas que concorreram a estas reuniões, esperando-se que esse informe da primeira Conferência Panamericana organizada por mulheres e na qual participaram estas, sirva para manter vivo o interesse e para fomentá-lo nas vinte e uma Repúblicas da América. (SWIGGETT, 1916, p.5. Tradução nossa.)

A organizadora indica que o Informe foi publicado em inglês e em espanhol, lamentando-se por não ter sido possível imprimi-lo também em francês e em português. Ela também agradece pelo apoio do presidente da Comissão Executiva de Organização e ao Secretário Geral do Segundo Congresso Científico Pan-americano – destaque-se que John Barret, presidente da UPA, e L. S. Rowe, futuro presidente, estavam entre os organizadores do Congresso, sendo que o primeiro era Secretário Geral do evento. Mas, afinal, quem eram as organizadoras e as participantes do evento? Quais eram suas relações com o tema do Pan-americanismo?

A realização da Conferência Auxiliar só foi definida em fins de novembro de 1915. Além do fato de que a conferência anterior tinha contado com a participação de muitas mulheres, também foi levado em conta que, em virtude da Conferência Científica, diversas “damas distintas das Repúblicas Latino-americanas” estariam em Washington D.C., porquanto

¹⁰⁷ Ver tabela no final do capítulo.

elas iriam acompanhar seus companheiros ou pais. Dessa forma, foi enviado um informe da Embaixada dos Estados Unidos que dizia o seguinte:

EMBAIXADA AMERICANA. Comunique-se aos delegados oficiais e aos de outro caráter que assistirão ao Congresso Científico, por meio da Secretaria de Relações ou por algum outro meio, que foi organizada uma Conferência Auxiliar de Senhoras, presidida pela esposa do Secretário de Estado, a fim de atender aos festejos sociais em honra das esposas e filhas dos delegados e outras damas da América Latina e servi-las, informando-as daqueles números do programa que tenham um interesse especial feminino. Também está sendo organizada uma conferência especial para senhoras, na qual se discutirão matérias relativas ao ensino da mulher, educação dos filhos e bem-estar social. Espera-se que os delegados façam um esforço especial para trazer suas senhoras e filhas, a quem desde já oferecemos as mais cordiais boas vindas. LANSING. (SWIGGETT, 1916, p.14. Tradução nossa.)

A Comissão Executiva da Conferência Auxiliar era composta pela senhora Lansing, esposa do Secretário de Estado norte-americano, por Evelyn A. de Yánes, esposa do subdiretor da União Pan-Americana, bem como por um conjunto de auxiliares. Outro documento, agora dirigido às mulheres estadunidenses (estudantes de escolas e de faculdades femininas, bem como de universidades que adotavam o ensino misto e membros de clubes femininos), informava que esta reunião de senhoras seria o primeiro passo para a organização de uma grande Conferência Pan-americana Feminina “a qual será um fator muito poderoso no cultivo da solidariedade e da fraternidade pan-americanas.”¹⁰⁸ (BARRET, John APUD SWIGGETT, 1916, p.16. Tradução nossa.)

A maioria das participantes da Conferência tinham vínculos com os homens que participaram da Conferência Científica¹⁰⁹. O público diário variou de duzentos e cinquenta a

¹⁰⁸ A resposta positiva das instituições teria, inclusive, deixado a impressão de que “a formação de uma universidade pan-americana terá o apoio franco das instituições docentes dos Estados Unidos. Este projeto de criar uma universidade pan-americana e o de estabelecer uma união pan-americana intelectual são magníficas promessas do desenvolvimento futuro, de um acordo melhor, de uma simpatia mais profunda e de uma cooperação mais íntima entre as mulheres assim como entre os homens do nosso hemisfério.” (SWIGGETT, 1916, p.17. Tradução nossa.)

¹⁰⁹ É interessante destacar aqui a observação de Francesca Miller (1986) sobre a presença feminina nos eventos internacionais: a autora chama a atenção para o fato de que suas conexões pessoais a pais, maridos ou irmãos, não devem ser fator de desmerecimento de sua participação, já que estamos falando de um período no qual seus esposos, por exemplo, eram igualmente dependentes de laços familiares para o ingresso nas carreiras internacionais.

quatrocentas pessoas, sendo que várias falas foram marcadas pela consciência de que aquele era um momento histórico na organização das mulheres dos diferentes países da América¹¹⁰.

Para os propósitos desta reflexão cabe abordarmos, a partir de agora, a questão dos temas debatidos neste evento. Além disso, também será importante explorarmos de que forma a questão do progresso aparecia nos discursos das conferencistas e das organizadoras.

3.2.1 As temáticas da Conferência Auxiliar de Senhoras

Os temas debatidos foram bastante variados,¹¹¹ mas o tom geral do evento se relacionou às mudanças quanto ao papel da mulher na sociedade tendo como eixo central as contribuições femininas para o progresso humano. Fosse para abordar o tema da educação das mães e esposas, ou para destacar a participação cada vez maior das mulheres no mundo do trabalho (impulsionada, em muitos casos, por maior acesso à educação), a temática do progresso e desenvolvimento da sociedade esteve em posição de destaque. O pan-americanismo, por sua vez, vinha associado a estes temas. A fala da senhorita Zona Gale, intitulada “Amanhã” é significativa disso: “Havia esperado, como muitos outros, que o conceito de pan-americanismo fosse algum dia algo mais que um vocábulo; e olhando hoje este salão pensei que este nome

¹¹⁰ O discurso de abertura, feito pela Sra. Lansing, é uma das falas que indica esta consciência: “Senhoras. Venho cumprir o honroso encargo de recebê-las, dominada por um profundo sentimento de timidez, a causa de minha limitação prática na oratória, a qual peço que relevem. Em nome das mulheres de minha pátria, tenho a honra de dar-lhes as boas vindas à Washington e de colocar à sua disposição tanto nossas casas quanto nossos corações. Indubitavelmente na história das Américas, este ano de mil novecentos e quinze será escrito em letras de ouro, por ter sido a ocasião em que teve lugar este importante e inesquecível Congresso Científico Pan-americano. E sendo hoje em dia a época da mulher, nada mais próprio que as senhoras dos países da América tomem parte com seus distintos esposos em tão notável assembleia. Creio que esta seja a primeira vez na qual se reuniram tantas damas representantes dos diversos países americanos; e me parece da maior importância, que enquanto os ilustres sábios discutem sobre assuntos científicos, nós, mulheres, aproveitemos a ocasião para fundar, entre nós mesmas, uma verdadeira amizade pan-americana. Com isso, confio que chegue o feliz dia, quando todas as mulheres da América, agrupadas sob qualquer bandeira, se considerem irmãs da mesma família. Este, senhoras, é o desejo das mulheres de Washington, e esperamos que os dias conosco fiquem marcados em sua memória como uma grata memória de nossa amizade sincera e simpatia. A vocês, mulheres dos Estados Unidos, apresento também minha saudação de boas vindas. Washington pertence a vocês, assim como nós, e esperamos que sintam-se como em sua própria casa, sendo nosso desejo que tomem estas conferências como suas [...]” (SWIGGETT, 1916, p.21. Tradução nossa.)

¹¹¹ O programa da Conferência pode ser lido nos anexos desta tese.

tinha se convertido em algo positivo e que na realidade estava alentado por um espírito e um ser: amanhã.” (SWIGGETT, 1916, p.43).

Há, como vemos, uma preocupação com a efetivação dos ideais pan-americanos, a fim de promover o “melhoramento social”. As mulheres se viam (e eram vistas) como peça fundamental nesse processo. A senhora C. E. Mason com a apresentação “*A solidariedade mundial da mulher como capital internacional*” ressaltou a urgência da organização da mulher da Pan-América:

1. Chegou o momento psicológico para a reunião de todas as mulheres de todas as Américas, a fim de adotar os planos maiores que possam contribuir para o estabelecimento de uma civilização de caráter pacífico [...]. Meios para fomentar a solidariedade entre as mulheres da América: (a) Por meio da imprensa; (b) Por meio de instituições sociais e cívicas já formadas ou que ainda irão se estabelecer; (c) Importância das oficinas dedicadas às crianças em todas as Repúblicas; (d) Importância da cooperação governamental com estas instituições para imprimir e distribuir seus informes nos idiomas das respectivas Repúblicas; (e) Conveniência de formar clubes femininos pan-americanos em todas as grandes cidades das diversas repúblicas, com o objetivo de fomentar um acordo pan-americano e melhor boa vontade; (f) Estes clubes poderiam estimular o estudo do espanhol, do português e do inglês nas escolas superiores de seus respectivos países; (g) intercâmbio de estudantes e professores; (h) Esforços no sentido de estimular o desenvolvimento da arte, da música e da literatura em todas as Américas. (SWIGGETT, 1916, p.48-49. Tradução nossa.)

A senhora Fannie Fern Andrews, em “Uma oficina Pan-americana de Educação”, também sugeriu medidas práticas no sentido de tornar o pan-americanismo uma realidade compartilhada por todos os países do continente:

[...] Deve fomentar-se o pan-americanismo por meio do ensino. O êxito daquele, como o da democracia, dependem da educação. Existem princípios comuns de cidadania; estes princípios ou ideais assim como as normas do pan-americanismo deveriam inculcar-se nos colégios e implantar-se nos sistemas sociais. Necessitamos de uma oficina de educação pan-americana. I. Para fomentar o intercâmbio de professores e estudantes; II. Para preparar um curso que se deve implantar nos colégios sobre as nações americanas; III. Para fomentar os estudos pela coleta de dados e a preparação de publicações sobre a matéria; IV. Para coordenar as associações educativas dos distintos países; V. Para organizar congressos ou conferências educativas nacionais; VI. Para fazer traduções da melhor literatura e logo reparti-las, pois de outro modo essas obras não estão ao alcance dos professores; VII. Para a publicação de um periódico que colocaria a par de seus progressos todas as pessoas interessadas neste movimento. (SWIGGETT, 1916, p.49-50. Tradução nossa.)

Para poder colaborar com a causa pan-americana, contudo, as mulheres precisavam ter seus direitos assegurados. As participantes da Conferência demonstram consciência disso e de viverem em um momento no qual os direitos das mulheres estavam em processo de conquista. O trecho a seguir, extraído da apresentação “O trabalho organizado da mulher nos países pan-americanos”, da senhora Philip N. Moore, é explicativo disso:

A atividade da mulher na primeira metade do século XIX se limitava a trabalhos religiosos, interesses filantrópicos e sociais, assim como literários e artísticos. Em alguns casos formavam uma organização, mas nunca com a ideia de passar mais além do círculo íntimo de suas imediações. Proporcionou-se oportunidades para um desenvolvimento mais amplo devido ao espírito de comunidade, ao reconhecimento da lei de solidariedade de interesses, e ao progresso sociológico que estabeleceu uma base de igualdade com grande diversidade de condições e individualidades. Este novo toque de atenção, que para as mulheres significava liberdade, campo maior para o exercício de suas atividades e unidade, soou em meados do século e se espalhou no mundo inteiro, assim como nas regiões mais remotas das Américas. Que a mulher era dona de sua alma e moralmente responsável por seus próprios atos, era algo aceito desde muito tempo. Que a mulher devia ser dona de sua pessoa até o ponto de que a lei a protegesse contra a crueldade e o abuso, tem sido também evidente. Que a mulher deve possuir sua propriedade por herança e o fruto de seu trabalho como salário, começou a compreender nossa civilização no século passado. Que a mulher deve ter sua própria influência, resolver seus assuntos com seu próprio critério, ser responsável da parte que lhe toca no trabalho que desempenha no mundo social e na obra de levantamento do nível da humanidade, é algo que tem sido admitido muito recentemente. O movimento feminista é um nome pobremente adaptado para denominar uma obra tão extensa e geralmente o consideramos equivalente ao sufrágio, sendo que o voto é apenas uma expressão, um ponto de vista, uma arma que se emprega a fim de provocar as transformações que se vem verificando e que depois de tudo estão fundadas em algo mais profundo que um simples procedimento legal ou de partido [...]. (SWIGGETT, 1916, p.47. Tradução nossa.)

No trecho acima, temos a defesa do movimento feminista e suas pautas, mas nem todas as mulheres que participaram da Conferência assim se manifestavam. Muitas conferencistas, inclusive, se referiam às mulheres apenas nas funções de mães e esposas (ainda que reivindicassem mais acesso ao conhecimento sobre as “Ciências domésticas”)¹¹². Outro tema que aparece neste excerto é o do acesso das mulheres latino-americanas às discussões sobre a

¹¹² É preciso ponderar aqui a possibilidade de que muitas dessas mulheres norte-americanas, feministas ou não, estivessem escutando análises de teor feminista e contestatórias pela primeira vez em suas vidas.

mudança da “atividade da mulher”. Este assunto foi abordado de forma ambígua. Muitas falas são marcadas pela ideia de que as estadunidenses eram a vanguarda na reivindicação dos direitos das mulheres e de que estavam mais organizadas – no sentido de pertencer a associações, clubes, etc. – do que as latinas. Resta, então, nos perguntarmos sobre a participação das mulheres da América Latina na Conferência em questão. Este será o último ponto a ser desenvolvido neste capítulo.

3.2.2 A participação das mulheres latino-americanas na Conferência Auxiliar de Senhoras

Após apresentar os resumos de alguns trabalhos apresentados em cada seção, o “Informe” que está sendo aqui analisado faz um balanço das discussões desenvolvidas naquele momento. Ao final das primeiras seções, destaca-se o entusiasmo gerado pelos temas ligados à atuação da mulher nos assuntos interamericanos. Tal interesse e entusiasmo levou à nomeação de uma comissão para preparar a organização de um grande congresso pan-americano feminino para discutir os problemas ligados à mulher “na Pan América”. A comissão seria composta pelas seguintes senhoras: Mrs. Robert Lansing, Sra. De Suárez Mujica, Mrs. David F. Houston, Mrs. Albion Fellows Bacon, Sra. Blanche Z. de Baralt, Mrs. Jennie Berliner, Mrs. Philander P. Claxton, Mrs. Charles R. Crane, Miss Kate Fowler, Sra. Flora de Oliveira Lima, Sra. Ernestina A. López de Nelson, Mrs. Percy V. Pennybacker, Sra. Carmem Torres Calderon de Pinillos, Mrs. Louis F. Post, Mrs. William Cumming Story e Mrs. Glen Levin Swiggett.

Como podemos ver, nesta lista consta o nome de Flora Cavalcanti de Oliveira Lima, esposa do diplomata brasileiro, Manuel de Oliveira Lima. Outras duas brasileiras que acompanharam as conferências foram Ruth Siqueria Campos¹¹³ e Vitalina Brazil¹¹⁴. No que

¹¹³ Não foram encontrados os dados biográficos desta participante.

¹¹⁴ Filha do cientista Vital Brazil (1865-1950), um dos fundadores do Instituto Butantan e fundador do Instituto Vital Brazil. Segundo Sylvio Lago, ela “foi um dos mais extraordinários talentos não plenamente realizados por múltiplas circunstâncias e vicissitudes de sua vida.” (LAGO, 2007, p. 360). Sobre sua biografia, Lael Brazil afirma: “Vitalina Vital Brazil, nascida em S. Paulo, em 1 de maio de 1894, faleceu solteira no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1983. Ainda menina começou seus estudos de piano em S. Paulo. Em 1912, viajou à Europa para complementar seus estudos, mas teve seu curso interrompido e regressou ao Brasil pelo falecimento de sua mãe em 1913. Após alguns anos em que se dedicou aos irmãos menores, voltou à Europa, onde viveu e estudou com os melhores professores e artistas de renome, só regressando em 1942 da Itália, quando da entrada do Brasil na

toca a esta iniciativa e também sobre o papel das latino-americanas na Conferência, são interessantes as considerações de Francesca Miller (1986).

Esta historiadora norte-americana, em texto intitulado “As relações internacionais das mulheres das Americas (1890-1928)” argumenta que as mulheres têm uma história diplomática, mas que foram esquecidas nas relações internacionais. A análise do sistema Pan-americano é uma oportunidade de reavaliar esta obliteração. Nesse sentido, a autora afirma que há, ainda, outro esquecimento: o das mulheres latino-americanas. Sua investigação parte do seguinte problema: o que levou à criação da Comissão Interamericana de Mulheres (1928)?

Para responder esta questão, ela considera central o tema dos Congressos Científicos realizados entre 1898 e 1916, que forneceram o fórum por meio do qual as mulheres passaram a trabalhar por questões pertinentes à condição feminina no âmbito do sistema Pan-americano. O tema que uniu as mulheres dos diferentes países foi a falta de acesso à educação. Dessa forma: “Na perspectiva das Relações Internacionais das mulheres das Américas, a importância dos Congressos Científicos reside na tradição da participação feminina nas reuniões interamericanas e no papel de liderança assumido pelas latino-americanas.” (MILLER, 1986, p. 174. Tradução nossa.).

Para além das estadunidenses, a maioria das mulheres participantes destes Congressos vinha da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai. Para a autora, isso era sintoma da progressiva profissionalização delas nestes países. Ela explica tal protagonismo ao historicizar a organização da Conferência Auxiliar de Senhoras:

Nos meses anteriores à reunião, Eleanor Foster Lansing, filha do distinto diplomata e ex-secretário de Estado John W. Foster, e esposa do Secretário de Estado Robert Lansing (cujo biógrafo escreveu que “sua vida teria sido passada em práticas locais se não fosse por seu casamento”), encontrou-se com mulheres da comunidade latino-americana, entre as quais estavam Flora de Oliveira Lima, esposa do ministro brasileiro em Washington, Amanda Labarca, uma educadora chilena que tinha participado do Congresso de Santiago em 1909, e Mme. Charles Dubé, esposa do ministro haitiano, e estabeleceu planos para a “Primeira Conferência Auxiliar Pan-Americana de Mulheres”. O envolvimento prévio das mulheres latino-americanas nos congressos deu legitimidade ao projeto. E. B. Swiggett, esposa do Diretor do Congresso Científico de Washington e secretária da Conferência Auxiliar reconheceu que “a Conferência recebeu muita inspiração e encorajamento com o interesse e participação das mulheres latino-americanas nos Congressos anteriores.” (MILLER, 1986, p.175. Tradução nossa.)

segunda grande guerra. Pianista exímia, intérprete de renome, apresentou-se inúmeras vezes no Brasil e no exterior, alcançando grande sucesso.” (BRAZIL, 2011, p.38)

Para a autora, o resultado mais importante deste evento foi a decisão, aprovada pelo voto de mais de trezentas mulheres, de iniciar a organização de uma União Pan-Americana de mulheres. Este teria sido o primeiro passo para a criação da Comissão Interamericana de mulheres. Após o encontro de 1915-16, no ano de 1922, a cidade de Baltimore sediou a Conferência Pan-Americana de Mulheres – que contou com a participação do Secretário de Estado dos EUA e com a presença de Leo S. Rowe, da UPA. Este grupo de mulheres de diferentes países reivindicava a participação de delegadas nas Conferências Pan-Americanas, mas sem sucesso. No ano de 1928, contudo, na Conferência de Havana, elas se fizeram presentes, mesmo sem representação oficial¹¹⁵. No final da Conferência, estas delegadas não oficiais apresentaram o “Pacto por Direitos Iguais” para a consideração dos governos do hemisfério, defendendo a criação de um órgão oficial, a Comissão Interamericana de Mulheres, que deveria investigar a situação das mulheres nos vinte e um estados-membros. A proposta foi aprovada. A Conferência analisada aqui foi, na leitura de Francesca Miller, um dos passos iniciais para a consolidação da organização das mulheres de forma hemisférica.

A Conferência Auxiliar de Senhoras, portanto, pode ser lida de duas diferentes formas: enquanto fórum para expressar a luta pelos direitos das mulheres das Américas e como sintoma e estímulo ao pan-americanismo. Elas compreenderam que, para a promoção do pan-americanismo – que era uma aspiração principalmente do governo norte-americano, mas que recebeu o apoio de outros países das Américas – sua participação era essencial. Desse modo, a adesão ao discurso pan-americano, que, como estamos vendo, esteve fortemente marcado pelas noções de progresso e desenvolvimento, era uma oportunidade de mostrar o valor da participação feminina e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para reivindicar a melhoria das condições de vida das mulheres em uma perspectiva transnacional.

O discurso de encerramento da Conferência Auxiliar de Senhoras, intitulado “Rumo ao Internacionalismo”, é um exemplo disso. Sua autora foi Jane Addams, uma das fundadoras da Women’s International League for Peace and Freedom (WILPF). Segundo ela, a Conferência teria um grande significado no sentido de estabelecer “o mais comvente gênero de internacionalismo”. Além disso, destaca que, desde tempos imemoriais, o acordo entre os povos

¹¹⁵ Segundo Miller (1986), lá estavam representantes do *Consejo Feminista Mexicano*, da *Women’s International League for Peace and Freedom*, da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, do *National Woman’s Party* dos Estados Unidos, da *Ligue Feminine Haitien*, do *Clube de Madres de Buenos Aires* e de diversos outros grupos. Elas foram recebidas pela *Alianza Feminino de Cuba*, bem como por mulheres residentes em Havana.

vinha sendo gerado, em grande parte, pela ação da mulher. Este seria, portanto, um dever excepcional das mulheres de seu tempo, as quais deveriam colaborar para a constituição de um internacionalismo mais humano, tão necessário em tempos de guerra. O caminho para este internacionalismo era, para estas conferencistas, o pan-americanismo.

Observando a história retrospectivamente a partir da posição confortável do presente, sabemos que a convocatória pacifista de Addams não surtiu muito efeito entre as diferentes nações do globo. Importa, nesta parte desta pesquisa, destacar a presença relevante que tiveram as mulheres – no caso aqui as estadunidenses e as latinas – nos debates relacionados ao pan-americanismo. Compreender a diversidade de vozes que fizeram coro a fim de promover tal ideário é significativo para analisarmos como e por que ele teve impacto nas representações da história do Brasil desenvolvidas a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Este será o propósito dos próximos capítulos desta tese.

Tabela 2: A presença das mulheres nos Congressos Científicos¹¹⁶

Nome do Congresso e cidade	Nº de Estudos Apresentados	Nº geral de participantes por Congresso	Nº de mulheres participantes	Nome e localidade das mulheres participantes
Primeiro Congresso Científico Latino-americano (1898) Buenos Aires	121	552	5	Escalada P. Castro, médica, Buenos Aires; Petrona Eyle, médica, Buenos Aires; Cecília Grierson, médica, Buenos Aires; Mary O. Graham, educadora, La Plata; Virginia Moreno, educadora, La Plata
Segundo Congresso Científico Latino-americano (1901) Montevideo	202	839	Não consta	Não consta
Terceiro Congresso Científico Latino-americano (1905)	120	863	10	Elena González A de Correa Morales, Buenos Aires, Argentina; Amellia de Freitas Bevilacqua, Pernambuco, Brasil; Condessa de Infreville, Rio de Janeiro, Brasil; Ester Pereira de Melo (inspetora

¹¹⁶ Dados retirados do subitem “O papel desempenhado pela mulher nos Congressos Científicos” (SWIGGETT, 1916, p. 7-12).

Rio de Janeiro				de escolas), Rio de Janeiro, Brasil; Lavinia do Rego Leite de Oliveira, Rio de Janeiro, Brasil; Ignez Sabino Pinho Maia, Rio de Janeiro, Brasil; Thomazia de Siqueira Queiroz e Vasconcellos, Rio de Janeiro, Brasil; Constança Barbosa Rodrigues, Rio de Janeiro, Brasil; Maria Manrupe, Montevideo, Uruguai; Anatolia Manrupe, Montevideo, Uruguai. ¹¹⁷
Quarto Congresso Científico Latino-americano (Primeiro Congresso Científico Pan-americano) (1908-1909) Santiago do Chile	450	2.238	81	Petrona Eyle, médica, Argentina; Amelia de Freitas Bevilacqua, Brasil; Elvira García García, professora de instrução secundária, Peru; Cecília Grierson, Argentina; Dora Keen, EUA; Paulina Luisi, Uruguai; Adela Palacios, professora, México; Adela A. De D'Amorin, Chile; Emilia Augier de Blanco, professora, Chile; Mercedes B. de Turenne, professora, Chile; Marta Bargmann, professora, Chile; Virginia Beltrami, professora, Chile; Amelia Catalán, professora, Chile; Corina Concha, professora, Chile; Eloisa R. Diaz, médica, Chile; Maria Duheke, professora, Chile; Adela Edwards Salas, Chile; Margarita Escobedo Guzmán, professora, Chile; Inés Ewing B., professora, Chile; Ester Hurtado, Chile; Ana Johnson, Chile; Guillermina Von Kalchberg de Froemel, professora, Chile; María Krestschmann de E., Chile; Amanda Labarca, professora, Chile; Isabel Le-Brun de Pinochet, professora, Chile; Elena López, professora, Chile; Luisa Lynch de Gormaz, Chile; Leopoldina Malusschka de T., professora, Chile; Mercedes Mardones, professora, Chile; Rosa Padlina, Chile; Ercilia Pérez D., Chile; Eurídice Pinochet Le-Brun, professora, Chile; Teresa R. de Andrade, Chile; Filomena

¹¹⁷ Sobre a participação feminina no Terceiro Congresso, somos informados de que “A senhora Constança Barbosa Rodrigues, esposa e colaboradora do diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi honrada com a distinção de presidenta honorária do Congresso [...]” (SWIGGETT, 1916, p. 7).

				<p>Ramírez B., professora, Chile; Laura Ruitenbach Hogewoming, Chile; Ana Swinburn de Jordan, Chile; Matilde Troupp, advogada, Chile; Adriana Valdivia, professora, Chile; Laura Vargas Ravanal, professora, Chile; Brígida Walker, professora, Chile; María Wiegler de J., inspetora de escolas, Chile; Laura Zagal, Chile; Leonilda Águila, professora, Chile; Eloisa Alarcón, professora, Chile; Carmen Andrade de Mancilla, diretora, Escola Superior para Mulheres, Chile; Ana Araya, professora, Chile; Aurora M. Argomedo, professora, Chile; Genoveva Astorga, professora, Chile; Andalicía Avila Pinochet, professora, Chile; Carolina Bahamondes, professora, Chile; Mercedes Barrera, Chile; Isabel Bongard, professora, Chile; Teresa Cañedo de Chasse, professora, Chile; Rafaela Casas-Cordero, professora, Chile; María Luisa Daniel, professora, Chile; María Luisa Délano, professora, Chile; María Espíndola de Muñoz, professora, Chile; María F. de McDougall, professora, Chile; Verónica F. de Ortiz, professora, Chile; Emilia F. de Rider, professora, Chile; Amelia G. de Guajardo, Chile; Virginia Gutiérrez, professora, Chile; Mercedes Hinojosa Flores, professora, Chile; Ernestina Houmand de E., professora, Chile; Ana Krusche, professora, Chile; Juana M. de Aliaga, professora, Chile; Amelia Mella de Soto, professora, Chile; Etelvina Navarrete Elizondo, professora, Chile; Milagro Neira, professora, Chile; María Luisa Nuñez, professora, Chile; Margarita Orellana, professora, Chile; María Luisa R. de Ereña, professora, Chile; Sara Luisa Rojas, professora, Chile; Lastenia Sepúlveda, professora, Chile; María Luisa Silva Donoso, professora, Chile; Rosa H. Titus, professora, Chile; Corina Urbina, professora, Chile; Amalia Uribe, Chile;</p>
--	--	--	--	--

				Herminia Urzúa, professora, Chile; Josefina Valenzuela, professora, Chile; Victoria Vilches de Guzmán, professora, Chile. *118 *119
Segundo Congresso Científico Pan- Americano (1915- 1916) Washington D.C.	868	2.566	33	Sarah Louise Arnold (presidenta da subseção 4), EUA; Florence Bascom, EUA; Marion Berger, EUA; Sophonisba Breckinridge, EUA; Cornelia M. Clapp, professora, EUA; Mabel Colcord, EUA; Frances M. Densmore, EUA; Alice C. Fletcher, EUA; Margaret Galharrett, El Salvador; Susan M. Kingsbury, professora, EUA; Julia C. Lathrop, EUA; Louise Sherwood McDowell, professora, EUA; Mrs. W.F. Mcknight, EUA; Graciela Mandujano, Chile; Mrs. George A. Miller, EUA; Ernestina A. López de Nelson, Argentina; Mrs. Percy V. Pennybacker, EUA; Jeanne Puch, El Salvador; Elizabeth Duncan Putnam; Dr. Helen Putnam; Mrs. Jewett Ricker, EUA; Mrs. Charles Cary Rumsey, EUA; Margaret Schallenberger, EUA; Mary Sherwood, EUA; Maud Slye, EUA; Mrs. Samuel B. Sneath, EUA; Helen L. Sumner, EUA; Mrs. William Oxley Thompson, EUA; Abby H. Turner; Martha Van Rensselaer, professora, EUA; Lucy Wheelock, EUA; Laura A. White, professora, EUA; Mary Schenck Woolman, EUA;

¹¹⁸ Sobre a colaboração das mulheres no quarto Congresso, o professor da Universidade de Columbia, W.R. Shepherd, delegado oficial dos Estados Unidos no Congresso, afirma: “As professoras constituíam uma grande parte da audiência das reuniões celebradas para a discussão de matérias educativas *** Deve dizer-se a verdade que expressavam suas ideias, assim como suas diferenças de opinião em relação aos educadores do outro sexo, com tal liberdade e franqueza que surpreenderia a todo aquele que imaginasse que ainda não chegou na América Latina o eco do movimento feminista.” (SWIGGETT, 1916, p. 9. Tradução nossa.).

¹¹⁹ Dados retirados do subitem “Apêndice A” (SWIGGETT, 1916, p. 74-76).

4 O BRASIL NA AMÉRICA: REPÚBLICA E PAN-AMERICANISMO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Este capítulo está dividido em quatro seções gerais, subdivididas internamente. Na primeira delas, serão apresentadas três figuras ligadas ao IHGB que tiveram papel importante na promoção do pan-americanismo: Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Na segunda seção, será analisado o livro “Compêndio de História da América”, de Francisco da Rocha Pombo, escrito em 1898 e publicado em 1900. Na terceira seção, será apresentado o estudo intitulado “O pan-americanismo”, de Arthur Orlando (1906). Na última seção, por fim, será feito um exame da atuação de Oliveira Lima e sua esposa, Flora de Oliveira Lima, junto à União Pan-Americana. O objetivo central deste capítulo é evidenciar, a partir da abordagem das fontes selecionadas, o movimento crescente de atenção à história da América, sendo a história do Brasil encarada como parte deste contexto mais amplo, e também apontar a existência de debates e disputas em torno da ideia de pan-americanismo no interior do IHGB.

4.1 A República, os diplomatas-historiadores e o Pan-americanismo na história

“De um povo corajoso e bom, tudo se pode esperar em grandeza humana, contanto que se mantenha nele a tradição do respeito aos nobres exemplos de seu passado, assim como a do culto do direito e da disciplina cívica.” (RIO BRANCO, RIHGB, LXXI, 1909, p. 591-592)

Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu (2009), na abertura do dossiê da Revista Tempo intitulado *A nova “velha” República* afirmam considerar necessária e urgente uma revisão historiográfica do período, isto é, “sua retomada de forma inteiramente diversa, assinalando-se sua importância e riqueza para o debate de ideias e a experimentação de ações políticas e culturais no Brasil.” (GOMES; ABREU, 2009, p. 2). Nesse sentido, apontam para a existência, no autodenominado “Estado Novo”, de um projeto político que incluía a construção de uma imagem para o presente que se inaugurava e, em decorrência, para o passado que o antecedia, assim como para o futuro que seria sua própria criação. Daí que a Primeira República, a partir de então decididamente “velha”, passa a ser avaliada como grande fracasso e equívoco,

praticamente desde seu começo. Uma das manifestações desta construção é o apagamento de diferentes formas de ação política em curso no período, reforçando uma percepção de inaptidão do “povo” brasileiro para a ação coletiva.

Em um dos artigos do referido dossiê, Maria Tereza Chaves de Mello (2009), contrária à perspectiva de que a população assistiu bestializada à proclamação da República, aponta para a operatividade do conceito de República na década de 1880. Segundo a autora, o regime republicano era, então, visto como uma necessidade histórica. Por isso a população não reage à proclamação, ela consente. Este foi um momento de desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, sendo república o nome brasileiro da modernidade.

Conforme a autora, nas décadas finais do Império, o vocábulo república expandiu seu campo semântico incorporando as ideias de liberdade, progresso, ciência, democracia, todos termos que apontavam para um futuro desejado. Para essa renovação da linguagem, foi importante a ação da propaganda que estabeleceu uma relação dicotômica entre república e monarquia, montando com os dois um par antônimo assimétrico, recurso, de acordo com Koselleck (2006), de grande força persuasiva. Segundo Maria Tereza, em consonância com marcadas alterações sócio-econômicas, novas ideias penetraram intensamente a sociedade brasileira letrada a partir da década de 1870. A mais profunda mudança por elas produzida foi a de dar um conteúdo histórico à já difundida e assimilada noção de progresso, noção que, agora, extravasava o campo dos avanços materiais: “Estamos diante de uma geração profundamente engajada na vida do país e interessada em decifrá-lo com vista ao seu encaminhamento na senda do progresso e da civilização, no caminho do futuro. Fora dessa estrada, só havia obsolescência e ignorância.” (MELLO, 2009, p. 19)

Tendo em vista tais considerações acerca da atmosfera intelectual do período aqui estudado, é necessário apontar como este novo momento da história política brasileira estava sendo experimentado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, objeto deste texto. Nesse sentido, Francisco Gouvêa de Souza (2012), ao estudar a Revista do IHGB e as recepções da Proclamação da República entre os sócios do Instituto, observa dois momentos ali vividos em relação à República: um desconforto e uma crítica e, depois, uma aproximação. A figura de Joaquim Nabuco é tomada como caso emblemático: em 1895, momento de ingresso no Instituto, afirmava seu dever como monarquista em uma crítica ao presente republicano. Em um segundo momento, em 1906, afirmava que a República era incontestável, quando então atuava ao lado do Barão do Rio Branco na diplomacia. O dever se deslocava, então, da monarquia para a *nação*.

Houve no Instituto duas recepções da República. Uma delas era marcada pela perda e pela dissolução do futuro do Império. Nesta recepção, a República era associada ao ruído das ruas e ao retorno da anarquia. Por outro lado, na segunda recepção, o novo regime era encarado como o resultado de uma história, de um passado, e apontava para um futuro. A República, aqui, não é perda, mas conquista e proclamação. Em textos de sócios como Tristão de Alencar Araripe, por exemplo, a República aparecia como inevitável e já inscrita na história muito antes de 1889 (SOUZA, 2012).

Em termos de existência institucional, Lúcia Guimarães (2007) afirma que o advento da República trouxe sérios questionamentos à legitimidade do Instituto como espaço de saber que reconhecidamente cultivava fortes vínculos com o regime monárquico. Diante deste novo cenário, aos historiadores vinculados à instituição impôs-se a necessidade premente de repensar a escrita da história do Brasil, dando-lhe novos contornos. A ordem do dia, segundo Ângela de Castro Gomes (2009), era tornar palatável uma articulação entre Colônia, Império e República, sem obscurecer as tradições dos primeiros, mas sem ferir o desejo de legitimidade republicano.

Neste processo de repensar a história nacional, coloca-se, de forma cada vez mais expressiva, a questão das relações do Brasil com os países da América – hispânica e do Norte. Daí a relevância que vai adquirindo a temática do pan-americanismo, cujo ápice do interesse se dá no período varguista, quando o Instituto recupera, de forma mais consistente, seu prestígio junto ao Estado (GUIMARÃES, L., 2007). Uma das hipóteses desta pesquisa é de que o êxito desta nova abordagem, possivelmente, se deveu ao fato de que havia um grande número de diplomatas nos quadros da agremiação. Gouvêa, nesse sentido, indica que era intensa a associação entre IHGB e diplomacia na Primeira República:

Rio Branco e Joaquim Nabuco partiam e operavam de forma próxima a esta instituição, o próprio IHGB se gabaria de ter auxiliado oferecendo documentos em diferentes disputas por fronteiras, ao mesmo tempo em que, quando o Instituto foi chamado a prestar contas de seus serviços à *pátria*, a inserção internacional do IHGB foi um argumento que provava a sua importância, o que se deu sobretudo a partir do governo de Prudente de Moraes. (GOUVÊA, 2012, p. 56-57)

Em termos de relações exteriores, a queda do Império marcou o início da sintonia entre a prática política do governo e as reivindicações do Manifesto de 1870, no sentido de que a proclamação da República brasileira implicou em uma reorientação da sua política externa. Houve, neste momento, uma aproximação tanto com as repúblicas vizinhas quanto com os EUA. As conferências Pan-Americanas foram, nesse sentido, fundamentais. Tais encontros

tinham como maior incentivador os Estados Unidos e visavam à consolidação do pan-americanismo América afora.

A recepção do pan-americanismo entre os países latino-americanos é uma questão complexa. Uma forma de apreender as nuances dos posicionamentos em relação à temática é analisarmos o empreendimento da Revista Americana (1909-1919), o que já foi feito na tese de Fernando Vale Castro (2007). Temáticas como o monroísmo e o pan-americanismo eram destaque na revista, cujos autores provinham de diferentes países da América, com ênfase, além dos brasileiros, para argentinos, uruguaios e chilenos. Uma observação interessante é o fato de que não apenas o seu idealizador, mas também diversos dos colaboradores da Revista eram sócios do IHGB. Alguns nomes que podem ser destacados são: Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, Clóvis Beviláqua, Rocha Pombo, Rodrigo Octávio, João Pandiá Calógeras, Arhur Orlando, Artur Pinto da Rocha, Hélio Lobo e Sílvio Romero. Mais de uma vez textos foram publicados na Revista do IHGB e depois, idênticos, na Revista Americana. Temos, então, duplas inserções destes autores.

O barão do Rio Branco, figura que detinha grande capital simbólico e prestígio entre os pares, foi, muito provavelmente, aquela que arregimentou a intelectualidade do período para a colaboração no periódico. Assim, tendo em vista sua centralidade na vida política e cultural do período, é importante que nos detenhamos um pouco em sua apresentação.

A figura de Rio Branco teve grande relevância no sentido de pautar a problemática das relações com a América. Formado em Direito pelas Faculdades de São Paulo e Recife, professor de história no colégio Pedro II e, a partir de 1876, diplomata, José Maria da Silva Paranhos Júnior foi, segundo Armelle Enders (2014), o único a ter alcançado em vida a estatura de herói nacional¹²⁰. Isso se deveu a sua atuação na expansão do território nacional e na delimitação das fronteiras brasileiras.

Como é possível inferir da epígrafe que inicia esta seção, a percepção do barão sobre a história e a sociedade brasileira estava bastante alinhada às tradições cultivadas no Instituto: a

¹²⁰ Um indício disso pode ser encontrado no livro da escritora Júlia Lopes de Almeida, intitulado “Histórias da nossa terra” (1909). Escrito em linguagem coloquial e acessível ao público não especializado, o livro, que fazia parte do acervo da biblioteca de Manuel de Oliveira Lima, apresenta o Brasil e sua história aos jovens brasileiros. Em um de seus pequenos textos, em que trata do estado do Acre, a autora exalta os feitos do barão: “Considerando a felicidade, a pujança desta região brasileira que o grande espírito do nosso grande estadista Barão do Rio Branco tornou um dos mais prometedores estados do Brasil, sinto cada dia crescer-me mais a admiração por este homem. A cada escola que se funda, já não aqui na capital, mas nos seringais mais remotos, o nome dele vem-me aos lábios envolto num voto de felicidade perene [...]” (LOPES DE ALMEIDA, 1909, p. 180)

exaltação de uma história exemplar e de um povo disciplinado. Neste mesmo discurso, que é pronunciado no 70º aniversário do IHGB, o presidente não perde a oportunidade de ressaltar as intenções pacíficas do Brasil na América do Sul. O segundo tomo da Revista do IHGB do ano de 1912, que o homenageia no ano de seu falecimento, é revelador da importância do Ministro-historiador na promoção das relações do Brasil com os vizinhos. Ramiz Galvão (1912)¹²¹, em discurso proferido frente ao túmulo do barão e transcrito na Revista, afirma que a imprensa argentina comparou a obra do diplomata brasileiro à de Bismark.

O primeiro texto deste volume é uma biografia do barão¹²². Escrita pelo major Liberato Bittencourt, ela dá uma dimensão do culto que se estabeleceu à sua figura. Além de ressaltar a vida do homem público, o autor tece grandes elogios a Rio Branco em sua vida privada. Ficamos sabendo até que ele “era o que se pode dizer um homem bonito.” (BITTENCOURT, 1912, p. 27)¹²³. Em relação à sua atuação política, o biógrafo afirma:

O Brasil, que conhecia tão bem, que tão eruditamente descreveu na *Esquisse de l’Histoire du Brésil*, onde o laconismo escondia valores que só os mais

¹²¹ Orador do Instituto. Segundo Lúcia Guimarães (2007), compunha, junto de Afonso Celso e Max Fleiüss, a “trindade do Silogeu”. Eles foram figuras fundamentais, durante mais de duas décadas, para o funcionamento do IHGB.

¹²² De acordo com Benito Schmidt (2013), o gênero biográfico encontrou um lugar preciso no projeto de escrita da história do Brasil levado a cabo pelo IHGB ao longo do século XIX. Segundo o autor, apesar de a biografia não dar o tom da história do Brasil que então se constituía, já no ano seguinte à fundação do Instituto foi proposto um projeto de escrita que dava visibilidade a grandes figuras da história nacional. Assim, foi criada uma seção da Revista dedicada à publicação de pequenas biografias visando à constituição de um panteão nacional. Tais publicações vinculavam-se ao regime de historicidade da história *magistra vitae*, de modo que buscava estimular nos leitores a imitação da ação dos “grandes homens”. Esta seção foi desaparecendo conforme ia terminando o século XIX. O autor, baseando-se no estudo de Lúcia Guimarães (2007), afirma que houve algumas continuidades no uso da biografia ao longo do século XX (como, por exemplo, com a apropriação da representação de Dom Pedro II após o traslado de seus restos mortais em 1920). Os elogios fúnebres, então, eram oportunidades de manter a prática da escrita biográfica a fim de exaltar o personagem biografado. Este é o caso da biografia em homenagem ao Barão do Rio Branco. No final do próximo capítulo, porém, veremos que também houve a reavaliação e reescrita da biografia de um dos heróis nacionais eleitos no período do Império. Será argumentado, a partir da análise das fontes, que o gênero biográfico é reativado ainda para fornecer exemplos, mas também para dotar o pan-americanismo de ancestralidade. O uso da biografia acaba, então, por ensejar, através do enfoque no indivíduo, a reescrita da história da nação, tendo em vista a construção de laços identitários mais amplos. Dessa forma, o diplomata Alexandre de Gusmão (1695-1753) passa, através de um esforço coletivo e anacrônico, a representar um ideal de americanidade improvável para o século XVIII.

¹²³ A análise frenológica que o autor faz do ilustre biografado é digna de nota, pelo registro que é da mentalidade de uma época. Ao argumentar sobre a impossibilidade de o Barão ter se entregue aos excessos da gastronomia, conforme alegavam alguns dos seus contemporâneos, o major empreende análise sobre o tamanho do crânio de Rio Branco, concluindo: “E um homem com cabeça tal, frenologicamente não pode ter sido um comilão” [...]. Longas e chatas orelhas, como as tinha Rio Branco, caracterizam tanto a sobriedade como o amor ao trabalho – a atividade.” (BITTENCOURT, 1912, p. 55)

competentes podiam descobrir; o Brasil que tão patrioticamente historiara e divulgara em enciclopédias francesas, tinha, segundo pensava, uma grande missão de paz, de concórdia, de consolo a realizar. A princípio, para consolidar sua força, foi preciso delimitar suas fronteiras. E essa obra de delimitação, que o Sr. Rio Branco realizou sozinho, e essa obra, que faria a glória de muitas gerações, foi feita aos poucos, em um curto espaço de tempo, distribuindo as soluções conforme as circunstâncias e as tradições. *Depois a entente com a América do Norte apareceu como a solução conforme as circunstâncias e as tradições. A criação da embaixada em Washington foi o início de uma época nova na diplomacia brasileira. As festas e as sessões do Pan-Americano em 1906, onde as figuras de Rio Branco, Nabuco e Root sobressaíam como símbolos, consagrariam um regime novo.* Depois, aos poucos, foram se afastando as tentativas absurdas de teorias contrárias à tradição de honestidade financeira, e o horizonte americano ficou limpo de suspeitas e maquinações. (BITTENCOURT, 1912, p. 53, grifos meus)

Ao analisarmos alguns dos discursos de Rio Branco¹²⁴, seja no IHGB ou em situações em que representava o Ministério das Relações Exteriores, compreendemos que há uma forte imbricação entre o ofício do diplomata e do historiador. Tem-se mesmo a impressão de que ele se coloca e é reconhecido por seus pares que lhe prestam homenagens póstumas, como sendo o diplomata que vence as questões de fronteira com a erudição empregada na escrita das memórias oferecidas aos árbitros. Por trás do eminente diplomata, estava o erudito historiador. O brilhantismo de um não seria possível sem o outro¹²⁵.

A questão da importância atribuída às ações de Rio Branco no campo da história (vívda e escrita) nos leva a outra, que é justamente a de considerá-lo, assim como os demais autores abordados neste capítulo, historiador. Parte-se do pressuposto de que os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aqui estudados se reconheciam e queriam ser reconhecidos como historiadores. Em um contexto descrito por Gomes (2009) como sendo marcado por uma clara consciência da importância do diálogo com as novas ciências sociais (sociologia, a

¹²⁴ *Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos.* Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

¹²⁵ Quando da morte do barão, a Revista Americana também publicou um volume em sua homenagem. Ali, diversos autores publicaram seus textos reconhecendo a importância de sua figura para a aproximação entre o Brasil e os demais países da América. Um exemplo destes depoimentos é o texto de José Enrique Rodó, o escritor uruguaio, autor de *Ariel*: “Rio Branco ha muerto; pero señalando al histórico palacio que fué como el capullo de su actividad extraordinaria, puede decirse, con la frase famosa, que ‘todavía está allí’. ‘Todavía está allí’, por la segura permanencia de una política internacional de equidad, de concordia, de solidaridad americana, qui ya no vacilará en las relaciones del Continente, como no vacilan las cosas que giran sobre su eje o descansan sobre sus quicios. ‘Todavía está allí’, por el desenvolvimiento incontrastable de los destinos de un gran pueblo, que él completó eu sus delimitaciones geográficas, con el impulso definitivo de su mano titánica.” (RODÓ, 2002, p. 212). In: *O barão do Rio Branco visto pelos seus contemporâneos.* Série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de 1913. Org. Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de documentação e história diplomática. Brasília, Funag, 2002.

geografia e a etnogeografia), os historiadores que buscavam afirmar uma identidade para seu saber eram “intelectuais com perfil em nada distinto daquele que marcou, predominantemente, esse longo período.” (GOMES, 2009, p. 10). Nesse sentido:

Podiam ter formações bastante diferentes, embora as arcadas das faculdades de Direito fossem seu melhor celeiro; eram grandes praticantes do jornalismo e do magistério, sendo professores de muitas disciplinas, entre as quais a filosofia, a língua pátria, a corografia e também a história universal e do Brasil. A delimitação de um saber – de uma história “moderna” – e de um perfil para o seu profissional envolvia assim um amplo esforço, quer no sentido da aplicação e diversificação dos conhecimentos do historiador, quer no traçado, nesse espaço cada vez mais complexo e disputado, de uma especificidade e de um valor para o conhecimento histórico. Isto é, para a afirmação das potencialidades e singularidades da disciplina, mas também para o que se podia entender como suas “limitações”, dado o universo científico da época. (GOMES, 2009, p.10)

A figura de Rio Branco é, de certa forma, alegórica das relações entre erudição e pragmatismo na história, mencionadas por Gomes como sendo marcantes da história “moderna” praticada nas décadas iniciais da República. Nele, o valor da história estava dado e era de imenso peso para a nação: instrumentalizar a resolução das questões de fronteira, ampliando o território nacional.

É necessário, no entanto, ponderar que, apesar de compreendermos a centralidade de Rio Branco no impulso dado às questões americanas, observa-se que a temática foi objeto de atenção de alguns importantes sócios da agremiação em período anterior. Não por acaso eles eram vinculados à diplomacia. Tendo isso em conta, a fim de desenvolver a questão central desta tese, isto é, da constituição do pan-americanismo em problema historiográfico no IHGB da Primeira República, serão explorados alguns textos fundamentais de dois sócios bastante conhecidos do Instituto: Joaquim Nabuco (1849-1919) e Oliveira Lima (1867-1928). Através destas figuras é possível apresentar os termos do debate que ganha forma nos anos iniciais da República.

A figura de Joaquim Nabuco é bastante emblemática e para citar sua trajetória é preciso ter em conta que foi uma importante personagem pública que experimentou um período de transição. Sendo assim, é necessário contemplar na análise suas mudanças de posicionamento. Não são poucos os estudos que enfatizam seu combate à República e sua defesa da

Monarquia¹²⁶. Isso é correto, mas não explica sua atuação no período republicano¹²⁷. Nabuco faleceu em 1910, tendo vivido sob o regime republicano durante cerca de vinte anos¹²⁸. De

¹²⁶ Este é o caso quando da sua posse no IHGB, no dia 25 de outubro de 1896. O discurso de posse de Nabuco é célebre por criticar a forma como, segundo ele, estava sendo pensada a história nacional no período republicano, quando se dava pouca importância ao passado imperial. Segundo o autor, ele quis ingressar no Instituto por três motivos centrais, sendo o primeiro o desejo de escrever sobre a figura de seu pai, Nabuco de Araújo, o político do Império. Em segundo lugar, por “piedade nacional”. É neste ponto que ele aborda a questão da escrita da história “Nossa história está atravessando uma crise, que se pode resolver, quem sabe, por sua mutilação definitiva. Uma escola religiosa, se se pode dar com propriedade o nome de religião a uma crença que suprime Deus do mundo, mais política em todo caso que religiosa, pretende reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Abstraio de se fazer o Brasil datar suas tradições somente da Independência, atribuindo-se assim à história portuguesa, antes do que à brasileira, como se então não existíssemos, a glória, os esforços de quantos lutaram para povoar, crer, conservar esta nossa nacionalidade durante os seus três primeiros séculos; direi somente que esquecer na história do Brasil a luta holandesa é esquecer a página sem igual de heroísmo e afirmação nacional do nosso passado.” (RIHGB, 1896, tomo LIX, p. 310). Nabuco não questiona a trindade em si, mas sim a insuficiência da abordagem que privilegia as três figuras para a compreensão da história nacional: “A ideia é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamin Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos, a que posso dar o nome de deserto do esquecimento. Digo somente aquilo que está em vossas consciências, senhores: não é um trecho deserto esse espaço de mais de meio século. [...] Escrever a história do Brasil esquecendo o reinado de Pedro II, é como escrever a história de Judá eliminando o reinado de Salomão e a história da França eliminando o reinado de Luiz XIV.” (RIHGB, 1896, tomo LIX, p. 310-312). Seu terceiro motivo para ingresso no IHGB foi a necessidade que via na continuidade das Instituições fundadas por Dom Pedro II: “Ele fazia votos para que o progresso do nosso país não fosse um momento sequer interrompido e para que as instituições cuja pedra lançou ou a cujo crescimento assistiu, tivessem todas a mais brilhante carreira. Entre essas instituições está em um dos primeiros lugares a vossa... A decadência e a morte deste Instituto seria a morte de uma parcela de sua alma, de um raio de seu espírito, que nós queremos acreditar imortal [...]. Entrando para o vosso número não faço, senhores, senão conformar-me à vontade que o Imperador, se vivesse, me teria manifestado do seu exílio. Foi este meu terceiro motivo.” (RIHGB, 1896, tomo LIX, p. 313-314)

¹²⁷ Sobre esta outra fase da atuação de Nabuco e no tocante à construção de sua memória republicana, ver a tese de Luigi Bonafé (2008), intitulada “Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República”, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

¹²⁸ Joaquim Nabuco é figura bastante conhecida, mas cito aqui o verbete, de autoria de Rubens Ricupero: “*Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo* nasceu no Recife em 19 de agosto de 1849, quarto filho de José Tomás Nabuco de Araújo e de Ana Benigna de Sá Barreto [...]. Três integrantes da linha paterna, o tio-avô, o avô e o pai, foram senadores vitalícios do Império.” (RICUPERO, Dicionário CPDOC, s/d, p. 1-2). Em 1866, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo pertencido à turma de Castro Alves, Rui Barbosa, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Segundo Ricupero: “Ao receber em novembro de 1870 o grau de bacharel, encerrava, aos 21 anos, a etapa formal de sua educação. Recebera a melhor formação que o Brasil daquele tempo podia proporcionar. Tratava-se de educação de cunho aristocrático no duplo sentido empregado por Jacques Lambert em *Os dois Brasis*: pelo acesso limitado a uma insignificante parcela da população e pelo conteúdo concentrado em línguas e humanidades, estudos pouco apropriados para quem precisasse ‘ganhar a vida’. Com todas as deficiências, o sistema produzia excelentes resultados para os raros afortunados: cultura literária apurada, conhecimento das correntes de idéias dominantes na Europa, facilidade de expressão em francês, a língua da cultura, treino retórico, sensibilidade humanística. Graças a tais dotes deixou realizações de valor excepcional e duradouro nos três setores que sucessivamente

crítico da República passou a entusiasta das relações americanas, tendo sido o primeiro embaixador brasileiro em Washington, a partir de 13 de janeiro de 1905. Neste ano, foi anunciado que Brasil e Estados Unidos elevariam suas respectivas representações diplomáticas, em Washington e no Rio de Janeiro, ao nível de Embaixadas. Este ato assinalava a nova orientação da política externa brasileira, que tinha o Barão do Rio Branco a frente do Ministério das Relações Exteriores. Assim, estava definitivamente deslocado o eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington, do Velho Mundo para o Novo Mundo (BONAFÉ, 2008).

Tendo em vista a temática desta pesquisa, é esta face do político e homem de letras que será enfatizada aqui. Para tanto, o discurso “A República é incontestável”, de 1906, é fundamental¹²⁹. Na fala, Nabuco afirma que o resto de sua vida seria empregado no serviço de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Afirma saber da desconfiança de que havia no Brasil a respeito dos Estados Unidos. Aparentemente, também ironiza (infere-se isso porque há, no texto, transcrição dos risos da plateia) a possível existência de pessoas que acreditavam que T. Roosevelt estaria interessado em parte do território brasileiro. No caso de existência destas pessoas, afirma o autor, elas ficariam admiradas ouvindo o Presidente Roosevelt, o qual considerava, segundo Nabuco, o Brasil uma das primeiras nações do mundo e acreditava que o futuro do Brasil no século vinte não seria nada inferior aos destinos da América do Norte. Nas palavras do autor:

Eu acabo de chegar dos Estados Unidos, e direi apenas sobre ele o que há pouco eu dizia ao Dr. Joaquim Murinho: não é só um mundo novo, é uma humanidade nova. Senhores, as forças incalculáveis que aquele povo pode por ao serviço da humanidade estavam até bem pouco latentes ou inertes, mas agora encontraram um Presidente que criou para si e para os seus sucessores a tradição de as empregar, de as fazer valer [...] A grande obra dos Estados Unidos, da civilização americana, será fazer da América um continente neutro diante do continente beligerante, que é a Europa. (NABUCO, 1999, p. 98-99)

dominaram sua existência. Correspondem cada um a uma fase bem delimitada de mais ou menos dez anos de duração: a de principal líder parlamentar do abolicionismo (1878-1889); a de puro intelectual dedicado a escrever sua obra histórica e literária durante o autoexílio após a queda da Monarquia (1889-1899); a do diplomata a serviço da República (1899-1910).” (RICUPERO, Dicionário CPDOC, s/d, p. 1-2).

¹²⁹ Discurso pronunciado no Cassino Fluminense, no Rio de Janeiro, em 19. 07. 1906, e publicado na Gazeta de Notícias, RJ, sob o título “Joaquim Nabuco – O Banquete no Cassino”, na edição de 20. 7. 1906. Na ocasião, o autor, que retornava ao Brasil, foi homenageado, na condição de embaixador da República brasileira em Washington. A versão aqui utilizada do discurso é a disponibilizada no site da Fundação Joaquim Nabuco, cuja referência é: *A abolição e a República*. Recife: UFPE, Editora Universitária, 1999. p. 93-102.

O embaixador segue sua fala afirmando que não havia um *perigo americano* a temer. Relata ter ouvido contar uma vez que, quando se conversava em Washington sobre a reunião da conferência Pan-americana, alguém lembrou do Brasil e o secretário de Estado americano, Mr. Root, logo teria dito que se fosse no Rio de Janeiro ele iria pessoalmente. De fato, em 1906 a Conferência ocorreu no Rio de Janeiro, tendo o embaixador, inclusive, tomado parte como figura de destaque. Além disso, faz uma afirmação que não passaria incólume na apreciação de Oliveira Lima, seu colega da carreira diplomática e do IHGB: para Nabuco, a aproximação com os Estados Unidos não era uma novidade, sendo uma política que se prendia às mais antigas tradições brasileiras. O Império, logo depois de ser lançada a mensagem do Presidente Monroe, teria proposto aos Estados Unidos uma aliança ofensiva e defensiva sob a base daquela doutrina. Haveria, então, um laço mais forte, que era a aproximação de dois países pelo mesmo ideal de civilização e pela mesma confiança recíproca: “Senhores, desde o dia em que a América se constituiu independente da Europa, formou-se um sistema político americano, distinto da Europa.” (NABUCO,1999, p. 101)

O entusiasmo irrestrito de Joaquim Nabuco no que concerne às relações entre Brasil e Estados Unidos, contudo, não era compartilhado por todos os seus contemporâneos. Exemplo de contraponto pode ser encontrado em Oliveira Lima¹³⁰. Examinemos, portanto, esta personagem.

Segundo Mara Rodrigues (2015), Oliveira Lima ingressou em 1890 no serviço diplomático brasileiro. Entre os anos de 1903 e 1913, contudo, suas relações com nomes da alta estrutura da diplomacia, como o barão do Rio Branco, se tornaram difíceis. Para a autora, a trajetória tumultuada no serviço diplomático e as opiniões políticas simpáticas à volta da monarquia no Brasil obscureceram o seu papel relevante como intelectual no país. Esta pesquisa busca retomar alguns de seus escritos (antes e depois de sua aposentadoria), de modo a ampliar a abordagem do quadro de debates que a questão do pan-americanismo despertou no IHGB, entre seus sócios e no ambiente intelectual da Primeira República.

Conforme Teresa Malatian (2001), Manuel de Oliveira Lima (1867-1928),¹³¹ além de membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Arqueológico e Geográfico de

¹³⁰ De acordo com Silveira (2003, p. 137), eram conhecidas as desavenças entre ambos, especialmente devido aos ataques de Oliveira Lima.

¹³¹ Para conhecer melhor a figura de Oliveira Lima e suas relações de amizade, há a publicação organizada por Ângela de Casto Gomes (2005) que torna pública a correspondência trocada por Lima e Gilberto Freyre no período de 1917 até o falecimento daquele, em 1928.

Pernambuco, foi também sócio do IHGB, tendo ali ingressado em 1895¹³². Inicialmente, seus escritos de história diplomática expressavam um consenso em torno do direcionamento da política externa da Primeira República, de aproximação com os Estados Unidos¹³³. Posteriormente, porém, após experiência no Japão e Venezuela (ver datas na tabela abaixo), aliada ao seu desentendimento com o barão do Rio Branco, o autor revê suas posições. Ele passa, então, a criticar o *monroísmo* e o imperialismo norte-americano que outrora defendera.

Tabela 3: Cronologia da trajetória de Oliveira Lima (1867-1928) na carreira diplomática¹³⁴

Ano	Evento
1890	Nomeado segundo secretário da Legação do Brasil em Lisboa.
1892	Transferência para a Legação do Brasil em Berlim.
1896	Removido como primeiro-secretário para a Legação do Brasil em Washington.
1900	Removido para a Legação do Brasil em Londres. Promovido a encarregado de negócios devido ao falecimento do ministro Souza Correa. Removido para o Japão como encarregado de negócios.
1901	Instalou-se na Legação do Brasil em Tóquio.
1902	Designado para a Legação do Brasil em Lima.
1904	Nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário para a Legação do Brasil em Caracas.
1906	Nomeado ministro plenipotenciário na Legação do Brasil em Bruxelas e acreditado ministro em Estocolmo.
1908	Instalou-se como ministro em Bruxelas
1912	Iniciou processo de aposentadoria.
1913	Aposentadoria do serviço diplomático

¹³² Para uma análise sobre a trajetória de Oliveira Lima no IHGB, ver Mara Rodrigues (2015).

¹³³ Segundo Malatian, tal postura é observável em livro publicado em 1899 intitulado “Nos Estados Unidos”, o qual reuniu artigos publicados na Revista Brasileira, de 1896 a 1899, e no Jornal do Comércio, de 1896 a 1898. Os textos foram escritos quando Lima serviu na Legação do Brasil em Washington (1896-1900). Sua postura era, naquele momento, bem diferente daquela adotada no livro publicado em 1907: “O conjunto de artigos é paradigmático da concepção evolucionista da história de Oliveira Lima, que o levava a identificar nos Estados Unidos o ápice do progresso possível a uma nação naquele momento, tanto em termos materiais quanto políticos e culturais. Tal interpretação tinha como pressuposto a convicção da superioridade do mundo anglo-saxão em relação ao mundo ibérico (...) onde o escritor não encontrava condições geográficas nem raciais para que as nações alcançassem elevado grau de evolução. Com base em tais pressupostos, aceitou a divisão do mundo entre potências dominantes e regiões dominadas, inserindo-se assim plenamente no universo ideológico do imperialismo.” (MALATIAN, 2001, p.125).

¹³⁴ Os dados da tabela foram adaptados de “Cronologia de Oliveira Lima”, elaborada por Teresa Malatian (2001, p. 439-444).

Em 1907 Oliveira Lima publicou o livro *Pan-Americanismo (Monroe – Bolívar – Roosevelt)* escrito quando da sua estada na Venezuela, iniciada em 1904. Este livro é um divisor na obra do autor, no qual ele encontra-se “plenamente voltado para uma política de aproximação do Brasil com a América Latina, como contraponto aos Estados Unidos.” (MALATIAN, 2001, p.188). Há, em muitas passagens do livro, uma narrativa que chama atenção para a necessidade de pensar o modelo americano de forma crítica, e não importá-lo e aplicá-lo sem reflexão sobre as particularidades locais. Um exemplo disso pode ser visto na passagem a seguir, quando o autor critica a retórica de T. Roosevelt e sua ação na América Latina:

Mas por que razão se há de ele arvorar em juiz do proceder de tais governos, aos quais os Estados Unidos nem dinheiro emprestam, e para cuja organização em nada contribuíram a não ser com a exportação de princípios de governo geralmente mal compreendidos e pior aplicados, como calçado de exportação ao qual o pé tem de adaptar-se em vez de ele se adaptar ao pé, e que faz calos e produz bolhas? (LIMA, 1907, p. 119-120)

Além disso, Oliveira Lima critica, em algumas passagens, o “embaixador brasileiro” em Washington que, segundo ele, engana-se ao identificar com a política tradicional do Brasil, desde a Independência, o sistema continental. Não há citação nominal, mas a crítica dialoga claramente com as reflexões de Joaquim Nabuco, em seu discurso de julho de 1906¹³⁵.

Já nas páginas iniciais do livro, o autor expõe seus principais argumentos, que se relacionam à crítica ao pan-americanismo liderado pelos Estados Unidos, embasado na Doutrina Monroe, e no apoio a outra forma de pan-americanismo, na qual seriam acrescentadas as contribuições da Doutrina Drago, proposta pelo ex-ministro das relações exteriores da Argentina. No primeiro texto do livro, intitulado “O Sr. Drago, o caso de Venezuela e a doutrina de Monroe”, Oliveira Lima afirma, ao analisar o livro do argentino em que é problematizada a questão da Venezuela¹³⁶, em 1902:

¹³⁵ O título do capítulo em que aparece a crítica é: “Depois da Conferência, Rio, Dezembro, 1906, Janeiro, 1907. Os resultados da reunião pan-americana e a questão de Cuba.”

¹³⁶ Segundo Clodoaldo Bueno (2012), a questão se deu da seguinte forma: em 09 de dezembro de 1902, Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, com a justificativa de cobrança de dívidas, declararam o bloqueio naval da Venezuela. O governo de Theodore Roosevelt foi comunicado com antecedência pelos interventores, que, com isso, demonstraram reconhecer a nova potência mundial e sua respectiva área de influência. Ainda assim, os Estados Unidos mantiveram-se neutros, alegando entender que não era o caso de aplicação da Doutrina Monroe, uma vez que o bloqueio não implicava conquista de território. O Brasil, cujo ministro das relações exteriores era o recém-empossado Barão do Rio Branco, se manteve afastado, recusando a sugestão do ministro argentino Drago para formar uma

O Sr. Drago visou com seu ato, incontestavelmente de estadista que vê mais longe do que as agruras das questões do momento, latinizar o Monroísmo, desmanchando-lhe o exclusivismo norte-americano, que o tem caracterizado e dado foros de antipática doutrina protetora; alargando-lhe a significação e o alcance, que apenas vedam as anexações e não cogitam das ocupações temporárias e privação de rendas aduaneiras, que constituem toda a economia de algumas das repúblicas do centro e do sul; dando-lhe, numa palavra, o apoio e a consagração da América Latina e sobretudo da nação entre as de origem espanhola, que aspira a ser o fanal das demais; ao mesmo tempo mostrando que nem só a grande República tem voz no capítulo, havendo mais quem cante deste lado do Atlântico. (LIMA, 1907, p. 10)

Oliveira Lima esmiúça a proposta de Drago, afirmando que este protestava contra a cobrança, pelas forças armadas, de dívidas particulares. O grande perigo disso seria que este fenômeno só ocorreria quando da ação das “nações grandes e fortes” contra as “pequenas e débeis”, contrariando assim a teoria da igualdade da independência e da soberania das nações. No texto seguinte, em que faz seu prognóstico da Conferência Pan-Americana de 1906, no Rio de Janeiro, o autor afirma que os EUA não gostavam da ideia do Congresso do Panamá, convocado por Bolívar em 1826, porque denotaria uma união sem a sua liderança. Ainda assim, argumenta que esta foi a Primeira Conferência Pan-americana.

A partir destes elementos da discussão, é possível apontar que, neste momento, parece estar ocorrendo uma disputa pela definição de *pan-americanismo*, lido por Oliveira Lima e muitos de seus contemporâneos como uma espécie de *neomonroísmo*. Assim, quando se exalta uma tentativa de “latinizar” o monroísmo, se está defendendo uma latinização do pan-americanismo. Esta é uma posição muito importante para esta tese, visto que se busca aqui apontar a existência de disputas no que se refere ao conteúdo do termo e à prática que o embasa. Tal problemática será estudada ao longo deste capítulo. Para tanto, será feita a análise, nas próximas três seções, dos livros “Compêndio de História da América”, de autoria de Francisco da Rocha Pombo, bem como da obra “Pan-Americanismo”, de Arthur Orlando. Ambos se tornaram sócios do IHGB. A última seção deste capítulo, por fim, tratará da atuação de Oliveira Lima após se mudar para os Estados Unidos.

liga de países sul-americanos contra demonstrações de força de países europeus, e negou-se a engrossar protesto contra cobrança coercitiva de dívidas, já que o Brasil não era mau pagador.

4.2 O Brasil na América e a busca por uma consciência americana

Nós esterilizamos os acontecimentos antes de os usarmos. (NABUCO, Joaquim, RIHGB, 1899, LXI, parte II, p. 761).

No tradicional discurso do orador, do ano de 1898, Joaquim Nabuco fez o elogio dos sócios falecidos. O orador começa dizendo que, ali, todos tinham o mesmo “ar de família”, “porque a verdade é que todos aqui se parecem.” (RIHGB, 1899, LXI, parte II, p. 757). Esta semelhança se referia à inclinação para o passado, ao desejo de viver a vida extinta de sua terra ou de sua classe. Sua fala é orientada ao passado, tanto que chega a citar o orador do Instituto no ano de 1854, Manuel de Araújo Porto Alegre, no sentido de apontar que um povo só é grande quando tem grandes exemplos e grandes reminiscências. Segundo Nabuco, no IHGB se aprendia a colocar a pátria acima de tudo. Além disso, formula uma frase que é reveladora de sua concepção de história enquanto tribunal imparcial:

A anistia política, porém, mesmo a mais sincera e leal, ainda não é a perfeita; a perfeita anistia é a da história... Aqui, senhores, não entram as paixões, que azedam as fontes de todas as causas e os motivos ou pretextos de todas as lutas... Nós esterilizamos os acontecimentos antes de os usarmos. (NABUCO, Joaquim, RIHGB, 1899, LXI, parte II, p. 760-761).

Este discurso é um dos tantos exemplos de posicionamentos que, ao mesmo tempo em que se apresenta uma concepção moderna de história – a da cientificidade e imparcialidade do ofício –, traz consigo permanências do *topos* da história *magistra vitae*, no sentido de que engrandece o culto ao passado nacional, fornecedor de exemplos de grandeza. Além disso, também aponta para a continuidade do *ethos* institucional, a fim de exaltar a alegada semelhança de pensamento entre os sócios.

As idas e vindas nas formas de se relacionar com o tempo, ora dizendo e exaltando um tempo moderno, ora mobilizando o passado como fonte de lições, é uma característica dos textos analisados neste capítulo. Em virtude disso, é preciso expor como se pretende lidar com esta problemática teórica que emerge da análise das fontes.

A modernidade pode ser definida como um momento da história humana em que as expectativas passaram a se distanciar cada vez mais das experiências, gerando uma modificação profunda na forma como as sociedades se relacionavam com o passado. O passado deixa de ser fonte de exemplos, e a história já não é mais a mestra da vida. Este modo de definir a modernidade é bastante consagrado e isso se deve muito às teorizações de Reinhart Koselleck

(2006, 2012). Esta pesquisa tem este autor como uma referência, mas desde já esclarece que não pretende engessar o caso brasileiro na proposição geral do estudioso. O próprio autor fornece subsídio, em outros textos, para atentarmos às nuances presentes nas formas de relacionamento com o tempo que caracterizam as sociedades humanas.

Assim, não são poucos os autores aqui estudados que apresentam, em um mesmo texto, diferentes formas de relação com o tempo, ora apresentando uma escrita que poderia ser lida como prática de uma história moderna, ora mobilizando uma compreensão de história como mestra da vida. Talvez o próprio Koselleck (2014) resolva a questão, ao apontar para a existência de diferentes estratos do tempo: “os tempos históricos consistem em vários estratos, que remetem uns aos outros, mas que não dependem completamente uns dos outros” (2014, p. 19-20). Não é descabido, então, propor um exercício de estratificação dos textos aqui selecionados. Com isso, pretende-se evidenciar os diferentes tempos que coexistem nos textos sobre o pan-americanismo, atravessados que são por distintas concepções de história. Dessa forma, “não existe um só tempo na historiografia, mas uma multiplicidade de tempos” (Koselleck, 2014, p. 271).

Os conceitos, por sua vez, são também compostos por diferentes camadas temporais: eles não apenas têm significados sincrônicos peculiares, também estão ordenados diacronicamente. Eles atuam como registro da realidade, mas igualmente como fatores de mudança desta realidade¹³⁷. Segundo lembram Marcelo Jasmin e João Feres Jr. (2006), os conceitos sociais e políticos possuem uma pretensão substancial à generalidade e têm sempre muitos significados. Os conceitos são, então, concentrados de inúmeros significados substanciais, o que lhes confere uma necessária ambiguidade.

A história dos conceitos tal como praticada por Koselleck se dedica ao estudo de conceitos abrangentes e de longa duração, tais como revolução, modernidade ou classe. Ela será uma inspiração para a análise aqui proposta, mas, por se tratar de um termo específico e de curta duração – em relação aos tradicionalmente vinculados à análise da história conceitual – pan-americanismo será pensado como uma palavra-chave¹³⁸.

¹³⁷ “Para a história conceitual a língua é, por um lado, um indicador da realidade previamente dada e, por outro lado, um fator desta realidade. A história conceitual não é materialista nem idealista, se pergunta tanto pelas experiências e estados de coisas que se plasmam em seu conceito, como por como se compreendem essas experiências e estados de coisas. Neste sentido, a história conceitual vincula a história da linguagem à história factual. Uma de suas tarefas consiste na análise das convergências, deslocamentos e discrepâncias em relação ao conceito e o estado de coisas que surgem no devir histórico.” (KOSELLECK, 2012, p. 45, tradução nossa)

¹³⁸ Se nos inspirarmos na análise conceitual para pensarmos o pan-americanismo enquanto palavra-chave, podemos apontar que ela registra uma nova realidade na história continental, na qual há um

Nesse sentido, é importante o estudo de Kerwin Lee Klein (2011). Em seu livro sobre os caminhos da história da história nos Estados Unidos, ele traça genealogias de momentos discursivos especialmente importantes, historicizando “determinadas palavras-chave, vinculando-as a tradições narrativas e práticas linguísticas mais amplas.” (AVILA, 2014, p.325). Segundo Klein, sua prática está próxima da história conceitual alemã, mas sem possuir as mesmas ambições filosóficas. Ao explicar como pensa o uso das *key-words* em sua análise, o autor afirma que elas tendem a carregar outras palavras consigo, isto é:

Antônimos, sinônimos, complementos e frases adjetivas e adverbiais relacionadas. Às vezes, os significados mais antigos são conservados em lugares estranhos, apenas para ressurgir mais tarde. Algumas palavras-chave funcionam principalmente como metáforas que se abrem para histórias compartilhadas maiores. Outros circulam em argumentos duradouros e cuidadosamente elaborados. (KLEIN, 2011, p. 6-7, tradução nossa)

Desse modo, uma questão fundamental a ser considerada é o fato de que, na leitura das fontes, percebe-se que o termo progresso é correlato e, de certa forma, aparece em relação de sinonímia com o de pan-americanismo. Aderir ao pan-americanismo é atuar pelo progresso. Há, em grande parte dos autores que serão apresentados a seguir, uma forte consciência do atraso brasileiro em relação às “nações grandes”. Daí parte da sedução que exerce o modelo de desenvolvimento norte-americano sob a maioria dos intelectuais aqui estudados. Aderir a uma união liderada pelos Estados Unidos era percorrer a estrada do aperfeiçoamento. Era preciso agir para alcançar o modelo de civilização. Há uma percepção do que Koselleck chama de *simultaneidade do não-simultâneo* e quem está atrás somos nós.

O fenômeno não é novo. Ele é, inclusive, um dos elementos centrais da modernidade. Segundo Koselleck (2014), após a descoberta da forma esférica do planeta, a multiplicidade de culturas, com suas diferentes cronologias, pôde ser inserida em um eixo temporal comum. Desde então, os diferentes Estados e culturas puderam ser medidos e comparados por meio de uma mesma cronologia, partilhada por todos. Quanto à industrialização, por exemplo, os países passaram a ser classificados como desenvolvidos, atrasados ou emergentes, dependendo do seu grau de desenvolvimento. As comparações realizadas pelo historiador servem, então, para

esforço inédito para promover um relacionamento mais próximo entre os países da América. Enquanto fator, ela também atuou na efetivação deste esforço, isto é, na construção da mudança – ainda que de modo parcial, visto que, após seu surgimento, houve uma aproximação muito maior do Brasil com os Estados Unidos do que com os demais países do continente.

destacar a *simultaneidade de assincronias*. Aquilo que, no calendário, se manifesta como simultâneo pode ser definido como assincronico conforme os ritmos de desenvolvimento internos de uma cultura ou de um Estado:

Pois ainda hoje existem tribos que acabaram de sair da Idade da Pedra, enquanto nações como os Estados Unidos já levam astronautas à Lua. Hoje conhecemos a história mundial, mas ela só pôde ser realizada em nosso século, pois, para que fosse interpretada, as mais diversas fases temporais tiveram de ser reduzidas a um denominador comum. O denominador comum é o tempo do calendário, que permite medir decursos temporais muito diversos. [...] Essas determinações modernas, referentes a épocas, sempre disseram respeito, inicialmente, a algum assunto específico e só depois foram ampliadas e aplicadas a períodos inteiros. Mas também logo se revela que esses nomes de períodos e épocas, inicialmente vinculados a temas específicos, não conseguem – como propostas de periodizações generalizantes – cumprir seu papel de captar a multiplicidade de manifestações históricas. Além disso, esses conceitos de períodos permanecem limitados à história europeia e só podem ser aplicados de forma metafórica a outras culturas: assim, falamos de Iluminismo ou de Idade Média na história grega ou de circunstâncias feudais na história japonesa, mas os limites dessas transposições logo se manifestam. (KOSELLECK, 2014, p. 272-273, tradução nossa)

Desse modo, segundo o autor, no horizonte do progresso, a simultaneidade do não simultâneo passa a ser a experiência básica de toda história. Todas as histórias passam a ser artificialmente inseridas no processo único da história universal: o progresso torna-se, assim, um padrão segundo o qual toda história pôde ser interpretada universalmente, “o progresso confere direção à história e se converte em um conceito reflexivo processual.” (KOSELLECK, 2006, p. 104). Não é novidade que este movimento está em curso no Brasil da Primeira República. O que esta pesquisa busca elucidar é que as discussões em torno do pan-americanismo estão diretamente ligadas a esta atmosfera.

Colocando a questão em termos mais gerais, pode-se dizer que o problema da modernidade perpassa todos os textos abordados neste capítulo e, como já apontado pelos principais pesquisadores e pesquisadoras do período¹³⁹, serve de guia àqueles que pensaram os rumos do país ao longo da Primeira República. Ela se manifesta tanto como ideal civilizacional a ser perseguido pela sociedade brasileira como um todo, quanto noção aplicada à renovação dos estudos históricos. Começamos, então, por explorar esta presença nos textos escolhidos para compor as fontes desta pesquisa.

¹³⁹ Ângela de Castro Gomes (2009) e José Murilo de Carvalho (1990), por exemplo.

4.2.1 Rocha Pombo e o primeiro Compêndio de História da América

Além de republicano e abolicionista, o paranaense José Francisco da Rocha Pombo era professor, jornalista, romancista, poeta e historiador (DETONI, 2015). Ao longo da Primeira República ele se destacaria, especialmente, pela escrita de livros didáticos. Autor do *Compêndio de História da América (1898)*, de *História do Brasil, Ilustrada* (publicada em dez volumes, entre 1905 e 1917) e *Nossa Pátria: narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução com muitas gravuras explicativas* (1917), o historiador em questão interessa a esta análise principalmente pela parte de sua obra sobre a história da América, bem como por sua afiliação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde o ano de 1900.

Rocha Pombo não está entre os autores mais estudados da Primeira República no que se refere às abordagens da área da história da historiografia¹⁴⁰. Na área de ensino de história, por sua vez, o autor é mais pesquisado. Nesse sentido, Circe Bittencourt (2007), aponta que, no livro que veio a ser o primeiro compêndio de história da América escrito e publicado no Brasil, Rocha Pombo relativizou o ideal civilizatório ocidental e propôs a necessidade de confrontar o domínio de uma cultura sobre as demais em nome de uma questionável “civilização” que massacrava povos indígenas e que era responsável por uma escravidão negra justificada pelos princípios de “raça superior”. Chama atenção o fato de que Rocha Pombo contempla em sua narrativa o processo de independência na América como um todo e no qual destaca, de maneira inédita, o Haiti. Segundo a autora: “As lições *Integração das nacionalidades americanas* e a denominada *Prognósticos dos destinos do novo mundo* indicaram, sem dúvida, o sentido de uma renovação identitária do Brasil junto aos demais povos da América.” (BITTENCOURT, 2007, p. 41).

Para esta autora, este momento de debates sobre os rumos políticos da recente República possibilitaria a introdução de uma história da América integrante de um projeto de identidade nacional diferenciado dos anteriores, mas que, lembra Bittencourt, não se consolidou e tampouco predominou. Apesar do pouco êxito, a existência desta atmosfera é de grande interesse para esta tese, uma vez que ela permite explorar as relações entre um projeto

¹⁴⁰ Exemplo de estudo específico sobre este autor a partir da área de história da historiografia é a dissertação de Piero Detoni (2013), intitulada “A Síntese como desafio historiográfico na Primeira República: Pequenos Estudos de Caso”, na qual o autor aborda parte da obra de Rocha Pombo, sem, contudo, se dedicar à análise historiográfica do *Compêndio de História da América*.

integrador mais amplo e a escrita da história do e no Brasil no período em questão. Já a leitura de Bittencourt de que o autor relativizou o ideal civilizacional ocidental e que, de certa forma, condenou a escravização de negros e indígenas merece maior reflexão: sua posição é bastante ambígua e, muitas vezes, contraditória em relação às temáticas. De qualquer forma, a percepção de que no livro há uma proposta de renovação identitária do Brasil junto aos demais povos da América é uma leitura bastante acurada. Esta pesquisa, aliás, parte da hipótese de que estas posições tiveram peso significativo para seu ingresso no IHGB.

Sendo assim, a escolha deste livro como fonte para esta tese justifica-se por ele ser, como dito acima, o primeiro *Compêndio de História da América* publicado no Brasil por um brasileiro e, ao mesmo tempo, por ter sido oferecido como obra para o ingresso no IHGB. Dessa forma, o livro pode ser de grande valia para a compreensão de como estava sendo pensada a problemática das relações com a América no período inicial da Primeira República, tanto fora quanto dentro da agremiação.

Para desenvolver tal análise, será dada atenção aos *paratextos* do livro de Rocha Pombo, seguindo as formulações de Gérard Genette (1997). O autor se detém sobre os textos de acompanhamento de uma obra, os chamados “paratextos”, que são responsáveis por habilitar um texto a se tornar um livro e ser oferecido a seus leitores como tal e, mais amplamente, ao público. Assim, para avaliarmos a recepção das ideias de Rocha Pombo no IHGB, o parecer da comissão de admissão de sócios será fundamental; já para acompanhar a recepção fora do Instituto, o prefácio assinado por Manuel José do Bomfim, médico e intelectual sergipano, pode ser uma importante pista. Começemos pelo parecer.

No dia 06 de julho de 1900, a Comissão de admissão de sócios do IHGB dava seu parecer sobre a candidatura do Sr. José Francisco da Rocha Pombo¹⁴¹. Em sessão ordinária, foram avaliadas as duas obras por ele oferecidas à apreciação dos pares, isto é, *Compêndio de História da América* e *O Paraná no Centenário (1500-1900)*. O autor foi admitido como sócio, mas não sem uma ressalva sobre determinada posição assumida no *Compêndio*. A questão principal era a sua interpretação acerca da passagem da situação de Colônia para a de Império. Vale a pena a leitura de um trecho do parecer:

Na parte relativa ao Brasil, o autor, historiando os acontecimentos da Independência, expressa-se nos seguintes termos: “O Império foi um verdadeiro prolongamento da Colônia sob o ponto de vista social e político. No Brasil, portanto, a reação contra os sistema colonial só começou francamente em 1889.” A Comissão não pode absolutamente concordar com

¹⁴¹ RIHGB, tomo LXIII, 1902, parte II, p. 453-456.

esta proposição tão contrária à verdade histórica e à máscula energia patriótica, de que deram provas a gloriosa geração da Independência e as que se lhe seguiram. Se há um povo que firmasse a sua emancipação política com a mais altiva consciência de seus direitos e com a mais decidida resolução e firmeza, esse foi o povo brasileiro em 1822 [...]. As gloriosas gerações que nos antecederam e tão memoráveis exemplos nos deixaram de sua integridade e esforçado patriotismo, não merecem esta imputação de haverem suportado dependência ou sujeição à qualquer potência estrangeira. Feita esta ressalva imposta pelo sagrado respeito à verdade histórica e pelo mesmo sentimento de responsabilidade que nestes assuntos corre a este Instituto, é grato a Comissão declarar que, na compendiosa obra do Sr. Rocha Pombo, encontra-se um grande cabedal de pesquisas históricas e valiosos subsídios para a história do nosso continente, a par de muita erudição por parte de seu autor. No mesmo caso está o segundo livro do Sr. Rocha Pombo “O Paraná no Centenário (1500-1900)”, o qual constitui uma monografia valiosa dessa parte do nosso território [...]. Foi pena que o autor dispusesse apenas de dois meses para este trabalho, e que por isso não tivesse podido contar com todo o material que lhe era indispensável para obra de tanta importância. Os dois sobreditos trabalhos do Sr. Rocha Pombo, mesmo nestas condições, lhe abrem lugar distinto entre os mais operosos cultores das coisas pátrias, e constituem valioso título para sua admissão no grêmio deste Instituto. Sala das sessões, 6 de julho de 1900. Homem de Mello – M. A. Galvão. (RIHGB, tomo LXIII, 1902, parte II, p. 453-455)

Como vemos, no parecer de Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello (1837-1918) e Miguel Arcanjo Galvão (1821-1903), sócios do Instituto desde o período do Império, há uma repreensão veemente à tomada de posição do candidato a sócio¹⁴². A escolha por afirmar que a Independência brasileira não foi propriamente uma reação ao sistema colonial, se comparada às Independências da América espanhola (o contraste foi omitido do parecer), não agradou aos antigos sócios, que saem em defesa da *verdade histórica*, marcada, como nos ensinou Certeau (1982), por escolhas que passam pelo *lugar social* de produção do conhecimento histórico. Ressalte-se, contudo, que este foi o único aparte ao texto do Compêndio.

Ao avaliarmos o parecer em parte acima transcrito, é possível perceber que a maioria das ideias expostas no livro, de mais de quatrocentas páginas, são corroboradas pela comissão de admissão de sócios, uma vez que era praxe fazer ressalvas nos pareceres de admissão de

¹⁴² Sobre Homem de Mello é interessante ler o texto de homenagem aos seus oitenta anos, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 7: “Diante de Homem de Mello, o formidável talento evocador de Michelet seria capaz de reconstituir em capítulos resplandecentes toda a época esplendorosa daquela geração máscula de suntuosos espíritos, que ele, o velho e douto Barão, ainda hoje encarna, reflete e representa, nesta República tão estragada, neste país tão desorientado e neste século de carnificina.” (COSTA FILHO, 1917, p. 78)

sócios às interpretações dissonantes daquelas em voga no IHGB¹⁴³. Assim, podemos sugerir que uma das principais marcas do texto, isto é, a promoção da ideia de união e solidariedade entre os países da América, é endossada pela comissão. Esta é uma mudança que se relaciona ao novo momento experimentado pela instituição. Como vimos, após a proclamação da República, há uma gradual tentativa de aproximação com os demais países americanos. Promover a história do continente escrita pelos sócios e candidatos a sócios era uma forma de fazer isso na microescala. Antes de avançarmos na recepção da obra fora do Instituto, convém explicar o surgimento do livro.

No ano de 1898, quando Rocha Pombo se muda do Paraná para o Rio de Janeiro, a Diretoria Geral da Instrução Pública da Capital Federal abriu edital para um concurso que tinha por objetivo escolher um manual didático sobre história da América, a ser utilizado pelas alunas da escola Normal da então capital Federal. Segundo Alessandra Pedro (2016), este projeto fazia parte de um conjunto de produções e medidas correntes na nova república com o objetivo de despertar na juventude a admiração e o amor pelo continente para o fortalecimento de um espírito americano. Rocha Pombo foi o único a apresentar candidatura, com o livro *Compêndio de História da América*, tendo conquistado o prêmio em dinheiro (4:000\$000; quatro contos de réis) e a adoção do seu livro como compêndio na Escola Normal.¹⁴⁴

¹⁴³ Isso pode ser observado a partir da leitura das atas de sessão do Instituto, material profícuo para acompanhar os consensos e dissensos característicos da Instituição. O texto de Rodrigues (2014), nesse sentido, é valioso, uma vez que a autora explora tais fontes a fim de avançar em seu argumento de que o IHGB na Primeira República fazia um esforço para obstaculizar a ameaça de fragmentação da memória nacional entre versões republicanas e monárquicas e entre uma variedade de versões regionais que reivindicam seu espaço desde 1889. Assim, podemos ver que, no momento aqui enfocado, houve significativo esforço no sentido de pensar novas representações do passado nacional tanto a partir das relações internas, com as antigas províncias, quanto externas, no caso dos demais países americanos.

¹⁴⁴ O Compêndio foi adotado na Escola Normal da capital por pelo menos vinte anos, mas a obra também circulou em outros espaços com outro formato. Além das duas edições do Compêndio (1900 e 1925), o autor publicou, pela Editora Garnier, uma versão para escolas primárias, intitulada *História da América para escolas primárias*, cuja segunda edição é de 1904. Não sabe-se a data da primeira edição (PEDRO, 2016, p. 90). Recomendo, para fins de comparação entre o Compêndio para a Escola Normal e o livro para as escolas primárias, a leitura do segundo capítulo da tese de Alessandra Pedro, em que a autora analisa de forma comparativa o item “Haiti e S. Domingos” de ambas as edições. Um dos objetivos da tese da autora é verificar o papel da obra didática e histórica de Rocha Pombo, observando a sua relevância na formação e consolidação dos conceitos de raça e nação. Nesse sentido, a autora aponta, e a leitura do Compêndio é reveladora, que, mesmo quando criticados (“membros pervertidos da raça”), os colonizadores são apresentados como membros de uma raça superior. Dessa forma: “Seu principal crime aos olhos do autor paranaense teria sido o de não exercer devidamente o seu papel de raça superior, guiando, educando e catequizando os autóctones, mas fazendo uso de sua força e superioridade para massacrar e destruir populações inteiras em favor de sua ganância e sede por ouro e outras riquezas.” (PEDRO, 2016, p. 97). Os primeiros habitantes da América eram descritos pela máxima rousseauiana do “bom selvagem”, como povos ainda não corrompidos. O autor parte da leitura de Bartolomé de Las Casas, descrevendo constantemente o

O edital fixava alguns pré-requisitos, que explicam o formato da obra. O livro deveria ser dividido em três partes: 1) Período pré-colombiano; 2) Período Colonial; 3) Período Independente. Rocha Pombo não seguiu à risca todas as recomendações e isso aparece no parecer de Manuel Bomfim (1868-1932)¹⁴⁵, membro do Conselho Superior de Instrução Pública e avaliador do livro. Rocha Pombo optou, contrariamente às recomendações do edital, por incluir capítulos sobre a história do Brasil no compêndio. Esta transgressão ao edital foi aceita e a obra foi publicada com as partes sobre a história brasileira.

O parecer de Bomfim é favorável ao livro, destacando principalmente questões formais, voltadas à organização dos títulos. Em relação ao conteúdo da obra, destaca seu potencial crítico, especialmente no que se refere à problematização da conquista da América empreendida pelas coroas ibéricas, condenando seus efeitos devastadores na vida dos povos autóctones¹⁴⁶. Nas palavras do avaliador:

O livro interessa o leitor: eis o mais importante para o nosso caso. Em face dele ninguém ficará indiferente. Para isto muito concorre o tom veemente e crítico que se nota em todo ele. O escritor manifesta sempre o mesmo espírito, devorado pelo amor da justiça, abrasado pelos *grandes ideais de solidariedade e de progresso*, e é sobre isso que assenta a orientação filosófica do seu trabalho. Mostrando-nos como nasceram e se organizaram as nacionalidades americanas, ele não se cansa de profligar os homens e os sucessos que concorreram para estorvar ou impedir o progresso dessas nacionalidades. *Não se limita a contar: interessando-se pelos acontecimentos, ele os analisa, discute-os, aponta as causas e condena, sem restrições, aquilo que lhe parece iníquo e retrógrado*. A sua crítica guia-se sempre por esse amor da justiça e do progresso. *Historiador*, colocado em face de sociedades nascentes, ele vai

indígena como vítima da ganância e torpeza do colonizador europeu. O encontro de raças é apresentado de forma bastante pessimista: a “escória” europeia e o indígena “deturpado” pela conquista.

¹⁴⁵ Segundo Alessandra Pedro (2016), o parecer de Bomfim, escrito em 22 de abril de 1899 e publicado no livro em 1900, é uma prévia do que viria a ser sua posição no livro “América Latina, Males de Origem”, porquanto muitas das ideias de Rocha Pombo estavam em consonância com as de Bomfim. Sobre a atuação do sergipano em cargos vinculados ao ensino, é interessante a explicação de Gontijo: “Após essa fase de atuação na Instrução Pública e na política, o autor passou a se dedicar à produção de livros didáticos e paradidáticos, além de continuar a publicar na imprensa carioca. Esta trajetória, que vai da ocupação de cargos públicos ao trabalho de escrever livros educativos, pode ser vista como estando de acordo com a perspectiva de uma missão a ser cumprida pelos intelectuais em sua época, qual seja: a de lutar pelo projeto da ‘educação como redenção nacional’, supondo que sua implementação seria capaz de garantir uma progressiva transformação da sociedade brasileira, contribuindo para a definição de algumas precondições indispensáveis para se pensar no Brasil como nação.” (GONTIJO, 2003, p. 135)

¹⁴⁶ “Vinham da península para aqui, não com o intuito de se fazerem americanos, mas simplesmente para enriquecerem, a princípio, arrancando ao mexicano ou ao Inca, os seus tesouros, depois, forçando o índio a trabalhar para eles, obrigando-o a lavrar a terra ou a cavar a mina em seu proveito deles. A mãe-pátria passou a ser uma verdadeira parasita, de um parasitismo cruel e imprevidente, não cogitando sequer de conservar a vida da sua vítima.” (BOMFIM, M., 1900, p. XI-XII)

buscar a sua gênese, e assiste ao seu desenvolvimento, acentuando os fatos e os personagens que se destacaram mais. (BOMFIM, M., 1900, p. X, grifos meus)

A apreciação de Bomfim é esclarecedora quanto ao teor da narrativa, cujo fio condutor é o progresso dos países da América. Apesar de elogiar o estilo do historiador, as alterações recomendadas por Bomfim se referem justamente àqueles trechos em que, em seu entendimento, Rocha Pombo assume postura descuidada e excessiva em relação à interpretação dos eventos narrados. Os dois casos em que há contrariedade entre as ideias do autor e as do parecerista se referem à interpretação sobre a escravidão¹⁴⁷ e aos qualificativos utilizados para descrever algumas figuras, como, por exemplo, o presidente paraguaio Solano Lopez, sobre quem Rocha Pombo faz, no entender de Bomfim, juízos “precipitados”, especialmente por se tratar de uma versão emitida por um autor brasileiro:

Tais juízos, que da parte de qualquer outro seriam, pelo menos, precipitados, da parte de um brasileiro, tornam-se mesmo suspeitos. Homens que foram nossos adversários, cuja política o governo de então contrariou e combateu, e que foram vencidos, eles impõem-se ao nosso respeito e à nossa generosidade. O Brasil será sempre suspeito para julgá-los, principalmente a esses do Paraguai, maxime [sic] antes que a História tenha averiguado e decidido a parte em que concorremos para a desgraça dessa inditosa nação. Não quero dizer com isto, que prefira o historiador revestido dessa imparcialidade fria que mais parece indiferença. Mas, para que ele acentue o seu parecer e os seus sentimentos, os fatos só lhe bastam. Apresentando-os, comentando-os, criticando-os, já terá feito muito. Apreciando as ações, o leitor terá os elementos para julgar os homens, independentemente dos qualificativos duros e veementes [...]. Concordo, porém, que isto constitui um senão facilmente removível, e muito explicável, quando se atende para o ardor e paixão que o autor põe na sua obra. Sei que muitos condenam um tal ardor numa obra de história, principalmente se ela se dedica às escolas; sei que se considera indispensável uma história calma, fria, imparcial... Isto equivale a exigir o impossível. Nenhum historiador é verdadeiramente imparcial. Seria preciso supor o homem destituído de sentimento. Essa imparcialidade ele pode simulá-la quanto à exposição, evitando cuidadosamente os comentários e os juízos, tanto sobre os acontecimentos como sobre os homens. Por vezes, esse esforço significa, de fato, o desejo de ser justo, mas, comumente, isso não passa de um artifício para conquistar o ânimo do leitor. Nesse caso, é preferível um escritor que seja franco e sincero, e deixe ver logo qual o seu critério, desde que ele não proceda com *parti-pris*, desde que não seja capaz de sacrificar a verdade a preocupações pessoais. (BOMFIM, M., 1900, p. XV)

¹⁴⁷ A posição de ambos em relação ao assunto será abordada adiante.

Como vimos, Bomfim esteve bastante ciente da complexidade do ofício do historiador e das dificuldades inerentes à escrita da história. Apresenta, inclusive, posição bem mais crítica do que aquela de Joaquim Nabuco, que inicia esta seção. Um de seus principais livros, *A América Latina: males de origem*, foi publicado logo após a escrita do parecer aqui transcrito, no ano de 1905. Segundo Rebeca Gontijo (2015), Manoel Bomfim foi um dos primeiros críticos do chamado racismo científico no Brasil. No livro de 1905, o autor apresenta seus principais argumentos contra as teorias raciais e defende a tese do “parasitismo social” como relação estruturante do processo de colonização empreendido pelos países ibéricos.

Para a autora, a opção de Bomfim por focalizar as origens da América Latina pode ser lida “como um esforço no sentido de romper com a construção identitária das sociedades latino-americanas com moldes europeus sob a égide da história da civilização, que explicava as diferenças entre os povos por meio de teorias raciais e progressistas, justificando a dominação branca europeia” (GONTIJO, 2015, p. 359). Assim, ao empreender o exame da formação das nacionalidades na América espanhola e portuguesa, o autor apontava outra possibilidade de interpretação da temática.

A autora afirma também que a instrução popular foi um assunto intensamente discutido a partir de 1870 e durante as primeiras décadas da República. Diante das transformações sociopolíticas e econômicas do período, a educação passava a ser encarada como um “problema social”, devendo ser compatível com a inserção de homens livres (ex-escravos e imigrantes) num mercado de trabalho em expansão. Neste contexto, Manoel Bomfim defendia a instrução popular como precondição para o progresso humano que, por sua vez, conduziria ao progresso da sociedade, de modo que “esse papel progressista atribuído ao ensino lhe teria permitido afirmar a viabilidade do Brasil diante das teses deterministas que naturalizavam o atraso e o progresso das nações, orientando-se pelas noções de meio e raça.” (GONTIJO, 2003, p. 136). Ao emitir parecer favorável à publicação do manual de Rocha Pombo, Bomfim esboça algumas de suas ideias e, ao mesmo tempo, nos permite observar algumas aproximações entre o livro aqui analisado e a percepção do médico e historiador sobre a história do Brasil em seu contexto americano.

Seria apropriado, então, colocarmos o seguinte questionamento: podemos inferir que o *Compêndio* se inseriu na concepção progressista do projeto de nação defendido por Bomfim, que passava pela educação da população, pela crítica aos colonizadores e pela negação das teses

deterministas? Para buscar avançar nesta questão, devemos, agora, explorar o conteúdo do livro mais de perto.

4.2.2 A América no Compêndio

Já na introdução, ao falar da conquista, Rocha Pombo utiliza a expressão *invasões europeias*. Remete-se, em todo o texto, ao antagonismo existente entre Novo e Velho Mundo, destacando a situação econômica e internacional da Europa no momento em que escreve, aludindo à “temerosa política de força e de expansão exterior das grandes potências”, que colocava a Europa em conflito de interesses com os povos do Novo Mundo, bem como em divergência com a soberania das “nacionalidades americanas”. A crítica ao colonialismo e às ameaças impostas pelo imperialismo do século XIX é, portanto, bastante clara. Conforme o autor:

Esse conflito não é mais possível disfarçar, nem mesmo seria explicável esquecer um instante, desde que nos é imposto pela lógica fatal dos acontecimentos humanos. Naturalmente sem entregar-nos aos extremos de uma política de guerra, nem mesmo de prevenção sistemática (tanto menos própria da América quanto contradiria o espírito de fraternidade e de cosmopolitismo dos americanos) o que a História nos aconselha é que, ao mesmo tempo que abrimos os braços fraternalmente para receber todos os povos do mundo, cultivemos e desenvolvamos, com o espírito de pátria, a grande **ideia americana** – isto é – o estímulo que dirige todo um conjunto de povos, irmãos pela solidariedade do destino, para a ampla vida nova, que recebe da história o que o passado fez de grande, e funda no amor e na justiça, no dever e no direito, que constituem a plenitude da existência moral, o desenvolvimento deste augusto patrimônio. (ROCHA POMBO, 1925, p. XIII-XIV, grifo do autor)

Tal ideal só seria atingido através da união de todas as nacionalidades americanas, de modo que fosse afirmada diante do mundo “a nossa aliança geral”, baseada na consciência da missão conciliadora da América. Para tanto, seria necessário:

Ensinar nas escolas, nos clubes, nas associações, nas festas cívicas, pela imprensa, pela tribuna, pelo livro, a história da nossa grande América, mais

bela, mais edificante do que parece aos que lhe desconhecem os nobres lances, e aos que não refletem na grandiosa figura que ela tem de representar no vasto cenário do mundo. (ROCHA POMBO, 1925, p. XIII-XIV).

Nota-se, na escrita do historiador, uma forte defesa da união entre os países da América, que passaria, como vimos no trecho acima, necessariamente pelo ensino da história da América associado aos valores que entende ser necessário propagar: sentimento de união, de modo a dar novo sentido ao civismo e ao espírito de pátria. Era preciso “acender na alma da mocidade” “esta nova centelha de paixão”, “que virá a ser um como novo espírito a exaltar-nos no avanço incessante para o futuro – eis aí o que estão reclamando os nossos destinos.” (ROCHA POMBO, 1925, p. XIII-XIV). O autor segue o texto apontando o quão incompleto era o ensino de história americana em todos os estabelecimentos de instrução brasileiros, fossem eles públicos ou privados.

Finalmente, nos últimos parágrafos da introdução, apresenta sua concepção de história, marcada pelo culto aos grandes homens. Rocha Pombo apresenta esta interpretação como sendo uma fusão das teorias de Taine e H. Hannequin:

Conciliando, portanto, as duas teorias, reconhecemos que as grandes individualidades são sempre a síntese de sua época, na esfera em que se manifestam: em torno delas gira toda a vida coletiva; e muitas vezes destacando um desses grandes tipos temos caracterizado toda a vida de uma geração, ou todo um momento da história de um povo. Isto quer dizer que ensinar à mocidade os nomes, os feitos, as obras, as ideias, os sentimentos, as virtudes, a vida em suma, dos nossos grandes homens – é fazer passar ante seus olhos, animada, eloquente, vívida, a mesma história da pátria, ou, si se trata de mais, a vida de todo um Continente. (ROCHA POMBO, 1925, p. XV)

O livro é bastante extenso e a narrativa cumpre com a promessa de focar na ação dos grandes homens, tais como Montezuma, Tupac Amaru, Cortez, Zumbi dos Palmares, Simon Bolívar e José Bonifácio. No que se refere às fontes para a escrita da obra, há após cada uma das partes do livro a indicação da bibliografia utilizada. Em relação aos referenciais teóricos, Alessandra Pedro (2016) entende ser possível afirmar que Rocha Pombo faz escolhas semelhantes às de autores como João Ribeiro, José Veríssimo e Capistrano de Abreu. Além disso, adota os mesmos eixos temáticos bastante comuns ao período, muitos deles já indicados por Von Martius em seu texto intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”, de 1845:

a importância de se observar as três raças e suas particularidades físicas e morais; a adoção da ideia de superioridade e inferioridade de uma raça em relação às outras; a influência e participação das três raças no desenvolvimento e construção da nação (aqui das nações americanas); os projetos de nação – o que Rocha Pombo estende para um projeto de América forte e unida (PEDRO, A., 2016, p. 87). Além disso, a autora chama atenção para o contexto geral da escrita:

Lembremos que o compêndio foi escrito em um período em que a história da América não se apresentava como um tema para a grande produção nacional e ao mesmo tempo, com o advento da república e a busca por enquadrar o Brasil no seio dos países americanos e republicanos, fazia-se uma exigência na produção escrita e histórica nacional. Tratava-se de um período em que a própria escrita da história do Brasil estava em discussão e em processo de solidificação dentro dos espaços intelectuais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Inserido nesse universo, Rocha Pombo buscou entre autores estrangeiros e poucos nacionais as informações necessárias para a composição de seu compêndio, construindo sua obra por meio da leitura, principalmente de franceses e hispânicos e de alguns ingleses e alemães (PEDRO, 2016, p. 85)

Em linhas gerais, o livro apresenta os grandes períodos da história da América, tendo como pano de fundo a fusão de brancos, negros e índios. Embora apresente índios e negros como sendo vítimas da violência e ganância dos europeus, o ideal civilizador está sempre presente na argumentação e muitas são as concessões feitas pelo historiador em nome do alegado progresso e desenvolvimento dos povos americanos.

No caso dos trabalhadores escravizados, migrantes forçados da África, a questão atinge contornos extremos. Argumentos justificadores do tráfico abundam nas páginas, sendo a existência de trabalho escravo no interior das sociedades africanas apontada como um dos atenuantes da escravidão transatlântica. Rocha Pombo chega ao extremo de praticamente afirmar que a instituição da escravidão contribuiu para a civilização dos sujeitos oriundos da África, migrantes compulsórios que eram. Assim, embora se esforce por dizer que a escravidão foi um crime hediondo, o autor acaba por reproduzir a narrativa racista em voga no período em que escreve¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Cito, como exemplo do que foi acima argumentado, a seguinte passagem do *Compêndio* no qual o autor se refere aos trabalhadores escravizados e à condição à qual foram submetidos: “Este elemento étnico, *já de si inferior*, entrava, portanto, na sociedade americana pela porta da escravidão [...]. Em pouco mais de três séculos, o tráfico cessou, e logo, com o concurso de muitos daqueles próprios a quem aproveitara imediatamente, fora a instituição abolida. E o que se viu de pronto é que os

Dessa forma, apesar de ser fruto de um processo doloroso, o estabelecimento das três raças na América deveria ser motivo de orgulho, visto que dava ao mundo o exemplo de possibilidade de harmonia e capacidade de convivência de elementos tão diferentes e desiguais. As diferenças econômicas, culturais e étnicas são apagadas para ceder espaço ao argumento que o autor defende: os povos da América vivem em paz interna e, por isso, são um exemplo para o mundo. Dessa forma:

A América de Rocha Pombo é composta pelo esquecimento, pelo apagamento dos elementos indígena e negro, se não enquanto partes integrantes da formação das nações americanas, como agentes históricos. Sua presença e sua história aqui constituída é feita a partir do branco, o elemento civilizador – mesmo que em sua grande maioria fosse composto pela escória europeia. Sua obra cria uma leitura da América como um local em que os elementos podem esquecer os males que lhes foram infligidos e formar sociedades em que o preconceito poderia ser apagado – exceto os Estados Unidos onde o racismo e o apartamento entre as raças eram bastante evidentes – criando uma relação harmônica entre as raças. (ALESSANDRA PEDRO, 2016, p. 107)

Neste ponto, o autor do compêndio e Manuel Bomfim divergem profundamente. A contrariedade de Bomfim foi expressa em seu parecer, no qual recomendou a supressão do trecho em que o autor parece justificar a escravidão¹⁴⁹. Estranhamente, apesar da recomendação

sofrimentos foram esquecidos: entre pretos e brancos (se fizermos alguma restrição quanto aos Estados Unidos do Norte) não ficaram preconceitos, nem contra os antigos senhores guardaram os libertos o mínimo ressentimento [...]. O processo foi doloroso, mas foi eficaz. O que hoje todos sentimos, nós os americanos, é quase uma espécie de desvanecimento: o nosso espírito como que se acha extasiado ante esse grande espetáculo que o hemisfério novo deu ao antigo mundo, de verdadeira pacificação histórica, de conagração de raças tão diversas, apercebidas de que o fundo de sua alma revive uma fraternidade primitiva que as idades, os climas, as vicissitudes seculares não puderam matar. Tem-se mesmo um desejo sacrílego de bem dizer as escravidão, se é verdade que a escravidão foi aqui o único meio de resgatar, num instante, a irmandade perdida nos seus transviamentos por um vasto continente inóspito, desolada num mundo, onde não poderia evoluir entregue aos esforços seus exclusivos. É então que refletimos de mais alto sobre o estranho fenômeno, e compreendemos como enquanto na África ainda o negro é selvagem, ou errante nos areais, degradado, mil vezes miserável na liberdade, a descendência do antigo escravo na América sente igual e quantas vezes superior às raças escravizadoras.” (ROCHA POMBO, 1925, p. 108-109, grifos meus)

¹⁴⁹ Nas palavras do autor: “[...] Proponho que deste último capítulo, se eliminem ou se modifiquem os parágrafos em que, tratando do tráfico africano e da escravidão dos negros, o autor pretende justificar o monstruoso crime dos colonos europeus. A escravidão, como a criaram na América, não se justifica de forma alguma, ela mal se explica como um produto do mais abjeto e grosseiro dos egoísmos. Nada tem em comum com a servidão a que eram forçados os antigos vencidos. Esta representa um passo na escala do progresso social, preparando a organização do trabalho, iniciando a indústria, criando a riqueza, aquela, a escravidão dos negros, foi uma retrogradação, foi mais do que isso: foi uma perversão dos sentimentos, um ataque à ordem social, produzindo o abastardamento das classes produtoras, envilecendo o trabalho, pervertendo os instintos morais, gerando dificuldades sociais e econômicas, que muito nos custarão a resolver. Pouco importa, na África, não fossem livres os

do parecerista, o livro foi distribuído para as professoras em formação com a manutenção das ideias originalmente expressas a respeito da temática da escravidão. A segunda edição, de 1925, é, inclusive, publicada sem o parecer, o que significa que não traz o contraponto em seu prefácio. Sendo assim, ao mesmo tempo em que condena a ação do colonizador na América e seus efeitos no presente, o autor corrobora posições racialistas a respeito da composição das sociedades americanas.

Em linhas gerais, o texto do *Compêndio* caracteriza-se por trazer um forte apelo por uma América cujo povo deveria ser unido fraternamente e em que o amor e orgulho pan-americano devessem prevalecer e ultrapassar as fronteiras políticas das nações individuais (PEDRO, A., 2016). Este sentimento de pertencimento ao continente americano inclinava-se a atribuir liderança a uma nação específica da América sobre as demais. Desse modo, os Estados Unidos, apesar dos conflitos raciais, aparecem como a grande República do Norte, sempre citada como exemplo de vanguardismo, por seu espírito de modernidade e sua disposição para a luta contra o imperialismo europeu. Segundo Rocha Pombo:

A República dos Estados Unidos do Norte está colocada hoje no mundo entre as potências de primeira ordem, e na política do continente, representa o papel preponderante; e isso com o consenso, para não dizer com o orgulho das outras nacionalidades da América, pois que até hoje o glorioso povo do Norte tem sabido ser, no concerto internacional, a encarnação do princípio americano. (ROCHA POMBO, 1925, p. 333)

Sendo assim, seguir o exemplo estadunidense seria, para o autor, traçar o caminho da evolução. É o desejo de superar a situação do diagnosticado atraso, evidenciado pela cronologia moderna e pela história universal, que parece manifestar-se aqui. Neste ponto, a atenção a outro livro de Rocha Pombo pode auxiliar na compreensão de sua posição.

Ao analisar o texto “A concepção Moderna da História”, que serviu de prefácio à coleção de *História do Brasil, Ilustrada* (publicada entre 1905 e 1917), Piero Detoni (2015) indica que o rastreamento das linhas mestras da experiência brasileira caracterizou a noção moderna de história para Rocha Pombo. Segundo o autor, a escrita de Rocha Pombo é marcada pela preocupação com a da cientificidade da história, de modo que buscava “ordenar a

negros; pouco importa que, lá, a situação deles não fosse melhor que aqui: se eles passando a ser nossos escravos não pioravam de condição social, nós, passando a senhores de escravos, piorávamos de sorte, porque retrogradávamos, porque pervertíamos moral e socialmente.” (BOMFIM, M., 1900, p. XXV)

experiência brasileira tomando uma noção de cientificidade que engendraria, narrativamente, os fatos históricos no transcurso temporal” (DETONI, 2015, p. 173). Dessa forma:

Uma ciência da história ater-se-ia, para se apregoar como tal, ao grande problema de ordem existencial, e epistemológico, que afligia aqueles homens: o progresso humano. A harmonia entre a evolução das nações e o progresso do concerto geral dos povos estabeleceria uma humanidade ideal num futuro em aberto, no “qual todas as pátrias se [fundiriam], todas as raças se [incorporariam] e até todos os homens [viveriam] por tudo que tiveram de mais excelente, de mais espiritual, de mais inamissível. (ROCHA POMBO, 1905: VIII). (DETONI, 2015, p. 175)

No entender de Detoni, havia uma sensação de que o futuro estava em aberto e caberia aos historiadores a sofisticação dos seus métodos de análise para apreensão das leis que dirigiam esse movimento. A história, cientificamente embasada e contornando o acaso e a desordem dos eventos, destacaria “as grandes synteses, a direção dos acontecimentos, sem dar aos incidentes mais que o valor que elles [tinham] como partes do mesmo todo” (ROCHA POMBO, 1905: XVI).

Assim, Rocha Pombo, bem como outros autores do período, legitimava as suas práticas por meio dos parâmetros de ciência esperados e aceitos. O progresso científico – que, no caso da história, dependeria da coadunação entre erudição prévia, análise e generalização especulativa –, aliado ao desejo de intervenção nos domínios das leis do devir, trazia consigo o sentimento de que a síntese somente se efetivaria mais adiante, interessaria ao historiador do futuro, e, na pior das hipóteses, era considerada inatingível (DETONI, 2015, p. 178). Dessa forma, Detoni entende que, na coleção publicada entre 1905 e 1917, Rocha Pombo falhou em atingir tal síntese, especialmente por não ter sido capaz de extrapolar o significado dos acontecimentos narrados, atribuindo-lhes valor no presente, a fim de articular um projeto de futuro.

Não interessa a esta tese o inteiro teor do livro em questão, mas sim a reflexão introduzida pelo analista. Diferentemente da postura assumida no livro examinado por Detoni, há, em diversos trechos da escrita do *Compêndio*, a tentativa de extrapolar os acontecimentos e apontar o significado deles, tanto que nem sempre as liberdades interpretativas do autor agradaram seus pares. O desejo de, a partir de sua escrita, contribuir para a união dos países da América Latina e do Norte sob a bandeira do pan-americanismo está latente em toda a obra. E esta não parece ser a tônica apenas em Rocha Pombo. Em Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, Arthur Orlando e Rodrigo Octávio, para citarmos alguns dos sócios do IHGB, a despeito de

suas divergências em relação aos rumos do pan-americanismo, há uma constante busca de sentido para o passado brasileiro. Este sentido, neste momento, parece ser o de pertencimento ao continente americano. Assim, uma vez comprovado tal pertencimento pela via da investigação histórica, a adesão aos princípios pan-americanos se apresentava como coerente com a longa duração da história nacional. O reconhecimento da inserção da pátria em uma relação continental, por sua vez, não significava renunciar à centralidade da nação, fundamental na cultura histórica republicana.

Defender o pan-americanismo, seja sob a liderança dos EUA, seja disputando o seu sentido, buscando torná-lo um instrumento de defesa continental multilateral, era uma forma de ser moderno em fins do século dezenove e nas primeiras décadas do século XX. Defender a união e a solidariedade continental era percorrer o caminho do progresso. Para uns, o progresso deveria ser liderado pelos EUA, já que viam o país como mais adiantado na trajetória evolutiva, como um farol para guiar as “repúblicas irmãs” mais atrasadas. Outros, ao desconfiar dos propósitos exclusivistas desta liderança, pensavam que os países da América deveriam ter participação mais simétrica na união.

Nesse sentido, a parte final do livro é de grande interesse para esta seção. Intitulada “Prognóstico dos destinos do Novo Mundo”, é um espaço no qual o autor reafirma suas convicções de solidariedade entre os povos da América a partir da síntese que faz de seus argumentos no livro. Basicamente, retoma a denúncia dos abusos de toda ordem que foram cometidos no Novo Mundo pelos conquistadores europeus, visto que “Nunca, em país algum, se oprimiu mais a criatura humana, nunca se matou mais desenvoltamente do que na América, dos princípios do século XVI aos princípios do século XIX.” (ROCHA POMBO, 1925, p.403). Toda a história do continente estaria marcada pela luta titânica entre a tirania que se tentava implementar e a firmeza “heroica e insubmissa” com que o espírito novo protestou sempre contra a violência e tirania. A partir destas constatações, o historiador ensaia seu prognóstico:

O que tem retardado, portanto, na civilização da América Latina, o advento da fase industrial, é esse conjunto de males do regime antigo do ocidente europeu, males pra aqui canalizados durante os trezentos anos de domínio das metrópoles, e que podemos reduzir a duas ordens: I – as preocupações quase exclusivas da política interna esterilizando a até pervertendo as melhores aptidões dos indivíduos e dos povos; e II – as contingências da política internacional, obrigando as nações americanas a prevenir-se contra as grandes potências do Velho Mundo. Essas duas mesmas ordens de males, entretanto, é que hão de determinar afinal a orientação histórica da sociedade americana: de uma, lograrão os povos a mais completa liberdade política na democracia, e como conquista definitiva de consciência; de outra, há de sair o espírito de união e de solidariedade dos povos do continente para a atitude que eles têm

de manter na nova fase da política internacional, que se anuncia tão cheia de complicações e de problemas cada qual mais grave. Quanto é dado inferir, desses dois fatores que se preparam – o sentimento da liberdade política que fará nações prósperas e grandes, e – *o ideal americano que fará nações amigas e unidas*; e concorrendo com esses dois fatores o espírito de proselitismo, o sentimento de justiça e de amor para fraternizar com os povos da terra; *a América vai ser a sede definitiva da civilização que vem, na qual o vasto patrimônio espiritual da família humana se refundirá sob a dupla influência do gênio do Ocidente, irrequieto e fervido, e do antigo gênio oriental, contemplativo, misterioso e amplo como a própria história. TERRA DA MEDIAÇÃO há de ser, pois, esta América formosa e ingente, para conciliar os dois mundos que há 50 séculos vêm empenhados na luta tremenda.* (ROCHA POMBO, 1925, p.407-408, grifos meus)

Para concluir a análise do *Compêndio*, é importante dedicarmos algumas linhas ao prefácio da edição de 1925, único acréscimo feito ao livro, o qual dialoga diretamente com a seção do prognóstico acima citado. Nele, Rocha Pombo avalia as mudanças operadas no convívio continental desde o ano da primeira edição, isto é, de 1900. O espírito de fraternidade e o sentimento de união teriam se fortalecido de forma admirável. Para o autor, existia um desejo comum de conhecimento mais íntimo entre os países da América. A força disso seria uma solidariedade moral alojada “em nosso coração”. Declara, novamente, sua grande simpatia aos “países irmãos”, chegando a afirmar que não houve, nos anos que separaram as duas edições, nem o mais ligeiro estremecimento nas relações americanas. Assim: “Tem-se mesmo a impressão de que entre todas as nações americanas há um como concerto de família; e de que a nossa América vai com efeito no seu largo caminho aberto para o futuro.” (ROCHA POMBO, 1925, p. VII)

Como é possível perceber, na narrativa de Rocha Pombo, o ensino da história teria papel expressivo na construção de uma América forte e unida. O autor escreve em um período no qual o conhecimento histórico é fortemente marcado por uma profunda pretensão político-pedagógica, marcada por inúmeras tensões e contradições¹⁵⁰: por um lado, há uma percepção bastante crítica acerca da chegada dos europeus na América – o uso da expressão *invasão* é sintomático disso. Por outro lado, há um esforço evidente de justificação da escravidão transatlântica.

Além da presença destas ambiguidades, a história escolar de Rocha Pombo caracteriza-se, muitas vezes, pela atenuação do conflito; tal atitude pode entendida como um movimento

¹⁵⁰ Agradeço à professora Ângela de Castro Gomes por sua observação no que diz respeito às pretensões político-pedagógicas da História no período em questão.

necessário para promover o que o autor considerava a harmonia social no presente. Assim, é necessário destacar que sob o discurso da solidariedade e da união, que embasa o americanismo à moda de Rocha Pombo, subjaz o recalque dos conflitos, especialmente no âmbito doméstico. Há uma espécie de esforço de sufocamento da divergência e violência internas do Brasil, em nome de uma causa maior, que seria o protagonismo que a América como um todo poderia assumir frente ao mundo, fornecendo lições de união na (e apesar da) diversidade. Está em curso um processo de disputas narrativas sobre o passado, tendo em vista os interesses políticos do presente. Na subseção abaixo, veremos que Rocha Pombo não era um agente solitário deste movimento.

4.3 O Pan-americanismo de Arthur Orlando

Para todo filho do Novo Mundo o pan-americanismo é dentre os problemas político-sociais aquele que de preferência deve preocupar-lhe o espirito. (ORLANDO, 1906, p.3)

Artur Orlando, jurista e ensaísta, nasceu no Recife, em 22 de junho de 1858, e faleceu na mesma cidade, em 27 de março de 1916. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1881. Durante os anos de 1889 a 1892, foi Inspetor Geral da Instrução Pública de Pernambuco. Foi também senador e deputado federal por Pernambuco, em mais de uma legislatura¹⁵¹. Seus primeiros livros aproximam-se das ideias que se formaram em torno da chamada Escola de Recife, tendo como modelo Tobias Barreto. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1906, como membro correspondente¹⁵². Em 1907, tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras. Ali, o discurso de recepção foi pronunciado por Manuel de Oliveira Lima,¹⁵³ o qual apadrinhou sua candidatura. Tal afirmação é possível a partir da leitura da correspondência passiva de Oliveira Lima – o qual, inclusive, escreveu para Afonso Celso, sócio da ABL e do IHGB, pedindo o voto para Orlando¹⁵⁴.

¹⁵¹ GASPAR, Lúcia. *Arthur Orlando. Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 09/01/2017.

¹⁵² O nome de Arthur Orlando foi proposto para sócio correspondente na 4ª sessão ordinária, em 16 de abril de 1906. Ver: RIHGB, tomo LXIX, parte II, 1908, p. 360.

¹⁵³ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/artur-orlando/discurso-de-recepcao>. Último acesso em 09/01/2017.

¹⁵⁴ A correspondência mencionada data de 05 de dezembro de 1906. A resposta é negativa, pois Celso alega que já havia prometido voto para outro candidato. O acesso a esta e outras cartas foi possível

Entre os livros por Orlando publicados, encontra-se o estudo intitulado “Pan-americanismo”, de 1906. Este livro é uma importante fonte para avançarmos em nossa compreensão acerca das diferentes formas de encarar a questão pan-americana no Brasil do início do século XX, especialmente entre os autores vinculados ao IHGB. No livro de Oliveira Lima, de 1907, já mencionado na introdução deste texto, há um diálogo permanente com o livro de Arthur Orlando. Inicialmente, a obra será analisada a partir das considerações de Oliveira Lima – no discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras e no seu estudo sobre o pan-americanismo – e, posteriormente, em seu teor específico.

Oliveira Lima iniciou seu discurso na Academia Brasileira de Letras afirmando que as relações entre ele e Arthur Orlando datavam de mais de vinte anos, identificando na figura do autor um dos principais membros da Escola de Recife, “esta empresa de renovação mental do Brasil”. Grande parte da fala procura ressaltar os talentos do conterrâneo, mas é o final que aqui nos interessa. Classificando os diferentes tipos de textos escritos por Arthur Orlando, Oliveira Lima faz uma divisão entre “artigos partidários” e “ensaios de crítica filosófica”, ressaltando a grandeza destes e diminuindo a repercussão dos primeiros. Neste momento, aproveita para criticar as posições expressas no livro “Pan-americanismo”:

A tendência tem as suas vantagens e suas desvantagens. Os astros contemplam-se do alto dos terraços dos observatórios, mas o formigueiro humano melhor se surpreende misturando-nos com ele, entrando na fileira, acotovelando nossos semelhantes. Vistos dos cumes da Filosofia ou dentre as nuvens da fantasia, os maiores de nós parecerão insetos; admirados muito de baixo, as asas abertas da águia assumem na imaginação proporções colossais. Foi deste modo, erguendo-vos até os ideais e distanciando-vos dos personagens, *que acalentastes, vós também, a ilusão do pan-americanismo no*

através de pesquisa na correspondência pessoal de Oliveira Lima realizada na Oliveira Lima Library. Lá foram localizadas trinta e quatro cartas cujo remetente era Arthur Orlando. Os temas recorrentes ali tratados eram trocas de livros, convites para a publicação de textos de Lima em jornal dirigido por Orlando e busca de apoios em eleições da Academia Brasileira de Letras. Também chama a atenção o fato de que Orlando critica bastante o Barão do Rio Branco, com quem Lima teve diversos conflitos. É inclusive por meio de carta que Orlando convida Oliveira Lima para fazer o discurso de recepção, caso fosse eleito: “Meu querido Oliveira Lima. Diga a D. Flora que em todo processo de eleição há dois momentos: o primeiro pertence ao elemento feminino. Quando se é apadrinhado por este, não há adversário que se não suma por encanto. Complete V. [sic] a tarefa exorcista: se eu for eleito, faça o discurso de recepção, exconjurando os maus espíritos, os demônios. Antes de me chegar às mãos sua carta, recebi uma de Paulo Barreto, pedindo-me o voto para a vaga do T. de Melo. Respondi imediatamente: não sou membro da Academia Brasileira de Letras; se o fosse, lhe daria com muito prazer meu voto. Depois desta resposta, mesmo que seja eleito e tome posse da cadeira, estou impossibilitado de dar meu voto a outro qualquer candidato que não Paulo Barreto (...), mesmo que seja Virgílio Varzea, apadrinhado por José Veríssimo, a quem consagro carinhoso afeto. Explique a ele o que se passa e lhe diga que se eu for eleito, passada a eleição de Teixeira de Melo, o meu voto é dele, José Veríssimo, para o Virgílio Várzea (...).” (ORLANDO, Arthur. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [S.I.]. 09 de maio de 1907. Carta.)

seu avatar neomonroísta. E o mais recente dos vossos trabalhos data de dois anos quando muito, mas tão depressa correm os sucessos e se transformam as sociedades hoje em dia, que a concepção ali idealizada já tem que ser alterada pelo efeito das circunstâncias positivas. Querendo fazer uma obra de filosofia social e de jurisprudência americana, não contastes assaz com a relatividade política e daí o livro elaborado, que traduz, como todos os seus predecessores, a superioridade da vossa visão e reflete o altruísmo dos vossos pensamentos, mas não registra suficientemente a influência das correntes dominantes do egoísmo, patente nas nações como entre os indivíduos, mais feroz até naquelas porque dispõe de meios mais abundantes e mais eficazes de se manifestar.” (LIMA, O., 1907, s/p, grifos meus)

A crítica expressa no discurso de recepção sintetiza bem o diálogo que o diplomata-historiador estabelece, em seus ensaios publicados em 1907, com o livro de Arthur Orlando. A principal marca da interpretação de Oliveira Lima sobre o pan-americanismo, neste momento, é a de que ele serviria, se não fosse complementado pelas reivindicações dos países latino-americanos, exclusivamente de instrumento de dominação estadunidense na América Latina. Não é por acaso que opta por associar a palavra-chave pan-americanismo à noção de *neomonroísmo*, evidenciando, pela relação de sinonímia, as camadas temporais nem sempre explícitas do pan-americanismo: sua vinculação às formulações de Monroe, da primeira metade do século XIX, que vinham justificando a interferência dos Estados Unidos em diversos países latino-americanos. Eram as permanências do projeto monroísta no pan-americanismo que Oliveira Lima denunciava. Ele fala claramente em imperialismo americano¹⁵⁵. Suas críticas a Orlando, portanto, centram-se no fato de que, em sua leitura, há, no texto do autor, uma percepção ingênua a respeito das possibilidades implícitas no pan-americanismo. Em suas palavras:

¹⁵⁵ Segundo O. Lima: “O generoso pensador que é o Sr. Arthur Orlando imagina que o fito do sistema pan-americano ‘é, impedindo os abusos da plutocracia por parte dos indivíduos e dos governos, tomar uma realidade o ideal de um direito econômico ou de uma economia jurídica entre os povos do Novo Mundo, conglobá-los em uma vasta confederação de Estados autônomos e independentes com o fim de subordinar à ideia e sentimento do Justo, as normas do Direito, as relações e interesses econômicos.’ Seria uma tarefa sem dúvida formosíssima, mas é um ideal demasiado levantado para ser possível quando se acha tão pouco de acordo com a atual organização econômica do fator preponderante do sistema. [...] *Por enquanto, não há que nos fazermos ilusões, o período que atravessamos é de imperialismo*, portanto de ameaça latente, e a indiferença singular com que, não obstante o tempero da viagem circular do secretário Root, empreendida, no dizer do Harper’s Weekly, para evitar a Doutrina de Drago, foi acompanhada nos Estados Unidos a obra da conferência pan-americana, só traduz, além de mais importantes preocupações internacionais, o pouco caso que lhe merece a América Latina com suas agitações, sejam políticas, sejam intelectuais.” (LIMA, 1907, p. 163-164, grifos meus)

Para o sr. Arthur Orlando significa o pan-americanismo “A articulação das três Américas em uma vasta federação ou comunhão internacional de interesses políticos, econômicos e morais, com o fim de garantir à civilização futura seu pleno desenvolvimento, levar a expansão simultânea da economia e da justiça ao coração do mundo inteiro.” Bela e levantada concepção esta, mas que só poderá aspirar a ser uma expressão dotada de realidade e vir a perder toda a acepção ameaçadora e perigosa, que atualmente ainda conserva, quando deixar de ter uma base egoísta; quando a famosa doutrina de Monroe passar, como é de direito, de apanágio de uma só nação para o domínio comum do continente que diz proteger; quando, portanto, pertencer o monroísmo ao patriotismo de todas as nações americanas e não mais for, na sua edição corrente, uma arma única de ascendência dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que uma fortaleza erigida contra a intervenção europeia que, sob color de manter o equilíbrio de poderes no Novo Mundo, poderia querer limitar a marcha ovante da grande República cujo prestígio se estende sobre todo ele. (LIMA, 1907, p. 155)

Apesar destas reservas, Oliveira Lima adere a algumas das proposições de Orlando, tais como a necessidade de codificação do direito internacional americano (o que levaria ao que o diplomata-historiador chama de *latinização da doutrina Monroe* – LIMA, 1907, p. 153) e de uma educação internacional pan-americana, para que houvesse um conhecimento mútuo entre os países que vinham se aproximando e se unindo. O autor argumenta, então, sobre a necessidade de fomento de uma *consciência americana*. O teor desta consciência, aliás, varia bastante conforme o propositor. Uns exaltam a solidariedade e semelhança geral, outros querem ressaltar as diferenças nas relações de poder. Oliveira Lima, neste momento, parece querer focalizar as diferenças entre os interesses dos Estados Unidos e dos demais países da América:

Os Estados Unidos, repetem os seus admiradores incondicionais, sinceros ou calculistas, representam na escala da civilização o ponto máximo até hoje alcançado, e formam na geografia política do mundo uma zona neutra de progresso e paz. O espetáculo militar e naval, entretanto, ali vai atingindo proporções bem parecidas com o oferecido pela velha Europa, onde os ciúmes e os rancores de nação para nação justificam um estado de paz armada que na América não explica a desigualdade dos fatores. Dizem que é para prevenir quaisquer eventualidades, como a defesa continental contra as ambições germânicas, que o presidente Roosevelt não cessa de preconizar o argumento sobretudo da esquadra, e que os mares se estão coalhando de navios de guerra ostentando o pavilhão americano. *É força ter presente que a doutrina de Monroe só veda conquistas na América aos europeus, não as veda aos americanos do Norte, pelo menos enquanto for exclusiva a doutrina; e se esses na própria Europa, e agora até no Estado Livre do Congo, estão a cada passo intervindo como agentes, porque deixariam na América Latina de exercer a função tutelar que se reservaram? [...].* O ‘destino manifesto’ tem que se cumprir e a fé em tal destino é um traço capital da alma americana, que

alguns temperamentos religiosos da raça latina partilham, com o entusiasmo transbordante do seu feitio mais expansivo e com a exaltação que provem de uma crença voluntariamente abraçada. Esses veem o futuro pelo prisma do seu otimismo, como outros o enxergam na miragem do seu desejo. (LIMA, 1907, p. 161-163, grifos meus)

Arthur Orlando, por seu turno, escreve, logo no início de seu livro, a frase que serve de epígrafe desta seção. Para ele, a problemática do pan-americanismo era central. Nesta perspectiva, o pan-americanismo seria um problema político-social de incalculável valor para todo estadista ou internacionalista:

Assim nada mais de acordo com a eminente posição, que ocupam, do que a nobre atitude assumida pelos Srs. Joaquim Nabuco e Oliveira Lima – par homérico de nossa diplomacia – o primeiro não ocultando em uma conferência pública sua simpatia à doutrina de Monroe, o segundo defendendo na imprensa a tese Drago, complemento necessário do monroísmo. (ORLANDO, 1906, p.4)

Citando os dois autores fundamentais no debate sobre o pan-americanismo na Primeira República, Orlando concorda com parte das reservas de Oliveira Lima, ao afirmar que a tese Drago era complemento necessário do monroísmo, empregado aqui como sinônimo de pan-americanismo. Apesar desta aparente concordância, para Arthur Orlando o pan-americanismo, em sua gênese, *era latinista*, não podendo por isso ser instrumento para o domínio norte-americano:

Aos Estados Unidos coube interpretar o extraordinário papel do Pacífico no grande drama da civilização. Entretanto, foi um representante da raça latina quem, depois de ter libertado a Colômbia, a Venezuela, o Perú, o Equador e a Bolívia, sonhou a imensa federação de todos os Estados livres do Novo Mundo. *Mas bem se vê que o pan-americanismo teve seu início na concepção pan-latinista do feroso Bolívar*. Assim é que, filho da fusão do gênio latino e do carácter anglo-saxônio, o pan-americanismo perdeu a fôrma exclusivista de dominação pessoal ou coletiva para tomar a feição dupla de expansionismo econômico e jurídico. Mostraremos mais adiante como a realização do ideal pan-americano marcará uma das maiores revoluções operadas no seio da humanidade – a vitória da ideia e sentimento do justo sobre qualquer manifestação de imperialismo particularista ou *communario* [sic]. Esta gloriosa tarefa estava destinada por força das circunstâncias à America, tendo à sua frente os Estados Unidos. De modo que o pan-americanismo no bom sentido da palavra não quer dizer dominação da América do Norte sobre a América do Sul; traduz ideia muito mais nobre e elevada, qual a de articulação das três Américas em uma vasta federação ou comunhão internacional de interesses políticos, econômicos e morais, com o fim de garantir à civilização futura seu pleno desenvolvimento, levar a expansão simultânea da economia

e da justiça ao coração do mundo inteiro. (ORLANDO, 1906, p. 16-17, grifos meus)

Em toda a sua narrativa há um forte tom racista, manifesto no permanente jogo que faz entre a “raça anglo-saxã e a raça latina”. As diferenças entre os povos são pensadas sob a chave da raça e o possível domínio de uma sobre a outra é apontado como uma ameaça central. Nesse sentido, o autor menciona o perigo do *pan-germanismo*, do *pan-eslavismo*, bem como do que chama de “perigo negro e amarelo”. Há também um alerta para o perigo das colônias alemãs no sul do Brasil e do *imperialismo alemão*.

O pan-americanismo seria uma forma de proteção contra todas estas ameaças. Para Artur Orlando, se o Novo Mundo tivesse algum destino a cumprir na história da civilização, o problema do pan-americanismo se impunha ao exame e reflexão de todo americano. A Doutrina Monroe, então, é lida como uma forma de proteção contra o potencial avanço alemão na América. As massas de imigrantes seriam um problema para a economia nacional, uma vez que se congregavam em “blocos inassimiláveis”. Pondera que não mais as raças, línguas ou religiões separavam os homens, mas as nacionalidades. O nacionalismo era, então, um complicador do pan-americanismo. Daí a sua necessária associação com o cosmopolitismo:

Bem diverso do imperialismo anglo-saxônico e do cesarismo espanhol, o pan-americanismo não tem outro fim senão procurar o verdadeiro rumo na resultante das forças opostas do nacionalismo e do cosmopolitismo, a fim de marchar à frente da civilização. Não colimando o pan-americanismo outra coisa senão harmonizar essas duas forças correspondentes às forças de atração e repulsão no mundo cósmico, é que nós, brasileiros, com uma outra origem que os cidadãos dos Estados Unidos e das Repúblicas hispano-americanas, nos sentimos perfeitamente habilitados a influir com toda isenção de ânimo na solução do magno problema social do século vigente. *Parece que paira nas regiões do Novo Mundo alguma coisa de inédito na história, a que se poderia dar o nome de consciência americana; mas esta consciência coletiva, ao mesmo tempo una e múltipla, não impede que os Estados de origem espanhola e inglesa conservem seu caráter próprio, seu cunho especial de acordo com seus usos, costumes e tradições.* (ORLANDO, 1906, p. 63, grifos meus)

Assim, uma novidade histórica surgia na América: a consciência americana. Cada nação teria consciência de suas particularidades, mas, ainda assim, poderia comungar com a coletividade de nações do continente americano, de modo que pudesse se proteger das ameaças externas. Há um forte apelo para que a América concretize esta sua *missão histórica*:

O pan-americanismo é uma obra de fraternização entre o pan-latinismo e o pan-saxonismo, despertando entre todos os povos da América a ideia e o sentimento de um destino comum. Tal é a espontânea, a instintiva missão do pan-americanismo, e tal é a grande questão que a Doutrina de Monroe, completada pela tese de Drago, se propõe a resolver. [...] A Europa realizou sua tarefa, cumpriu seu destino de porta-bandeira da civilização; resta-lhe agora a função de ganhar tempo, para que a América realize sua missão histórica. (ORLANDO, 1906, p. 64-65)

Segundo o autor, a civilização avançava para o que chama de *Direito econômico ou Economia jurídica*, e para conseguir este resultado a América procurava internacionalizar suas relações e interesses econômicos. Além disso, o pan-americanismo procurava realizar na esfera econômica o que o cristianismo realizou na esfera religiosa. Mas, para que isso acontecesse e a América cumprisse com sua missão de *povo eleito*, era necessário remediar o mal e o perigo que a ameaçava. O mal era uma questão interna: a luta de classes, a discórdia interna e a guerra econômica. O perigo era a ameaça externa de invasão por raças numericamente superiores e culturalmente diferentes. O autor avança em relação ao perigo externo, pouco aprofundando sobre o mal interno.

Há uma grande semelhança entre a argumentação de Arthur Orlando com a de Rocha Pombo neste ponto da narrativa. Tanto neste quanto naquele, o conflito doméstico, se não é limado da narrativa, é apontado como um grande mal. Mas o mal é o conflito, e não as causas dele. A solução para este mal parece ser a naturalização do profundo domínio de uns sobre outros, e não a busca por remediar os efeitos do domínio. A história é, em muitos momentos, higienizada, e a violência inerente ao conflito é recalcada. O foco, afinal, são as relações exteriores.

Neste ponto da argumentação, a questão ganha contornos de ocidente *versus* oriente, onde a América é a herdeira do Ocidente e o lugar da *futura civilização*, e o Oriente (Japão, China, Turquia, Índia¹⁵⁶) é apresentado como a *nova barbárie*. O tom racista sobe:

Que fazer em defesa da futura civilização contra a nova barbárie? A religião por si só seria insuficiente: a Cristo oporiam Confúcio ou Maomet. Da mesma sorte a educação, que opera prodígios, é impotente para transformar o cérebro escuro de um bárbaro na cabeça luminosa de um civilizado. (ORLANDO, 1906, p. 67).

¹⁵⁶ “Nada autoriza a supor que a Índia esteja eternamente disposta a suportar a dominação benéfica da Inglaterra.” (ORLANDO, 1906, p. 66)

O pan-americanismo seria a saída para resistir a tantas ameaças. Para tanto, deveria haver um *programa pan-americano*. No primeiro plano de tal programa deveria estar “a mais importante de todas as questões” (ORLANDO, 1906, p. 89): a do ensino. Mas como organizar esta educação pan-americana? Segundo o autor, ela deveria compreender:

1º O ensino da Geografia com a amplitude, que lhe dá Domolins, porque o solo, o subsolo, o ar, os produtos vegetais e animais constituem o meio físico, em que se desenvolve toda sociedade humana.

2º O ensino da História das Ciências, Letras, Artes, Indústrias, Religiões, em uma palavras, do que Sílvia Romero chama as <<Criações fundamentais da humanidade >>. Discriminar as <<Criações fundamentais da humanidade >> e em seguida determinar as ações e reações, que esses fenômenos exercem uns sobre os outros, constitui o mais poderoso instrumento de investigação e descoberta do mundo social.

3º O ensino da <<Etnologia>> ou Socio-psicologia dos povos, cujo conhecimento é indispensável para solução do problema da colonização, ou melhor, da importante questão da adaptabilidade ou inadaptabilidade de certas raças a condições especiais do continente americano. Os povos do Novo Mundo são interessados em que as migrações para ele se operem de modo que não venham a prejudicar o desenvolvimento gradual e progressivo das nacionalidades.

4º O ensino da Ciência Econômica. Hoje ninguém ignora a importância capital do fator econômico na solução dos problemas sociais [...].

5º O ensino do <<Direito comparado>>, principalmente em relação à família e à propriedade.

6º O ensino da <<História do direito>>.

7º O Ensino do direito internacional privado e público, em complemento ao ensino do <<Direito comparado>>.

8º O ensino da <<Política jurídica>>, saber indispensável aos letrados, diplomatas e estadistas, em uma palavra, a todos os cultores do direito. (ORLANDO, 1906, p. 96)

Tal educação pan-americana seria completada por meio de conferências, exposições e viagens internacionais. Como vemos, o ensino da história figura entre os oito pontos fundamentais para o programa da educação pan-americana apresentado pelo autor. Novamente, podemos traçar um paralelo entre os argumentos de Arthur Orlando e de Rocha Pombo, para quem o ensino de história seria fundamental para a promoção do *sentimento de união* e do *espírito de fraternidade*. Estas parecem ser as expressões correlatas à noção de *consciência americana*, utilizada pelos autores estudados. O ensino da história estaria, então, na base da formação da necessária consciência americana. A tarefa da história já não era apenas formar cidadãos brasileiros, mas também a de forjar os cidadãos pan-americanos. Este movimento

argumentativo observável nos textos aqui analisados coloca em evidência, para o período em questão, as relações entre o saber erudito da história e seu valor pedagógico e pragmático, já apontados por Ângela de Castro Gomes (2009):

A história, no entendimento de seus praticantes, diferentemente de outras ciências sociais, possuía uma evidente ‘missão’, fundada em sua capacidade de conhecer o ‘passado comum’ de uma nação e, assim, despertar o amor à pátria de seus cidadãos. Quer dizer, a história, como disciplina ‘moderna’, afirmava, exatamente pelo tipo de concepção que então se construía e solidificava sobre sua identidade, uma feição que era, ao mesmo tempo, erudita/científica e ensinável/pragmática, indissociavelmente. (GOMES, 2009, p.10)

Além do amor à pátria, a missão da história passava a ser, também, a de tornar consciente o pertencimento do Brasil à América – sendo que a parte a ser admirada seria, como pudemos ler nos argumentos da maioria dos autores até aqui estudados, a América do Norte. É importante ressaltar que este esforço não é, de forma alguma, sobreposto ao discurso nacionalista. O IHGB continuava sendo o guardião da história pátria. A nação, contudo, passa a ser pensada em um contexto mais amplo.

Conforme dito acima, o autor não se detém na análise das questões internas do Brasil, mas nas poucas vezes em que o faz, no final do livro, dedica várias páginas para abordar a questão da escravidão e do atraso que ela representou. Menciona também a importância da República para que o país pudesse se ver em seu contexto americano:

A proclamação da República veio arrancar o Brasil do isolamento, em que vivia ilhado, e tornar possível sua incorporação ao organismo pan-americano destinado a realizar a grandiosa reforma, que importará um novo dia para a humanidade com a vitória da justiça e da civilização sobre a barbárie e a iniquidade. (ORLANDO, 1906, p. 185)

A República foi parte necessária do percurso rumo à civilização porque abriu a possibilidade de incorporação do Brasil ao organismo pan-americano, que por sua vez era a chave para o progresso. No final desta escalada civilizacional, a república norte-americana acenava, aguardando pelas irmãs menores. Esta percepção aparece na conclusão do livro, onde o autor afirma que a “raça latina” era composta por indivíduos sem iniciativa e que, para superar seu atraso, deveria ser exposta à influência norte-americana:

É preciso, portanto, submeter a raça latina ao contágio das instituições e da educação do povo particularista por excelência – Os Estados Unidos – o povo de vida intensa, o povo de máxima energia individual, o povo que levou a aptidão ao progresso e o sentimento da dignidade humana ao mais alto grau de desenvolvimento, o povo do *Self-Help*, do *Self-Control*, do *Self-Restraint*, o povo do futuro. (ORLANDO, 1906, p. 220)

A concepção de Rocha Pombo e Arthur Orlando sobre as relações entre o Brasil e os demais países da América não difere muito. A promoção destas relações é uma questão essencial. Sua efetivação é indicadora de progresso, e a liderança deve ser assumida pelo país mais evoluído. No ano de 1907, ao que tudo indica, o *outsider* em relação a este ponto era Oliveira Lima. Foi ele quem questionou os possíveis interesses norte-americanos nesta liderança. Isso quando nos detemos ao contexto das duas primeiras décadas da República, como foi o caso dos textos analisados nesta seção. Nas linhas a seguir veremos que a voz dissonante de Lima passa por uma significativa reorientação, no sentido de uma maior aceitação do ideário pan-americanista. Vejamos a seguir quais fatores estiveram associados à reconfiguração de suas posições.

4.4 Oliveira Lima e o repensar sobre os Estados Unidos e suas relações com a América Latina

Para compreendermos a complexidade dos posicionamentos de Oliveira Lima e também as transformações de algumas de suas opiniões ao longo de sua vida, é de grande valia o estudo desenvolvido por Nathalia Henrich (2016), o qual busca analisar como se dá a questão da presença dos Estados Unidos na obra do autor. Nesse sentido, a autora, ao enfatizar a análise dos escritos jornalísticos do bibliófilo, chama a atenção para o fato de que é preciso examinar a obra de Oliveira Lima de forma completa, de modo que possamos transcender a designação de anti-americanista a partir da qual foi sendo, gradualmente, classificado. Antes de nos determos nas considerações da autora, é importante que tenhamos em mente os momentos de aproximação (física e mental) entre Oliveira Lima e os Estados Unidos, o que pode ser visualizado a partir da tabela a seguir:

Tabela 4: Cronologia das relações entre Oliveira Lima e os Estados Unidos¹⁵⁷

Ano	Evento
1896-1900	Atuação como primeiro-secretário na Legação do Brasil em Washington
1899	Publicação do livro <i>Nos Estados Unidos. Impressões políticas e sociais.</i>
1907	Publicação do livro <i>Pan-americanismo (Monroe – Bolívar – Roosevelt)</i>
1912	Realizou conferências em Stanford e em outras universidades nos Estados Unidos. Início das negociações sobre a biblioteca com a Catholic University of America (CUA).
1914	Publicação das conferências de Stanford no volume <i>The Evolution of Brazil Compared with That of Spanish and Anglo-Saxon America.</i>
1915-1916	Ministrou Curso em Harvard
1916	Acertou com a CUA a transação sobre a biblioteca
1920	Mudou-se para os Estados Unidos. Iniciou a colaboração em <i>The Pan-American Magazine</i> e <i>La Revue</i> (Genebra).
1921	Transferência da biblioteca para Washington. Iniciou colaboração em <i>The Hispanic American Historical Revue</i> , no <i>Boletim da União Pan-Americana</i> e em <i>La Prensa</i> (Buenos Aires).
1924	Abertura da Oliveira Lima Library ao público
1928	Falecimento em Washington, em 24 de março.

Após sua mudança de posto, no ano de 1900, o autor levou mais de uma década para retornar ao país. É no ano de 1912, quando sua aposentadoria já estava sendo encaminhada, que ele volta aos Estados Unidos, agora na condição de conferencista. Neste período, já haviam se passado cinco anos desde a publicação do livro *Pan-Americanismo (Monroe – Bolívar – Roosevelt)*. Segundo Nathalia Henrich (2016), esta nova estada no país estrangeiro foi descrita pelo próprio autor em suas *Cartas dos Estados Unidos*, publicadas no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1912. A partir destes textos, é possível acompanhar a viagem de Lima e suas

¹⁵⁷ Adaptado de “Cronologia de Oliveira Lima”, elaborada por Teresa Malatian (2001, p. 439-444).

impressões sobre lugares novos e alguns já conhecidos, bem como sobre pessoas e instituições. Nas palavras da autora:

Os textos demonstram o renovado entusiasmo pelos avanços norte-americanos, especialmente em matéria de educação. O clima político também fomenta seu otimismo. Chegou a tempo de acompanhar os últimos meses da campanha eleitoral para presidência e a vitória de Woodrow Wilson, que celebra como uma vitória do “intelectualismo” na política. Ainda registra com alegria as mudanças na condução da União Pan-americana e uma nova orientação para o próprio conceito de Panamericanismo levado a cabo pelo governo norte-americano e diversas instituições públicas e privadas. O entusiasmo pela administração Wilson arrefece após a intervenção no México, dando lugar a algumas críticas. Ainda assim, muito mais brandas que as que mereceu Theodore Roosevelt. A volta ao Brasil depois do período nos Estados Unidos foi conturbada devido à declarações dadas à imprensa e que causaram as acusações de monarquismo que ao fim levaram a aposentadoria do diplomata. Já aposentado, recebe Robert Bacon, o enviado da Dotação Carnegie para a Paz Internacional, em sua turnê de boa vontade pela América do Sul. Como fruto da sua passagem recente pelos Estados Unidos estreitou relações com a instituição, tornando-se um propagandista dos seus valores, que incluíam um novo Pan-americanismo baseado na cooperação e a difusão do Direito Internacional como forma de evitar a guerra. (HENRICH, 2016, p. 263)

A autora explica o redirecionamento de Lima em relação ao pan-americanismo a partir da convicção de que este teria acerca da real transformação da forma como o governo e a sociedade norte-americana encaravam a temática. O Movimento pela Paz (1898-1918) foi, no entender de Henrich, um evento importante do sentido de pressionar por alterações internas. Tal movimento teria levado à percepção de que determinadas configurações da política internacional e atitudes com relação a elas, poderiam afetar temas domésticos.¹⁵⁸ Oliveira Lima era um dos que apoiavam a causa do pacifismo e os valores defendidos pelo movimento. Seu contato com este movimento e suas instituições foi um dos elementos fundamentais para o reencantamento com os Estados Unidos e com a renovação da sua crença em uma política internacional orientada por valores morais que ele compartilhava.

¹⁵⁸ Segundo a autora: “Especialmente antes de 1914, estes grupos e indivíduos viam os vários projetos pela paz como forma de alcançar certos objetivos mais imediatos internamente, tais como, mas não apenas, emancipação feminina, o fortalecimento das cortes e a preservação da ordem social. Foi um movimento com origem nas elites mais tradicionais preocupadas com o aumento da divisão social no país, expressadas no crescente antagonismo de classe, na agitação entre trabalhadores industriais e no declínio da homogeneidade social. Um medo mais amplo da desarmonia social interna era projetado para arena internacional e impulsionava a busca por soluções análogas. Por isso a ênfase das discussões estava na aplicação da lei e da ordem, na instituição da democracia direta e no controle de monopólios na arena internacional.” (HENRICH, 2016, p.274)

Além disso, a autora ainda aponta que Lima repetiu, em diversas ocasiões, que nesta visita a Washington encontrou “inteiramente reformada” uma instituição que anos atrás havia deixado totalmente desmotivado e com dúvidas sobre o futuro: “Referia-se ao antigo Escritório das Repúblicas Americanas, fundado por Blaine na época da I Conferência Pan-americana, e que fora rebatizado de União Pan-americana em 1910. A mudança em si já era sintoma de uma nova etapa, realizada para evitar a impressão dada pelo nome de que era ‘uma repartição dos Estados Unidos’, segundo o presidente John Barrett.” (HENRICH, 2016, p. 276)¹⁵⁹

As mudanças em torno da organização, nomeada de União, teriam agradado muito o brasileiro. O fato de o subdiretor ser F. Javier Yánes, um venezuelano de “espírito culto”, era também elemento de destaque e seria um indicativo de que a União despojara-se de sua feição mais egoísta. Agora, para Lima, a União poderia mesmo ser um instrumento de concórdia entre mundos com origens diferentes.

A receita para o êxito foi o afastamento do predomínio do Departamento de Estado dos Estados Unidos, tornando verdadeiro o caráter internacional da instituição. Ela assim ganhou em autonomia o mesmo que ganhou em valia aos olhos do diplomata brasileiro. Em sua última Carta, escrita já do Rio de Janeiro em janeiro de 1913, Lima falou do novo conceito de Pan-americanismo que viu nascer em Washington junto com uma nova interpretação da Doutrina Monroe. Avaliava que os cursos universitários, as bibliotecas especializadas e instituições como a *Hispanic Society*, além da União Pan-americana, já estavam dando bons frutos, ao passo que “uma melhor compreensão da importância do mundo latino-americano mal podia deixar de influir no modo por que nos Estados Unidos é considerada a Doutrina de Monroe (...). Era desta nova doutrina que afirmava haver-se convertido em “propagandista”, somando-se aos “muitos elementos favoráveis a boa inteligência do Novo Mundo fundada sobre a justiça internacional” que encontrou nos Estados Unidos. Fica evidente, portanto, que este período serviu para aproximar Oliveira Lima de instituições e pessoas que o fizeram acreditar em um novo Pan-americanismo. Entre elas, a *Pan American Society* de Nova York, que deu um banquete em sua homenagem. (HENRICH, 2016, p. 279-280)

Assim, para Lima, a Doutrina Monroe, que era a base da política pan-americana, só era temida ou parecia suspeita para muitos países latino-americanos porque tinha sido uma doutrina de uma única via, com responsabilidades exclusivamente dos Estados Unidos. Com a nova orientação personificada pela União Pan-Americana, e fomentada por instituições como

¹⁵⁹ Lembremos que a partir de 1907 J. Barret se tornou o diretor-geral da UPA, tendo permanecido neste cargo até o ano de 1919, quando foi sucedido por Leo Rowe (1920-1946).

Carnegie Endowment e similares, tinha a marca de uma abordagem científica, intelectualizada. Ao mesmo tempo, os norte americanos elegiam um presidente intelectual, Woodrow Wilson, o qual governou de 1913 a 1921. Dessa forma, para ele:

Era o apogeu do intelectualismo e a conjunção destes fatores só poderia levar a cooperação. Não foi o mero fato de estar presente no país que transformou Oliveira Lima automaticamente em monroísta, mas estar presente em um momento que foi o auge do reformismo, da busca pela moralidade nas relações públicas e privadas, inclusive as internacionais. Estes foram elementos que conjuntamente reascenderam sua fé em todas as virtudes que sempre admirou nos Estados Unidos. (HENRICH, 2016, p.282)

Uma vez encerrada sua experiência como conferencista, Oliveira Lima retorna às funções de diplomata, resolvendo definitivamente a questão de sua aposentadoria, que é concedida logo em seguida, no ano de 1913. O novo retorno aos Estados Unidos ocorre em 1915, agora como professor visitante na Universidade de Harvard, na cátedra de História e Economia da América Latina, da qual foi o primeiro professor. Tal curso havia sido criado na esteira do aumento do interesse pelos assuntos latino-americanos, testemunhado com entusiasmo por Lima em 1912¹⁶⁰. A partir de 1916 acerta as negociações com a Catholic University of America em relação à sua biblioteca. Finalmente, em 1920, instala-se definitivamente nos Estados Unidos.

A partir de então, estabelecido em Washington com a sua biblioteca, Oliveira Lima torna-se professor na Universidade Católica da América. Neste último período da vida, aproveitou o seu “exílio voluntário” na capital norte-americana para dedicar-se a organizar o

¹⁶⁰ Nesse sentido, é interessante a seguinte passagem descrita por Henrich (2016): “Seu entusiasmo estava sendo bem interpretado em Harvard e nos círculos pan-americanistas, mas talvez não tenha sido suficiente para impressionar Lowell. Apesar da justificativa oficial para a criação da cátedra ter sido o estreitamento dos laços entre os países, o presidente de Harvard em sua correspondência privada afirmou que “The real object, of course, of having these South American Professors is to please them; and last year I fear we did not make much of a success of it in that direction with Oliveira Lima”. Não fica claro quem eram “eles” pela leitura da carta e da resposta recebida. Uma interpretação possível é que se referisse aos governos sul-americanos. Neste caso, a escolha de Oliveira Lima pode não ter agradado especialmente ao governo brasileiro, dadas as circunstâncias em que deixou o Itamaraty. Se a isto se referia Lowell não deixa de ser estranho que tenha sido feita uma nomeação para agradar a um governo sem o cuidado prévio de ter sondado sobre sua opinião. De qualquer maneira, ao que tudo indica a escolha de Oliveira Lima se deu depois da sua visita a Stanford e da sua aproximação com as instituições ligadas ao “novo pan-americanismo”, que tiveram seu ápice na recepção de Robert Bacon ao Brasil. Assim, é possível imaginar que ainda que não estivesse na melhor posição com o governo brasileiro, Lima estava nas boas graças dos meios pan-americanistas.” (HENRICH, 2016, p.297)

que esperava que seria um centro de estudos ibero-americanos, fundado em torno da sua Brasileira: “Ao mesmo tempo, mantém-se próximo de instituições como a União Panamericana, a Associação Americana de Direito Internacional e a Dotação Carnegie e termina seus dias como um pacifista que acreditava na possibilidade de um pan-americanismo baseado na cooperação e no entendimento entres os países do continente.” (HENRICH, 2016, p. 264)

Não temos como saber se Oliveira Lima realmente passou a acreditar nas mudanças de orientação do pan-americanismo e na dissipação dos intuits imperialistas do governo estadunidense. Esta não é uma questão para esta pesquisa e não considero que ela nos ajude a avançar na compreensão das relações entre o pan-americanismo e a escrita da história na Primeira República brasileira. O fato é que o diplomata aposentado passou, especialmente a partir de sua experiência como professor visitante em Harvard, a se relacionar de forma mais estreita com a União Pan-Americana. É por levar em conta esta aproximação que considero importante acrescentarmos à análise iniciada por Henrich as considerações de Ricardo Salvatore (2016) sobre as relações entre os intelectuais e o imperialismo informal norte-americano, do qual o pan-americanismo pode, ainda que não explicitamente, ser considerado um instrumento. A UPA, ao desempenhar sua tarefa de apresentar a América do Sul aos Estados Unidos, contou com a contribuição fundamental de *informantes nativos* (SALVATORE, 2016). Manuel de Oliveira Lima possivelmente foi um deles. É neste ponto que se centrará a análise deste trabalho a partir de agora.

4.4.1 Mediação cultural e defesa do pan-americanismo

O teor da troca entre o bibliófilo e a UPA pode ser observado através da análise da correspondência pessoal do autor, disponível na Oliveira Lima Library (OLL). A consulta à correspondência passiva do autor nos auxilia a compreender as relações que ele estabeleceu, desde antes de fixar residência nos Estados Unidos, com a organização. Ao todo foram localizadas oitenta e seis cartas cujo remetente era a UPA. A primeira carta data de 1915. Neste momento, Lima estava chegando nos Estados Unidos para passar um semestre como professor visitante da Universidade de Harvard.

O remetente da primeira carta que Oliveira Lima recebeu da UPA foi o subdiretor, Francisco Yánes, em 05 de outubro de 1915. Na ocasião, Yánes afirma ter recebido o comunicado de Lima enviado no dia anterior anunciando a sua chegada nos Estados Unidos. Além disso, o subdiretor afirma que já havia escrito para o “sub-secretário do Congresso”, doutor Glen Swiggett, e que em breve Lima receberia todos os dados que desejava. A remissão de Yánes a correspondências anteriores sugere que Oliveira Lima, antes de chegar no país, já havia escrito para a União Pan-Americana, informando sobre sua ida¹⁶¹.

Na segunda carta, cujo remetente era o secretário-assistente da UPA, Glen Swiggett, ficamos sabendo qual era o Congresso do qual este era subsecretário, bem como sobre que dados interessavam a Oliveira Lima. Nesta comunicação, Swiggett convida o brasileiro para apresentar trabalho no Segundo Congresso Científico Pan-Americano (27-12-1915 a 08-01-1916)¹⁶². Este foi o mesmo evento que motivou a realização da Conferência Auxiliar de Senhoras, analisada no segundo capítulo deste trabalho. Tanto Oliveira Lima quanto sua esposa, Flora Cavalcanti de Albuquerque de Oliveira Lima (1863-1940)¹⁶³, participaram das Conferências.

¹⁶¹ Ao final da estada de Oliveira Lima em Harvard, Francisco Yánes lhe escreve novamente, em nome da União Pan-Americana, elogiando o trabalho do então professor: “Sinto muito que termine o seu semestre, que fez tão bem à juventude estudiosa americana. Não sei se antes já havia seguido o professorado; eu tampouco o segui, mas a obra de propaganda que tem feito na União Pan-Americana me ensinou que a boa semente sempre nasce, embora às vezes de maneira tardia. O que pela imprensa você tem feito foi vigorizado em sua cátedra. São dois teatros distintos. Oxalá ambos sejam frutíferos. Dei ordem de que seja enviada a edição inglesa do Boletim ao seu endereço em Londres. Muitas lembranças muito carinhosas para dona Flora de parte de Evy. Sempre seu grande amigo, Francisco Yánes.” (YÁNES, F.; [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 29 de fevereiro de 1916. Carta. Tradução nossa.)

¹⁶² Este é o conteúdo da carta: “O Comitê Executivo do Segundo Congresso Científico Pan-Americano, o qual se reúne em Washington no próximo dezembro, apenas recentemente soube da sua presença no país. Eu tenho o prazer de enviar-lhe, em nome do Comitê Executivo, as cópias do Programa Preliminar, de 15 de abril, em inglês e em português. O programa do Congresso Científico está sendo preparado agora. O Comitê Executivo tem o prazer de convidá-lo para sugerir um título de texto a ser preparado por você. O programa preliminar irá colocá-lo a par da proposta do Congresso e do caráter do assunto a ser abordado. Na expectativa de ter expressado o desejo de que você honre o Congresso com a preparação de um texto seu, lhe asseguro que o tenho em alta conta.” (SWIGGETT, Glen. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. Carta de 21 de outubro 1915. Carta. Tradução nossa.)

¹⁶³ Flora era a filha mais velha de Henriqueta de Barros Lins (1842-1922) e Manuel Cavalcanti de Albuquerque (1835-1899), senhores do engenho Cachoeirinha, situado no município de Escada, na Zona da Mata pernambucana. Seu pai, preocupado com a educação dos filhos, contratou uma educadora inglesa, Mrs. Rawlinson, que se encarregou de seus 13 filhos, preparando-os para cursarem o ginásio oficial. Segundo Teresa Malatian: “A vida de Flora tomou porém um rumo um pouco diferente em relação ao de outras moças de sua condição social, na época. Mudou-se com os irmãos mais velhos, Artur e Baltazar para o Recife, onde se instalaram num casarão da avó, o Sítio dos Quatro Leões, em Fernandes Vieira, para que os rapazes cursassem o ginásio. Ao contrário dos irmãos, Flora estudou com um professor particular, Jesuíno Lopes de Miranda, prestando os exames

Em correspondência posterior (22.12.1915), Glen Swiggett afirma ter recebido a informação de que Oliveira Lima seria, neste mesmo evento, delegado do Instituto Arqueológico de Pernambuco e da Academia Brasileira de Letras. É muito frequente a solicitação de instituições brasileiras para que o diplomata fosse seu representante em eventos realizados nos países pelos quais passava. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, fez esta solicitação em diversas ocasiões. Nesse sentido, é importante também citar aqui as trocas entre Lima e Conde de Afonso Celso, presidente do IHGB.

A correspondência recebida por Oliveira Lima cujo remetente era Afonso Celso é composta por vinte e duas cartas. Os assuntos das cartas são variados, passando pelo agradecimento pelo envio de livros até a abordagem de assuntos pessoais e familiares. Sobre temas diretamente ligados ao IHGB há a indicação de nome para sócio correspondente (pela parte de Oliveira Lima), a nomeação de Lima para fazer parte da Comissão Executiva do Congresso Internacional de História da América (1922), bem como diversos pedidos para que este represente o IHGB em eventos realizados nos Estados Unidos.¹⁶⁴

finais na década de 80, sendo aprovada com brilhantismo. Nessa época, acometida de tifo, foi enviada em viagem de cura a Paris, com o irmão Baltazar, em 1878. Tinha então 15 anos de idade. A bordo, o primeiro romance, com um médico argentino, sem continuidade. De volta ao engenho Cachoeirinha, novo romance, desta vez caminhando para noivado, com José Maximino de Souza Leão, que acabou rompido por razões apresentadas publicamente como decorrência do desinteresse da noiva, apesar da fortuna do pretendente. Frustradas as duas tentativas de chegar ao casamento, o mercado matrimonial reduzia-se para uma jovem daquele meio social, onde os enlances costumavam ocorrer na idade entre 15 e 18 anos. Filha mais velha da família, Flora tornava-se “moça-velha”, para quem o magistério passou a ser um destino adequado. Voltando a residir no Recife, foi então convidada por Mrs. Rawlinson para lecionar no colégio por ela mantido no Poço da Panela, assumindo um trabalho fora do círculo doméstico mas adequado ao destino de gênero por prolongar no espaço público funções da esfera da reprodução. Além desse trabalho, também ministrava aulas particulares de inglês. (MALATIAN, 2004, p.53)

¹⁶⁴ A título de exemplo, pode-se ler nesta carta: “Eminente consócio: Havendo o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO aderido ao Congresso de Jornalistas, que se reunirá em Abril em Washington, venho pedir a V. Ex. se digne de aceitar o encargo de representar a nossa corporação naquele auspicioso certame. O INSTITUTO HISTÓRICO, de antemão, muito agradece a V. Ex. mais esse relevante serviço e se sente jubiloso em comparecer à mesma reunião intelectual na pessoa egrégia de V. Ex. (...)” (CELSO, A. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Rio de Janeiro]. 12 de fevereiro de 1926. Carta.). Esta outra carta atesta o convite para representação do IHGB no Congresso Internacional de Americanistas: “Ilustre Consócio: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO tendo sido convidado para participar dos trabalhos do XXIII Congresso Internacional de Americanistas, que se reunirá em New York em setembro de 1928, deseja atender ao mesmo convite, o que, aliás, tem feito relativamente aos últimos certames desse gênero. Dada a importância do mesmo Congresso e a relevância dos assuntos que constituem o seu objeto, é necessário que a representação do INSTITUTO esteja à altura do seu nome. Apelo, por isso, para a constante gentileza de V. Ex., rogando-lhe o obséquio de ser o delegado do nosso INSTITUTO na XXIII Assembleia de Americanistas, onde, por certo, ainda uma vez, V. Ex. terá oportunidade de tornar-se credor dos aplausos não somente do INSTITUTO, mas de todo o Brasil (...). Conde de Afonso Celso, presidente do Instituto.” (CELSO, A. [Correspondência].

O exame destes conteúdos nos leva a propor a compreensão de Oliveira Lima como sendo um *mediador cultural* (GOMES; HANSEN, 2016), o qual atuou no estabelecimento de pontes entre as redes intelectuais brasileiras – daí a importância de seus vínculos com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras, por exemplo – e a União Pan-Americana. Para sustentar esta hipótese, é preciso apresentar melhor a noção de *mediador cultural* e/ou de *intelectual mediador*. Nesse sentido, Gomes e Hansen, ao contextualizarem a emergência da categoria *intelectual* nas abordagens historiográficas a partir das últimas décadas do século XX, apontam que estes sujeitos são cada vez mais pensados em articulação com seus pares e com a sociedade mais ampla, isto é:

como sujeitos conectados entre si, com genealogias e passados imaginados, além de em diálogo com as questões políticas e sociais do seu tempo (...). A figura do intelectual, como sujeito pensante e agente, ganha centralidade e concretude. Os intelectuais têm um processo de formação e de aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político. (GOMES; HANSEN, 2016, p. 12)

É preciso, portanto, considerar estes sujeitos em relação a suas redes e ao seu tempo/espço. Para além disso, as autoras indicam também que *intelectuais mediadores* são aqueles de se dedicam a práticas culturais de difusão e transmissão, ou seja, práticas que fazem “circular” os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados. As ações de *mediação*, por sua vez, são explicadas da seguinte maneira:

Praticam-se ações de mediação também em trocas ou ‘transferências’ intelectuais diversas, mais ou menos simétricas, entre círculos acadêmicos de diferentes regiões e países. Nesses casos, nem sempre o intelectual mediador aparece de forma evidente ou como responsável direto por um bem cultural, com crédito público ao seu nome, ainda que um exemplo desse tipo de mediação/interlocução pudesse ser dado pela tradução de textos políticos ou científicos. Mas, como se poderá constatar pelos estudos aqui apresentados, esse intelectual muitas vezes ocupa um cargo estratégico em uma instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos. (GOMES; HANSEN, 2016, p. 19)

Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Rio de Janeiro]. 21 de junho de 1927. Carta). Neste evento Lima não compareceu, pois veio a falecer antes, em março de 1928.

Além disso, ao mesmo tempo que *informa* e *media*, Oliveira Lima também produz conhecimento e interpretações sobre o Brasil e sobre a América Latina¹⁶⁵. Esta posição de mediação possibilitada por suas múltiplas inserções é reforçada após sua mudança definitiva para os Estados Unidos. Nesse sentido, é significativo o convite que recebe, em correspondência datada de 20 de dezembro de 1920 para participar da sessão, que ocorreria na sede da União Pan-Americana, da *American Political Science Association* e da *American Historical Association* sobre “Relações Pan-americanas”. Na ocasião, Oliveira Lima palestrou sobre o tema do pan-americanismo e a Liga das Nações. Por este evento, recebe carta do então diretor-geral da União Pan-Americana, elogiando suas reflexões:

Gostaria de cumprimentá-lo por sua admirável palestra, a qual deixou grande impressão em cada um dos presentes. Eu espero que, daqui para frente, a cada encontro anual da *American Political Science Association*, uma sessão seja dedicada às relações pan-americanas. Calorosamente e com renovada admiração, Rowe. (ROWE, L. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 21 de dezembro de 1920. Carta. Tradução nossa.)

A leitura desta carta suscita o seguinte questionamento: por que, afinal, o conteúdo desta palestra agradou tanto Leo Rowe? Segundo Nathalia Henrich, o texto estava marcado pela crença de que os Estados Unidos estavam fadados a tomar o papel de líderes nas finanças e no comércio mundial. Tal crença, aliás, era algo que a Primeira Guerra havia ajudado a consolidar. Lima estava agora também convencido de que o país detinha a última reserva moral do mundo. Isto lhes dava não só o direito, mas o dever de exercer também esta liderança no continente. Nesta comunicação, o brasileiro reafirmou que o Bureau das Repúblicas Americanas pôde se transformar na União Pan-americana “justamente porque os Estados Unidos não buscavam criar dependências (...). A Doutrina Monroe que iniciou como uma política de proteção, poderia agora ser considerada uma política de controle, mas a verdade é que pretendia ser uma política de cooperação.” (HENRICH, 2016, p. 317-318)

Na percepção do palestrante, um efeito positivo da guerra era ter transformado o pan-americanismo em um ponto de convergência de aspirações. Dessa forma, as diversidades

¹⁶⁵ Desse modo, o intelectual que atua como mediador cultural “produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual ‘mediou’ torna-se, efetivamente, ‘outro produto’: um bem cultural singular.” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18)

internas do continente teriam sido superadas devido à unidade gerada por princípios jurídicos que se elevaram acima destas diferenças. No entendimento de Henrich, “certamente suas expressões de apoio à cultura do Direito Internacional ao novo pan-americanismo representado pela União Panamericana agradavam em Washington.” (HENRICH, 2016, p.317-318). Agradaram tanto que, em seguida à sua presença na referida reunião, recebe outro convite, relacionado ao anterior:

Meu caro Oliveira Lima: nós tencionamos publicar no Boletim em inglês da União Pan-Americana dois ou três textos lidos no encontro recente da *American Political Science Association* e da *American Historical Association*, e incluímos o seu “Pan-Americanismo e a Liga das Nações” entre os selecionados. Me ocorreu que o seu texto também deve ser publicado na nossa edição em português, que circula no Brasil. Geralmente, no caso dos textos lidos em inglês, nós mesmos providenciamos a tradução aqui no escritório, mas no seu caso eu não gostaria de fazer isso. Certamente não sem sua aprovação e menos ainda se eu posso sugerir que você forneça a tradução. Você faria isso? Nos entregue a tradução deste texto para a nossa edição de março do Boletim. É necessário fazer a publicação no número de março ou esperar até junho, pois os números de abril e de maio serão dedicados a interesses especiais em agricultura e laticínios, sendo que os conteúdos já foram providenciados para isso. Nós precisamos ter a tradução no máximo até o dia vinte deste mês (Janeiro) (...). Na expectativa de que você achará possível cumprir este pedido, sinceramente seu, Leo Rowe.” (ROWE, L. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 05 de janeiro de 1921. Carta. Tradução nossa.)

Por meio da próxima comunicação, ficamos sabendo que Oliveira Lima aceitou fazer a tradução de seu texto,¹⁶⁶ o qual também foi publicado na *Hispanic American Historical Review*¹⁶⁷. Depois disso, o brasileiro é ainda consultado sobre diversos temas. Ele é, de muitas

¹⁶⁶ Em agradecimento, Rowe escreve assim para Lima: “Prezado Sr. Lima. Eu estou encantado em receber sua carta de 7 de Janeiro e por saber que teremos a tradução para o espanhol do seu artigo por volta do dia 20 deste mês. Isso significará um verdadeiro serviço à União Pan-americana, pelo qual expresso antecipadamente meu agradecimento. Eu vou providenciar o envio da versão em Inglês do Boletim para você na Catholic University of America. Em relação ao seu pedido de envio do Boletim ao Dr. Carneiro Leão, eu ficarei muito feliz em providenciar uma permuta com o ‘Anuário Americano’. Mas antes de escrever ao Dr. Leão eu gostaria de solicitar a você o nome e endereço dele digitados, pois eu não sei se digitei o nome dele corretamente. Além disso, você pode, por gentileza, me informar se eu envio a ele a versão em Inglês ou em Espanhol? Provavelmente resta pouco tempo antes de meu livro aparecer na Argentina, mas eu ficarei muito feliz em lhe enviar uma cópia. Me permita assegurar novamente o quão profundamente eu valorizo a sua cooperação no trabalho da União Pan-Americana. Sinceramente seu, Leo Rowe.” (ROWE, L. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 10 de janeiro de 1921. Carta. Tradução nossa.)

¹⁶⁷ O texto inicia assim: “Este hall das Américas, onde nos encontramos hoje em cordial reunião, fala por si mesmo. Isso prova que pelo menos uma liga das nações existe na terra e que tem sido bem-sucedida desde que é realidade. Por quê? Porque foi fundada na teoria da igualdade, tem tentado agir

formas, um consultor da UPA sobre múltiplos temas entre os quais estão relações internacionais e música latino-americana. Em correspondência de outubro de 1921, por exemplo, Franklin Adams, conselheiro da UPA, solicita que Lima ajude a elaborar uma lista de organizações na América Latina que se dedicavam a discutir problemas internacionais. Ao mesmo tempo em que fornece dados, ele também produz conhecimento a partir das demandas da instituição. É o caso de outro convite que recebe, em virtude da comemoração do centenário da Independência do Brasil. Rowe sugere o tema: “O futuro do Brasil”:

Prezado Dr. Lima: Nós estamos planejando publicar um número especial do Boletim Pan-americano comemorativo do centenário da Independência do Brasil e estamos ansiosos para ter um breve artigo seu neste volume. Você fará um real serviço e, ao mesmo tempo, desempenhará um real serviço internacional se puder elaborar um artigo de cerca de 2000 palavras sobre “O futuro do Brasil”. Talvez eu deva adicionar que este artigo deve estar nas mãos do editor no máximo em 15 de março. Eu desejo agradecê-lo antecipadamente pela sua cooperação amigável. Eu espero muito que nós possamos contar com você para este artigo, o qual estou certo de que atrairá muita atenção. Cordialmente, L. Rowe. (ROWE, L. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 13 de fevereiro de 1922. Carta. Tradução nossa.)

Considerando os dados expostos até aqui, entende-se ser possível sugerir que um dos produtos elaborados como decorrência da mediação intelectual de Oliveira Lima é o Boletim da União Pan-Americana – produzido, obviamente, com a contribuição de muitos outros intelectuais. Além disso, Lima também atua como um mediador cultural entre seus correspondentes brasileiros e a UPA, uma vez que solicita para seus amigos revistas e livros, chegando inclusive a sugerir nomes para servirem de tradutores para a organização.

Além das demandas associadas ao trabalho intelectual, o bibliófilo e sua esposa também recebiam frequentes convites para a participação em eventos promovidos pela UPA, os quais estimulavam o convívio social. Tais eventos vão desde a celebração do feriado de *thanksgiving* até a participação no “Friday morning music club”, dedicado à apreciação e divulgação da música latino-americana.

de acordo com a justiça, e seus objetivos são paz e prosperidade para todos os países do Novo Mundo. Nós devemos apenas ter em mente que a prática nem sempre corresponde à teoria, e que a justiça humana é longe da perfeição. Nossa Liga Pan-Americana pode, no entanto, ser vista como um modelo.” (LIMA, M.O, 1921, p. 239. Tradução nossa.)

A propósito da menção à companheira de Oliveira Lima¹⁶⁸, é importante destacarmos que a participação dela junto às atividades do marido não se circunscrevia, de forma alguma, à mera companhia nos eventos sociais. Flora é uma presença constante em diversas correspondências que este recebe, sempre recebendo lembranças daqueles que escrevem ao ex-diplomata. Em uma primeira leitura, poderíamos interpretar isso apenas como sinal de formalidade por parte dos correspondentes de seu marido. Quando observa-se um pouco mais a fundo, contudo, percebe-se que ela tinha participação expressiva nos empreendimentos intelectuais de Lima. É possível, inclusive, suspeitar que ela mesma pudesse ser considerada uma *mediadora cultural*. Nesse sentido, a carta de Franklin Adams, datada de 04 de junho de 1927, é elucidativa. Depois de solicitar algumas informações sobre música latino-americana a Oliveira Lima, ele faz um pedido que toca diretamente à Flora:

(...) O *Congressional Club of Washington*, composto pelas esposas e filhas dos Senadores e representantes dos Estados Unidos, irá publicar um livro de receitas. Esperamos ter incluídos nesta coleção os deliciosos pratos que são servidos em tantas terras estrangeiras, os pratos favoritos da Senhora Coolidge e da Senhora Dawes, assim como daquelas esposas e filhas dos oficiais de gabinete dos Estados Unidos. Elas estão reunindo uma notável coleção e nós esperamos que este livro seja um meio de popularizar neste país os pratos atrativos de diferentes terras. Hon Louis C. Cramton me pediu pessoalmente para ajudá-lo a reunir a coleção latino-americana e eu sei dos muito atrativos pratos brasileiros que você apresentou aos seus amigos de Washington. Eu apreciaria muito receber quatro ou cinco destas receitas e elas não precisam se limitar a pratos de peixe ou de carne; eu também gostaria de ter uma receita de sopa e de sobremesa. O Comitê está buscando as várias Embaixadas e Legações para que cooperem com elas neste assunto e o Senhor Cramton me assegurou que ele ficaria contente se eu solicitasse para a Senhora Lima e Senhora Federico Pezet, esposas de diplomatas, que fornecessem alguns de

¹⁶⁸ A união entre Flora e Oliveira Lima ocorreu no ano de 1891, quando ela tinha vinte e oito anos (tarde para os padrões da época), quatro anos a mais que Oliveira Lima. Sobre a aproximação entre ambos, Teresa Malatian afirma: “Não existem registros memorialísticos acerca do seu encontro com Oliveira Lima. Em suas *Memórias*, ele pouco se expandiu sobre sentimentos, afeições, namoros, para não dizer que os suprimiu totalmente; o conhecimento que se tem do casamento começa com o encontro nebuloso que tiveram no Recife, quando Oliveira Lima ali esteve, de retorno do Rio de Janeiro, onde obtivera a nomeação para o cargo de secretário de legação em Lisboa. Em dezembro de 1890, desembarcou naquela cidade, onde moravam parentes e amigos; o casamento ocorreu em janeiro de 1891, após compromisso de noivado registrado em suas *Memórias*, com data do início desse mesmo ano. O casamento do jovem recém nomeado secretário de legação com a professorinha nada mais foi que um arranjo, conforme padrões da época, sem grandes arreatamentos, não faltando ao enredo a habitual conspiração familiar para aproximar os jovens. A anuência do pai de Flora foi acompanhada do esclarecimento ao pretendente de que não haveria o dote de praxe para a noiva, circunstância que pode ter dificultado tentativas anteriores de casamento e que talvez indique estratégias matrimoniais de uma família decadente do ponto de vista econômico, pois era praxe a doação, pelo pai da noiva, de adiantamento de parte da herança da filha ao genro. Outra razão plausível seria o desagrado do pai com a realização do casamento, com um jovem residente no exterior e fora do alcance do poder patriarcal.” (MALATIAN, 2004, p.53-54)

seus pratos favoritos de suas terras nativas. Eu percebi que fiz novamente uma grande demanda de seu tempo e energia, mas tudo visa uma boa causa, então você irá me perdoar. Eu estou realmente esperançoso de que esta ideia do livro de receitas será uma forma de responder às muitas solicitações que chegam à minha mesa, provenientes dos Clubes de Mulheres que desejam oferecer jantãs compostas exclusivamente de pratos latino-americanos. Respeitosamente, Franklin Adams. (ADAMS, F. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington] 04 de junho de 1927. Carta. Tradução nossa.)

A solicitação de Adams demonstra que as demandas advindas dos clubes de mulheres, os quais tomavam parte no movimento de promoção do pan-americanismo dentro dos Estados Unidos, acabavam por mobilizar um outro grupo de mulheres – esposas e familiares de funcionários do governo e, especialmente, de diplomatas latino-americanos – no sentido de prestar consultorias sobre as culturas estrangeiras com as quais buscavam se familiarizar. As mulheres, com isso, assumiam funções de protagonismo tanto no consumo quanto na mediação entre culturas. A análise das fontes aqui selecionadas sugere que este foi um fenômeno relativamente amplo, não se circunscrevendo à relação entre Flora e seu esposo.

Embora se busque neste trabalho argumentar que a participação das mulheres na promoção do pan-americanismo não foi algo pontual, é relevante dedicarmos espaço ao exame da participação de Flora nos empreendimentos de Oliveira Lima. Para além de colaborações específicas como aquela indicada na carta de Franklin Adams, Flora também assumia diferentes papéis no casamento.¹⁶⁹ Seus diários, todos escritos em inglês,¹⁷⁰ são ótimas fontes para a compreensão destas questões. Ao que tudo indica, ela era a secretária particular do marido. Ao analisar o *Boudoir Diary*, escrito em 1915, Teresa Malatian afirma que, mesmo não recebendo salário, numa produção intelectual que pode ser caracterizada como empresa doméstica, Flora mantinha posição bastante independente, renegando o papel de mulher passiva, dócil, assumindo novos papéis para os quais não fora destinada.¹⁷¹ Segundo a autora:

¹⁶⁹ Nathalia Henrich (2016) cita o seguinte comentário de um amigo de Oliveira Lima para elucidar a atuação de Flora: “Sua esposa continua sendo sempre o teu precioso auxiliar? Todos que a conhecem admiram-na como eu.” Carta de Constancio Roque da Costa a Oliveira Lima, 20/06/1901. SB7, OLL.” (HENRICH, 2016, p. 77)

¹⁷⁰ A Oliveira Lima Library detém quatro diários de Flora, os quais já foram digitalizados e se encontram disponíveis no site da instituição: 1) Collins’ Paragon Diary, de 1912; 2) The Boudoir diary, de 1915 (dois volumes); 3) Collins’s Lady’s diary, de 1923; 4) Ready Reference diary, de 1928. Os diários podem ser acessados (e baixados na íntegra) em: <https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A10223>. Último acesso em 11.01.2019.

¹⁷¹ Nesse sentido, a análise aprofundada dos diários de Flora (que não é o objetivo nesta tese), tem um grande potencial. Malatian (2007), ao questionar-se em que medida a vida de Flora, tal como registrada no diário de 1915, atendeu ao destino de gênero, aponta que o exame desta fonte,

É evidente nos registros a tensão entre os afazeres domésticos, seus próprios interesses (escrever suas próprias cartas) e o trabalho de secretária: a construção do eu caminha para uma identidade dividida entre os papéis tradicionais de dona de casa que deveria encarregar-se da administração doméstica, acompanhar a vida social do marido e auxiliá-lo na produção intelectual. Neste aspecto, a colaboração com Oliveira Lima constituía um trabalho que muito interessava a Flora, que sentia prazer em revelar-se uma interlocutora à altura. O teor da colaboração que ela lhe dava em tudo facilitava essa posição: estava inteirada de toda a sua correspondência, comentava o teor das cartas recebidas, suas opiniões a respeito dos correspondentes, muitas vezes recebendo o ditado das respostas. Trabalhava também na catalogação dos livros da biblioteca, oferecendo ao leitor de seu diário detalhes precisos sobre o modo como o tempo era ocupado pelo casal. Era trabalho conjunto, assim definido : “*we worked*”, portanto sua contribuição era constantemente valorizada nos registros e mesmo que aparentemente subalterna, fazia-se indispensável ao escritor e tornava sua produção intelectual partilhada em empresa familiar. Em suma, uma vida extremamente organizada, com múltiplas tarefas e afazeres. Se num dado momento a sobrecarga de trabalho acabou levando o casal a cogitar de conseguir uma segunda secretária para ajudar o escritor, Flora resistiu à perda desse papel privilegiado reservando-se o direito de ser “naturalmente a primeira”, por seus conhecimentos de gramática, ortografia e, não menos importante, de inglês. Não constitui detalhe irrelevante, pois, o fato de sempre usar o “nós” ao se referir ao trabalho intelectual realizado em conjunto. Até onde ia sua participação nele? Suas opiniões eram ouvidas? (MALATIAN, 2004, p.57)

As questões colocadas por Teresa Malatian são bastante instigantes. Até onde ia a participação de Flora no trabalho do marido é ainda uma pergunta em aberto.¹⁷² O que podemos

complementado por sua correspondência, “constitui um precioso documento para a análise dos papeis que desempenhou enquanto ama de casa, secretária do marido e autora de textos próprios, sobretudo sua correspondência pessoal, na qual se pode vislumbrar formas de aceitação, de transgressão ou de superação; fissuras e lacunas nos códigos correspondentes aos papeis de gênero.” (MALATIAN, 2007, p. 455. Tradução nossa.)

¹⁷² O caso da colaboração de Flora no trabalho do marido não é pontual. Ao descrever a prática da história profissional (predominantemente masculina) em fins do século XVIII e ao longo do XIX, Bonnie Smith (2003) explica que estes profissionais “direcionavam seu foco para treinamentos e seminários e consideravam-se pesquisadores de arquivos que interagiam com documentos autênticos, ainda que empoeirados. Eles também praticavam a história mais privadamente em casa, arregimentando mães, esposas, filhas, cunhadas, primas e outros parentes do sexo feminino para o trabalho de pesquisa, arquivamento, editoração, e até mesmo de escrita. Todos os créditos iam para o autor homem. Esse trabalho do profissional masculino como o mais verossímil narrador do passado e a concomitante omissão das contribuições de suas parentas e das amadoras são um outro aspecto da determinação do gênero na ciência histórica.” (SMITH, 2003, p. 32). Portanto, para pensarmos esta zona cinzenta que é a possível colaboração familiar/feminina no trabalho intelectual de historiadores homens, são fundamentais as reflexões desta historiadora. Ao estudar a escrita da história a partir das relações de gênero, ela analisa as conexões existentes entre a chamada “história amadora”, geralmente desempenhada por mulheres e destinadas a um público amplo, e a “história

afirmar, a partir das fontes analisadas nesta tese, é que ela exerceu seu próprio trabalho para além das atividades de assistente do marido. Como vimos no capítulo dois, Flora tomou parte na Conferência Auxiliar de Senhoras, na qual teve papel relevante. Além disso, a partir da análise do diário de 1915, Malatian indica que ela teria também participado de reunião da *International Women's Congress* (1915)¹⁷³, que trabalhava pela paz, e se comprometera com a *Permanent Peace Association*, proporcionando listas de brasileiras que poderiam ser convidadas para organizar um ramo da associação no Rio de Janeiro. Flora escrevia para estas mulheres e lhes enviava uma cópia do periódico “Towards Permanent Peace”. Ademais:

Acompanhou e registrou diversos comícios pacifistas em Hyde Park, evocando valores cristãos e humanitários. Com tais informações e familiarizada com a atividade de seu marido na imprensa, se permitia emitir opiniões sobre “os ecos da guerra”, por ele escritos e que considerava os melhores artigos, bons demais para que fossem publicados em periódicos brasileiros, e lhe aconselhava tentar publicá-los em periódicos da América do Sul, especialmente em Buenos Aires, quando “O Estado de São Paulo”, pressionado por correntes pró-aliados, reduziu para a metade a colaboração de Oliveira Lima a fim de que abandonasse a posição germanófila. Informava aos leitores ter sido chamada a ouvir a leitura de alguns artigos de seu marido sobre as responsabilidades da guerra entre o amigo Bandeira de Melo com a finalidade de que opinasse a respeito “porque poderia ter uma ideia sobre o conjunto”. Considerou os artigos esplêndidos e muito convincentes, e lamentou que não fossem publicados (...). (MALATIAN, 2007, p. 462. Tradução nossa.)

A partir do que foi argumentado nesta seção, se entendermos que a atenção às relações de gênero são pertinentes na análise historiográfica¹⁷⁴, perceberemos que os atores envolvidos nas redes intelectuais e de intercâmbios culturais são muito mais numerosos do que estamos habituados(as) a considerar. A trama da investigação historiadora, ao encarar homens e

científica”, predominantemente masculina e destinada a iniciados. Nesse sentido, a autora ressalta que a história, enquanto campo, está baseada na distinção de gênero.

¹⁷³ Segundo Lela B. Costin (1982), por volta do ano de 1900, muitas organizações de mulheres dedicadas a assuntos amplos e variados já haviam incluído “paz e arbitragem” aos seus objetivos. Desse modo, as mulheres organizadas davam visibilidade às suas convicções de que a eliminação da guerra era a principal necessidade da comunidade internacional.

¹⁷⁴ Sobre a pertinência da mobilização da categoria gênero para pensar a história intelectual e portanto também a história da historiografia, são importantes as considerações de Maria da Glória de Oliveira (2018). Conforme a autora, o cânone historiográfico e a memória disciplinar são marcados por um baixo interesse pela produção intelectual feminina. A ausência do uso da categoria de gênero nos estudos de história intelectual, por seu turno, “vincula-se, em grande medida, a certa partilha de temas, objetos e competências de pesquisa que tende a reproduzir interdições, vetos e constrangimentos que regem a dinâmica da produção do conhecimento disciplinado nas humanidades em geral” (OLIVEIRA, 2018, p. 116-117).

mulheres como sujeitos do processo histórico, pode nos mostrar uma imagem menos localizada e portanto mais ampliada do passado e de seus/suas agentes.

É tempo de avançarmos na análise. Para tanto, nos encaminharemos ao último capítulo desta tese. Como pudemos acompanhar até aqui, um ponto fundamental em torno da questão pan-americana refere-se ao importante papel que caberia à história na conformação da consciência americana. Assim, se o conhecimento histórico era elemento fundamental nesta empreitada, sua nobre tarefa era fornecer os exemplos de americanismo. A tessitura do enredo desta história pan-americana se deu, como vimos, de muitas formas. Por um lado, a atuação da União Pan-Americana e de intelectuais a ela associados foi muito importante para isso. Por outro lado, o estímulo dado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro também merece destaque. Este incentivo ocorreu de muitas formas: com a publicação dos produtos deste esforço na sua Revista, com a organização de Congressos que tinham a história da América como carro-chefe e com o aceite de trabalhos que tinham o objetivo de reinterpretar a biografia de figuras com potencial agregador em torno do sentimento americano. No próximo capítulo, parte deste esforço será examinado.

5 O CONGRESSO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA (1922), A ASSEMBLEIA DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA (1932-1933) E A REELABORAÇÃO DA BIOGRAFIA DE ALEXANDRE DE GUSMÃO

Neste capítulo será traçado um panorama analítico acerca das tentativas de aproximação entre os países das Américas por meio do conhecimento histórico. As fontes para esta análise são as atas de sessão publicadas nos anais dos dois eventos mencionados no título. Ambos foram organizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na primeira seção serão abordados os temas debatidos no I Congresso Internacional de História da América (1922). Na segunda seção deste texto será explorado o papel do IHGB na construção das relações interamericanas a partir de um momento que representa um dos pontos altos das iniciativas de aproximação entre os diferentes países das Américas pela via do pan-americanismo: a criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1932-1933). O capítulo será concluído com o exame do processo de reescrita da biografia de Alexandre de Gusmão, o conhecido diplomata do período colonial. O argumento é de que a renovação da narrativa sobre a trajetória de Gusmão está entrelaçada com o projeto de repensar a inserção do Brasil na América.

5.1 O IHGB e o I Congresso Internacional de História da América de 1922

A primeira metade do século XX foi marcada pela realização de diversos Congressos sob a responsabilidade do IHGB. Este capítulo abordará dois deles, os quais se relacionam diretamente com a temática do pan-americanismo. Nesta seção será analisado o I Congresso Internacional de História da América (I CIHA), realizado em 1922, e suas relações com os debates em torno do pan-americanismo.

Segundo Lúcia Guimarães (2007), no encerramento do Primeiro Congresso de História Nacional (1914), os sócios do Instituto, Max Fleiüss e Afonso Arinos, demonstraram preocupação com a contribuição do IHGB ao centenário da Independência. É neste momento que é formulada a proposta de realização de um Congresso de História da América, no ano de 1922: o encontro científico deveria reunir especialistas de todos os países do continente, com o objetivo de fazer uma reflexão conjunta acerca dos destinos do Novo Mundo. O projeto foi bem

acolhido pelo presidente da instituição, Afonso Celso, que nomeou uma comissão encarregada de estudar a sua viabilidade. O evento recebeu patrocínio do Ministério das Relações Exteriores e a adesão da União Pan-americana de Washington. Na Argentina, contava com a colaboração de um delegado especial, o decano da Faculdade de Ciências e Educação da Universidade de La Plata, Ricardo Levene.

A preocupação com as comemorações do centenário da Independência do Brasil pode ser percebida nas falas dos sócios (registradas nas atas de sessão do IHGB¹⁷⁵) desde fins do século XIX. Antes de ser proposta a organização de um Congresso, os sócios do IHGB já vinham trabalhando na elaboração de um *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, publicado em comemoração ao centenário da independência¹⁷⁶. Além disso, um acontecimento novo ocorreu no ano de 1916, quando foi encontrado, nos arquivos do Barão do Rio Branco, os originais da *História da Independência do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen. A partir disso, os organizadores das comemorações do centenário da independência, vinculados ao Instituto e engajados na divulgação da interpretação de Varnhagen sobre a história nacional, idealizaram um evento, estruturado em 18 conferências, para comemorar os centenários de todas as grandes datas do ano de 1822. Esta proposta partiu de Max Fleiüss. O evento foi uma espécie de complemento da História da Independência, de Varnhagen¹⁷⁷.

A iniciativa do I Congresso Internacional de História da América, realizado entre 7 e 15 de setembro de 1922, além de seu valor historiográfico, ultrapassava o âmbito acadêmico, devendo ser também avaliada pela sua contribuição ao estreitamento das relações

¹⁷⁵ RIHGB, 92, 571, 1922.

¹⁷⁶ Na apresentação do dicionário, Ramiz Galvão explica que a tarefa de sua elaboração se iniciou no ano de 1917. Foram organizados pela comissão responsável formulários e modelos, os quais foram enviados para os diferentes estados do Brasil: “a todos se pediram dados seguros e autênticos sobre os acidentes geográficos, etnográficos e históricos da região que lhes era familiar ou que superintendiam.” (GALVÃO, Ramiz, 1922, p. 6). Apesar de o trabalho de coleta de dados ter durado quase dois anos, os dados enviados pelos estados não foram satisfatórios. Em função disso a Comissão decidiu “preparar uma série de volumes, sob o título de ‘Introdução Geral’ do Dicionário, contendo monografias completas sobre o Brasil em geral e sobre cada um dos estados; para esse fim solicitou o concurso de hábeis especialistas, que de boa mente se dignaram prestar à grande obra sintética o concurso das luzes.” (GALVÃO, Ramiz, 1922, p. 6). O volume sobre o Brasil em geral teve diversos capítulos sobre História (literária, científica, militar, etc.) e um capítulo (XXIII) sobre história geral, o qual foi escrito por Gastão Ruch Sturzenecker (do descobrimento à proclamação da Independência) e Jonathas Serrano (da independência até nossos dias).

¹⁷⁷ Segundo Lúcia Guimarães (2007) o ciclo, contudo, também resgatou a atuação dos irmãos Andrada no episódio da Independência, o que contrariava a interpretação de Varnhagen. Para a autora, esta e outras abordagens sugerem o divórcio do IHGB com as concepções oitocentistas ali construídas.

internacionais. Foi, no entender de Lúcia Guimarães (2007), uma forma de diplomacia cultural. A decisão de convocar tal Congresso, para esta autora, deu continuidade ao programa de trabalho inaugurado por Rio Branco no IHGB no que se refere à preocupação com a problemática americana. Além disso, era indício de que se superava alguns aspectos da Memória Nacional, forjada no próprio Instituto nos oitocentos, a qual privilegiava a herança europeia nos fundamentos definidores da identidade do Império, em contraposição à “barbárie” das repúblicas vizinhas do Novo Mundo.

No relatório deste evento, Max Fleiüss, secretário perpétuo do instituto, afirma a importância de ocasiões como aquela enquanto meio para a formação de uma consciência comum entre as nações americanas. A preocupação com a problemática americana, evidentemente, esteve em pauta no referido evento. Com isso, os organizadores do Congresso de História da América pretendiam identificar nos domínios da história um “denominador comum” (GUIMARÃES, 2007) entre o Brasil e os demais territórios americanos. A fim de concretizar esta nova tendência, a direção do IHGB propôs um projeto coletivo de escrita da história da América intitulado “Anteprojeto de bases para a elaboração de História da América”. Planejava-se, então, a produção de uma grande síntese da “marcha evolutiva da civilização no continente americano”, acentuando, sobretudo, “os seus pontos comuns”¹⁷⁸. (GUIMARÃES, 1997, p. 224)

Segundo Lúcia Guimarães, a obra coletiva, a despeito dos esforços dos letrados brasileiros, não foi concretizada. Apesar disso, é possível observar que a existência do Congresso, o tom das manifestações dos sócios do instituto sobre o evento e as iniciativas por ele ensejadas apontam para a expressiva presença de debates em torno do pan-americanismo no IHGB da Primeira República. O seu desdobramento imediato era a necessidade de constituição de uma história comum para os povos americanos. A elaboração do anteprojeto, apesar de não ter sido efetivado, demonstra a grande relevância do problema da aproximação com as repúblicas americanas no âmbito dos debates que ali se travaram. Houve, portanto, um estímulo ao desenvolvimento do sentimento pan-americano. Este desejo pode ser visto a partir da análise das atas de sessão, que será desenvolvida mais adiante.

Antes disso, é pertinente mencionar que o contexto de realização do I CIHA e da Assembleia de criação do Instituto Pan-americano de Geografia e História não esteve relacionado apenas à conjuntura nacional e internacional de aumento do interesse pelas relações

¹⁷⁸ A proposta foi aceita por unanimidade e o anteprojeto previa a realização de uma obra coletiva que contaria com 38 capítulos. Os trabalhos deveriam estar concluídos para o Segundo Congresso Internacional de História da América, que seria em Buenos Aires, em 1925.

interamericanas, expresso, por exemplo, no pan-americanismo. A experiência do entreguerras, sobretudo dos horrores da Primeira Guerra Mundial, é também fundamental para compreendermos a atmosfera em que se desenvolvem os eventos a serem analisados neste capítulo. O ambiente intelectual brasileiro foi, evidentemente, impactado pelo conflito de proporções mundiais. No caso dos meios letrados brasileiros, a guerra foi significativamente importante para intensificar a reflexão sobre os modelos estrangeiros com os quais o país se identificava.

Nesse sentido, cabe mencionar a interpretação de Mônica Velloso (1993). A autora aponta que o conflito levou a alterações fundamentais na forma de se pensar o Brasil. A crise de valores do cenário europeu manifestou-se no país com a evocação, pelos intelectuais, do discurso da nova *versus* a velha civilização. Era necessário que o jovem Brasil superasse o atraso e a dependência cultural¹⁷⁹. A “Grande Guerra”, lida como sinal de decadência da civilização europeia, era interpretada como o advento de uma nova Era, na qual a América exerceria o papel de líder mundial¹⁸⁰.

Marly da Silva Motta, por seu turno, ao apreciar o papel que os modelos estrangeiros desempenharam na construção da nação brasileira no raiar da década de 1920, afirma que “o desmontar dos valores que sustentavam a *belle époque* – o liberalismo, o otimismo cientificista, o racionalismo, já abalados desde antes de 1914 – traduziu-se, em todos os domínios do pensamento, por uma vontade de renovação. A inquietação intelectual se acelerou no final da década, com a Revolução Russa e o final da Grande Guerra.” (MOTTA, 1992, p.32)

André Felipe Cândido da Silva (2015), por outro lado, ao analisar os textos publicados pelo médico e pesquisador brasileiro Henrique da Rocha Lima (1879-1956)¹⁸¹ no *Jornal do Commercio* no primeiro ano da “Grande Guerra” afirma que a maior parte da imprensa

¹⁷⁹ Enfocando no caso paulista, a autora indica que o surgimento do movimento modernista esteve relacionado à busca por expressar simbolicamente o fluxo da vida moderna. *A Paulicéia Desvairada* (1922), de Mário de Andrade, representa bem o espírito do período. São Paulo é a imagem da modernidade e do país do futuro.

¹⁸⁰ Nesse sentido, o posicionamento de John Barret (1917), o então Diretor-geral da União Pan-americana, é esclarecedor de como a guerra era significada pelos Estados Unidos e instrumentalizada em sua relação com o continente. Em texto publicado no Boletim da UPA e intitulado “A Guerra e a Nova America”, o autor demonstra otimismo com os efeitos do combate para a constituição da “New Pan America”. Segundo Barret, “O fim da guerra será o início de uma nova era para a Pan América e para o Pan-americanismo” (BARRET, 1917, s/p).

¹⁸¹ “Nascido no Rio de Janeiro em 24 de novembro de 1879, Henrique da Rocha Lima participou da criação de uma das principais instituições dedicadas à medicina experimental e à produção de vacinas e produtos biológicos da época: o Instituto de Manguinhos, a partir de 1908 renomeado Instituto Oswaldo Cruz. Entre 1901 e 1903 especializou-se na Alemanha, ficando deslumbrado com a sociedade, cultura e ciência alemãs e iniciando-se aí uma identificação que marcaria toda sua trajetória e identidade profissional.” (CÂNDIDO DA SILVA, 2015, p. 638)

brasileira rapidamente assumiu posição favorável à Tríplice Entente. A francofilia dos meios intelectuais brasileiros contribuiu muito para o alinhamento ao lado de França, Rússia e Inglaterra. Rocha Lima, por sua vez, se posicionava na contramão da imprensa, defendendo o lado alemão. Chegou, inclusive, a polemizar com outro médico brasileiro através de artigos na imprensa¹⁸².

Para Cândido da Silva, são escassos e insuficientes os estudos que analisam o cenário intelectual do Brasil em termos de posicionamentos e alinhamentos na “Grande Guerra”, sobretudo no que se refere aos intelectuais germanófilos. Desse modo, o interessante de sua análise é que ela aponta para uma questão muito importante: a Primeira Guerra Mundial foi fator fundamental na experiência intelectual dos sujeitos a serem estudados neste capítulo, uma vez que “o engajamento de Rocha Lima e desses intelectuais em favor de um dos lados em confronto foi produto das circunstâncias inauguradas pela chamada ‘Grande Guerra’, na qual

¹⁸² A polêmica se deu em torno da invasão alemã à Bélgica (país que assumira postura de neutralidade) em 1914. O episódio foi marcado por execução de civis, entre os quais mulheres e crianças, pelo uso de civis como escudo humano, assassinato de homens na frente de mulheres e filhos, incêndio de residências e estupros. Foi em torno dessas barbáries que Rocha Lima protagonizou controvérsia pública com o professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Bruno Álvares da Silva Lobo. Lobo foi um dos componentes da missão médico-militar que o Brasil enviou à França para participar da assistência às tropas aliadas. De Paris, ele escreveu em 29 de janeiro de 1915 carta divulgada pela imprensa brasileira com o título “A todas as senhoras brasileiras, sobretudo às que têm filhos”. Nela, o médico dirigia-se diretamente a Rocha Lima, combatendo suas posturas. Segundo Cândido da Silva, a invasão da Bélgica pela Alemanha foi um momento dramático no “front intelectual” e na arena pública. O reverberar da questão pode ser observado também no IHGB. No tomo 80 do ano de 1916 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Erico da Gama Coelho, sócio efetivo do IHGB, médico, catedrático de Obstetrícia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e senador brasileiro publica o texto “A mulher e a guerra”. Ao abordar, ao longo da história, a participação feminina nas guerras – desde a lenda das Amazonas até a convocação do Congresso Internacional de Mulheres, cuja finalidade era a promoção da paz na Europa beligerante dos anos 1914-1918 – o autor transcreve uma preleção sua intitulada “Mulheres violentadas na guerra”, datada de 03 de maio de 1915. Vale a pena acompanharmos o argumento do médico: “Senhoras e senhores. Em Janeiro do corrente ano, a *Press Médicale* inseriu um apelo com vista ao senso moral dos ginecologistas. Queixam-se mulheres imbeles de terem sido estupradas por soldados estrangeiros no momento de invadirem o país e, engravidando após violência sexual, rogam aos profissionais da medicina que lhes façam abortar. Um padre instiga, da tribuna sagrada, a provocarem a interrupção da gravidez, sem demora. Um médico, na serenidade do consultório, indica a roda dos enjeitados por único recurso. Não há perversidades novas na atual guerra europeia; mesmo o estupro coletivo provém da antiga barbárie; nem é a primeira vez que, em doutrina eclesiástica, se considera lícito o aborto provocado no caso de estupro. Dizem que as violências sexuais ocorridas se explicam, não tanto pela concupiscência da soldadesca desabusada, quanto transparece, na linguagem do estrangeiro vitorioso, o propósito de vilipendiar filhas, esposas e viúvas dos vencidos. Mas, abstraindo do apregoado direito das gentes, pois a guerra com os seus episódios indecorosos vem a ser o escárnio de tamanha quimera, estudemos a questão vertente do foro íntimo da mulher vitimada.” (COELHO, 1916, p.573). Aludindo ao ano de 1915 e aos “episódios indecorosos da guerra europeia” (COELHO, 1916, p. 576), bem como aos orfanatos da Bélgica heroica e aos “hospícios de enjeitados na França valorosa” o autor conclui, assumindo franca posição: “Médico cristão, eu não hesito em socorrer a vítima do estupro irreparável, ansiosa de abortar.” (COELHO, 1916, p.576)

os homens de ciência e de letras empunharam suas penas, estendendo as batalhas ao mundo letrado.” (CÂNDIDO DA SILVA, 2015, p.637-638). Veremos, nas páginas a seguir, que o receio de que a América repetisse a beligerância europeia motivou a manifestação de diversos congressistas. A América, unida e solidária entre si, deveria ser um exemplo de paz para o mundo.

5.1.1 As manifestações dos congressistas: o evento de 1922 e a promoção das relações interamericanas

Nas primeiras sessões preparatórias ao Congresso estiveram presentes, além de representantes brasileiros, participantes da Argentina, dos Estados Unidos, da França, do Canadá, da Colômbia e da Venezuela. Nestes primeiros momentos foi feita a leitura do Regimento Interno do evento, segundo o qual seus encontros se realizariam nas dependências do IHGB.

Nos anais do evento, compostos por nove volumes, foram publicados os mais de noventa trabalhos apresentados. Uma questão importante refere-se ao conteúdo destes estudos. Como é possível observar pela relação de títulos dos trabalhos apresentados¹⁸³ e já indicado por Lúcia Guimarães (2007), entre os autores brasileiros, a opção por temas integradores entre a história brasileira e a de outros países das Américas foi bastante restrita – veremos adiante como estas relações Brasil x outros países da América se apresentam nos discursos formulados durante o evento. A delegação dos Estados Unidos, por sua vez, foi uma das poucas, senão a única, que se destacou pela apresentação de comunicações que buscavam enfatizar as relações entre a história norte-americana e a dos demais países do continente.

A Sessão Solene de instalação do I CIHA ocorreu no dia 8 de setembro de 1922. Estiveram presentes neste dia diversas autoridades, entre as quais o presidente da República brasileira, Sr. Epitácio da Silva Pessoa, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Charles Evans Hughes, o Sr. John Tilley, embaixador da Inglaterra, o Sr. Eufrasio Losa, embaixador da Argentina, e o ministro Rafael Maria Arizaga, do Equador.

¹⁸³ Ver quadros no final desta seção.

O discurso de abertura foi proferido pelo presidente do Instituto, o Conde de Afonso Celso¹⁸⁴. A fala é bastante voltada ao centenário, fazendo uma síntese da história brasileira. O orador inicia comparando a Independência à abolição da escravidão, no sentido de que ambos os eventos seriam o ápice de um processo, cujas etapas já vinham sendo observadas desde há muito. Entre as personagens principais deste momento de desfecho são citadas, além de Dom Pedro I, a imperatriz Dona Leopoldina e José Bonifácio de Andrada e Silva. Além destes, não são esquecidos os “mártires” do processo, os quais eram, segundo o anfitrião:

(...) Felipe dos Santos, em 1720; Tiradentes, em 1792; os revolucionários de Pernambuco, em 1817; a madre Joana Angélica, em Fevereiro de 1822. Inclinem-nos ante luminas da nossa história; honremos os serviços de D. João VI, de D. Pedro I, da princesa Leopoldina, sem esquecer os dos governos da metrópole, que se esforçaram por manter unida a imensidão brasileira. Enalteçamos os indígenas que hospitaleiramente acolheram os descobridores e de quem procederam os mamelucos e bandeirantes, emulos dos Colombos e dos Gamas, no devassarem e conquistarem o brávio sertão; os jesuítas, defensores dos índios; os negros, que valiosíssimo contingente nos trouxeram ao trabalho e, durante sessenta anos, sustentaram a república livre dos Palmares. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p.43)

Afonso Celso, além de contextualizar a independência do Brasil, indica que, paralelamente ao Congresso, também estava acontecendo uma Exposição de objetos e

¹⁸⁴ Foi presidente do Instituto de 1912 a 1938. Nasceu em Ouro Preto, no ano de 1860. Filho do Visconde de Ouro Preto, formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo. Foi eleito deputado geral pela província de Minas Gerais por quatro legislaturas consecutivas (1881-1889). Segundo Lúcia Guimarães (2002), sua passagem pela Assembleia Nacional foi marcada pela defesa do abolicionismo e do republicanismo. Apesar disso, o advento da República lhe causou forte decepção, tendo partido para o exílio junto com seu pai. O exílio, contudo, esteve também associado a motivos de ordem pessoal, tal como a busca para a cura da enfermidade de sua filha, Maria Eugênia – a cura da filha, inclusive, foi, posteriormente, atribuída à visita ao Santuário de Nossa Senhora de Lurdes. Na Europa, desenvolveu convívio íntimo com D. Pedro II. Ao retornar ao Brasil, em 1891, ingressou no magistério superior. Em seguida, publicou o livro *Vultos e Fatos* (1892). O livro, fruto de seus diálogos com o ex-imperador, tornou-se um campeão de vendas, tendo servido de subsídio para seu ingresso no IHGB, também no ano de 1892. Fez parte do grupo da *Revista Brasileira* e foi membro fundador da *Academia Brasileira de Letras*, em 1897. Fortemente identificado com o catolicismo, com o qual teve grande envolvimento, foi, no ano de 1905, agraciado pela Santa Sé, como recompensa por sua militância religiosa, com o título de Conde. Afonso Celso é também o autor do livro *Por que Me ufano de Meu País*, publicado no ano de 1900. Lúcia Guimarães chama a atenção para o relativo apagamento da figura de Afonso Celso na história da historiografia brasileira. Apesar disso, ela aponta que estudos mais recentes, como o de Ângela de Castro Gomes e de Lúcia Lippi Oliveira, o indicam como sendo uma importante figura na construção da identidade nacional brasileira.

documentos da independência, organizada pelo IHGB. Ao enunciar o objetivo das comemorações o orador indica as pretensões supranacionais do evento, uma vez que menciona o esforço por pensar o país em seu contexto americano. Segundo ele, buscava-se mostrar que o Brasil:

(...) cioso de sua liberdade, preza também sobremaneira a solidariedade fraternal com todos os povos do continente, povos cuja história, na era pré-colombiana, na colonização, nas lutas da independência, na evolução geral, apresenta numerosos lances idênticos aos da história brasileira. Daí, identidade também de interesses e aspirações. Torna-se o Novo Mundo o renovador do Mundo; institua-se a paz americana, mais *augusta e gloriosa* do que a paz octaviana dos Cesares, – a paz da democracia, do trabalho, do progresso moral, *a paz com que os anjos saudaram o Natal do Messias*. E, na verdade, caberá a América uma *missão messiânica*: a de *evangelizar* e estabelecer o direito, a justiça, a felicidade possível na terra; a de regenerar, sobretudo pelo exemplo, o gênero humano; a de fazer as suas vinte uma nações atingirem o ideal, *à semelhança das doze tribos de Israel* que, através de tantas vicissitudes chegaram à *terra da Promissão*. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p.44, grifos meus)

Chama bastante a atenção o vocabulário escolhido pelo presidente do Instituto, principalmente pelo recorrente uso de metáforas religiosas. Esta marca de sua narrativa já foi observada por diversos autores, entre os quais Lúcia Guimarães (2002), Hugo Hruby (2007)¹⁸⁵ e Lúcio Nascimento (2017). Este último, ao analisar especificamente a fala da abertura do Congresso de 1922, afirma que Afonso Celso não chega a assumir a posição de colocar nas mãos de Deus os caminhos trilhados pelos homens, mas o uso intensivo da linguagem religiosa estrutura a construção da narrativa. A partir da leitura dos pronunciamentos de Afonso Celso,

¹⁸⁵ Hugo Hruby (2007), em sua dissertação de mestrado, observou expressiva presença de clérigos no quadro social do IHGB. Além disso, ele observa que, nos discursos dos sócios (em geral), publicados na Revista do Instituto, há o uso constante de metáforas de cunho religioso. Dessa forma, o autor argumenta que o imbricamento da ciência com a fé extrapolava o simples uso retórico, ornamentador, exigindo de alguns sócios explicações mais robustas. Segundo Hruby: “Padre Belarmino comparava o homem que estudava e investigava a um asceta que meditava e orava e que, após colher os elementos de nossa História, trazia para o Instituto, como o sacerdote trazia para o seu altar, ‘a hóstia do sacrifício’. Se porventura o IHGB viesse a fechar as suas portas, Antônio Zeferino Cândido dizia que, mesmo sem o seu templo, ‘a tribo de Levi’ vagaria tendo a Revista do Instituto como uma Bíblia onde permaneceria ‘eternamente gravada a História do povo de Deus’. Souza Pitanga, ao ser admitido no Instituto, se via ungido como um crente penetrando sob os umbrais do ‘santuário de nossas tradições’ em cujo ‘culto’ faria companhia aos ‘consagrados levitas’ que lá já estavam. Nesse santuário, segundo ele, a liturgia era simples: o culto da ciência e da História, praticando-se uma religião livre de toda a impureza da intolerância e do fanatismo. Ao se reportar à entrada de Eduardo Prado no Instituto, Souza Pitanga o viu como um ‘templário’ em sua peregrinação ao Sepulcro do Divino Mestre (D. Pedro II) a fim de receber a sua ‘investidura’.” (HRUBY, 2007, p.129)

é possível observar que este discurso religioso é especialmente mobilizado em trechos que buscam instrumentalizar uma leitura conciliadora e pacificadora das relações entre o Brasil e os vizinhos. Conforme os trechos grifados na citação acima, observamos que as nações da América são comparados às *tribos de Israel* e a América comparada à *Terra Prometida*.

No que se refere aos conceitos de história de Afonso Celso, Guimarães (2002) afirma que, para ele, o curso da história já estava previamente determinado pela Providência: a ciência é, então, subordinada à fé católica. Segundo a autora, é principalmente a partir de suas intervenções como presidente do IHGB – muito mais do que a partir dos livros que publicou – que é possível compreender suas concepções sobre a história. Nesse sentido a historiadora afirma que:

Seus discursos caracterizavam-se por recorrentes invocações à Providência, o que num primeiro momento chega a confundir o leitor, induzindo-o a supor que Afonso Celso inspirava-se em Ernst Renan. Porém, à medida em que se compara as suas reflexões com as do celebrado historiador francês, essa hipótese não se sustenta. O exame da obra de Renan revela um homem consumido pela dúvida, diante da dificuldade de conciliar a ciência e o catolicismo, a ponto de levantar a premissa de que o catolicismo deixaria de *ser um dogma para se converter numa poética*, Afonso Celso, pelo contrário, mostrava-se dono de uma fé inquebrantável. Em momento algum questionaria os desígnios de Deus, em suas diferentes manifestações, boas ou más. Postura que aponta, mais uma vez, para os pressupostos que orientavam a chamada escola católica de história, enunciados por Charles Olivier Carbonell (...). Na retórica de Afonso Celso, a razão parece subordinada à crença em Deus, o que lhe possibilita identificar com maior clareza os traços contínuos da vontade divina. Na sua percepção a história se desenrolaria de maneira linear, seguindo uma lei de desenvolvimento geral. Assim, todos os acontecimentos, pessoas e situações tomam lugar em relação a esse fluxo, do qual recebem em definitivo o seu significado. (GUIMARÃES, 2002, p.120)

Com efeito, as suas manifestações no I CIHA seguiram na mesma direção apontada na análise do trecho acima. Guimarães ainda ressalta que, na ocasião do referido discurso de abertura, a Providência é entendida como sendo a razão de ser de todos os acontecimentos e situações. Seus discursos são, portanto, uma sucessão de orações e profissões de fé nos quais Deus é apresentado como sendo o motor da história.

A conclusão da fala de abertura do evento aqui analisado, conforme aponta Nascimento (2017), se dá com a argumentação de que a função do Instituto, naquele momento, era similar à de José Bonifácio na independência: auxiliar o estadista em suas ações. Com isso, Afonso Celso retoma uma ideia que estava presente desde a fundação do IGHB: a função do Instituto

era auxiliar na formulação do projeto de nação “E a metáfora serviria, naquele momento, para lembrar o papel que o IHGB deveria assumir nos tempos da república deveria ser próximo daqueles que possuía nos tempos do Império.” (NASCIMENTO, 2017, p. 234)

O trabalho do Instituto não era exaltado apenas nas falas dos sócios brasileiros. Foram muitas as manifestações dos delegados estrangeiros destacando a importância da iniciativa tomada pelo órgão no sentido de promover a realização de um evento que possibilitava o diálogo entre diversos países. Uma das figuras mais participativas nesse sentido foi Ricardo Levene¹⁸⁶, representante da Argentina.

Na primeira sessão plena, realizada no dia doze de setembro de 1922, o argentino, na condição de delegado da *Junta de História e Numismática de Buenos Aires*, fez a entrega dos diplomas de sócios correspondentes dessa associação aos Srs. Conde de Afonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Max Fleiüss, Alfredo Bernardes da Silva e Eugenio Egas. Nesta ocasião, inicia sua fala destacando o papel referencial do IHGB:

(...) O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, foi o modelo das instituições similares da América. Lamas organizou uma Junta em Montevidéu e Mitre, em 1854, falava da necessidade de fundar em Buenos Aires um Instituto Histórico e Geográfico com idênticos fins. Foi o modelo e segue sendo o exemplo. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p.47)

Em seguida, Levene aproveita o momento para expor o estado atual dos estudos históricos na Argentina. Cita os cronistas coloniais e o movimento, surgido nos anos 1910, da nova escola de historiadores argentinos, que se integrava “às novas conquistas da ciência histórica.” (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p.47) e tinha por compromisso a verdade

¹⁸⁶ Segundo Maíne Lopes (2015), Ricardo Levene participou do processo de profissionalização da História na Argentina. Além disso, integrou e dirigiu diversas instituições histórico-culturais, onde atuou como pesquisador e buscou promover a difusão do conhecimento histórico. Em 1938, contribuiu para a criação da *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH), instituição dependente do Ministério da Justiça e Instrução Pública, presidindo-a até 1946. Sua formação, assim como a de muitos intelectuais do período, foi na área do Direito: “Formado em Direito pela *Universidad de Buenos Aires* (UBA), em 1906, Ricardo Levene (1885-1959) iniciou sua carreira como professor de história no *Colegio Nacional Mariano Moreno*. Por volta de 1911, já atuava como professor na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, lecionando a disciplina de Sociologia, e na Faculdade de Direito da mesma instituição. Foi ainda professor na *Universidad Nacional de La Plata*, aonde chegou a ocupar o posto de presidente da universidade entre 1930-1931 e entre 1932-1935, e também exerceu o cargo de Decano da Faculdade de Humanidades. Suas publicações abrangeram temas variados como História Argentina, História Americana, Direito e Ensino de História.” (LOPES, 2015, p. 387)

histórica. A conclusão de seu discurso vai ao encontro das falas que buscavam destacar a aproximação entre os países da América:

Deixo cumprido o honroso encargo da Junta de História e Numismática Americana de Buenos Aires entregando os diplomas acadêmicos correspondentes a historiadores brasileiros e formulando um voto no sentido de que a verdade histórica, qualquer que seja ela, a verdade histórica pura e resplandecente, eterna como a beleza, constitua o supremo ideal de todos os historiadores da América. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p.51)

Na sequência de falas, quem começa agradecendo, em espanhol, é o Sr. Manuel Cícero. É a vez dos novos sócios correspondentes tecerem elogios à Junta de História e Numismática Americana. O também sócio do IHGB manifesta seus votos de que, cada vez mais, se estabelecessem vínculos de solidariedade brasileiro-argentina e que se intensificassem, cada dia mais, o recíproco conhecimento dos dois países. Conde de Afonso Celso, ao se manifestar, se diz representado pela fala de Manuel Cícero. Max Fleiüss, por sua vez, desenvolve longo discurso destacando que Bartolomé Mitre, “nosso aliado em 1865” e fundador da instituição a qual Levene representava, fora também sócio do IHGB. Segundo ele:

Toda a história política, social e econômica desses dois grandes, ricos e prósperos países da América – Argentina e Brasil – no seu assombroso desenvolvimento, função lógica da liberdade que alenta a todos nós, povos americanos, se guarda e se traduz fielmente nas duas prestantes instituições de culto à memória das coisas pátrias, que o eminente Dr. Bartolomé Mitre fundou em vossa terra em 1891 e o Marechal Cunha Mattos, o Cônego Januario da Cunha Barbosa e o Visconde de S. Leopoldo, patrioticamente criaram entre nós em 1838, nos últimos anos do período regencial da menoridade de D. Pedro II. Mais do que os louros e trofeus da diplomacia e das armas, o convívio intelectual de duas associações científicas como estas, aproxima e retempera, pela concórdia social, o espírito de solidariedade e de confraternização internacional. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 53)

As participações de Fleiüss são as que mais esforço demonstram a fim de estabelecer um sentido de “confraternização internacional” para o Congresso de 1922 – isso ficará mais evidente na análise que será feita adiante sobre o discurso de encerramento do evento. O ponto de partida é, sem dúvida, o pertencimento patriótico, mas há também um esforço permanente por solidificar laços mais amplos, sempre apelando a um passado comum: seja pelo militarismo, quando faz alusão à Guerra do Paraguai, seja pelas relações intelectuais/institucionais. Dessa

forma, coroando as falas decorrentes da entrega dos diplomas de sócios correspondentes da *Junta de História e Numismática Americana* por Ricardo Levene é aprovada a seguinte proposta:

Considerando que o Congresso de História da América, reunido na metrópole brasileira por ocasião do 1º Centenário da Independência Nacional, além de festejar condignamente o glorioso acontecimento, vem contribuir eficazmente para que ainda mais se estreitem os laços da fraternidade americana;

Considerando que é da História o ensinamento de que o progresso humano se caracterize, sobretudo, pela preponderância, cada vez maior, da paz sobre a guerra, mediante o concurso da poesia, da ciência e da indústria;

Considerando que a fraternidade universal é a base primordial sobre que repousa esse progresso, porque assegura plenamente a ordem interna das nações e sua mútua confiança;

Considerando que é a fraternidade americana elemento primordial no advento da paz universal, pois a demonstração teórica, formulada pelo autor de “A missão Americana”, do papel do Novo Mundo na conquista dos ideais da humanidade, se vem afirmando praticamente pelo ascendente iniludível da coletividade americana, como baluarte da civilização e último reduto das esperanças universais;

Proponho sejam os primeiros atos do Congresso da História da América, depois de solenemente inaugurado:

a) Um voto de congratulações ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela iniciativa e a organização de um tão útil empreendimento;

b) Um voto de congratulações aos Institutos congêneres das nações americanas pelos serviços já prestados pelos respectivos povos à colaboração da América na realização dos ideais da humanidade e de esperanças, como significação de um compromisso tácito do esforço coletivo para as realizações da missão do Novo Mundo. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1922 – Antônio Figueira de Almeida. Aprovado unanimemente. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 53-55)

É interessante a menção, na proposta acima transcrita, ao livro intitulado “A Missão Americana”, escrito por Theodoro Figueira de Almeida¹⁸⁷. Segundo Livia Pires (2014), o autor foi fundador da Liga Americana pela Paz.¹⁸⁸ Apresentando um programa pacifista em sua

¹⁸⁷ ALMEIDA, Theodoro Figueira de. *A missão Americana*. Imprensa: Belém, Imprensa Oficial, 1918, 123 p. Segundo Livia Pires (2014) o autor foi fundador da Liga Americana pela Paz. Apresentando um programa pacifista em sua essência, a Liga pretendia: “defender a exclusão do continente americano do teatro de guerra e a construção de uma postura política independente da Europa, unindo todos os Estados americanos em uma ação comum. A união americana seria imprescindível não apenas para fortalecer cada um dos países internamente, mas para apresentar uma nova era das relações internacionais, onde assumiria uma postura de liderança” (PIRES, 2014, p.33)

¹⁸⁸ O manifesto da Liga assim se exprimia: “Assumindo, desde então, na sua plenitude, a missão civilizadora que os destinos da humanidade lhe reservaram, a América entraria triunfante no cenário da política europeia, para retribuir, com os seus serviços civilizadores, os benefícios inestimáveis que recebeu do velho mundo. E do problema restrito, que seria a solução das dificuldades originais do atual conflito, o seu programa se elevaria mais alto, visando, em conjunto,

essência, a Liga pretendia defender a exclusão do continente americano do conflito, assim como a construção de uma postura política independente da Europa, unindo todos os Estados americanos em uma ação comum. A união americana seria, assim, imprescindível não apenas para fortalecer cada um dos países internamente, mas para apresentar uma nova Era das relações internacionais, onde assumiria uma postura de liderança.

Ao analisar o discurso a favor da neutralidade no debate sobre a Primeira Guerra Mundial no periódico fluminense *Jornal do Comércio*, Lúvia Peres indica, a partir do estudo dos posicionamentos de Rodrigo Octávio Langaard de Menezes, Clovis Bevilaqua e Theodoro Figueira de Almeida, uma vinculação entre o discurso a favor da neutralidade e o pan-americanismo. Como sabemos, os discursos em prol da neutralidade (que tinha Oliveira Lima entre seus defensores) foram vencidos e o Brasil entrou no conflito após romper relações diplomáticas com a Alemanha, em abril de 1917. Mas as relações entre esta postura e o pan-americanismo parecem ter sobrevivido ao conflito, uma vez que podemos observar, a partir da análise das fontes, esta imbricação entre ambos os discursos no I CIHA, em 1922.

Nesse sentido, é importante notarmos o que afirma Lúcia Guimarães (2007), quando interpreta a proposição de escrita de uma História Geral da América, lida pelo Conde de Afonso Celso ainda durante a primeira sessão plena do dia 12 de setembro: “se a dita *comunhão intelectual* parecia constituir a via mais promissora para consolidar os princípios políticos da doutrina do pan-americanismo, a história se afirmava como fio condutor ideal para legitimá-la.” (GUIMARÃES, 2007, p. 160).

Juntamente com esta proposta, foi aprovada a indicação de autorização para que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pudesse celebrar, o mais brevemente possível, os acordos necessários para que fosse escrita a *História Geral da América*, na conformidade do disposto no Regulamento Geral do Congresso e do plano que foi aprovado¹⁸⁹. O projeto para esta escrita foi assim formulado:

a reparação dos erros políticos do passado europeu, de forma a assegurar a paz definitiva do Ocidente.” (ALMEIDA, 1916, p. 23 APUD PIRES, 2014, p. 33-34).

¹⁸⁹ Após a proposição de elaboração do anteprojeto para a escrita da história geral da América, a Comissão argentina propôs as seguintes indicações, as quais estavam diretamente relacionadas aos objetivos associadas à escrita de uma história geral e foram pelos participantes aprovadas: “A delegação argentina propõe: a) Para a organização internacional das investigações sobre história americana: 1º necessidade de estabelecer nas Faculdades de Filosofia e Humanidades da América os seminários e institutos de investigações destinados a preparar os repertórios bibliográficos gerais e seccionais da história da América e de cada um de seus Estados; 2º As Academias ou Juntas de História promoverão a reunião de Congressos de arquivistas em cada um dos Estados para realizar o trabalho de levantamento dos arquivos históricos, publicação de índices e resgate de documentos; 3º Declarar de imprescindível necessidade a criação de institutos de investigações históricas com sede

Proponho que seja escrita a História Geral da América, de conformidade com o plano que submeto ao conhecimento e aprovação do Congresso, nos termos do artigo X do Regimento Interno: História Geográfica e etnográfica, História política e administrativa, História militar, História judiciária, História econômica e financeira, História diplomática, História científica, História literária, História pedagógica, História artística, História religiosa, História geral (síntese histórica). Sala das sessões, 12 de setembro de 1922. Conde de Afonso Celso. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 59)

Na segunda e última sessão plena do Congresso, foram tomadas novas medidas para viabilizar a escrita da história geral (ver quadro 1 na próxima página). Nesse sentido, foi aprovada a seguinte resolução:

Considerando que a tarefa principal que tem a seu cargo o Congresso, de reunir, ordenar e publicar todos os materiais necessários para escrever em data próxima a história Geral da América: O Congresso resolve: Artigo 1º: Declarar que o Congresso Internacional de História da América funcionará com caráter permanente devendo celebrar cada uma de suas reuniões, respectivamente, em cada uma das capitais americanas. Artigo 2º: Sinaliza-se para a sede da segunda reunião do Congresso a Cidade de Buenos Aires, onde se reunirá em 25 de Maio de 1925. Rio de Janeiro, 12 de Setembro de 1922. José Salgado, delegado do Uruguai. Aprovado. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 180)

Além disso, também foi feita uma homenagem a Oliveira Lima, por ser um dos “mais eminentes representantes da historiosofia continental”. O proponente, Sr. Diego Carbonell, ministro da Venezuela, destacou o importante trabalho de Lima no domínio da História, da Ciência e da “Confraternidade latino-americana”, o qual seria motivo de orgulho não para o Brasil, mas para a América inteira.

em Madri e Lisboa, para cuja realização aconselha que as universidades das capitais dos estados americanos contribuam com uma cota proporcional. Corresponde criar um comitê especial encarregado de tornar efetiva esta iniciativa; 4º Adoção de um tipo de ficha internacional bibliográfica para facilitar o armazenamento (cage). a) Para impulsionar os estudos de história americana: 1ª Fundação de um comitê internacional americano para coletar todas as formas de Folclore e das melodias populares; 2º Preparação e publicação de um grande atlas histórico da América; 3º Formação de uma seção especial de história na biblioteca das legações acreditadas nos Estados Americanos; 4º As Academias ou Juntas de História dos Estados Unidos da América deverão editar um boletim, destinando-se seções especiais à notícia bibliográfica da produção histórica.” (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 61)

Quadro 1: Anteprojeto de bases para elaboração da História Geral da América.¹⁹⁰

CAPÍTULOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Pré-história e período anterior ao descobrimento 2. O descobrimento 3. Situação geral ao tempo do descobrimento 4. Os índios 5. Explorações interiores 6. Determinação geográfica do país. Meio físico. Condições naturais. 7. A colonização. O povoamento 8. Relações políticas e administrativas com a metrópole. 9. Invasões estrangeiras no período colonial. 10. Movimento da independência. 11. Raças. Mistura, fusão, conflitos, preconceitos. 12. Tráfico de negros. Escravidão. Abolição. 13. Assembléias Constituintes e Constituições políticas. Revisão ou emenda constitucional. 14. Organização e evolução políticas. 15. Centralização e descentralização. Autonomia local e federalismo. 16. Atribuições e poderes do Governo. Socialismo do Estado. 17. Regime eleitoral. Eleições. Voto. 18. Organização e vida parlamentar. Partidos políticos. 19. Revoluções. Caudilhagem. 20. Relações diplomáticas internacionais. 21. Guerras internacionais. 22. Tendências ou tentativas de federação ou confederação de países. Expansão colonizadora. Imperialismo. 23. Imigração e emigração. 24. Estrangeiros: condições e direitos. 25. Religião e clero: catequese. Liberdade religiosa. 26. Organização e funcionamento da administração civil. 27. Organização militar. 28. Desenvolvimento e problemas econômicos. 29. Situação e questões financeiras. 30. Desenvolvimento industrial. Invenções e descobertas. 31. Questões sociais. 32. Ciências e letras. 33. O direito, a legislação, a justiça. 34. Direitos e garantias individuais. 35. Educação e ensino. 36. Belas-Artes. 37. Vida privada e social. Organização familiar. 38. Recapitulação cronológica.

¹⁹⁰ Quadro elaborado por Lúcia Guimarães, 2007, p. 159.

Na sessão solene de encerramento, realizada em 15 de setembro de 1922, foram muitos os discursos que indicaram o caráter de “comunhão” do Congresso. Afonso Celso, por sua vez, lê uma proposta que, segundo aprovação dos presentes, deveria ser mencionada no dia do encerramento:

O Congresso Internacional de História da América, em sua segunda e última sessão plena, invocando em sincero e respeitoso culto, os nomes dos vultos gloriosos, que concorreram para a vida e prosperidade dos países americanos, emite um voto expressivo de paz, para que se estreitem, cada vez mais, os laços de perfeita cordialidade entre estes países, orientando-se todos no sentido de se desenvolver, rigorosamente, uma política de intercâmbio comercial, industrial, econômico e intelectual, em relações mais frequentes e diretas, que facilitem, em reciprocidade, o completo conhecimento de cada um e incrementem o progresso, a grandeza e a felicidade dos povos. – José Bonifácio. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 226)

Na qualidade de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o orador declarou que esta proposta sintetizava não só os desígnios do Congresso Internacional de História da América, mas também todo o programa e constante esforço do Instituto. Mais ainda, sintetizava os ideais do Brasil naquele momento de sua evolução histórica. Não passa despercebido o nome de quem assina a moção: José Bonifácio, deputado federal por Minas Gerais. O presidente do IHGB afirma que ela poderia, coerentemente, ter sido subscrita pelo outro José Bonifácio, pelo “patriarca, pelo organizador da nacionalidade brasileira.” (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 226)

Além da menção frequente ao nome de José Bonifácio ao longo do Congresso, a diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acompanhada por diversos sócios, compareceu, no dia sete de setembro de 1922, ao monumento em sua homenagem, no largo de São Francisco. Na ocasião, foram ali depositadas flores naturais, como signo de homenagem ao Patriarca da Independência. Naquele dia, Ricardo Levene discursa em sua homenagem, designando-o como “herói civil da América.” Conde de Afonso Celso também discursou, dando-lhe posição de destaque na história da América:

Não lhe iluminam a biografia os triunfos militares, as façanhas épicas de um Bolívar, ou de um San Martín; mas, na luta civil tão renhida, tão arriscada, tão benemérita quanto a militar, revelou coragem cívica, qualidades de comando, tamanha superioridade como aqueles insígnies americanos, cuja alma, qual a de Washington, apresentava estreitas afinidades com a dele, pertencendo todas

a mesma estirpe de sumidades morais. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 233)

Também receberam homenagens semelhantes Dom Pedro I e a Imperatriz Dona Leopoldina. Mas é a figura do “patriarca” que é eleita para representar o Brasil em uma perspectiva transnacional: é o herói da pátria que também atuou na promoção de valores e princípios gerais, podendo figurar na coleção “Pan-american Patriots”, como vimos no segundo capítulo desta tese.

A medida que o evento foi chegando ao fim, foram sendo intensificados os discursos no sentido de consolidar a interpretação de que o IHGB, ao promovê-lo, estava sendo, ao mesmo tempo, patriota e solidário às iniciativas de cooperação continental. Isso pode ser constatado na argumentação do discurso de Manuel Cícero. A fala é longa, mas elucidativa:

(...) É-nos gratíssimo, neste momento, a nós brasileiros, quando celebramos jubilosos a data em que completa o Brasil o primeiro século de vida política independente, ver brilhantemente representadas neste Congresso tantas nações do Velho e Novo Mundo, que todas quiseram compartilhar as nossas alegrias e entusiasmos e trazer-nos especiais demonstrações de carinhosa simpatia. A gloriosa efeméride brasileira proporcionou-nos, no que diz respeito à América, a ocasião de estreitar, com os demais povos, os laços de confraternidade, que a todos devem unir, para felicidade comum e prosseguimento ininterrupto no caminho da ordem e da paz, da liberdade e da justiça, da prosperidade e do progresso, e que os devem aproximar para a conquista do grandioso futuro e realização dos altos destinos que lhes estão reservados. As energias de que têm demonstrado ser capazes os povos americanos, o intenso amor da pátria e o espírito progressista que os anima e de que têm dado exuberantes provas são a garantia de que eles não se afastarão da rota que se traçaram. Fortes patriotas e ávidos de progredir, não esquecerão que o seu bem-estar e o desenvolvimento de suas aptidões se tornarão difíceis, quando não impossíveis, se cada um deles se desinteressar da sorte de seus irmãos, se não contribuírem todos, animados do mesmo espírito de concórdia e de confraternidade, para que se possa atingir o ideal de solidariedade americana. Sobre a base do intercâmbio intelectual hão de vir a estreitar-se os liames desta solidariedade. Os Congressos internacionais serão o melhor meio de o conseguir e dentre eles cumpre salientar *os congressos de História, porque a história incute no espírito a ideia de solidariedade no tempo e será pela história comum que chegaremos à solidariedade no espaço*. A história geral da América, dos diferentes povos que a habitaram, que a provocaram, que a dignificaram, que a habitam e que a engrandecem, sem distinção de raças e compreendidas todas as épocas, a pré-colombiana, a da conquista, a da colonização, a da formação do seu sentimento de nacionalidade e de reação contra o jugo estrangeiro, a de nação independente, a História Geral da América, escrita em cada um dos países, segundo um plano uniforme, simultaneamente seguida de um trabalho geral de síntese para cada uma das matérias em toda a América, será o mais poderoso vínculo que se poderá

estabelecer, o mais eficaz dos pactos que se poderá firmar. Foi esse um dos objetivos do Congresso que hoje se encerra. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 228, grifos meus)

Os potenciais político-pedagógicos da história são, nesta argumentação, intensamente mobilizados. É a partir do conhecimento histórico que a sociedade introjetaria a ideia de solidariedade do tempo e que chegaria à solidariedade no espaço. O sentimento de vida comum entre os contemporâneos que habitavam a América, portanto, dependia da investigação do passado. É interessante observar a semelhança entre as ideias presentes nos discursos de vários participantes do Centenário da Independência com a argumentação de Benedict Anderson (2008) sobre a definição de nação: comunidade política imaginada, limitada e soberana. Na apresentação do *Novo Mundo* em uma relação de oposição com o *Velho Mundo* parece haver uma extrapolação da descrição dada por Anderson – dos vínculos predominantemente nacionais para os laços continentais. É possível, também, afirmar que o discurso produzido e incentivado pela União Pan-Americana se manifesta nos Congressos que buscam estimular a solidariedade interamericana. Há, inclusive, um esforço deliberado de construção de ancestrais comuns. Tal esforço é, como adverte Anne-Marie Thiesse (2001), a base dos discursos identitários regionais e nacionais.

Independentemente da inspiração nos processos de constituição das nações, o Congresso de 1922, foi, como afirma Guimarães (2007) um caso bem-sucedido de diplomacia cultural. O discurso final de Manuel Cícero evidencia isso. Por fim, cabe aqui mencionarmos o discurso de Max Fleiüss¹⁹¹ no banquete aos congressistas. Nele o autor explicita alguns dos seus

¹⁹¹ Segundo texto disponível na página do IHGB na internet, o então secretário perpétuo: “Nasceu no Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1868 e faleceu em 31 de Janeiro de 1943. Filho de Henrique Fleiüss e Maria Carolina Ribeiro. Fez o curso de Direito na Faculdade do Rio de Janeiro, da qual seria durante 16 anos (1915/31) secretário. Ao aposentar-se recebeu como homenagem o título de Secretário Honorário. Professor da Escola Leonardo da Vinci e do Ginásio São Bento. Doutor honoris causa da Universidade de La Plata (Argentina) e da Academia de Ciências de Munique. Foi membro da Academia das Ciências de Lisboa, da Acad. Portuguesa da História, da Acad. Cubana, da Acad. Nacional de História (Argentina), da Soc. de Geografia de Lima, da Soc. dos Americanistas de Paris, sócio correspondente de todos os Institutos Históricos estaduais, da Sociedade de Geografia do RJ. Em 3 de junho de 1900, foi eleito sócio efetivo do IHGB, passando a honorário em 1914, a benemérito em 1917 e Grande Benemérito em 17 de agosto de 1920. Em 1906 assumiu a Primeira Secretaria, sendo logo após proclamado secretário perpétuo (1907). Foi secretário particular do ministro dos Estrangeiros, conselheiro Rodrigo Silva (1888), membro do Comitê de Ciências Históricas, do qual foi eleito, na Assembleia de Veneza, em 1929, presidente da Comissão Brasileira de Iconografia, representante oficial do Brasil no Segundo Congresso Internacional de História da América, e B. Aires (1937). Convidado especialmente, fez parte em 1939 da banca examinadora do concurso para a cadeira de História da Civilização, na USP. Comissionado oficialmente para pesquisas nas bibliotecas de New York e Washington (1941). Foi diretor de A Semana (1893/95),

referenciais, estrangeiros e brasileiros. Além disso, faz um balanço dos significados do Congresso:

Compartilhei sempre a opinião daqueles que reconhecem no culto da filosofia da história, da grande Ciência de Mommsen, Niebuhr, Otfried, Thirwall, Flint, Gibbons e Fustel de Coulanges, o mais vigoroso fator da vitalidade, de expansionismo e conagração intelectual. Na hora presente de plena floração da cultura humana, cujo vertiginoso desenvolvimento no Novo Mundo assombra a velha Europa, a ciência histórica, que é uma conquista recente do pensamento humano, assume especial feição, subordinando-se às leis gerais do transformismo filosófico de Cuvier e da paleontologia de Le Dantec, Heckel, Darwin e Metchnikoff. A par disso, Sainte-Beuve, Littré, Renan, Buckle estabeleciam, entre as escolas e métodos de investigação histórica, o criticismo ou critério científico da História, a que se filiam modernamente muitos dentre os mais ilustres historiadores d'América, entre outros Vallenilla Lanz, Eloy Gonzáles, Carlos Villanueva, César Rivas, Ricardo Levene, Lysandro Alvarado, Arcaya, Ruiz Guinãnzú, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, João Ribeiro. É no continente americano, meus senhores, berço glorioso da liberdade humana, terra de Chanaan [sic] dos direitos do homem, que o culto do passado, a grande obra de ressurreição dos fatos históricos assume proporções grandiosas; é na pátria das democracias que a história dos povos se transforma na epopeia da moderna civilização, como a mais pujante expressão da vida. É principalmente na terra livre da América não trabalhada nem dividida ainda por ódios políticos, que as embaixadas da paz e da Ciência, os grandes congressos internacionais, como o de História da América, que se acaba de reunir em nossa pátria, como significativa consagração de seu primeiro século de emancipação política, traduzem o mais seguro elemento de êxito para a solidariedade intercontinental, de maior eficácia que a de quaisquer outros serviços de aproximação diplomática. Não há, pois, vocábulos de louvor com que exaltar a importância e a significação do Congresso Internacional de História da

colaborador de *O Comercio de São Paulo*, diretor do *Século XX* e do *Renascença*. Era comendador da Ordem de Bolívar (Venezuela), da Ordem do Sol (Peru), da de Cristo (Portugal) e possuía as medalhas Pro Ecclesia, do Vaticano, e a do Centenário do falecimento de Goethe (Alemanha). Sua obra atinge meia centena de trabalhos, entre livros, artigos, conferências e discursos, entre eles: *Anuário do Clube de Literatura*, 1896 – *Antologia Brasileira: Férias*, 2ª ed., 1902 – *Centenário do Brasil*, 1900 – *Francisco Manuel e o Hino Nacional*, 1916 – *Quadros de História Pátria* (com Basílio de Magalhães), 1918 – *Páginas Brasileiras*, 1919 – *Macedo no Instituto Histórico*, 1920 – ‘O teatro no Brasil’, ‘Organização Política do Império’, ‘História da Imprensa no Brasil’, ‘Historia Administrativa do Brasil’ (Capítulo do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, ed. do IHGB), 1922 – *A Imperatriz D. Teresa Cristina Maria*, 1922 – *História Administrativa do Brasil*, 1923, sua obra mais conhecida – *Centenário de Henrique Fleiuss*, 1923 – *A batalha do Passo do Rosário* (polêmica com o general Tasso Fragoso), 1923 – *Páginas de Historia*, 1924 – *Biografia de d. Pedro II: primeiros anos, educação, tutores, mestres*, 1925 – *D. Pedro II: transladação dos restos mortais do ex-imperador*, 1925 – *O tratado de 29 de agosto de 1825*, 1926 – *História da cidade do Rio de Janeiro*, resumo didático, 1928 – *Rio Branco*, 1931 – *Ouro Preto*, 1931 – *Esboço da História do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1931 – *A cidade do Rio de Janeiro*, 1932 – *Apostilas de História do Brasil*, 1933 – *L’Institut Historique et Géographique du Brésil*, 1938 – *Cem anos bem vividos*, 1938 – *O Instituto Histórico através da sua Revista*, 1938 – *Recordando* (Casos e perfis), 1941.” (WEBSITE IHGB, s/p). Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MFleiuss.html>. Último acesso em 12 de novembro de 2018.

América, sob o ponto de vista do intercâmbio intelectual e da amizade recíproca entre as nações co-irmãs do Novo Mundo; vale por um tratado de comércio de ideias e cordialidade fraternal. (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 234-235)¹⁹²

Na continuidade de sua fala, Fleiüss investe no argumento de que, diante da crise pela qual atravessava o Velho Mundo¹⁹³, a América se tornava “o centro de atração de todas as forças vivas da humanidade”. Sobre ela voltavam-se as atenções. O Brasil, por sua vez, tinha papel central: terra hospitaleira e boa, seu povo era unido e forte, liberal e amigo da paz, sem histórico de guerras de conquista. Quando se envolveu em conflitos, foi para libertar nações oprimidas pelo despotismo (o exemplo aqui é a Guerra do Paraguai)¹⁹⁴. Menciona a atuação da diplomacia brasileira, com especial menção à figura de Rio Branco, como sendo um dos elementos responsáveis pela relação amistosa que o Brasil desenvolvia com seus vizinhos.

¹⁹² O discurso em seu inteiro teor tem cerca de três páginas e está transcrito nos anexos deste trabalho.

¹⁹³ A propósito do discurso de Fleiüss, o qual menciona autores de referência para os historiadores da América, é pertinente atentarmos ao que estava sendo pensando pela intelectualidade francesa neste momento pós-guerra. No caso francês, como sabemos, a experiência da Primeira Guerra Mundial foi fundamental para a reflexão sobre a história enquanto campo do saber. Segundo Christian Delacroix, François Dosse e Patrick Garcia (2012), embora o olhar dirigido à história imediatamente após a guerra não tenha sido unívoco (os historiadores metódicos, por exemplo, no número de 1919 da *Revista Revue Historique*, convidavam à reorganização do trabalho científico), para Lucien Febvre, recém nomeado professor de história moderna da Faculdade de Letras de Estrasburgo (que voltara a ser francesa), a guerra deveria levar a um exame de consciência dos historiadores. Além disso, era comum em diversos balanços intelectuais da guerra a constatação de que a disciplina havia sido incapaz de prever o desastre do conflito, o que gerava forte sensação de sua inutilidade. Segundo os autores franceses: “A célebre frase de Paul Valéry (1919): ‘nós outros, civilizações, sabemos que somos mortais’ resume bastante bem o sentimento de crise intelectual experimentado por muitos na França depois da guerra. É toda uma atmosfera intelectual dominada pelos temas da incerteza, da instabilidade, do indefinido e também pelo da falência da ciência, que marca o período entreguerras. A desconfiança em relação à história expressa em particular por Paul Valéry (1931) e Julien Benda (1934) e o tema da crise da história que se desenvolve durante a década de 1930 participam dessa atmosfera intelectual. Febvre (1936a), por seu lado, evoca uma ‘crise geral e profunda das ideias e concepções científicas.’” (DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; 2012, p. 141). Nesse sentido, as iniciativas de Lucien Febvre e Marc Bloch a fim de renovar a história, traduzidas na fundação da *Revista Annales d’Histoire Économique et Sociale* (1929), se inserem nesta conjuntura de crise do espírito humano.

¹⁹⁴ Apesar destes momentos pontuais dos quais o discurso de Max Fleiüss é um exemplo, Francisco Doratioto (2002) afirma que desde o final da guerra, em 1870, a historiografia tradicional brasileira reduziu a importância do aliado argentino para a vitória sobre Solano Lopez e minimizou, quando não esqueceu, “importantes críticas à atuação de chefes militares brasileiros no conflito. Em compensação, ficou evidente que Francisco Solano López era um ditador quase caricato de um país agrícola atrasado, autor de erros militares que custaram a vida de milhares dos seus valentes soldados, mas que foram motivo de suspeito silêncio de seus admiradores, os revisionistas históricos. Nas últimas décadas do século XX, a história da guerra foi ‘retrabalhada’ pelo revisionismo populista, ao se criar o mito de Solano López grande chefe militar e, absurdamente, líder antiimperialista.” (DORATIOTO, 2002, p.18)

A linguagem utilizada pelo Secretário perpétuo do Instituto, assim como a de Afonso Celso, é marcada por algumas metáforas religiosas – A América representando Canaã, por exemplo¹⁹⁵. Nesse sentido, são importantes as considerações de Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (2014), ao sugerir que os estudos da historiografia brasileira levem em consideração as ideias religiosas. A autora argumenta que o olhar católico sobre a história não perdeu espaço no contexto republicano, tendo sido associado a valores modernos. Tais valores, no campo da escrita da história, se manifestaram em aspectos prioritariamente metodológicos. Para a autora:

Assim, acreditamos que a história nacional oficial tenha refletido os interesses de uma construção identitária católica, pacífica e unificada. Em um país onde a religião, mesmo nos momentos de transição, não perde seu espaço, é relevante perceber as influências das ideias religiosas na escrita da história. Para Marcel Gauchet (2008), após a Revolução Francesa, o mundo religioso foi substituído pelo mundo da história. Isto fez com que a ideia de progresso que então ganhava força se desenvolvesse a partir de uma lógica religiosa, conjugando-se a ela. A história reuniria, portanto, progresso e religião, tradição e modernidade. Assim, ao pensarmos a relação entre integração, identidades e ideias religiosas, consideramos que a história, percebida por estes homens ainda como a mestra da vida, seguia ensinando e oferecendo exemplos para o presente e o futuro. Com ela, seriam apreendidos valores necessários à legitimação da nação, baseada numa unidade que forja semelhanças e aproximações e tende a omitir os conflitos e discordâncias em torno do seu processo de formação. A religião católica funciona aqui como fator que agrega, soma, une as diferenças, simula homogeneidade. (RIBEIRO DA SILVA, 2014, p.11)

Levando em conta as fontes analisadas nesta tese, considera-se bastante apropriada a hipótese sustentada pela autora. A base católica que orienta as interpretações de Fleiüss e Afonso Celso parece mesmo funcionar como um mecanismo de homogeneização e de pacificação do passado e do presente nacional.

Por fim, como podemos observar no trecho transcrito do discurso de Max Fleiüss, novamente se faz referência ao plano de escrita da *História Geral da América*. Ao observarmos

¹⁹⁵ Segundo Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (2014), Fleiüss foi figura central na renovação do Instituto no início do século XX, sendo também identificado com o catolicismo: “diante do ostracismo em que se encontrava após 1889. Em parceria com Afonso Celso de Assis Figueiredo e Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, todos monarquistas e católicos, se empenhou em inserir o IHGB no contexto republicano sem abandonar o passado e a tradição. A aproximação com o Itamaraty e com o governo de Getúlio Vargas a partir de 1930 foram estratégias, em grande parte, lideradas por ele e seus companheiros da ‘trindade do Silogeu’ (Fleiüss, Afonso Celso e Ramiz Galvão), assim denominada por Lúcia Guimarães (2007, p. 59) em referência justamente ao catolicismo destes intelectuais.” (RIBEIRO DA SILVA, 2014, p.10)

a história retrospectivamente, contudo, sabemos que tal projeto teve curto fôlego, apesar dos esforços dos intelectuais brasileiros e de seus confrades do continente. Para Guimarães (2007):

Ao que tudo indica, a iniciativa se perdeu no cipoal da diplomacia. A Terceira Conferência Internacional de Estudos Americanos, realizada em Havana em 1926, optou por criar um órgão específico de cooperação entre as instituições científicas americanas, com o propósito de coordenar, distribuir e divulgar os estudos da história e da geografia do continente – o Instituto Pan-Americano de Geografia e de História, sediado na cidade do México. Assim, passava para a esfera de atuação do novo organismo dar continuidade ao programa de pesquisa e edição aprovado no Primeiro Congresso Internacional de História da América. Como prêmio de consolação, restou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promover a assembleia inaugural da recém-criada entidade, em 27 de dezembro de 1932. (GUIMARÃES, 2007, p. 160)

Mesmo não sendo traduzida para a prática, a iniciativa proposta no Congresso de 1922 pode ser lida como uma busca por aproximar, por meio do conhecimento histórico, os países das Américas. Veremos, na sessão a seguir, como foi gestado este órgão supranacional que acabou ficando responsável pelas investigações históricas e geográficas relativas ao continente americano.

Quadro 2: Trabalhos apresentados no I Congresso Internacional de História da América (1922)¹⁹⁶

Título	Nome do(a) autor(a)
1) Minas Geraes and California	Percy Martin
2) The treatment of Negro in the Brazilian Empire	Mary W. Williams
3) James Watson Webb, United States Minister to Brazil (1861-1869)	N. Andrew N. Cleven
4) Commercial relations between the United States and Brazil (1798-1812)	Charles Lyon Chandler
5) Historia General de Mexico	Juan de Dios Robledo
6) Primeros Materiales para la formación de la Geografía histórica de la República Mexicana y para la historia de la exploración del territorio nacional	Jesús Galindo y Villa
7) Las exploraciones arqueológicas em México	Ramon Mena
8) La evolución constitucional y administrativa de Mexico	Paulino Machorro y Narvaez
9) Diplomacia Mexicana	Antonio de la Peña y Reyes
10) Cronología de la Prensa del Ecuador, 1.000 pseudonimos de la Prensa Nacional	Carlos A. Rolando

¹⁹⁶ Tabela elaborada a partir dos dados disponíveis nos Anais do Congresso Internacional de História da América realizado pelo IHGB. Disponível em: RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p. 871-873.

11) Diccionario Biografico y Bibliografico de la República del Ecuador	Carlos A. Rolando
12) Cronologia de la Republica del Ecuador	Carlos A. Rolando
13) El Altar Mayor del Templo del Sol en el Cuzco (informe preliminar)	Robert Lehmann Nitsche
14) The relations of Great Britain with Guiana	G. Edmundson
15) Plan for a comprehensive history of Canada with bibliographical sources. First Period: discovery and explotation	Não consta
16) Resumen de la Historia militar de Bolivia	Carlos Blanco Galindo
17) Breve relación sobre el Instituto de Investigaciones Historicas de la Facultad de Filosofia y Letras de Buenos Aires	Emilio Ravignani
18) Cristobal Colon y el idioma castellano	Romulo de Carbia
19) La representacion de Buenos Aires em el Congresso de Tucuman	Carlos Correa Luna
20) El Uruguay y la Doctrina del arbitrage amplio	José Salgado
21) El nombre de Montevideo, de que expresion deriva, precisamente. Ni de "Monte Vide Eu", ni de "Monte Vi Eu", ni de "Monte Vide", ni de "Monte Vi", ni de "Monte Veo", ni de ninguna de las expresiones corrientes.	Carlos Travieso
22) La Civilización Preincasica y el problema sumerologico	Clemente Rice
23) El Brasil em Caseros	Mariano de Vedia y Mitre
24) El Plata inferior en el siglo XVI. Santa Maria Candelaria, Monte Segredo y las siete insulas.	Annibal Cardoso
25) La ereccion del Primer Triunvirato y la renuncia del presidente Chicland	Juan Canter
26) Vigencia de la novisima recopilacion	Jorge Cabral Texo
27) Los mitos Guarainies	Eloi Fariña Nuñes
28) La sucesion social em la Historia Argentina	J. M. Euzaguirre
29) Historia de la Justicia Araucana	Tomás Guevara
30) Los estudios geograficos y etnograficos de Felix de Azara	L. M. Torres
31) tratado de Comercio Franco entre el Brasil y el virreynato del Rio de la Plata, em 1808.	Ricardo Levene
32) Antecedentes de Nuestro pacto federal de 1831	Emilio Ravignani
33) Breve resumen de la Historia Diplomatica de Bolivia	Alberto Gutierrez
34) O descobrimento do Brasil, Hispanhoes e Portuguezes	Solidonio Leite
35) A fundação de São Paulo	Affonso d'Escragnolle Taunay
36) Regencia Trina, perfil de Feijó	Eugenio Egas
37) Papel de José Bonifácio em a nossa independência	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
38) Política de Pombal em relação ao Brasil	J. Lucio de Azevedo
39) Os franceses no Brasil, França Equinocial	Canna Brasil

40) A escravidão. Da supressão do tráfico à lei Áurea	Evaristo de Moraes
41) As três raças na sociedade colonial. Contribuição social de cada uma.	Affonso Claudio
42) A escravidão. Da supressão do tráfico à lei Áurea.	Affonso Bandeira de Mello
43) Alguns paulistas do século XVI e XVII	Alfredo Allis Júnior
44) Novas Bandeiras e novos bandeirantes	Alfredo Allis Júnior
45) Duarte Pacheco e o descobrimento do Brasil	Carlos Maria Ferreira Leite
46) A inconfidência Mineira. Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira.	Lúcio José dos Santos
47) O Brasil. O que somos e o que temos feito.	Roberto de Miranda Jordão
48) Os precursores de Cabral sob o ponto de vista geográfico. Descobrimento do Brasil.	Gastão Mathias Ruch Sturzenecker
49) Determinação da área conhecida do Brasil do norte até fins do século XVII. Principais elementos que contribuíram para sua exploração.	J.B. Halfkemeyer
50) Os holandeses como exploradores do interior do Paraíba.	Coriolano de Medeiros
51) O Brasil Central. Viagens e explorações.	Benedicto Odilon Propheta
52) História do rio Paraguai.	Gregorio Thaumaturgo de Azevedo
53) História do rio Amazonas.	Henrique A. Santa Rosa
54) História do rio S. Francisco.	Elpídio de Mesquita
55) Geografia botânica do Amazonas	Alfredo Augusto da Matta
56) Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da Ethnographia indígena no Brasil. Jazidas paleontológicas.	Carlos Teschauer, S. J.
57) Os grandes mercadores de escravos africanos. As tribos importadas. Sua distribuição regional.	Braz Hermenegildo do Amaral
58) Decifração e comentário de uma inscrição comemorativa cujo molde pertence ao Museu Nacional.	A. Childe
59) A América não pode viver de sua própria história. A influência francesa na conjuração mineira.	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
60) Manifestação do sentimento constitucional do Brasil-reino em favor das Cortes portuguesas. Crítica desta manifestação pelo confronto do que era a causa do Brasil com o que era a causa de Portugal.	Augusto Olympio Viveiros de Castro
61) Manifestação do sentimento constitucional do Brasil-reino em favor das Cortes portuguesas.	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
62) A atitude de franca hostilidade que as cortes vieram a assumir contra o Brasil, promovendo a sua recolonização. Os deputados brasileiros: sua ação.	Alfredo Balthazar da Silveira

63) A Marinha brasileira na Guerra do Paraguai.	Raul Tavares
64) Barroso, Tamandaré, Inhaúma.	Didio Costa
65) Formação do Exército Brasileiro e sua evolução no século XIX.	Nilo Val
66) O Exército brasileiro no período Colonial.	F. de Paula Cidade
67) Um marinheiro ilustre.	Alfredo Balthazar da Silveira
68) A Marinha no Brasil Colonial.	Zenithilde Magno de Carvalho
69) Joanna Angélica. A primeira heroína da Independência do Brasil.	Bernardino de Souza
70) Formação dos limites do Brasil.	José Cândido Guillobel
71) A política brasileira no Prata. Missões especiais.	Heitor Lyra
72) A abertura dos portos do Brasil ao comércio do mundo civilizado.	José Teixeira de Barros
73) Da influência estrangeira em nossas letras.	Adrien Delpech
74) Folk-lore paraibano.	Coriolano de Medeiros
75) A cultura jurídica no Brasil. Escolas e doutrinas, juriconsultos e professores.	Clovis Bevilaqua
76) Correntes filosóficas.	Antônio Figueira de Almeida
77) História das Artes plásticas no Brasil.	Argeu Guimarães
78) História da Literatura médica brasileira.	Alvaro A. de Souza Reis
79) O teatro no Brasil.	Claudio de Souza
80) A liberdade dos índios. A companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados.	Padre J.M. de Madureira, S. J.
81) O Juruá Federal. Território do Acre.	José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho
82) A Carta Constitucional de 1824. Ideias nela dominantes.	Cesar do Rego Monteiro
83) A Carta Constitucional de 1824. Ideias nela dominantes.	José de Barros Wanderley
84) A Constituição	Augusto Cesar Lopes Gonçalves
85) A Administração na Regência	Theodoro Magalhães
86) Relações entre o Estado e a Igreja. A formula adotada na República.	Manuel Tavares Cavalcanti
87) História Administrativa	Manuel Porfírio de Oliveira Santos
88) Os prodromos do federalismo. Ideias, projetos e programas dos partidos.	Agenor de Roure
89) O direito processual. Organização judiciária.	Luiz Frederico Sauerbronn Carpenter
90) Síntese histórica de economia e finanças do Brasil.	João Lyra Tavares
91) O descobrimento do Brasil. Primicias da nova terra. O pau-brasil: constituição de parcerias para o tráfico. Arrendamento da terra e encargo dos rendeiros. Ensaio de povoamento e criação de feitorias. Regulamentação do tráfico. Monopólio da madeira territorial e expansão das feitorias. Cultura do solo: a canna saccharina. Contrabando: a sua repressão.	Roso Lagoa

92) Política Econômica de Dom João VI	Agenor de Roure
93) Organização bancária	Nuno Pinheiro
94) Documentação para o histórico das tarifas aduaneiras no Brasil	João Carneiro da Fontoura
95) Prodromos da Independência. Papel do Exército na formação autônoma do Brasil	Edmundo Williams Muniz Barreto
96) A Marinha Nacional na Campanha da Cisplatina (1825-1828)	Lucas Alexandre Boiteux
97) O Exército nas Campanhas Platinas	Emílio Fernandes de Souza Docca
98) A Marinha de Guerra na Pacificação interna do Brasil	Annibal Gama

5.2 O Instituto Pan-americano de Geografia e História (1932-1933)

No ano de 1928, na sexta Conferência Pan-Americana, em Havana, foi criado o Instituto Pan-americano de Geografia e História. O programa de trabalho, que indicava a fundação de tal Instituto, foi apresentado nesta ocasião. Neste momento foi aprovada a seguinte resolução:¹⁹⁷

Resolução: I. Cria-se o Instituto Pan-americano de Geografia e História, que servirá de coordenação, distribuição e divulgação dos estudos geográficos e históricos nos Estados Americanos;

II. O Instituto Pan-americano de Geografia e História servirá de órgão de cooperação entre os Institutos Geográficos e Históricos da América, para facilitar o estudo dos problemas que concernem à Geografia e à História.

III. Iniciará e coordenará as investigações que exigem a cooperação de vários países, controlando as discussões científicas.

IV. Terá como seu encargo a publicação de todos os trabalhos que enviem os estados Americanos.

V. Fará estudos que tendam ao esclarecimento das questões de fronteiras sempre que o solicitem todos os países diretamente interessados em ditas questões.

VI. Será o encarregado de formar um grande arquivo de planos e documentos históricos relativos à América, assim como uma biblioteca das matérias próprias do Instituto.

VII. O Instituto Pan-americano de Geografia e História estará formado por todos os Estados Americanos representados por uma delegação nomeada por cada governo. A cada delegação corresponderá um voto. (ASSEMBLEIA PRELIMINAR/RESENHA HISTÓRICA, 1930, p.9)

¹⁹⁷ *Instituto Pan-Americano de Geografia e História*. Assembleia Preliminar, septiembre de 1929. TACUBAYA, D.F., Mexico. Talleres Graficos de la Secretaria de Agricultura Y fomento, 1930.

Segundo as atas da Assembleia Preliminar de criação do IPGH, realizada no México, o início das atividades se deu com a leitura de uma carta do diretor-geral da União Pan-Americana, Leo S. Rowe, em que se desculpa por não poder estar presente. Este documento, lido na sessão do dia 17 de setembro de 1929, ajuda a compreender os objetivos da criação da instituição. Nele, Rowe afirma estar “profundamente convencido da importância do trabalho que irão empreender os senhores delegados” e lhes envia seus “cordiais votos pelo êxito de seus trabalhos.” (ASSEMBLEIA PRELIMINAR, 1930, p.1). Depois disso, desenvolve longa argumentação sobre a importância da Geografia e da História para o “grande progresso das nações da América”. A criação do Instituto, segundo ele, assinalava a hora em que o esforço científico empreendido em cada país assumia uma forma e uma coordenação internacional. Para tanto, os estudos geográficos se fariam com uma concepção continental. Os estudos históricos se desenvolveriam com a finalidade de “criar uma inteligência filosófica da vida interamericana.” Sobre a história, Rowe afirma ainda que:

(...) Ela é uma lição permanente de solidariedade americana. As raízes de nossa vida nacional estão enterradas em um passado comum. O ritmo da vida histórica, mais acelerado em certas nacionalidades, mais lento em outras, tem, no entanto, um movimento isócrono. A uma mesma hora nasceram as colônias e quase na mesma hora nasceram as repúblicas. Apesar das diferenças de raças e de linguagem, os ideais de nossas culturas têm sido análogos e a história tem orientado com invariável paralelismo o desenvolvimento social, político, econômico e espiritual do nosso povo. Assim, a razão histórica e a razão geográfica são dois fatores de unidade pan-americana. Os estudos destas duas ciências servirão para afirmar esta unidade e para fazer no presente e no futuro, mais robusta a aspiração de nossos povos e a solidariedade permanente de pensamento e de ação para a realização de um mesmo ideal de civilização continental. (ASSEMBLEIA PRELIMINAR, 1930, p.1, tradução nossa)

O conhecimento histórico é colocado, novamente, a serviço do desenvolvimento da ideia de civilização continental, baseada na noção de unidade¹⁹⁸. Rowe não se esquece, contudo,

¹⁹⁸ Unidade esta muito tributária também da geografia. Esta associação entre as duas áreas igualmente ocorrera alguns anos antes na França, sendo tal união uma característica do ensino na Terceira República: “É no âmbito dessa função eminente de fermento nacional que se opera a união entre a história e a geografia, que permanece como uma característica do ensino francês.” (DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; 2012, p. 109). Desse modo, junto à narrativa histórica, a geografia dava corpo à alma francesa, exaltada pelo romance nacional. No caso que está sendo analisado aqui, da geografia na América, Rowe afirma: “A geografia tem sido sempre um dos fatores mais importantes

que em alguns casos o ritmo da vida histórica é mais acelerado, em outros mais lento. A simultaneidade do não-simultâneo, explicada por Koselleck (2012; 2014), é aqui mobilizada. Alguns estados estão mais perto da civilização, outros mais distantes. Mas a promessa é que a união de todos sob o amálgama pan-americano pudesse inserir todas as nações no caminho do progresso. Tal progresso, evidentemente, passava pela liderança dos Estados Unidos.¹⁹⁹

Nesse sentido se direciona o discurso de outro norte-americano, William Bowie, representante da Sociedade Geográfica Nacional de Washington. Ele foi um dos delegados dos EUA, representando também a Secretaria de Comércio do Governo dos Estados Unidos. Segundo Bowie:

Os diretores da Sociedade Geográfica Nacional desejam que conste seu verdadeiro desejo de que os esforços dos povos do hemisfério ocidental, guiados por nosso Instituto, tenham êxito na descoberta de dados históricos e em sua apresentação em informes, livros ou papéis científicos, de modo que os dados obtidos possam ser utilizados com a finalidade de tornar mais fácil a

das civilizações. Continentes, ilhas, montanhas, rios, oceanos, planícies, tem determinado a vocação, fixado o destino e orientado os movimentos históricos das raças. E no Novo Mundo o imperativo geográfico tem sido um dos fatores mais potentes da unidade continental. A unidade física de uma área continental tem contribuído tanto ou mais do que nenhum outro fator para modelar a unidade espiritual de nossas civilizações americanas. Duas das grandes bacias hidrográficas do hemisfério ocidental se comunicam e um curto canal não tardará em conectá-las com a terceira, e deste modo o Prata, o Amazonas e o Orinoco serão uma imensa cintura que unirá todas as nações da América Meridional. As cadeias de montanhas em outros continentes tem sido barreiras para a aproximação dos povos. Na América, a cadeia andina é uma vértebra que dá unidade indestrutível a vida do continente.” (ASSEMBLEIA PRELIMINAR, 1930, p.1, tradução nossa) Desse modo, na América, ao invés de servir como fator de distanciamento entre as nações, a geografia, fazendo par com a história, serviria para “unir os povos”. Novamente vemos aqui os elementos que em outros tempos e espaços serviram para a constituição do discurso nacionalista instrumentalizando a ideia de comunhão supranacional.

¹⁹⁹ Nesse sentido, é importante retomarmos a questão da conjuntura política mais ampla do período, agora sob o ponto de vista das relações internacionais. Segundo Amado Luís Cervo (2008), a Primeira Guerra e a depressão dos anos 1930 prejudicaram o comércio exterior da América Latina. No caso da Grande Guerra, o efeito foi de redução do fornecimento externo de manufaturados. Já no que se refere à depressão dos anos 1930, foram afetadas as exportações primárias e de alimentos. Estas perturbações do comércio exterior tiveram impacto sobre o sistema produtivo, que se voltou para a industrialização substitutiva de importações e sobre o controle do poder local, que então passa das oligarquias agroexportadoras para as novas elites urbanas. Além disso, “as relações com os Estados Unidos eram sintomáticas do período. A grande potência continental tomava o lugar dos europeus no comércio, nos investimentos e na política.” (CERVO, 2008, p.152). Embora tenha havido, na perspectiva de Amado Cervo, uma resistência entre as lideranças locais latino-americanas ao que ele denomina de deslocamento do imperialismo da Europa para os Estados Unidos, a partir dos anos 1920 as opiniões latina e norte-americana foram se afinando e “uma nova política da boa vizinhança teve chance de ser posta formalmente em marcha por Roosevelt, em 1933. Reforçava-se, assim, a união política do continente, que podia passar-se da Sociedade das Nações, à qual as repúblicas latino-americanas haviam aderido, com exceção do México. Decepcionado com a sociedade, o continente inclinava-se a converter o pan-americanismo em sua liga política e em seu sistema de diplomacia de conferência (...)” (CERVO, 2008, p.153).

vida dos habitantes do hemisfério ocidental. Com a inteligência vem o poder, e com o poder temos o meio para elevar o nível de vida e aumentar a felicidade dos cidadãos de cada uma das nações americanas. (ASSEMBLEIA PRELIMINAR, 1930, p.120. Tradução nossa.)

O papel do Brasil na constituição do IPGH foi bastante relevante. O país foi o segundo que mais contribuiu com valores nas cotas de cada estado. Isso porque, segundo os estatutos aprovados, a contribuição seria proporcional à população. O discurso de Moreira de Abreu na sessão da Assembleia Preliminar do IPGH, indica a postura da delegação brasileira²⁰⁰: “por meio desse organismo, isto é, por meio da sua Geografia e da sua História, as nações americanas poderão, com mais facilidade, se conhecer melhor.” (MOREIRA DE ABREU, ASSEMBLEIA PRELIMINAR, 1930, p.117). Além disso, o primeiro vice-presidente da instituição foi Conde de Afonso Celso, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A Assembleia inaugural do IPGH, por sua vez, foi sediada pelo IHGB, tendo sido realizada no Rio de Janeiro. A fim de compreendermos a finalidade da fundação do IPGH, nas linhas a seguir serão analisados os diálogos transcritos nas atas de sessão deste evento.

5.2.1 A Assembleia inaugural do IPGH: atas de sessão²⁰¹

“Obedecendo ao irrevogável lema da filosofia socrática, este Congresso testemunha que a América quer conhecer-se a si própria, fisiológica e psicologicamente, no espaço e no tempo.” (CELSONO, Afonso; RIHGB, 1934, p. 27)

No dia 26 de dezembro de 1932 ocorreu a sessão preparatória à Assembleia inaugural do IPGH. Nesta ocasião estiveram reunidos, no IHGB, Manuel Cícero Peregrino da Silva, sócio da instituição anfitriã; Alfonso Reyes, embaixador do México; Wallace Atwood, delegado do

²⁰⁰ Os representantes do Brasil na ocasião eram os senhores Conde de Afonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio de Langaard Menezes, Max Fleiüss, Agenor de Roure, José Maria Moreira Guimarães, Rodolpho Garcia, Alfredo Valladão, João Pandiá Calogeras e Othelo de Souza Reis.

²⁰¹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Instituto Panamericano de Geografia e História. Volume I, Assembleia Inaugural, 1932-1933. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934.

governo dos Estados Unidos e da União Pan-americana; Pedro Sánchez e Otavio Bustamante, respectivamente diretor e vice-diretor do Instituto Pan-americano, ambos delegados do governo do México. Manuel Cícero, presidente da Comissão Organizadora da Assembleia inaugural do IPGH, ao saudar os presentes e agradecer pela oportunidade, afirma que esta serviria para estreitar “os laços que nos unem, laços de confraternidade e de solidariedade” (RIHGB, 1934, p.7).

O IPGH seria formado por delegações dos diferentes Estados da América. Na assembleia preliminar, reunida na cidade do México em setembro de 1929, foram aprovados os Estatutos e resolveu-se que fosse realizada, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1932, a Assembleia Inaugural:

Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição benemérita fundada há quase um século, guarda das tradições brasileiras, confiou o governo da República dos Estados Unidos do Brasil a honrosa missão de promover a realização da Assembleia e nomeou com esse objetivo uma comissão organizadora, que é, ao mesmo tempo, a delegação brasileira. O programa dos trabalhos foi organizado, no México, pelo Comitê Executivo, conforme dispõem os Estatutos. Impedido de comparecer o presidente do Comitê, Dr. Salvador Massip, de Cuba, compete ao 1º Vice-Presidente, Sr. Conde de Afonso Celso, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a presidência da Assembleia. (RIHGB, 1934, p.8)

A Assembleia, além de ser um momento solene de inauguração do novo Instituto, foi também um espaço para apresentação de trabalhos acadêmicos. Ela contou, para tanto, com as seguintes sessões: 1) Topografia, Cartografia e Geodésica. Geomorfologia; 2) Geografia humana e etnogeografia. Geografia histórica. Geografia biológica. Geografia econômica; 3) Pré-história, História pré-colombiana e Arqueologia. História da época colonial; 4) História da emancipação das nações americanas. História da época independente.²⁰²

Os Estados americanos que enviaram delegados foram os Estados Unidos, Bolívia, Colômbia, Cuba, República Dominicana, Equador, México, Paraguai, Peru, São Salvador e Bolívia. Além disso, o evento contou também com a presença de muitos representantes de instituições brasileiras.²⁰³

²⁰² A lista das memórias e indicações apresentadas na Assembleia Inaugural do IPGH (1932-1933) encontra-se no final da seção 5.2.2 deste capítulo.

²⁰³ Os quadros com a lista das instituições participantes (nacionais e estrangeiras), bem como seus respectivos delegados, podem ser vistos nos anexos desta tese.

Na sessão solene de abertura, realizada no dia 27 de dezembro de 1932²⁰⁴, coube ao Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Afrânio de Mello Franco, o discurso de abertura. Esta fala é bastante esclarecedora no que se refere à postura do governo brasileiro sobre o pan-americanismo. O ministro começa argumentando que dizer o nome da capital brasileira, em si, já evocava cerca de meio século de política pan-americana, a política tradicional da República. Além disso, sustenta que desde o Império não foi outra a tendência do Brasil, nação eminentemente pacifista e continental. Foi, porém, nos dias do novo regime:

Que a Chancelaria do país pode coordenar os impulsos e as tradições da alma brasileira, no sentido de uma política de maior solidariedade moral, íntima e afetuosa, com os povos americanos. Essa política nunca foi razão para a quebra de outros laços de amizade com as demais nações não americanas. Há, entretanto, sob o céu da América, um sentido especial da civilização moderna, que explica o fenômeno moral pan-americano. (RIHGB, 1934, p.19-20)

A escolha da capital do Brasil para a assembleia inaugural é vista por Afrânio de Mello Franco como reconhecimento do “espírito profundamente americano” de que estaria imbuída a vida do país. Ademais, o orador faz menção à memória de Rio Branco como sendo o principal propugnador da política pan-americana no Brasil. Ao longo do discurso, a América é também apresentada como sinônimo de esperança. Exemplo disso foi sua abertura histórica à imigração e à colonização.²⁰⁵ Nas palavras do autor:

²⁰⁴ Neste momento estas foram as autoridades presentes: “Às 21 horas assume a presidência o Senhor Afrânio de Mello Franco, Ministro das Relações Exteriores, tendo à sua direita os Srs. Edwin Morgan, Embaixador chefe da delegação dos Estados Unidos; Dr. Washington Pires, Ministro da Educação e da Saúde Pública, e engenheiro Pedro C. Sánchez, diretor do Instituto, e à sua esquerda, os Srs. Alfonso Reyes, Embaixador e chefe da delegação do México; Conde de Afonso Celso, vice-presidente do Instituto Pan-americano e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e Dr. Cícero, presidente da Delegação do Brasil e da Comissão organizadora da Assembleia.” (RIHGB, 1934, p.20)

²⁰⁵ No mesmo período em que era pensada a criação do IPGH, houve uma iniciativa elucidativa de um tipo de colonização/migração sintomática de um cenário marcado pelas relações pan-americanas. Me refiro à fundação da *Fordlândia*, em 1928. Esta foi uma cidade criada por Henry Ford no Brasil. Segundo Greg Grandin (2010), o conhecido empresário do setor automobilístico, que era então o homem mais rico do mundo, ao adquirir uma enorme concessão de terras na Amazônia, deu início à plantação de seringueiras às margens do rio Tapajós, um afluente do Amazonas. A propriedade era comparável em tamanho a um estado americano de porte médio. Os objetivos de tal empreendimento estavam, evidentemente, associados ao negócio da FORD MOTOR COMPANY: “A despeito dos melhores esforços de Thomas Edison para produzir borracha doméstica ou sintética, o látex era o único recurso natural importante que Ford não controlava (...)” (GRANDIN, 2010, p. 17). A empreitada incluía a construção de uma cidade e uma ampla campanha sanitária contra os perigos da floresta. O projeto da *Fordlândia* era apresentado na imprensa internacional como a luta entre o homem moderno e a natureza: “Ford representava o vigor, o dinamismo e a energia que definiam o capitalismo no início do século XX; a Amazônia incorporava a imobilidade primitiva, um mundo

Entre nós, todas as dissensões têm, irresistivelmente, aparência doméstica. Os ódios, neste lado do mundo, não duram. O pragmatismo cordial da vida cotidiana vem logo varrer na memória destes povos a imagem pouco simpática da desarmonia finda. Nossa história ensina que tudo, no continente novo, tende às atitudes cordiais do esquecimento e do perdão. Vem daí, dessa peculiaridade da psicologia da América, uma espécie de pan-americanismo instintivo. O pan-americanismo político resulta, portanto, de um pré-existente pan-americanismo sentimental. Esse nasceu simultaneamente no norte, no centro e no sul, em margens que dão para o Atlântico e para o Pacífico na alma das primeiras famílias e dos primeiros lavradores que aqui vieram fundar nações. A identidade, ou pelo menos a similitude, dos seus destinos e dos seus esforços, das suas vicissitudes e das suas vitórias, fez desses primeiros núcleos humanos, que depois se tornaram povos independentes, uma grande família continental. O Instituto Pan-americano de Geografia e História é um enorme instrumento de trabalho continental dentro dessa atmosfera. Seu fim é aprofundar o conhecimento científico do material humano e do material geográfico dos povos da América. (RIHGB, 1934, p.21)

A fala do presidente perpétuo do IHGB e vice-presidente do IPGH também é reveladora dos objetivos da fundação da agremiação supranacional. Bastante institucional, destaca a contribuição do IHGB para o conhecimento histórico e para a promoção das relações exteriores do Brasil. Inicia seu discurso justamente destacando a importância do papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e remetendo-se ao Congresso de 1922:

Associação que, no decurso de quase cem anos de ininterrupto labor, sempre se empenhou pela aproximação e mútuo conhecimento das nações americanas, a fim de nelas solidamente estabelecer-se a estima e a confiança recíprocas. Provam-no os 164 volumes da sua “Revista”, em que avultam memórias sobre a América, promovido por ele e reunido nesta capital, de 6 a 14 de dezembro de 1922, assembleia a que concorreram delegados de 17 países e de 25 instituições, apresentando mais de uma centena de monografias,

antigo que até então havia se mostrado incontestável.” (GRANDIN, 2008, p. 18). Segundo o Washington Post, Ford estava levando “a magia do homem branco” para o mundo selvagem. A representação da floresta amazônica que circulava na mídia norte-americana estava bastante alimentada pelas narrativas de aventureiros e exploradores estrangeiros, entre os quais Theodore Roosevelt. O ex-presidente norte-americano, em seus relatos da expedição de 1912, apresentava a selva como um lugar malévolo e quase sobrenatural, cheio de serpentes traçoeiras. Apesar disso, “Henry Ford, juntamente com os homens e as mulheres que enviou para construir seu assentamento, mostrou-se surdo a essas reflexões, às metáforas e aos clichês que confundem grande parte do que já se escreveu sobre a Amazônia.” (GRANDIN, 2008, p. 21). Ford gastou cerca de duas décadas e dezenas de milhões de dólares financiando não uma, mas duas cidades americanas (na primeira tentativa, a plantação foi devastada por uma praga). Segundo Grandin, o empreendimento não foi comercialmente lucrativo, mas era encarado por seu mentor como uma obra de civilização. A FORD MOTOR COMPANY abandonou suas propriedades na Amazônia, marcada por sucessivos fracassos e pouca borracha produzida, em novembro de 1945.

publicadas em nove grossos volumes. Aprovou ele a indicação de escrever-se uma história geral da América, segundo plano sintético, mas acentuando-se as peculiaridades de cada região. Pertence-lhe ainda a iniciativa de organizar-se a bibliografia das produções literárias e científicas do Novo Mundo, sendo que a autoria da primeira proposta foi do presidente e a da segunda do secretário perpétuo do Instituto. (AFONSO CELSO; RIHGB, 1934, p.25)

Em seguida, Afonso Celso passa a argumentar sobre a colonização da América. Sua interpretação é marcada por uma perspectiva bastante positiva dos eventos associados a este processo, inscrevendo-o em uma chave de leitura evolucionista: “O descobrimento da América constituiu – ninguém o desconhece – um dos magnos sucessos da evolução universal.” (RIHGB, 1934, p.26). Ele não ignora as destruições promovidas pelos colonizadores, mas as atenua em nome do progresso:

Destruíram-se, lamentavelmente, é certo, civilizações autóctones antiquíssimas. Não há, porém, progresso sem vítimas nem imolações, como não há parto sem sangue e sem dor. Em compensação quanta luta épica – *mais do que prometia a força humana*, na conquista do interior contra florestas impenetráveis, rios intransponíveis, pantanais traiçoeiros, mil terríveis obstáculos da pujante natureza hostil, lutas superiores, em audácia e heroísmo, às das grandes guerras e às das aventuras do oceano tenebroso! E os perseguidos por motivo de religião na Velha Europa vieram aqui lançar as bases de uma das maiores nacionalidades do globo. *E os africanos escravizados angariavam aqui, ao preço resgatador do sacrifício, um futuro para os seus descendentes como estes não poderiam sonhar no solo de origem, legando-lhes pátria livre, onde a tudo lhes é lícito aspirar.* E infelizes necessitados empreendedores do Ocidente e do Oriente, aqui encontraram amplo refúgio, campo de ação onde, benignamente acolhidos, atingiram máxima parte as suas esperanças. (...) As revoluções, os conflitos, os abusos registrados deste lado do Atlântico, desde o descobrimento, não se equiparam, nem no número nem na gravidade, aos, no mesmo período, ocorridos na Europa e na Ásia. (AFONSO CELSO; RIHGB, 1934, p.27, grifos nossos)

A citação nos remete às considerações do pensador decolonial Aníbal Quijano (2009), para quem o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia. Nas palavras do autor:

E embora isso implique um componente etnocêntrico, este não o explica, nem é sua fonte principal de sentido. Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que *naturaliza* a experiência dos

indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como *naturais*, consequentemente como dadas, não susceptíveis de ser questionadas. (QUIJANO, 2009, p.74-75)

Além disso, na agumentação deste intelectual, a colonialidade, um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista, sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Desse modo, um dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica sustenta-se em uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.

Levando em conta as reflexões de Quijano, é possível pensar esta representação do passado que incorpora o problema (historiográfico e político) do pan-americanismo como uma forma de manifestação da continuidade do processo de colonialidade/modernidade fundado na diferença e hierarquização racial. A maioria dos intelectuais citados nesta pesquisa parece estar bastante imersa nesta perspectiva colonial, moderna e eurocêntrica da organização do poder e do saber. Assim, após dar um sentido quase redentor à história da América, o presidente do IHGB se aproxima da interpretação sobre a escravidão contida na argumentação de Francisco da Rocha Pombo em seu *Compêndio*.²⁰⁶ A mesma versão que foi denunciada e criticada por Manuel Bomfim aparece aqui novamente, assumindo ares de oficialidade.

²⁰⁶ Nesse sentido Nilma Lino Gomes (2009), ao abordar as relações entre intelectuais negros(as) e a produção do conhecimento no Brasil, aponta o quão importante foi a inserção de negros e negras no campo da pesquisa científica não mais como objetos de estudo, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento. Este processo tomou forma principalmente a partir dos anos 1990, quando estes(as) intelectuais passaram a se inserir de forma mais significativa nas universidades brasileiras, de modo que o seu papel “tem sido, nesse contexto, indagar a produção do conhecimento acadêmico e o lugar ocupado pelo ‘outro’, pelo diferente e pelas diferenças. Ao realizar essa indagação eles se colocam como sujeitos coletivos e políticos que questionam a relação entre a universidade, a ciência, a produção, o reconhecimento e a distribuição desigual do conhecimento na sociedade. Uma desigualdade que extrapola as fronteiras regionais e que possui aspectos étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e de idade. Trazem também a reflexão de que uma sociedade e uma universidade que se pretendem democráticas são reconhecidas não somente pela sua contribuição teórica para o campo da produção do conhecimento e para o avanço tecnológico que conseguem provocar na sociedade. Esse reconhecimento passa, necessariamente, pela sua capacidade de se colocar diante dos problemas e demandas sociais do seu tempo e gerar conhecimentos e ações que impulsionem a sociedade e a própria ciência a se democratizarem cada vez mais e se redefinirem por dentro e por fora. Uma democracia que não se perca na construção de uma cidadania abstrata, mas, sim, na efetivação da igualdade de direitos e, dentre estes, o direito à diferença.” (GOMES, 2009, p.421-422)

Na sequência de sua fala, Afonso Celso passa a analisar o significado da inauguração do IPGH. Daí a frase explicitada na epígrafe desta sessão: “Obedecendo ao irrevogável lema da filosofia socrática, este Congresso testemunha que a América quer conhecer-se a si própria, fisiológica e psicologicamente, no espaço e no tempo.” (RIHGB, 1934, p. 27)

O investimento no discurso da unidade é intenso. Ademais, a linha argumentativa adotada por Afonso Celso parece transpor o movimento de atenuação dos conflitos ao longo do processo de constituição da sociedade brasileira (analisado no capítulo três) para as relações interamericanas. A ausência – ou a negação – do embate é a tônica. Isso pode ser elucidado com a passagem a seguir:

Solidariedade, em primeiro lugar, ou antes, fraternidade cristã, irmãos que somos pela origem, pela analogia, senão identidade do desenvolvimento, ausência de antagonismos, comunhão de interesses, tradições, ideais. Consequentemente, a cooperação, conjugação de esforços para a melhoria. Nada disso se alcança sem a paz – a paz do profeta, a osculada pela justiça e assentada nos tabernáculos da confiança. (RIHGB, 1934, p. 28)

Chama a atenção a escolha das palavras (fraternidade cristã, paz do profeta) por parte do presidente do Instituto. Conforme analisado na sessão anterior, tal escolha é bastante orientada por sua crença católica. O encerramento do seu discurso é, nesse sentido, sintomático, uma vez que ele indica seu desejo de que os Estados da América adotassem um Direito moderno, “mais humano, ou melhor, mais divino, que culmine no ‘Amai-vos uns aos outros’”.

Destaque-se que grande parte dos pronunciamentos investiu na questão da unidade de interesses dos países da América. Isso nos informa que a criação do IPGH não estava descolada de outros esforços desenvolvidos desde o final do século XIX. Observemos alguns trechos de discursos de diferentes participantes. Começemos por Wallace Atwood, representante dos Estados Unidos da América:

Apresentando-vos as congratulações dos Estados Unidos da América, desejo frizar bem no espírito de cada um de vós que todos nós somos aventureiros, tentando desenvolver esse Novo Mundo. Há entre nós muita coisa em comum no que se refere a essas nossas tentativas e ao espírito pioneiro que nos tem norteado. Oxalá sigamos juntos em um esforço comum para auxiliar o desenvolvimento das Ciências Sociais e para torná-las úteis ao homem até o ponto em que os povos do continente americano possam trabalhar, comerciar, viver, em suma, unidos como ótimos amigos. (ATWOOD, Wallace, RIHGB, 1934, p.30)

Sr. Manuel Cícero, presidente da delegação do Brasil:

Tendo por finalidade coordenar e divulgar investigações geográficas e históricas com o fim de facilitar o estudo dos problemas que concernem à terra da América e à gente americana, consideradas no espaço e no tempo, o Instituto Pan-Americano será mais um importante fator de aproximação, de recíproco entendimento, de harmonia e de paz ininterrupta e fecunda entre os povos que formam a grande família americana. (CÍCERO, Manuel, RIHGB, 1934, p.31)

Rodrigo Octavio Filho – brasileiro que representou também a República Dominicana:

Reuniões como esta, em que se congregam, em torno de um ideal internacional, homens de ciência e de estudo, amparados por um grande sentimento de solidariedade intelectual, refletem na vida dos povos de maneira tão acentuada, que constituem certamente um poderoso e eficiente elo, na corrente dos que almejam para a América e para o Mundo, dias de prosperidade tranquila. Do estudo da história e da geografia dos outros povos, surgem, no ambiente cultural em que vivemos, afinidades raciais que, uma vez trazidas ao conhecimento geral, se transformam em fontes puras de simpatia e de amizade. E é pelo conhecimento recíproco dos povos que eles se podem entender para melhor viver (...). Estreito conhecimento e melhor entendimento entre todos os povos da América. (OCTÁVIO FILHO, RIHGB, 1934, p.33)

Pedro Calmon – brasileiro que representou também o Equador:

Devemos por isso afirmar hoje que os povos da América, para melhor se quererem, têm de conhecer-se melhor – nas origens comuns da sua civilização, nas harmonias históricas do seu desenvolvimento, nas afinidades irresistíveis da sua formação, na verdade dos seus sofrimentos, nas tribulações da sua expansão, na beleza dos seus ideais. Nas dobras das velhas crônicas sul-americanas palpita a fraternidade inicial. (CALMON, Pedro, RIHGB, 1934, p.36)

Fulgêncio Moreno, representante do Paraguai:

O mesmo cabe observar no campo da história. A investigação e o estudo dos fatos históricos, que compreendem as maiores divergências existentes entre as nações, não tendem a perpetuar antagonismos passados, mas, pelo contrário, a conhecer profundamente suas causas para evitar sua reaparição. O desconhecimento destes fatos e de suas causas, ou o seu fragmentário

conhecimento, pior às vezes que sua ignorância, constitui o maior obstáculo ao mútuo entendimento e apreço entre os povos. A história é assim também fator insubstituível de compreensão, aproximação e solidariedade em nossa América. (MORENO, Fulgêncio, RIHGB, 1934, p. 38)

As declarações acima nos remetem à definição de pan-americanismo proposta por Ricardo Salvatore (2016): movimento que buscou fomentar a criação de um sistema hemisférico de cooperação, tendo feito parte de um processo de “segunda descoberta” da América: representações textuais e científicas da região, mais tarde congeladas em conhecimento regional disciplinar, as quais constituíram um engajamento pela construção de um *império benevolente informal*. Parece pertinente afirmar que a criação do IPGH foi uma importante medida a fim de formalizar um espaço que tivesse legitimidade para desenvolver estudos no sentido de contribuir para a constituição das representações acima referidas.

Após os pronunciamentos acima transcritos, o diretor do IPGH, Pedro Sanchez, faz a leitura do relatório de 1929 até 1932. Nele, ficamos sabendo que a criação de um Instituto Pan-Americano foi projeto da União Pan-Americana em sua parte geográfica, unicamente, e apresentado como tema na Sexta Conferência de Havana, em janeiro de 1928. Nesta ocasião surgiu o IPGH com seu duplo caráter, geográfico e histórico²⁰⁷. O diretor também explica porque houve o intervalo de 1929 a 1932 citando a crise de 1929, que afetou a América toda e “nações tão poderosas como os EUA”. Também tece muitos agradecimentos ao México, no que é acompanhado pelas delegações presentes, por ter construído um prédio especificamente para a sede do IPGH.

Na sessão de encerramento do evento, realizada no dia 1 de janeiro de 1933, os discursos foram marcados por um balanço da reunião. É Afonso Celso, na condição de 1º vice-presidente do IPGH, quem inicia a fala de encerramento dos trabalhos. É ele mesmo quem pergunta: mas quais, afinal, os frutos da reunião? A resposta vem em seguida:

²⁰⁷ Francisca Nogueira de Azevedo (2000), ao analisar a *Revista de História de América do IPGH*, editada nos anos 1940, também aponta outra razão para o surgimento desta instituição: “A crise entre guerras e a agressiva política norte-americana para o Caribe levantou por parte da intelectualidade latino-americana enfáticas críticas, que afetaram profundamente o desenvolvimento das idéias pan-americanista. A fim de reforçar a política pan-americana no âmbito cultural e assim arrancar apoio das ‘inteligências’ nacionais, os EUA decidiu fundar em 1932 o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH).” (NOGUEIRA, 2000, p.6-7)

Semelhante ao grão de mostarda do Evangelho, crescerá e tornar-se-á árvore majestosa, à cuja sombra se encontrará repouso e em cujos ramos virão habitar as aves do céu, quer dizer – os espíritos alados, os que sabem erguer-se acima das misérias terrenas (...). Achamo-nos em uma casa em que se cultiva a história, mestra da vida. Sabemos, pois, que o percurso humano tem sido enlutado por adversidades mais negras e crises mais graves do que as da atualidade. Assim, por exemplo, sem falar nos velhos impérios e civilizações desaparecidas, sem quase deixar vestígios, eis, em menos de dois mil anos, após o advento do Cristianismo: as tremendas perseguições com que os Césares poderosíssimos procuraram afogar em sangue a doutrina de Jesus; as invasões bárbaras, submergindo a cultura greco-romana; o pavoroso ano mil, dominado por ameaças de catástrofes inauditas: os vinte anos de anarquia, chamada o grande interregno, que assolou os povos germânicos, no século XIII; a guerra de cem anos, a *Jaquerie*; a guerra de trinta anos; o Terror, quando minoria audaz e cruel imolava do cadafalso a inocência, a beleza, a coragem, a ciência, a virtude, sem respeito a sexo ou idade, representantes do que a fina e cavalheirosa França apresentava de melhor. Mas houve sempre bonança depois de procelosas tempestades, renascimentos, recuperações, palingenésias. Deus – ponderou alguém – põe arcas de salvação em todos os dilúvios (...). Viva a América do Norte, a América Central, a América do Sul, três pessoas distintas numa só verdadeira: o Novo Mundo! (AFONSO CELSO; RIHGB, 1934, p.123-125)

Ao discurso de Afonso Celso responde o Senhor Pedro Sánchez (vice-presidente do IPGH), afirmando que este pertencia ao grupo de homens que constituíam as elites das nações: “e que nas distintas partes do mundo servem de faróis luminosos, que guiam a humanidade em sua evolução pelos caminhos do progresso. É você nosso chefe e por isso nosso guia nesta marcha que iniciamos e que nos levará por toda a América.” (RIHGB, 1934, p. 125)

Como foi possível observar até esta parte desta tese, o IHGB foi, na condição de instituição tradicional (re)conhecida e respeitada pelos vizinhos, direta e indiretamente, um grande parceiro na capilarização do pan-americanismo no Brasil, assim como na sua difusão pelos países ao sul dos Estados Unidos. Ainda que, como vimos no capítulo anterior, tenha havido diferentes posicionamentos por parte dos seus sócios sobre a pertinência e implicações do pan-americanismo, pensar a história como um elemento de ligação entre os diversos países do continente foi um projeto gestado e acalentado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como ficou evidente ao longo da análise das fontes desenvolvida até aqui, esta história era marcadamente uma narrativa sobre o passado baseada no recalque e negação do conflito, a qual estava vinculada a um projeto integracionista.

Este movimento de busca por aproximação com a América, como vimos, data das décadas iniciais da República, ganhando fôlego a partir da gestão Rio Branco (1907-1912). Apesar deste lastro temporal anterior aos anos 1920, é importante destacar, como foi feito no

início deste capítulo, que os anos posteriores a 1918 estiveram fortemente marcados pelo clima do pós-guerra. Segundo Ângela de Castro Gomes (2009), entre os efeitos do conflito está o profundo impacto não apenas sobre os valores políticos acreditados no Ocidente, mas também sobre uma visão da História, de progresso e de civilização fundada em modelos universais e ‘otimistas’. Desse modo,

Não por acaso, esses são tempos de nacionalismos diversos, de busca de modelos ‘realistas’ para se pensar a ‘modernização’ de um país. Se, no caso do Brasil, a Abolição, a República e a guerra deixavam muito claro que, politicamente, o ‘tempo’ era de transição, incertezas e desafios, intelectualmente o ‘tempo’ impunha-se como objeto de estudo, exigindo maior criatividade ante o desmoronamento do ‘velho mundo’ e de tudo o que ele significava, sobretudo no que diz respeito a países com histórias coloniais. (GOMES, 2009, p.66)

Aparentemente, o desmoronamento do “Velho Mundo” levou ao aprofundamento da reflexão sobre a autoimagem da nação, que passou a ver cada vez mais nítido no espelho o seu pertencimento geográfico, histórico, social e político ao continente americano. Apesar disso, o foco das lentes do observador não foi nos vizinhos latinos, mas sim naquele país que vinha sendo cada vez mais associado ao futuro e ao progresso. Desse modo, um dos efeitos desta mirada foi uma maior aproximação e aceitação do modelo de sociedade proposto pelos Estados Unidos, o qual vinha, há anos, sendo projetado pelos debates em torno do pan-americanismo.

Por fim, o encerramento da Assembleia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História se deu com um banquete realizado no Palace Hotel, de Copacabana, no dia 03 de janeiro de 1933. No jantar foi a vez do ministro Afranio de Melo Franco tecer suas considerações finais:

A obra realizada excedeu, em verdade, à mais otimista expectativa, tanto pelo número das teses, quanto pela importância científica das memórias apresentadas. A história e a geografia, colaborando com a educação, tendem à aproximação dos povos, e à consolidação da paz, como bem o afirmou Michel Lhéritier. O Congresso Internacional de Ciências Históricas, as associações internacionais da paz pela escola, a organização da cooperação intelectual da Sociedade das Nações, os trabalhos persistentes de Jean-Louis Claparède, Altamira, Reimann, Koht e tantos outros visam a abrandar as tendências fortemente nacionalistas da história político-internacional de cada povo, abrindo horizonte a uma história super-nacional que se ocupe menos dos fatos peculiares, apurar crônica de guerras e conquistas e muito mais dos acontecimentos ou fenômenos que tenham exercido influência no progresso geral da civilização. Essa é a história colaboradora da paz, como bem disse Wells; não pode haver paz e prosperidade comuns sem um fundo comum de ideias históricas (...). O governo do Brasil considera a vossa obra como um

dos meios de propaganda contra essa inércia prejudicial em que vivemos lado a lado, em territórios confinantes ou vizinhos, mas, em verdade, tão longe uns dos outros, como se vivêssemos em continentes diversos. (MELO FRANCO; RIHGB, 1934, p.131-132)

O discurso do ministro (sócio correspondente do IHGB desde 1912 e honorário a partir de 1937) lembra as discussões dos intelectuais franceses, que, contemporaneamente aos Congressos analisados neste capítulo, pensavam a necessidade de uma análise estrutural mais do que episódica e político-diplomática da história. Ao propor esta aproximação, não se busca aqui afirmar que a história praticada no Brasil deste período estivesse abandonando definitivamente a abordagem factual, política e dos grandes homens (a “história-batalha” fortemente criticada pelos *Annales*), mas sim sugerir que talvez estejamos diante de um indício de que estava sendo feita uma crítica a esta forma de encarar a produção do conhecimento histórico. Ainda não é uma história ao estilo dos *Annales*, mas há uma crítica às perspectivas quase que exclusivamente nacionalistas que marcaram as abordagens da história desde pelo menos o século XIX. Há um apelo a uma perspectiva que coloque em prática comparações entre diferentes realidades. No caso em questão, dos diversos países da América, para que pudessem se conhecer (e reconhecer?) melhor.²⁰⁸

²⁰⁸ Nesse sentido, talvez a citação de Melo Franco possa ser pensada em relação às discussões da passagem do século na França desenvolvidas entre os durkheimianos e os metódicos, mencionadas por Delacroix, Dosse e Garcia (2012). Segundo estes autores, as décadas finais do século XIX foram marcadas pelo surgimento da sociologia. Para tanto, Émile Durkheim (1858-1917) foi figura fundamental. Sua abordagem se caracterizava pela vontade de fundar uma ciência social objetiva, inspirada na epistemologia das ciências naturais: “Para tanto, propõe primeiro tratar ‘os fatos sociais como coisas’, atribuindo-lhes o mesmo grau de existência que os fatos materiais e se situando numa posição de exterioridade diametralmente oposta à abordagem hermenêutica.” (DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; 2012, p.127). Além disso, Durkheim defendia a autonomia dos fatos sociais em relação ao indivíduo: a ciência social não poderia ser edificada sobre a psicologia individual e introspectiva, pois era preciso considerar a sociedade em si mesma, para si mesma. A partir dessas posições teóricas Durkheim defende as ambições da sociologia, que deveria se tornar a ciência social. A história é vista como um laboratório privilegiado, sendo que esta e a sociologia não seriam duas disciplinas distintas, pois apresentavam apenas dois pontos de vista diferentes. A história teria, então, vocação para se integrar à sociologia. A partir da difusão destas ideias, passam a ser numerosas as tomadas de posição em favor de uma história entendida como ciência do social, isto é, de uma história sociológica. Além disso, estas proposições encontraram eco em François Simiand (1873-1935) e Charles Seignobos (1854-1942), os quais protagonizaram um debate, com duração de cerca de sete anos, que opôs historiadores e sociólogos. A pretensão de Seignobos, responsável pelo início do confronto, foi a de arruinar “em nome da natureza específica do conhecimento histórico como conhecimento por meio de rastros, toda inflexão sociológica da história, ou até o projeto sociológico em si.” (DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; 2012, p.128). A ambição de Simiand, por outro lado, era a de provocar uma mutação científica da história. Para isso, a disciplina deveria romper com o individual e com a introspecção psicológica, buscando os motivos para as ações humanas. Para tanto, era preciso implementar o processo científico de busca por regularidades.

Além disso, é também importante mencionar que Melo Franco foi, conforme Stanley Hilton (2013), o “chanceler da Revolução de 1930”, tendo atuado como negociador da aliança política entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, ele foi convidado a ser o ministro das relações exteriores do Brasil. O chanceler, porém, já estava envolvido com a carreira diplomática desde os anos iniciais do governo republicano, em 1896. Nesse sentido, são importantes as considerações de Rubens Ricupero (2013). Segundo este autor, a política externa brasileira na Primeira República passou por três transformações estruturais as quais se resumem: 1) na “aliança não escrita” com os Estados Unidos²⁰⁹; 2) na sistemática solução das questões fronteiriças e ênfase em maior cooperação com os latino-americanos e 3) nos primeiros lances da diplomacia multilateral, na versão regional, pan-americana, ou global, da Liga das Nações.

Segundo o autor, a República descobriu a América Latina ao mesmo tempo em que descobria a América do Norte. Na época, era bastante usual falar de americanismo como

Para mudar de direção, a história deveria abandonar os “três ídolos da tribo dos historiadores”: a política, o individual e o cronológico. Ademais, “para conseguir formular explicações que tenham um valor geral, tanto o historiador quanto o geógrafo são obrigados a inscrever-se num processo comparatista: ‘limitar-se a um único caso de observação é condenar-se de antemão a nada poder provar’ (Simiand, 1909: 252).” (DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; 2012, p. 130) Seignobos, ao reafirmar que só o individual seria parcialmente acessível ao historiador, recebeu a réplica do próprio Durkheim, no ano de 1908. A postura do sociólogo é de reafirmação do primado do coletivo sobre o individual. A conclusão de Delacroix, Dosse e Garcia é de que a posição defendida por Seignobos não foi compartilhada pela unanimidade dos historiadores. As palavras de Simiand, por sua vez, impressionaram especialmente os mais jovens, isto é, à “nova geração”.

²⁰⁹ De acordo com Ricupero, tal aliança pode ser assim entendida: “Tirando a lição do aparecimento da primeira potência mundial no continente americano, Rio Branco concebe o desígnio de integrar as diversas dimensões da política externa brasileira com base numa estreita colaboração com os EUA. O que seria chamado por E. Bradford Burns de ‘aliança não escrita’ consistia na busca pragmática da assistência do poder norte-americano em favor de objetivos diplomáticos brasileiros, de defesa em relação ao agressivo imperialismo europeu e de afirmação nos problemas de fronteira ou litígios de poder com os vizinhos sul-americanos. Em troca, o Brasil se dispunha a apoiar as políticas de Washington no Caribe, na América Central, no México, no Panamá, no nascente pan-americanismo patrocinado pelos americanos. Essa diplomacia americanista ou monroísta, como se dizia, se converteria numa espécie de paradigma abrangente da totalidade da visão brasileira do mundo. A aliança virtual ou não escrita evoluiria para aliança militar formal em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial.” (RICUPERO, 2013, p.338) Apesar de ressaltar o impacto das medidas promovidas por Rio Branco no sentido de aproximar o Brasil dos EUA em termos de política externa, Ricupero chama a atenção para o fato de que o deslocamento do eixo comercial e econômico da Europa para os Estados Unidos já vinha ocorrendo desde 1870, bem antes, portanto, de Rio Branco e mesmo da República. Segundo o autor: “No início do século XX, o mercado norte-americano já absorvia mais da metade do café, principal exportação do país, 60% da borracha e a maior parte do cacau. No ano do estabelecimento das embaixadas, o Brasil ocupava o lugar de sexto parceiro no intercâmbio total dos EUA, vindo após a Inglaterra, a Alemanha, a França, o Canadá e Cuba. Chegou a ser o terceiro maior fornecedor ao mercado americano. Quando faleceu o Barão (1912), o mercado dos EUA representava 36% das vendas externas brasileiras.” (RICUPERO, 2013, p.339)

abrangendo todo o hemisfério ocidental, base conceitual do pan-americanismo. Além disso, ele indica que foram desdobramentos do conceito inicial de pan-americanismo muitas das realizações posteriores ao período sob exame, tais como as vinculadas à Segunda Guerra Mundial e à Guerra Fria.

Segundo Paulo Brandi²¹⁰, na ausência de um novo programa de política internacional, Melo Franco, na posição de ministro das relações exteriores a partir de 1930, deu continuidade ao que vinha sendo feito no campo das relações externas desde o princípio do século, tendo a ação do Itamarati tomado duas direções pragmáticas: a primeira foi o comércio exterior e a segunda foi o pan-americanismo do início dos anos 1930.

Conforme o pronunciamento anteriormente transcrito aponta, a postura de Melo Franco foi a manifestação da voz do governo brasileiro no evento. Sua menção à apreciação que o governo do Brasil fazia daquele encontro nos coloca uma questão importante, mas que, por motivos de recorte temporal e temático, não será objeto de análise deste trabalho: a forte presença do pan-americanismo como estratégia de política externa ao longo da Era Vargas (1930-1945). Este tema já foi fartamente analisado²¹¹, o que se busca aqui ressaltar é que a questão pan-americana, muito estudada para o período varguista, teve início na Primeira República – e foi tão difundida que suas pautas foram debatidas em múltiplos espaços, inclusive no IHGB.

5.2.2 A questão indígena na Assembleia de fundação do IPGH

Um fenômeno importante a ser observado nos debates sobre a criação do IPGH é o da heterogeneidade de falas, que, como sabemos, é uma das marcas fundamentais de um *lugar social* (CERTEAU, 2002). A significativa atenção ao papel dos indígenas é uma das características deste encontro e que, de certa forma, se diferencia das posições sustentadas por

²¹⁰ BRANDI, Paulo. “Afrânio de Melo Franco”. In.: Dicionário da elite política republicana/CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FRANCO,%20Afr%C3%A2nio%20de%20Melo.pdf>. Último acesso em 17.11.2018.

²¹¹ Sobre o assunto ver, por exemplo, o clássico livro de Gerson Moura (1984) *Tio Sam Chega ao Brasil*. A penetração cultural Americana. Outro título sobre o assunto é o livro de Antônio Pedro Tota (2000): *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. Há também o texto recente, fruto da dissertação de Jorge Minella (2013) intitulada *Pan-americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo*.

alguns sócios do IHGB²¹². Isso pode ser observado a partir da proposta aprovada na primeira sessão do evento, lida pela representante do Museu Nacional, a Sra. Heloísa Alberto Torres:

Propomos que o IPGH estabeleça o princípio salutar de serem conservados em todo o continente os nomes indígenas das localidades, para que não se apague, até na onomástica geográfica, a tradição ameríndia tão digna de apreço como as da cultura europeia para aqui transplantadas. Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 1932. (Ass.) Heloisa Alberto Torres - General João Borges Fortes – Alcides Bezerra – Wanderley Pinho – Affonso de E. Taunay – Souza Docca. – Ev. Backheuser – Saladino de Gusmão. (RIHGB, 1934, p. 91)

Ao acompanharmos as manifestações dos(as) participantes do evento a partir das atas de sessão, podemos constatar que a atuação da representante do Museu Nacional foi bastante intensa. No dia seguinte, na segunda Sessão Plena, em 31 de dezembro de 1932, suas propostas são novamente alvo de apreciação pelo grupo²¹³:

O Sr. Max Fleiüss (continuando) – Pediria licença para ler uma indicação que me foi apresentada pela distinta colaboradora desta Assembleia, delegada do Museu Nacional, Sra. Heloísa Alberto Torres, nome que se torna credor da admiração não só dos brasileiros, como de todos os americanos, pelo desempenho brilhantíssimo que tem dado às suas missões de caráter técnico (lendo): ‘A Assembleia, reconhecendo, de acordo com o parecer do Sr. L. Gimenez sobre a memória do Sr. Raymundo Lopes, o alto valor e significação americana da obra poética, social e científica de Gonçalves Dias, como a figura mais representativa do Indianismo e um dos fundadores da etnologia americanista e da história social do índio e da colonização, autoriza e recomenda a criação, no Rio de Janeiro, de uma comissão organizada pelo Instituto, de caráter internacional, com o concurso dos especialistas brasileiros

²¹² Lembremos-nos da fala de Afonso Celso no Congresso de 1922, em que destaca, ao elencar os “heróis da Independência”, a “acolhida hospitaleira” dos colonizadores pelos indígenas: “(...) Felipe dos Santos, em 1720; Tiradentes, em 1792; os revolucionários de Pernambuco, em 1817; a madre Joana Angélica, em Fevereiro de 1822. Inclinem-nos ante luminares da nossa história; honremos os serviços de D. João VI, de D. Pedro I, da princesa Leopoldina, sem esquecer os dos governos da metrópole, que se esforçaram por manter unida a imensidão brasileira. *Enalteçamos os indígenas que hospitaleiramente acolheram os descobridores e de quem procederam os mamelucos e bandeirantes*, emulos dos Colombos e dos Gamas, no devassarem e conquistarem o brávio sertão; os jesuítas, defensores dos índios; os negros, que valiosíssimo contingente nos trouxeram ao trabalho e, durante sessenta anos, sustentaram a república livre dos Palmares.” (RIHGB, tomo especial, 1925, nº 1, p.43, grifos nossos)

²¹³ Outra proposta aprovada a ser destacada aqui é a do Sr. Wanderley Pinto, de que o IPGH promovesse a possível uniformização das leis de defesa e proteção do patrimônio histórico-artístico das nações americanas e “o entendimento entre as repartições administrativas inumbidas dessa defesa, especialmente para que se consiga um catálogo ou tombamento daquele patrimônio em toda a América.” (RIHGB, 1934, p.117)

e dos respectivos estabelecimentos, e dos comitês nacionais, ficando os detalhes da organização ao critério dos órgãos centrais e do comitê brasileiro do Instituto, e denominada *Comissão de Estudos sobre Gonçalves Dias e o Indianismo*. Essa Comissão terá por fim não só investigar e divulgar a obra do grande escritor, como ocupar-se dos problemas nela suscitados, como seja a língua tupi-guarani, as condições sociais do índio, etc., por meio de cursos e conferências nos estabelecimentos científicos e educativos, publicações em inglês ou espanhol, e todos os outros meios adequados, entrando em relação com os organismos oficiais de assistência indígena e de ensino e as associações e centros literários e históricos que se ocupem de figuras e de problemas análogos, nos diversos países do continente. A localização da comissão central nesta cidade obedecendo a motivos de tradição e de ordem técnica, o mesmo critério poderá ser observado nos detalhes da organização, segundo o interesse especial dos países e instituições a respeito dos referidos problemas. – Heloísa Alberto Torres.’ (RIHGB, 1934, p. 110-111)

As citações acima nos permitem concluir que o investimento nos estudos da temática indígena foi a principal pauta da representante do Museu Nacional no evento. Considerando sua persistente atuação neste evento, cabe aqui conhecermos um pouco melhor sua trajetória. Segundo Adelia Miglievich-Ribeiro (2015), Heloísa Alberto Torres nasceu em 17 de setembro de 1895, na cidade do Rio de Janeiro, filha de Alberto Torres e Maria José Xavier da Silveira, ao lado dos irmãos Marieta e Alberto. O pai, um dos maiores ensaístas brasileiros, foi ministro da Justiça, presidente do Estado do Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal Federal. Heloísa foi aluna no Colégio Nossa Senhora de Sion, em Petrópolis, após anos de estudo na Inglaterra.

Aos 22 anos, quando o pai faleceu, decidiu se dedicar à Antropologia e procurou, no Museu Nacional, o professor Roquette Pinto, cuja influência intelectual marcaria em definitivo aquela que se tornou sua mão direita no cotidiano institucional. Em 1925, Heloísa prestou concurso para professora substituta da Divisão de Antropologia e Etnografia sob a chefia de Roquette Pinto, obtendo a primeira colocação e se tornando a primeira mulher a ingressar como professora da Divisão de Antropologia e uma das primeiras mulheres funcionárias do conceituado Museu. Assumiu a direção do Museu Nacional do ano de 1938, por decreto-lei do presidente da república, Getúlio Vargas. Permaneceu no cargo até 1955. Heloísa faleceu em 1977, aos 81 anos²¹⁴.

²¹⁴ Heloísa trabalhou na mesma instituição que Bertha Lutz, a bióloga feminista. Ela, contudo, nunca se declarou feminista. Segundo Adelia Miglievich-Ribeiro “As relações entre Heloísa Alberto Torres e o movimento feminista não foram bem esclarecidas no decorrer de sua vida, ainda que os entrevistados afirmassem que Heloísa jamais se rotulara feminista. A partir da compilação de algumas notícias da imprensa, contudo, Heloísa atingia, em 1925, portanto, aos 30 anos, um posto raro para a mulher de seu tempo e, nesse sentido, teve seu nome relacionado à conquista de espaços

Seu reconhecido prestígio no campo indigenista levou-a a compor também o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), criado em 1939, com Rondon na presidência, até sua morte, em 1955, quando Heloísa o substituiu. Ao longo dos anos, conviveu não apenas com Rondon, seu amigo pessoal, mas com Darcy Ribeiro, David Azambuja, Jorge Ferreira, Noel Nuteils, Raymundo de Vasconcellos Aboim, Roberta de Oliveira Cardoso, Orlando Villas Bôas, dentre outros. Como presidente do CNPI, participou intensamente da criação da Funai que, uma vez instituída, em 1967, extinguiu o CNPI. Heloísa assumiu no recém-criado órgão a Diretoria do Departamento de Estudos e Pesquisas que respondia pelo recenseamento indígena no país.

Além dela, o delegado paraguaio, Fulgêncio Moreno, também já havia destacado a presença indígena na história da América do Sul: “O soldado guarani, como a agricultura guarani, está assim indissolúvelmente ligado à história da civilização desta parte da América.” (RIHGB, 1934, p. 39). É possível sugerirmos, a partir destas manifestações, que a fundação do IPGH acaba por abrir maior espaço para um conjunto de vozes que passam a ampliar a visão acerca dos sujeitos que compunham a narrativa sobre o passado das Américas. Esta transformação nas formas de representação das populações autóctones vinha ocorrendo desde os anos 1920 e se relaciona diretamente aos estudos desenvolvidos a partir da área da Antropologia.

Nesse sentido Nelson Sanjad (2017) indica que algumas mudanças na forma de representar os indígenas ocorreram no Brasil da década de 1930, quando a cultura indígena passa a ser apreciada mais do que depreciada. Sven Schuster (2014), por sua vez, assinalou uma mudança discursiva importante no Brasil, especialmente a partir da exposição do Rio de Janeiro (1922). Segundo o autor, antropólogos e arqueólogos reunidos no Congresso Internacional de Americanistas, realizado em paralelo à mostra, contestaram com veemência o discurso oficial do governo brasileiro, que negava a participação dos povos indígenas contemporâneos na

públicos pela mulher, exemplo para as gerações seguintes. Heloísa Alberto Torres, reconhecidamente, não se envolveu com a luta feminista; ao contrário, sua experiência esteve sempre associada a uma cumplicidade com homens notáveis de sua época. A prova de que Heloísa não se envolveu nas lutas feministas foi sua convivência pouco estreita com sua contemporânea zoóloga do Museu Nacional, Bertha Lutz (1894-1976), presidente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino – pioneira do feminismo no Brasil, que lutou pelo voto feminino no Brasil e por mudanças na legislação trabalhista em favor da mulher. Bertha ingressou por concurso no Museu em 1919, seis anos antes de Heloísa. De temperamentos fortes, ambas as mulheres seguiram estilos diferentes e, segundo os entrevistados, a impulsividade e a impeciência no trato pessoal de Bertha Lutz contrastavam com o formalismo de Heloísa Alberto Torres, o que não impedia, contudo, que partilhassem de várias solenidades comuns como membros da mesma instituição, mantendo mútua cordialidade.” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 53)

construção histórica da nação. A base raciológica de toda a historiografia brasileira do século XIX, cuja maior evidência era a ideia das três raças formadoras da nação (o índio nobre do passado, o negro de braços fortes e o branco industrialoso), começou a ser substituída nesse período por uma abordagem mais culturalista, sob inspiração de Franz Boas²¹⁵.

De acordo com Schuster, a Exposição do Centenário, realizada no Rio de Janeiro entre setembro de 1922 e julho de 1923, durante a presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922), foi um grande sucesso, atraindo mais de três milhões de visitantes e vários expositores estrangeiros. A exposição foi uma ocasião única para apresentar o Brasil ao mundo como um país moderno e que se considerava no caminho da industrialização. Para isso contava com um grande número de imigrantes europeus, que o teriam transformado em um lugar mais ‘civilizado’, ou de melhores ‘qualidades raciais’.

O autor, ao explicar os movimentos contestatórios dos anos 1922 (tenentismo, Semana de 1922), chama a atenção para a situação de crise generalizada para poder contextualizar os debates sobre o sentido da história do Brasil que ocorreram nas comemorações da Independência. Essa tentativa da elite em apresentar a República Federal como o ‘produto final’ de um longo processo histórico linear pode ser explicada em grande parte pelos fortes questionamentos da legitimidade do sistema político. Decidida a renovar a legitimidade do sistema por meio da evocação dos ‘momentos gloriosos’ da história do republicanismo no Brasil, a elite republicana se baseou em elementos discursivos como o ‘progresso’, a ‘civilização’ e, sobretudo, a ‘raça.’” Esta ideia da ‘raça’ como ‘força histórica autônoma’,

²¹⁵ De acordo com o autor: “Enquanto as poucas críticas da parte dos historiadores eram bem mais superficiais e geralmente motivadas pela política, alguns dos antropólogos e arqueólogos reunidos no Congresso Internacional de Americanistas denunciaram com mais veemência a historiografia oficialista. Seu enfoque estava nos povos indígenas do Brasil, cujo lugar na história teria sido injustamente negado desde o advento da República, segundo alguns dos participantes. Embora a figura do indígena tivesse ocupado um lugar importante na iconografia do Império, sua possível contribuição à formação da nação teria sido silenciada e reprimida no contexto da comemoração do centenário. Nesse sentido e devido ao enfoque culturalista da nova corrente da antropologia inspirada na obra do germano-norte-americano Franz Boas, alguns dos participantes do Congresso de Americanistas tentaram revalorizar as etnias indígenas do Brasil e trataram de definir seu lugar na história nacional. Salvo poucas exceções, criaram novamente a imagem indianista do ‘bom selvagem’ no sentido de Rousseau, segundo a qual o indígena teria contribuído para a formação da nação brasileira com seu ‘heroísmo’ (...). Ao contrário do que afirmava o indianismo das décadas anteriores, a ‘mentalidade heroica’ do indígena já não resultaria de sua ‘raça’, ou seja, de uma predisposição genética, mas de sua evolução cultural. De acordo com novas pesquisas antropológicas, os indígenas brasileiros já não poderiam ser classificados por meio de categorias biológicas, baseadas, por exemplo, na estrutura do crânio para deduzir certas mentalidades ou seu nível de inteligência, mas por seus hábitos, seu sistema de normas e sua língua.” (SCHUSTER, 2014, p.10)

contudo, já era vista com certo ceticismo por alguns participantes dos congressos e intelectuais. Apesar disso, nas atas dos congressos de historiadores e americanistas “ainda se acham alguns dos velhos discursos sobre o ‘selvagem nobre’, símbolo nacional do Império, ou sobre o escravo negro, retirado da África ‘para seu próprio bem’ e ‘levado para junto da civilização’.” (SCHUSTER, 2014, p.6).

A presença destas interpretações foi assinalada na primeira seção deste capítulo. Vimos que o próprio Conde de Afonso Celso, em seus pronunciamentos, endossou tais discursos. As intervenções de alguns participantes, entre os quais Fulgêncio Moreno, representante do Paraguai, e Heloísa Torres, do Museu Nacional, na Assembleia inaugural do IPGH, contudo, podem ser lidas como um indício deste movimento de redefinição das representações sobre os indígenas, que já vinha sendo gestado nas décadas anteriores. Podemos apontar, portanto, que a criação desta instituição de caráter supra-nacional, ao envolver diferentes sujeitos e áreas do conhecimento, contribuiu para o alargamento das narrativas e para a reavaliação do papel dos diferentes sujeitos na história nacional e continental.

Quadro 3: Memórias apresentadas na Assembleia Inaugural do IPGH (1932-1933). Primeira sessão.²¹⁶

Primeira Sessão: Topografia, Cartografia e Geodésica. Geomorfologia.	
Presidente: Francisco Radler de Aquino.	
Secretário: Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.	
Apresentador(a)	Título
N.H. Heck	Earthquakes of South America and adjacent regions
E.L. Hain	The development of topographic mapping, its progress and uses in United States
Roland M. Harper	Regional demography of Mexico
J.A. Fleming	International Cooperation in scientific research in geophysics
William Bowie	Economic and scientific value of geodetic surveys
Harry H. Blee	Air navigation maps
Mark Baldwin	Soil Survey mapping in the United States
R. S. Patton.	Mapping from the air
Roger B. McWhorter	The use of maps in developing water-power resources
G. T. Rude	Nautical charts
Julian S. Sears	Geological Surveys
Dr. Helen N. Strong	Maps as an aid to domestic and foreign trade

²¹⁶ Os quadros a seguir foram elaborados a partir das informações disponíveis na Revista do IHGB publicada por ocasião do evento: *Instituto Panamericano de Geografia e História*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume I, Assembleia Inaugural, 1932-1933. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934, p.12.

G.B. Winton	The place of maps in historical research and writings
G. D. Belfort Vieira	A manifestação do fenômeno da Maré na costa do Brasil
Salustiano Lessa	Memória sobre os trabalhos da diretoria de navegação da Marinha Brasileira
Guilherme Wendel	A declinação magnética do Brasil na época da descoberta
Luiz Flores Moraes Rego	Notas sobre a geomorfologia de São Paulo e sua gênese
Capitão Hermenegildo Portocarrero	O serviço geográfico do Exército
B. Quintino dos Santos	Trabalhos geográficos executados no Estado de Minas Gerais, Brasil
Djalma Guimarães	Esboço paleogeográfico do estado de Minas Gerais
F. V. de Miranda Carvalho	A costa do Brasil
Padre Geraldo José Pauwels	Excertos de uma coletânea corográfica
Indicações apresentadas na primeira sessão da Assembleia Inaugural do IPGH	
B. Quintino dos Santos	Indicações a respeito dos trabalhos geográficos no Brasil
F. de Paula Cidades	Indicação sobre a organização do Atlas americano de geografia

Quadro 4: Memórias apresentadas na Assembleia Inaugural do IPGH (1932-1933). Segunda sessão.

Memórias apresentadas na Assembleia Inaugural do IPGH (1932-1933)	
Segunda Sessão: Geografia humana e etnogeografia. Geografia histórica. Geografia biológica. Geografia econômica.	
Presidente: José Maria Moreira Guimarães	
Secretário: Antônio Leoncio Pereira Ferraz (substituiu Moreira Guimarães)	
Apresentador(a)	Título
Roberto Andrade	Límites entre el Perú y el Ecuador
Everardo Backeuser	O princípio da equipotência aplicado à divisão territorial do Brasil
Alcides Bezerra	Os geógrafos do Brasil no século XIX
Pedro Calmon	De Quito ao Pará. O maravilhoso descobrimento do Amazonas.
Virgílio Correa Filho	Considerações acerca do Paraguai, via fluvial de navegação para Cuiabá, no centro da América do Sul
Leopoldo Ramos Gimenez	El Chaco paraguay
Leopoldo Ramos Gimenez	El Brasil, su desarrollo económico-industrial
Roland M. Harper	Contrasts between urban and rural population in Brazil
Roland M. Harper	Correlations of population with climate, etc, in the state of Pernambuco
Roland M. Harper	Sex ratios in Mexico

Roland M. Harper	Contrast between mountain and plain, country and city, in Porto Rico
Rodolpho Jacob	Coletânea de cientistas estrangeiros (assuntos mineiros)
A. R. Kelly	The Cahokia centre of mound culture
John Oliver La Gorge	The National Geographic Society
Harry H. Langhin	Researches in pan-american population history
Raimundo Lopes	Gonçalves Dias e a raça americana
John L. Meng	American boundary changes by treaty in the eighteenth
Honório Monteiro Filho	Contribuição para o estudo da fisiografia de Pernambuco
Pedro C. Sanchez	Geografia econômica
Alvaro A. da Silveira	A mantiqueira, a serra Geral e a cadeia da Mata
Herbert Wright	The Potomac River as state boundary

Quadro 5: Memórias apresentadas na Assembleia Inaugural do IPGH (1932-1933). Terceira sessão.

Memórias apresentadas na Assembleia Inaugural do IPGH (1932-1933)	
Terceira Sessão: Pré-história, História pré-colombiana e Arqueologia. História da época colonial.	
Presidente: Augusto Tavares de Lyra Secretário: Alcides Bezerra	
Apresentador(a)	Título
Affonso de Toledo Bandeira de Mello	A descoberta e a exploração das Minas no Brasil. Sua influência no povoamento e nas comunicações.
José Reygadas Vertiz	Trabajos de la Dirección de Estudios Prehispánicos del Departamento de Monumentos de la Secretaría de Educación Pública de México
Eduarod Marques Peixoto	A lenda de Guaratiba
Alexandre Max Kitzinger	A Colônia do Sacramento
Cesar Feliciano Xavier	Três décadas da evolução histórico-social da América portuguesa, culminada pela autonomia brasileira reconhecida em 1750. Alexandre de Gusmão, o pan-americanista.
Paulo Eleutherio	Portugal na Amazônia
L. Pereira Ferraz	Terra de Ibirapitanga
Rodolfo Garcia	A visitação do Santo Ofício à Baía em 1618
Feliz M. P. Sampaio	D. João Sexto e o Correio
Pedro Calmon	Os bandeirantes da Casa da Torre
Juan Martinez Hernandez	Significación Cronológica de los Ciclos Mayas
Alfonso Caso	Las exploraciones en Monte Alban

Cesar Feliciano Xavier	O Brasil na História da América e na evolução universal
Edwin Ryan	A chilean bishop of the eighteenth century
Wallace Atwood	The home of the ancient mayan civilization in Central America
Federico Lunardi	El macizo colombiano en la pre-historia de Sur América
Maria da Gloria Ribeiro de Almeida	O Brasil na Antiguidade

Quadro 6: Memórias apresentadas na Assembleia Inaugural do IPGH (1932-1933). Quarta sessão.

Memórias apresentadas na Assembleia Inaugural do IPGH (1932-1933)	
Quarta Sessão: História da emancipação das nações americanas. História da época independente.	
Presidente: Max Fleiuss	
Apresentador(a)	Título
Percy Alvin Martin	Slavery and abolition in Brazil
Herbert Ingram Priestley	The french effort to effect establishment on the atlantic coast of South America
A. Curtis Wilgus	The United States and the Fourth International Conference at Buenos Aires
N. Andrew N. Cleven	The reaction in Great Britain, the United States and Hispanic America to the Iberian policy of the Holy Alliance and France. 1815-1826.
N. Andrew N. Cleven	The first Panamá mission and the Congress of United States of America
Charles Edward Chapman	New corollaries of the Monroe Doctrine: with special reference to the relations of the United States with Cuba
Rodolpho Jacob	Um balanço do progresso de Minas Gerais
Pedro Calmon	Um general da independência sul-americana. Quem era Labatut.
Herminio Conde	A questão Cochrane. A independência no Piauí e no Maranhão.
E. F. de Souza Docca	A missão Ponsonby e a independência do Uruguai
Max Fleiuss	Cidade do Rio de Janeiro (subsídios para sua história)
Heitor Lyra	Memória sobre as negociações diplomáticas para o estabelecimento da fronteira entre o Brasil e a Colômbia.
Washington Garcia	O momento do Brasil e o seu papel no concerto pan-americano
João Pinto Pessoa	O advento da rádio-telegrafia
Andrés Molina Enriquez	La revolución agrária de México

Ricardo Urbaneja	Bolívar, su grandeza en la adversidad
Indicações apresentadas na quarta sessão da Assembleia Inaugural do IPGH	
Cesar Feliciano Xavier	Para um Brasil próspero e realmente independente
Wanderley Pinho	Realização do estudo comparativo das campanhas políticas e militares
Wanderley Pinho	Uniformização das leis de defesa e proteção do patrimônio histórico-artístico das nações americanas

5.2.3 Alexandre de Gusmão como fundador do pan-americanismo: a história nacional pan-americanizada ou a história pan-americana nacionalizada?

Busca-se argumentar nesta seção que foi no encontro oportunizado pela Assembleia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1932-33) que tivemos a consolidação da narrativa que associou a figura do diplomata Alexandre de Gusmão (1658-1753) ao pan-americanismo. Este movimento nos permite observar o esforço feito para pensar a história brasileira a partir de um referencial mais amplo (a história da América). Veremos, ao longo das próximas linhas, se tal intuito foi bem-sucedido.

Para sustentar este argumento, serão analisados, em ordem cronológica, os textos que evidenciam este empenho interpretativo. Esta seção será concluída com o exame da comunicação apresentada por Cesar Feliciano Xavier, representante do Club Naval na Assembleia Inaugural do IPGH. Veremos que, na elogiadíssima tese intitulada “Três décadas da evolução histórico-social da América Portuguesa. Alexandre de Gusmão, o Pan-Americanista”, de 143 páginas, o autor incorpora diversas interpretações anteriores ao seu estudo e termina de consagrar a figura do diplomata como um símbolo dos “ideais pan-americanos”.

Alexandre de Gusmão, desde o período do Império, já era reconhecido como um dos “construtores da nação”. Esta pesquisa busca indicar que ao longo da Primeira República houve uma reapropriação de sua figura, que passou a ser pensada como símbolo de pan-americanismo e promotor das relações americanas. Isso é sintomático de algumas transformações políticas em curso nas relações exteriores do Brasil, bem como na forma de se pensar a história do Brasil no IHGB e em outros meios intelectuais (como, por exemplo, a Revista Americana). Vamos aos textos.

No ano de 1902 foi republicado na Revista do IHGB o estudo “*Da vida e feitos de Alexandre Gusmão e de Bartholomeu Lourenço de Gusmão*”, de autoria de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo. Tal texto havia sido originalmente publicado em 1841, quando o autor era presidente da agremiação. O estudo inaugura a questão mais importante destacada na biografia do diplomata: sua participação na elaboração do Tratado de Madri. Nas palavras do autor:

Um serviço da maior transcendência, que alcançará seu nome nos Fastos do Brasil, foi o primeiro gisamento geral das nossas raias no Tratado de Limites de 13 de Janeiro de 1750. De há muito era sentida a necessidade de uma Linha Geográfica, que, prevenindo futuras querelas, estremasse os dois Domínios limítrofes, os mais extensos da América Meridional; precisava-se para isso superar cúmulo de dificuldades; eram ainda mal explorados os sertões, não bem conhecidos os rios, os montes, e todas essas balizas naturais e indeléveis, pelas quais convêm traçar a demarcação; nem ao menos era líquida e determinada a extensão, que do lado – Oeste – tinham as possessões Portuguesas. (PINHEIRO, 1902, 386-388)

Na narrativa do Visconde começa a se delinear a imagem de Gusmão como sendo um dos “construtores da nação”. Sua tarefa é sucedida por João Manuel Pereira da Silva, no livro “Plutarco Brasileiro” (1847), em que Gusmão é um dos biografados, contribuindo para consagrar o “ilustre brasileiro” e sua grande tarefa, a negociação do Tratado de Madri. Ambos os autores destacaram a grande personalidade e talento do diplomata brasileiro.

A questão da exemplaridade das vidas ilustres e das relações entre biografia e escrita da história no Brasil oitocentista já foi abordada por Temístocles Cezar (2003), Armelle Enders (2014) e Maria da Glória Oliveira (2015). Oliveira, citando Cezar, aponta que, neste contexto, é possível compreender os usos da biografia como parte da construção de uma *retórica da nacionalidade*, ou seja, como um conjunto de estratégias discursivas utilizadas com vistas a persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação social, partilhavam de um mesmo passado, e, por consequência, de uma mesma origem e de uma mesma identidade. Assim, conforme Temístocles Cezar, a biografia no Brasil oitocentista contribui para a criação do *panteon* da nação, fazendo parte do regime de historicidade que orienta os planos historiográficos do IHGB: a história mestra da vida, promotora de exemplos a serem seguidos.

Entre os textos até aqui indicados e os próximos a serem mencionados, há uma mudança de regime político, mas a biografia, ainda que não tenha idêntico estatuto, continua a ser um gênero utilizado na escrita da história da nação. Nesse sentido, é profícuo atentarmos às

considerações de Ângela de Castro Gomes (2009) sobre biografia, heroísmo e história pátria na Primeira República. Segundo a autora, as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, assinalam, juntamente com a emergência de um projeto político republicano, a conformação de um projeto cultural de teor cívico-patriótico que mobilizou parte importante da elite cultural brasileira. Nesse contexto, o livro *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, de Sílvio Romero (1890), que se torna sócio do IHGB em 1905, é significativo.

A organização da publicação é cronológica e apresenta sentido de evolução, apontando para o futuro do país. Utilizado como compêndio para as classes primárias, tece críticas à monarquia e elogio à República. Seu autor, porém, localizava os homens estudados em seu tempo e questionava os estudos biográficos que não davam valor às criações populares e anônimas. Para Gomes, o livro de Sílvio Romero é exemplar não apenas de uma literatura cívico-patriótica datada da virada do século XIX para o XX, como também:

De um tipo de escrita da história pátria que quer associar trajetórias individuais e coletivas, mostrando às crianças quem são e onde estão os ‘heróis’, sem os quais não se faz uma nação. De uma escrita ‘moderna’ da história, voltada para um projeto de futuro, mas que não abandona a dimensão do exemplo e a concepção de ser uma ‘mestra da vida’, ao menos de uma vida republicana. (GOMES, 2009, p. 120)

Tendo em vista tais considerações, entende-se ser plausível sugerir que ocorre, ao longo da Primeira República, a reescrita – mais no sentido de alargamento do que de correção – da biografia de Alexandre de Gusmão. Tal reescrita relaciona-se à cultura histórica republicana estudada por Gomes, marcada pela coexistência do desejo de futuro e de mobilização do passado em busca de exemplos de patriotismo e, acrescento eu, americanismo, necessários ao tempo presente.

Como dito acima, a partir da República há uma reorientação da política externa brasileira, que agora aponta para a América. Um caso interessante para esta pesquisa é a atuação do barão do Rio Branco, então cônsul brasileiro em Liverpool, na chamada questão de Palmas (1894), litígio entre Brasil e Argentina, em que fora negociador. Na exposição de motivos, contendo mais de duzentas páginas escritas por Rio Branco e apresentada ao árbitro, o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, o Tratado de Madri é utilizado como inspiração para a paz e a civilização da América. Neste estudo, intitulado “Questões de Limites com a República Argentina”, há intensa utilização dos princípios acordados do Tratado de 1750, bem como de alguns mapas recolhidos naquela época. Segundo Fernando Castro (2007), a partir

daí o tratado e seu negociador passam a ser cada vez mais associados aos princípios de solidariedade americana.

Nesse sentido, em 1914, nos anais do Primeiro Congresso de História Nacional, publicados em tomos especiais da Revista do IHGB, surge o texto “Apontamentos sobre a vida do diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão”, de Helvecio Carlos da Silva, advogado e membro da comissão de História Diplomática deste evento. Novamente, é ressaltado o Tratado de Madri, mas já agora com algumas novidades:

O fato mais notável de sua vida pública foi incontestavelmente o tratado que concluiu com a corte de Espanha em 13 de Janeiro de 1750, pelo qual foram pela primeira vez demarcados regularmente os limites do nosso território, e que serviu de guia precioso para os que o Brasil veio a concluir com as nações vizinhas após a sua independência, como por mais de uma vez declarou publicamente o nosso saudoso chanceler Barão do Rio Branco, que chegou até a salientar que se não fossem os bem elaborados trabalhos de Alexandre de Gusmão o Brasil ainda estaria a braços com dificuldades bastante assustadoras para regular as suas fronteiras [...]. Como se vê daí, os dois memoráveis laudos arbitrais – o de Cleveland e o de Berna – que puseram termo às nossas pendengas de limites com a Argentina e a França foram baseados no *ipsis litteris* na letra do tratado de 13 de janeiro de 1750, tão brilhantemente elaborado por Alexandre de Gusmão. (SILVA, 1914, p. 627)

Há, ao longo do texto, uma forte insistência na brasilidade de Alexandre de Gusmão e de suas intenções. A contribuição do autor da tese indica, por fim, “em poucas e singelas palavras, os traços da vida do primeiro brasileiro, que com tanta utilidade para a sua pátria, ocupou-se diplomaticamente da delimitação do nosso território.” (SILVA, 1914, p. 628)

Gusmão passa, a partir de um longo esforço de reinterpretação coletiva, a ser visto como o precursor do americanismo de Rio Branco. É importante, neste sentido, o texto do diplomata Araújo Jorge, colaborador de Revista Americana e da Revista do IHGB, de 1916, intitulado “Alexandre de Gusmão: o avô dos diplomatas brasileiros”. O pai era Rio Branco.

No ano de 1930, é publicado na França, fruto de conferências realizadas desde os anos 1920 no Brasil, o estudo intitulado *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la Politique Internationale*, de autoria do renomado jurista e sócio do IHGB Rodrigo Octávio Langgaard de Menezes (1866-1944). Este texto seria traduzido e publicado na Revista no ano de 1941. A tese central do autor é de que Alexandre de Gusmão foi um precursor do *monroísmo*, no sentido de evitar a intervenção europeia na América. Para comprová-la, o autor menciona o

artigo 21 do Tratado de Madri, o qual previa que em caso de conflito entre as coroas espanhola e portuguesa, não haveria envolvimento das colônias americanas. A argumentação é reveladora:

E eu vos pergunto: - não é evidente que neste velho texto desconhecido se encontram definidos generosos princípios de alta política internacional que ultrapassam o sentimento do seu tempo? Não está nele fixado o sentimento de fraternidade americana sob os princípios de uma paz perpétua? Não se vê neles o mesmo espírito que meio século mais tarde inspirou Washington e os gloriosos formadores da grande nação norte-americana e se cristalizaram na palavra nítida e precisa de Monroe? [...]. Não se pode desconhecer, assim, que do dispositivo do Tratado de 1750 se desprendem os princípios fundamentais da mensagem americana de 1823: - a solidariedade continental pela concórdia e o alheamento da América das consequências das intrigas da política europeia, princípios fundamentais de onde decorreu o lema – A América para os Americanos. (OCTÁVIO, Rodrigo, 1941, p. 31-32)

No mesmo sentido do texto de Rodrigo Octávio se insere a já mencionada comunicação de Cesar Feliciano Xavier na Assembleia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1932-33). Neste texto, temos o desfecho final da pan-americanização do diplomata, a partir de agora “insigne Estadista Americano”, que atuou pela grandeza da pátria e, precocemente, em nome dos interesses da América. Está coroado assim o ancestral brasileiro do pan-americanismo.

O texto de Xavier é fortemente marcado pela exaltação da figura de Gusmão²¹⁷ e pela argumentação de anterioridade do pan-americanismo no Brasil em relação à doutrina Monroe, o que é justificado com a citação de referências de autores que eram seus contemporâneos.²¹⁸ O mote para a análise da atuação de Gusmão é também o Tratado de Madri. Segundo Xavier:

Este “Tratado”, firmado no século anterior ao Congresso de Panamá, a sublime obra política do genial Bolívar; este “Tratado”, estabelecido século antes da célebre “Doutrina de Monroe”, é o apanágio do adiantado da civilização americana, é o incontestado testigo de caber ao Brasil a primazia daquilo que se chamou depois espírito pan-americano, e do qual a este Congresso, uma de suas mais fulgurantes consequências. (Revista do IHGB, 1939, volume III, parecer, p. 289)

²¹⁷ Nas palavras do autor: “Quanto mais se engrandecer o Brasil, mais formidável reluzirá a ciclópica obra deste construtor do Brasil Nação cuja autonomia foi respeitada pelo nunca assaz encomiado “Tratado de 1750”, glória da política moderna, imarcescível “Padrão”, da mentalidade do Novo Mundo...” (Revista do IHGB, 1939, volume III, parecer, p. 162)

²¹⁸ Como, por exemplo, o texto “O pan-americanismo no Brasil antes da declaração de Monroe”, de Heitor Lyra, publicado na Revista Americana em 1919.

É possível observar, assim, que há um esforço coletivo cuja finalidade era dotar o pan-americanismo “à brasileira” de densidade histórica. Nesse sentido, é útil destacar aqui parte do parecer da comissão avaliadora do trabalho, composta por diversos sócios do IHGB. O parecer é elucidativo:

Alexandre de Gusmão foi, incontestavelmente, no cenário da política americana, o primeiro estadista em cujo cérebro luziram as ideias pan-americanistas, com acentuado espírito de brasilidade, com relação ao Império Lusitano. Precursor de Monroe e Bolívar, na política americanista “foi provavelmente no mundo e seguramente na América, o estadista que por inigualável política de fraternidade não só adjudicou à sua pátria cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados [...] como também, assim agindo, ao mundo civilizado irrecusável prova deu, de que se o continente colombiano é o hemisfério da paz, como preconizara o nosso grandfóloquo Joaquim Nabuco, pan-americanista fulgurante, irrecusavelmente é o Brasil o pioneiro máximo dessa glória ímpar na política dos povos [...]”. Fez, pois, obra meritória o autor da tese em estudo, trazendo novamente à baila a figura empolgante de Alexandre de Gusmão, que nunca é demais lembrar e louvar e cuja efigie por feliz inspiração do Barão de Rio Branco, figura na galeria dos grandes americanos, no Palácio do Itamaraty. Pelos motivos expostos, a contribuição do Sr. Comandante Cesar Feliciano Xavier, delegado do Club Naval, é digna do melhor acolhimento por parte desta douta Assembleia. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1932. – A. Tavares de Lyra, presidente. – Rodrigo Octávio Filho, relator (Delegado da República Dominicana. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) – Octavio N. Brito – Felix M. P. Sampaio – Rodolfo Garcia – Souza Docca – Alcides Bezerra – Alfredo Ferreira Lage – Mucio Vaz – Vanderley Pinho – Vicente Valdés Rodrigues – H. A. Torres. (Revista do IHGB, 1939, volume III, parecer, p. 302-303)

A avaliação dos pareceristas nos auxilia a compreender que a opção feita é pela ênfase à vocação patriótica do “grande homem”. Isso significa que, antes de mais nada, é o caráter “brasílico” dos atos da figura em questão que é destacado. Segundo esta linha de raciocínio, seu trabalho foi, em primeiro lugar, um exemplo de brasilidade. Depois do valor patriótico, passa-se a destacar a consequência mais geral da trajetória do diplomata, que foi, na argumentação dos pareceristas e de Xavier, a promoção da paz na América. Dessa forma, Gusmão é colocado na vanguarda, sendo o precursor das ideias de Monroe e Bolívar. Esta construção narrativa leva à conclusão de que o movimento de interpretação sobre a biografia aqui em questão se deu mais no sentido de nacionalizar a história pan-americana – porquanto é oferecida uma posição de imenso destaque ao Brasil –, do que de pan-americanizar a história nacional.

Uma outra conclusão possível a partir das questões expostas até este momento é que, assim como observado por diversos autores que estudaram a escrita da história no século XIX

brasileiro, entre os quais Manuel Salgado Guimarães (2011), Temístocles Cezar (2003; 2004) e Armelle Enders (2014), havia forte relação entre a política da nação e a escrita da sua história na Primeira República²¹⁹. A outra conclusão é que há uma marcante presença da noção de progresso na historiografia neste momento, sendo a promoção das relações americanas uma das suas manifestações, como uma escolha do presente e uma promessa de futuro.

Assim, considerando a afirmação de Koselleck (2014) de que não existe um só tempo na historiografia, mas uma multiplicidade de tempos, podemos interpretar a reescrita da biografia de Alexandre de Gusmão na seguinte chave explicativa: há uma camada temporal que dialoga diretamente com o presente e requer, portanto, a pan-americanização do diplomata, de modo que o Brasil tenha destaque e ancestralidade na construção de um sistema que, teoricamente, para se justificar, busca a promoção da paz, considerada então uma das bases para o progresso na América. Há outra camada temporal que remete ao passado, que busca na figura e em seus atos lições para o presente. É a história ainda atuando como mestra da vida. O exercício de reescrita, por fim, está a serviço do tempo do futuro progressivo em que o Brasil atingiria uma posição importante no concerto das nações da América.

Por fim, para encaminhar a conclusão deste capítulo, é preciso chamar a atenção para a forma como esta pesquisa compreende os trabalhos do mencionado Rodrigo Octávio. Autores como Renato Amado Peixoto (2015) e Daniel de Oliveira (2015), demonstram como a figura de Gusmão foi cultuada na escrita da história de Jaime Cortesão – literato e historiador português exilado no Brasil que ministrou cursos para a formação de diplomatas no Instituto Rio Branco, do Itamaraty, nos anos 1940 e 1950 – como sendo o precursor do “pan-americanismo científico”. Ambos indicam que esta interpretação remete-se às conferências e publicações do jurista e sócio do IHGB Rodrigo Octávio Langgaard de Menezes (1866-1944).

Esta pesquisa, contudo, opta por chamar a atenção para o momento anterior aos escritos de Rodrigo Octávio, que sem dúvida é um autor essencial para o enquadramento da figura de Gusmão nas preocupações pan-americanistas, mas que pode ser lido em relação com os debates de seu tempo. Buscou-se assim ampliar a abordagem sobre a discussão em torno do pan-americanismo, recuando ao período inicial da República, compreendendo este período como fundamental para o seu desenvolvimento. Procurou-se sustentar, ao longo deste trabalho, que se atentarmos aos espaços de circulação deste autor, no caso aqui o IHGB, bem como aos seus interlocutores, poderemos compreender que este esforço de escrita teleológica sobre os ideais

²¹⁹ Nas palavras de Enders “não há escrita da história sem entrecruzamento da epistemologia e do político” (ENDERS, 2014, p. 126).

de solidariedade americana não é individual e pode ser uma forma de compreendermos melhor a cultura histórica na Primeira República.

Como explicitado na introdução desta tese, o problema que a orientou foi a investigação sobre a trajetória da constituição do *pan-americanismo* em problema historiográfico no IHGB durante a Primeira República. Um dos objetivos do estabelecimento deste problema foi compreender como se deu a construção, a partir das representações sobre a história nacional desenvolvidas ali, de uma concepção específica das relações entre o Brasil e o restante da América.

Me refiro à ideia de que o país se relacionava de forma cordial e solidária com seus vizinhos do continente. Este vínculo, enunciado em um texto dos anos 1950 (citado na introdução desta tese), de autoria do sócio do Instituto, Virgílio Correa Filho, apresentava a instituição como guardião das tradições nacionais, entre as quais estava o cultivo dos “*sentimentos amistosos de boa vizinhança desde quando Alexandre de Gusmão a nobilitou*” (CORREA FILHO, Virgílio. RIHGB, 1950, volume 208, p. 340). Esta seção examinou como se deu a construção historiográfica desta ancestralidade do diplomata enquanto figura representativa da *americanidade* brasileira. Observou-se que, para que esta frase pudesse ser enunciada em meados do século²²⁰, houve, antes disso, um longo e complexo percurso de habilitação da temática do *pan-americanismo* dentro da agremiação.

Tal percurso esteve relacionado a alguns fenômenos, entre os quais podemos destacar: 1) A aproximação do IHGB aos temas caros à diplomacia do regime republicano brasileiro, facilitada pelo exercício da sua presidência pelo ministro das relações exteriores, o barão do Rio Branco; 2) A existência de complexas redes intelectuais e a mediação cultural de alguns indivíduos com múltiplas inserções institucionais; 3) A publicação de trabalhos sobre o pan-americanismo escritos por autores que, ou já eram sócios do IHGB, ou se tornaram afiliados a partir das publicações; 4) Os eventos organizados por esta agremiação, os quais, sugiro, podem ser vistos como as “*oportunidades para evidenciar os seus propósitos de avivar a solidariedade fraterna, que deve unir os povos americanos.*” mencionadas por Virgílio Correa Filho no texto ao qual se fez referência acima; e, finalmente, 5) Com a reelaboração de biografias de figuras como a de Alexandre de Gusmão, conforme analisado neste capítulo.

²²⁰ O texto de Virgílio Correa Filho foi publicado originalmente no *Jornal do Comércio* e posteriormente transcrito na Revista do IHGB: CORREA FILHO, Virgílio. “O Instituto Histórico e a Cordialidade Americana”. Revista do IHGB, 1950, volume 208, p. 340-345.

Com efeito, é possível concluir que a incorporação do *pan-americanismo* como um problema historiográfico no IHGB tornou possível a elaboração de uma representação específica sobre a inserção do Brasil na América. No caso da reinterpretação sobre a trajetória de Alexandre de Gusmão, por exemplo, é possível apontar que este movimento se insere em uma tentativa de repensar a representação do passado nacional, que ganha forma a partir da releitura da biografia deste que era então considerado um dos “heróis da pátria”.

Além disso, importa ressaltar que um elemento fundamental na trajetória da incorporação dos preceitos reguladores das operações intelectuais que conformam o saber histórico, isto é, a necessidade de fazer aparecer ao leitor os traços de um trabalho metódico de investigação, foi o uso permanente dos documentos históricos (dos quais o IHGB apresentava-se como o protetor) e a remissão frequente a outras pesquisas.

Tomando como exemplo o estudo de caso desenvolvido na última seção deste capítulo, observa-se que o Tratado de Madrid foi, por diversos autores, exaustivamente evocado como sendo a evidência fundamental das motivações altruístas e pan-americanas de Alexandre de Gusmão. Com isso, os historiadores brasileiros do século XX passaram a reivindicar a existência uma preocupação pan-americana por parte de Gusmão, argumentando que ela já estava lá inscrita no documento desde o século XVIII. Ocorre que, como argumentado ao longo desta pesquisa, a preocupação com a agenda pan-americana era dos intelectuais do século XX, o quais, evidentemente, tinham como motivação problemas do seu tempo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese abordou as relações entre o pan-americanismo e as representações da história do Brasil desenvolvidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Este tema, que mobilizou debates importantes na conjuntura analisada nesta pesquisa, permitiu pensar a operação historiográfica no Brasil republicano – desde as décadas iniciais do regime até o ano de 1933. Para tanto, este estudo foi dividido em quatro capítulos. A seguir, serão apresentados os temas neles debatidos e algumas das considerações que a análise possibilitou.

O primeiro capítulo foi intitulado “América, América Latina e Pan-americanismo: sobre colonialidades, imperialismos e alguns contrapontos.” Nele foram apresentadas as discussões em torno da ideia de América e de América Latina, as definições de pan-americanismo, os aspectos centrais debatidos nas Conferências Pan-Americanas e como o conjunto de ideias que davam sustentação à agenda pan-americana foi recebido no Brasil.

Destacou-se, com base na bibliografia sobre o tema, que a ideia de América foi uma invenção europeia que eliminou as denominações dadas pelos povos que viveram no continente durante séculos antes da chegada de Colombo. O fenômeno tem sido descrito pelos teóricos da pós-colonialidade como “desculturação”, “desposseção” (material e espiritual) e como “colonização do saber” e “colonização do ser”. É por isso que Walter Mignolo (2007) indica que é preciso considerar a “modernidade/colonialidade” como dois lados de uma mesma moeda e não como duas formas de pensamento separadas: não se pode ser moderno sem ser colonial. Dessa forma, a ideia de América não pode ser separada da ideia de colonialidade: o continente em sua totalidade surgiu como tal, na consciência europeia, como uma grande extensão de terra da qual se apropriar e um povo que deveria evangelizar e explorar. Isso resultou na colonização dos territórios e também das subjetividades.

O surgimento da ideia de América Latina, por seu turno, se relaciona ao século XIX, quando se configuraram as designações de América Saxônica, ao Norte, e de América Latina, ao Sul. Neste momento, “América Latina” foi, segundo Walter Mignolo, o nome eleito para denominar a restauração da civilização da Europa meridional, católica e latina na América do Sul e, ao mesmo tempo, reproduzir as ausências (dos índios e dos africanos) do primeiro período colonial.

Houve, porém, ao longo do século XX, uma ressignificação da ideia de América Latina. Já na última década do século XIX, José Martí lançou uma nova e mais aberta versão do livro “Latinidad” com sua famosa proclamação política “Nuestra América”. O programa de Martí

deu as costas aos projetos que colocavam a Europa no centro das referências de desenvolvimento e se voltou para as civilizações mesoamericanas (maias, incas, astecas). Mignolo aponta que depois de Martí, e depois do líder político e intelectual peruano José Carlos Mariátegui na década de 1920, a ideia da América Latina sofreu uma mudança radical nos anos 1960 através da filosofia da libertação e da teoria da dependência.

Sobre o pan-americanismo, vimos que Ricardo Salvatore (2016) o entende como um movimento que buscou fomentar a criação de um sistema hemisférico de cooperação, tendo feito parte de um processo de “segunda descoberta” da América: representações textuais e científicas da região, mais tarde congeladas em conhecimento regional disciplinar, constituíram um engajamento pela construção de um *império benevolente informal*. Este autor aponta que houve uma conexão implícita entre a formação dos estudos latino-americanos e a política externa dos EUA. Esta ligação deu sentido e substância a muitos dos esforços dos pesquisadores para “conhecer a América do Sul”. Além disso, os estudiosos esperavam que, uma vez disseminada para a população norte-americana como um todo, este novo conhecimento traria sentimentos de simpatia e entendimento em relação aos sul-americanos.

Considerando as discussões sobre a ideia de América, América Latina e pan-americanismo em conjunto, concluiu-se que, ao mesmo tempo em que o pensamento latino-americano do final do século XIX pode ser lido como uma resposta à política expansionista e imperialista dos Estados Unidos, o próprio pan-americanismo, enquanto desdobramento desta política e justificativa ideológica dela, vai se constituindo em relação ao pensamento latino-americano, buscando contrapô-lo e/ou ser alternativa conformista a ele. Ao cotejarmos este cenário com as interpretações de Mignolo e Salvatore acima expostas, é possível sugerirmos que é pela via da aproximação ao discurso conservador sobre a América Latina anterior à ascensão do pensamento latino-americano de fins do século XIX que o discurso pan-americanista se apresenta.

No capítulo intitulado “A União Pan-Americana e o papel das mulheres na promoção do pan-americanismo” foram analisados, na primeira seção do texto, os objetivos centrais da UPA. Vimos que esta organização, composta por vinte e uma repúblicas e sediada em Washington D.C., declarava, em seu boletim periódico de divulgação, que se dedicava ao *desenvolvimento do comércio, das relações de amizade e da preservação da paz* entre os países. Também foi analisada a coleção “Pan American Patriots”, elaborada pela UPA. Publicada em 1926, era composta por um conjunto de biografias de *patriotas* latino-americanos, que ali foram nomeados de *pan-americanos*. A conclusão da análise desenvolvida nesta parte do texto é que

uma das finalidades da instituição foi fomentar a criação de um sentimento de unidade entre os diferentes países da América. Para isso, investiu-se na criação de um passado pan-americano para os países ao sul dos Estados Unidos, de modo que o continente todo pudesse ser apresentado como um mosaico: ainda que as repúblicas fossem diferentes entre si, havia um laço histórico que as unia. Sugeriu-se que este empreendimento pode ser lido como uma estratégia para atenuar as assimetrias reais entre os diferentes países.

A relação das mulheres com o pan-americanismo, por sua vez, foi investigada tendo como fio condutor uma conferência (1915-1916) por elas organizada. A conclusão deste exame foi que este evento pode ser compreendido de duas formas: enquanto fórum para expressar a luta pelos direitos das mulheres das Américas e também como sintoma e estímulo ao pan-americanismo. Elas compreenderam que, para a promoção deste ideário – que era uma aspiração principalmente do governo norte-americano, mas que recebeu o apoio de outros países das Américas – sua participação era essencial. Desse modo, a adesão ao discurso pan-americano era uma ocasião para mostrar o valor da participação feminina e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para reivindicar a melhoria das condições de vida das mulheres em uma perspectiva transnacional.

Embora esta tese não tenha a pretensão de suprir de forma aprofundada a escassa bibliografia sobre o feminismo pan-americano (especialmente em língua portuguesa), buscou-se destacar a presença relevante que tiveram as mulheres – estadunidenses e latinas – nos debates relacionados ao pan-americanismo. A análise desenvolvida neste capítulo buscou reforçar o argumento sobre a existência desta lacuna, que poderá ser objeto de futuros estudiosos(as) interessados(as) no assunto. Argumentou-se também que compreender a diversidade de vozes que fizeram coro a fim de promover tal ideário é significativo para analisarmos como e por que ele teve impacto nas representações da história do Brasil desenvolvidas a partir do IHGB.

Entender este impacto foi um dos propósitos do capítulo seguinte, intitulado “O Brasil na América: República e Pan-americanismo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Na primeira seção deste texto, foram apresentadas três figuras ligadas ao IHGB que tiveram papel importante na promoção do pan-americanismo: Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Na segunda seção, foi analisado o livro “Compêndio de História da América”, de Francisco da Rocha Pombo, escrito em 1898 e publicado em 1900. Na terceira seção, foi apresentado o estudo intitulado “O pan-americanismo”, de Arthur Orlando (1906). Na última seção, por fim,

foi feito um exame da atuação de Oliveira Lima e sua esposa, Flora de Oliveira Lima, junto à União Pan-Americana.

Esta parte da tese evidenciou, a partir da abordagem das fontes selecionadas, o movimento crescente de atenção à história da América, sendo a história do Brasil encarada como parte deste contexto mais amplo. Além disso também apontou, por meio da investigação dos posicionamentos de Joaquim Nabuco e de Oliveira Lima (em sua primeira fase), a existência de debates e disputas em torno da ideia de pan-americanismo no interior do IHGB.

Uma questão fundamental a ser considerada a partir da análise das fontes é a imbricação entre a busca pelos caminhos para a modernidade e o tema do pan-americanismo. Ademais, percebeu-se, no estudo aqui realizado, que o termo progresso é correlato e, de certa forma, aparece em relação de sinonímia com o de pan-americanismo. Esteve presente na narrativa daqueles que se envolveram do debate a perspectiva de que aderir ao pan-americanismo era atuar pelo progresso. Há, em grande parte dos autores que foram apresentados, uma forte consciência do atraso brasileiro em relação às “nações grandes”. Daí parte da sedução que exerce o modelo de desenvolvimento norte-americano sobre a maioria dos intelectuais aqui estudados. Aderir a uma união liderada pelos Estados Unidos era percorrer a estrada do aperfeiçoamento. Há uma forte percepção do que Koselleck (2014) chama de *simultaneidade do não-simultâneo* e quem está na frente é o país que elaborou o ideário do pan-americanismo.

No que se refere ao exame dos textos de Rocha Pombo e de Arthur Orlando, percebeu-se que os autores deram grande importância ao ensino da história. Uma de suas finalidades seria a construção de uma América forte e unida. Este ensino, conforme concebido pelos autores, estaria fortemente marcado pela obliteração do conflito. Este esquecimento era necessário para promover o que o autor considerava a harmonia social no presente. Assim, é necessário destacar que sob o discurso da solidariedade e da união, que embasa o americanismo à moda de Rocha Pombo e de Arthur Orlando, subjaz o recalque dos conflitos, especialmente no âmbito doméstico. Há uma espécie de esforço de sufocamento da divergência e violência internas do Brasil, em nome de uma causa maior, que seria o protagonismo que a América como um todo poderia assumir frente ao mundo, fornecendo lições de união na (e apesar da) diversidade.

Neste capítulo também foi apontado que, mesmo tendo sido um dos críticos do pan-americanismo sob a hegemonia norte-americana, Manuel de Oliveira Lima passou, a partir da segunda década do século XX, a se posicionar de forma mais favorável à agenda pan-americana no formato que outrora criticara. Por meio da leitura da correspondência pessoal do autor, foi possível observar parte de suas redes intelectuais, bem como seus vínculos com a União Pan-

Americana. A partir disso, argumenta-se que é possível pensá-lo como um mediador cultural, que ocupou posição de destaque na tradução do cultura brasileira e latino-americana nos Estados Unidos. O mesmo foi sugerido em relação a sua esposa, Flora Cavalcanti de Oliveira Lima, cuja atuação não deve ser menosprezada.

No último capítulo deste trabalho continuaram sendo investigadas as implicações desta nova conjuntura de estímulo à aproximação entre os países da América para a reflexão sobre a história nacional. A fim de desenvolver este tópico, problematizou-se as discussões que o tema gerou no IHGB tomando como foco os eventos promovidos por esta instituição a fim de colocar em prática a busca pela “solidariedade continental”.

A conclusão do exame dos discursos pronunciados no I Congresso Internacional de História da América (1922) foi de que a história era vista e apresentada como tendo um potente valor político-pedagógico. Seria a partir do conhecimento histórico que a sociedade introjetaria a ideia de solidariedade no tempo e que chegaria à solidariedade no espaço. O sentimento de vida comum entre os contemporâneos que habitavam a América, portanto, dependia da investigação do passado. Havia também um clima de reivindicação de que o continente americano era o lugar do futuro – em contraposição ao “Velho Mundo” decadente do pós-guerra.

Já a análise das atas de seção da Assembleia inaugural do Instituto Pan-americano de Geografia e História (1932-1933) sugere-se que, se levarmos em conta as reflexões de Aníbal Quijano (2009), é possível pensar a representação do passado que incorpora o problema (historiográfico e político) do pan-americanismo como uma forma de manifestação da continuidade do processo de colonialidade/modernidade fundado na diferença e hierarquização racial. A maioria dos intelectuais estudados nesta pesquisa esteve bastante imersa nesta perspectiva colonial, moderna e eurocêntrica da organização do poder e do saber. Assim, as intervenções do presidente do IHGB neste evento se aproximam das interpretações de Francisco da Rocha Pombo, analisadas no capítulo anterior: o investimento no discurso da unidade é intenso, notando-se a transposição do movimento de atenuação dos conflitos na história nacional para as relações interamericanas. Destaca-se também a ausência – ou a negação – dos enfrentamentos entre os diferentes grupos sociais.

Outra conclusão deste capítulo é que o IHGB foi, na condição de instituição tradicional (re)conhecida e respeitada pelos vizinhos, direta e indiretamente, um grande parceiro na capilarização do pan-americanismo no Brasil, assim como na sua difusão pelos países ao sul dos Estados Unidos. Ainda que tenha havido, entre seus sócios, discussões sobre a pertinência

e implicações do pan-americanismo, pensar a história como um elemento de ligação entre os diversos países do continente foi um projeto gestado e acalentado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esta história era marcadamente uma narrativa sobre o passado baseada no recalque e negação do conflito, a qual estava vinculada a um projeto integracionista.

Por fim, a última seção deste capítulo evidenciou que esteve em curso, ao longo da Primeira República, um processo de reescrita da biografia de Alexandre de Gusmão. Tal processo pode ser caracterizado como um esforço de escrita teleológica sobre os ideais de solidariedade americana que não foi individual. Atentar para a sua amplitude é uma forma de compreendermos melhor a cultura histórica brasileira na Primeira República. Finalmente, a conclusão da análise é que a renovação da narrativa sobre a trajetória de Gusmão esteve entrelaçada com o projeto de repensar a inserção do Brasil na América. Para tanto, a reelaboração da representação do passado desta figura foi peça chave.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de; BARBOSA, Rubens Antônio; FINS, Francisco Rogido. **Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil**: coleções documentais sobre o Brasil nos Estados Unidos. Brasília, FUNAG, 2010. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/753-guia_dos_arquivos_americanos.pdf Último acesso em 23.01.2019.

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. Um mestre de rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos de historiografia no Brasil. **Revista história da historiografia**, Ouro Preto, n. 13, dezembro, 2013, p. 144-153.

ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

_____. Arrivistas e Decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na Primeira Década Republicana. **Novos Estudos**, CEBRAP, 85, novembro de 2009, p. 131-148.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. SP: Companhia das Letras, 2008. [1983].

AVELAR, Alexandre de Sá. Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey. **História da historiografia**, ouro preto, número 9, agosto, 2012, p. 129-143.

AVILA, Arthur L. Um lugar para a América Hispânica na historiografia norte-americana: a fundação da *Hispanic American Historical Review* e as políticas da história. **Revista História da historiografia**, Ouro Preto, n. 17, abril, 2015, p. 50-68.

_____. Os (des)caminhos de Clio em terras norte-americanas: episódios de uma história da história nos Estados Unidos. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 325-331, jan./jun. 2014.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. O Brasil no Pan-americanismo: um estudo da Revista de História de América do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC**, Salvador, 2000, ISBN 85-903587-2-0. Disponível em: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/francisca_nogueira_de_azevedo.pdf. Último acesso em: 23.01.2019.

BAGGIO, K. G. A “outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. São Paulo, Universidade de São Paulo: Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, 1998.

BARRET, John. The War and The New America. **Bulletin of the Pan American Union**, 1917, s/p.

BERGER, Dina. Raising Pan Americans: *Early Women Activists of Hemispheric Cooperation, 1916–1944*. **Journal of Women’s History**, 2015, Vol. 27, No. 1, 38–61.

BERGER, Mark T. **Under Northern Eyes**. Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1995.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 44, 2009, p. 289-321.

_____. As conferências Pan-americanas. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFER%20ANCAS%20PAN-AMERICANAS.pdf>. Acesso em 08.01.2019.

BITTENCOURT, Circe. Identidades e ensino de história no Brasil. In: CARRETERO, Mário; ROSA, Alberto; GONZÁLES, Maria Fernanda (org.) **Ensino da história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 33-52.

BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói Republicano: Joaquim Nabuco e a República**. Tese, UFF, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, Papirus, 1996. p. 74-82.

BRANDI, Paulo. “Afranio de Melo Franco.” In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, p.1-21. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FRANCO,%20Afr%C3%A2nio%20de%20Melo.pdf> Último acesso em 23.01.2021

BRAZIL, Lael V. Vital Brazil: meu pai. **Revista da ASBRAP**, número 17, 2011. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev17_art1.pdf. Último acesso em: 09.07.2018.

BUENO, Clodoaldo. O barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 55 (2), p. 170-189, 2012.

_____. Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-2003). **Política Externa**, São Paulo, v. 13, n.1, p. 65-80, 2004.

CAMPI, Alessandro. **Nación**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

CÂNDIDO DA SILVA, André Felipe. Nas trincheiras do front intelectual. Henrique da Rocha Lima e a Primeira Guerra Mundial no *Jornal do Commercio*. **Varia Historia**, Belo Horizonte, 2015, vol. 31, n. 57, p. 635-671.

CÂNDIDO, Antônio. Os Brasileiros e a nossa América. *In: Recortes*, São Paulo, Cia das Letras, 1993.

CÂNDIDO, Teixeira José. **A República brasileira**: a última propaganda, apontamentos para a história, datas gloriosas, factos memoráveis. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/28/browse?value=Manifesto+republicano+\(1870\).&type=subject](http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/28/browse?value=Manifesto+republicano+(1870).&type=subject). Último acesso em 01/10/2016.

CARVALHO, Eugênio Rezende. Seja a América para a humanidade! O americanismo universalista de José Martí. *In: WASSERMAN, C.; VALDEZ, E. D. (Orgs.). Pensamento latino-americano. Além das fronteiras nacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 131-148.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. Brasil: Nações Imaginadas. *In: CARVALHO, J.M. Pontos e Bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. **Pensando um Continente**: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Tese. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-RJ, 2007.

CATROGA, Fernando. EUA: One Nation Under God. *In: Nação, mito e rito*: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005, p.21-76.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERVO, Luiz Amado. A instabilidade internacional (1919-1939). *In: História das Relações Internacionais Contemporâneas*: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. SARAIVA, José F. S. (Org.). São Paulo, Saraiva, 2008, p. 131-168.

CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. *In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2006. p. 30-41.

_____. Lição sobre a escrita da História: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *In: Diálogos*: revista do Dep. De História da Universidade Estadual de Maringá. PR, Vol. 8, n. 1, 2004, p. 11-29.

_____. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: ensaio de história intelectual. *In: História cultural*: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 173-208.

_____. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis: História e Cultura**. Vol. 2, nº 3, jan/jun/2003, p. 73-94.

CHATTERJEE, Partha. **La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos**. BA: Siglo XXI, 2008. [2007].

COELHO, Erico. A mulher e a Guerra. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1916, tomo 80, p. 553-581. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword438-from=1915&searchword438-to=1916&moduleId=219&Itemid=174>. Última consulta em: 15.01.2019.

COSTA FILHO. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 7, 1917, p. 76-78. Disponível em: <http://www.revistaihge.org.br/index.php/revista/article/view/99/91>. Último acesso em 26/09/2016.

COSTIN, Lela B. Feminism, pacifism, internationalism and the 1915 international congress of women. **Women's Studies International Forum**. Volume 5, Issues 3–4, 1982, p. 301-315.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2013.

DETONI, Piero. José da Rocha Pombo. A concepção moderna da História. In: NICOLAZZI, Fernando. **História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2015, p. 169-210.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

DULCI, Maria Tereza Spyer. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. São Paulo, Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2008.

EELLS, Elsie Spicer. **Tales of Giants From Brazil**. New York, Dodd, Mead and Company, 1918, 119 p.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. « Theodore Roosevelt explorateur », **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Bibliothèque des Auteurs du Centre, 2005. URL : <http://nuevomundo.revues.org/607>. Último acesso em 16.01.2017.

FANON, Franz. **Pele Negra, máscaras brancas**. EDUFBA, Salvador, 2008.

FERES JR., João. **A história do conceito de Latin América nos Estados Unidos**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FERES Jr., João; JASMIN, Marcelo G (Org). **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

FERES Jr., João; NORONHA DE SÁ, Maria Elisa. América/Americanos. In: FERES Jr., João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 25-40.

GASPAR, Lúcia. Arthur Orlando. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 09/01/2017.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993 [1983].

GENETTE, Gérard. **Paratexts: Thresholds of interpretation**. Cambridge University Press, 1997.

GOMES, Ângela de C.; HANSEN, Patrícia dos S (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, A.G.; ABREU, M. A nova ‘Velha’ República: um pouco de história da historiografia. **Revista Tempo**, janeiro de 2009, nº 26, volume 13.

GOMES, A.G. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

_____. **Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre**. Rio de Janeiro: Mercado das Letras, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 419-441.

GONTIJO, Rebeca. Manuel Bomfim: ‘pensador da história’ na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, nº 45, 2003. p. 129-154.

_____. Manuel Bomfim: os que fizeram a história do Brasil. In: NICOLAZZI, Fernando. **História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2015, p. 357-394.

GONZALES, Robert Alexander. **Designing Pan-America: U.S. architecture visions for the Western Hemisphere**. Austin, University of Texas Press, 2011.

GORDON, Lewis R. Prefácio. In: FANON, Franz. **Pele Negra, máscaras brancas**. EDUFBA, Salvador, 2008.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Rio de Janeiro, Rocco, 2010.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

_____. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). **TOPOI**, v. 6, nº 10, p. 192-212, jan.-jun. 2005.

_____. Militância política, providência e pragmatismo: a trajetória historiográfica do Conde de Afonso Celso. Trabajo intelectual, pensamiento y modernidad em América Latina. **50º Congreso Internacional de Americanistas Varsovia 2000** (Simposio FIL-3)/Hugo Cancino, Claudio Bogantes, Nanci Leonzo. – Warszawa: CESLA, CLAS 2002. p.114-127.

_____. Um olhar sobre o continente: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, nº 20, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: Ed. da Uerj, 2011.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. **História em Revista**, Pelotas, v. 6, p. 21-36, dez. 2000.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. Como escrever a História da França? **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997, p. 7-28.

_____. La Tentation de l'épistémologie? In: **Le Débat**, nº 112, novembre-décembre, 2000, p. 80-83

HENRICH, Nathalia. **Ser ou não ser antiamericano**: os Estados Unidos na obra de Oliveira Lima. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, UFSC, 2016.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

HOCHSTEIN, Joshua. Pan American Clubs in New York. **Hispania**, Vol. 17, Num. 4 (Dec., 1934), pp. 381-391.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

KLEIN, Kerwin Lee. **From history to theory**. Berkeley: University of California Press, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

_____. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, 352 p.

_____. **Historias de Conceptos**. Madri, Editorial Trotta, 2012.

KUHLMANN JR., M. Congressos profissionais no final do século XIX e início do século XX: ciência e política. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. P. (Orgs.) **Ciência, Civilização e República nos trópicos**. Rio de Janeiro, Editora MAUAD – FAPERJ, 2010.

LAGO, Sylvio. **Arte do piano**: compositores, obras e grandes intérpretes da música erudita, da arte popular brasileira e do jazz. São Paulo: Algor Editora, 2007.

LIMA, Oliveira M. Discurso de recepção a Arthur Orlando na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/artur-orlando/discurso-de-recepcao>. Último acesso em 09/01/2017.

LISBOA, Armando de Melo. De América a Abya Yala - Semiótica da descolonização. **R. Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 501-531, maio/ago. 2014.

LOCKEY, Joseph Byrne. **Pan-Americanism: Its Beginnings**. New York: The Macmillan Company, 1920.

LOPES, Maíne Barbosa. “Una página de historia eterna”: a nação narrada pela *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. **História Unisinos**, 19(2):174-182, Maio/Agosto 2015.

LOPES DE ALMEIDA, Júlia. **Histórias da nossa terra**. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1909, 4º edição.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, SP: 2001. EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

_____. O diário de Flora. **Remate de Males**, UNICAMP -Campinas, v. 24, p. 51-64, 2004.

_____. Destino del género en la escrita autobiográfica de Flora de Oliveira Lima. In: GUARDIA, Sara Beatriz. (Org.). **Mujeres que escriben en América Latina**. Lima, Peru: Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina, 2007, v. p. 453-465

MANUAL de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos conforme as normas da ABNT / Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades da UFRGS. – Porto Alegre, 2018. 68 p. il.

MARINO, Katherine M. Transnational Pan-American Feminism. The Friendship of Bertha Lutz and Mary Wilhelmine Williams, 1926–1944. **Journal of Women’s History**, 2014, Vol. 26 No. 2, 63–87.

MEDEIROS, Nilcéia Lage de. **Fórum de Normalização, Padronização, Estilo e Revisão do Texto Científico**: perguntas, respostas, discussões e questionamentos sobre ABNT, teses, dissertações, monografias, livros, artigos científicos... Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade brasileira. **Revista Tempo**, janeiro de 2009, nº 26, volume 13, p. 15-31.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. **Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos**. Pioneiras na formação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2015.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona, Gedisa Editorial, 2007, 241 p.

_____. **Desobediencia epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MILLER, Francesca. The International Relations of Women of the Americas 1890-1928. **The Americas**, Vol. 43, No. 2 (Oct., 1986), pp. 171-182. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1007437?seq=1#page_scan_tab_contents. Último acesso em: 02.07.2018.

MINELLA, Jorge Lucas Simões. **Pan-americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2013.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Antígona Editores Refractários, Lisboa, 2014.

MOTTA, Marly da Silva. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1992.

MOURA, Gerson. **Tio Sam Chega ao Brasil**. A penetração cultural americana. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

NASCIMENTO, Lúcio. O Novo Florescer da Independência: Afonso Celso e o Congresso Internacional de História da América (Rio de Janeiro, 1922). **Revista Expedições, Morrinhos/GO**, v. 8, n. 2, mai./ago. 2017.

NOGUEIRA, Francisca. O Brasil no pan-americanismo: um estudo da Revista de História de América do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC**, Salvador, 2000. Disponível em: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/francisca_nogueira_de_azevedo.pdf. Último acesso em 17.11.2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. As Festas que a República manda guardar. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

_____. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, p. 104-140, set-dez, 2018.

_____. Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil Oitocentista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, nº 42, p. 273-294, dez. 2015.

_____. **Escrever vidas, narrar a história.** A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em história social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927).** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, Ricardo de. A fortuna do valido: História, Memória e a monumentalização de Alexandre de Gusmão. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, nº 2, jul-dez, 2015.

PAMPLONA, Marco A. Nação. FERES Jr., João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 137-154.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990.

PEDRO, Alessandra. **A educação como ideal:** a obra histórica e didática de Rocha Pombo, 1900-1933. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade estadual de São Paulo, área de concentração: Política, Memória e Cidade. Campinas: SP, 2016.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Mariátegui: a difícil trajetória de um marxista. In: WASSERMAN, C.; VALDEZ, E. D. (Orgs.). **Pensamento latino-americano. Além das fronteiras nacionais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 193-208.

PEIXOTO, Renato Amado. O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a 'História da Formação Territorial do Brasil' e sua articulação com a 'História da Cartografia brasileira'. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, nº 19, dez. 2015, p. 46-65.

PELLEGRINO SOARES, G. Diálogos culturais latino-americanos na Primeira metade do século XX. **Projeto História**, São Paulo, (32), p. 241-256, jun. 2006.

PERRY, E. Pan-Americanism: Its Beginnings. by Joseph Byrne Lockey. Review. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 4, n. 4, Nov., 1921, p. 755

PIRES, Livia C. Abaixo as armas! O discurso a favor da neutralidade no debate sobre a Primeira Guerra Mundial no Brasil (1914-1917). **Em Tempo de Histórias**, PPGHIS/UNB, nº 24, Brasília, Jan-Jul, 2014, p. 21-37.

PRADO, Maria Lígia. Uma introdução ao conceito de identidade. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa Cultura e Políticas nas Américas.** Volume I. Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e classificação social. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-117.

REÍ, Flávia Maria. **A Distância entre as Américas**: uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

REIS, José Carlos. Wilhelm Dilthey. In: **Lições de História**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. MALERBA, J. (Org.). Porto Alegre, FGV: Edipucrs, 2013, P.111-130.

REYNALDO, Renata Guimarães. **Marcha Mundial das Mulheres**: um enfoque pós/decolonial sobre interseções e solidariedade no feminismo transnacional. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168164>. Acesso em 19.08.2018.

RIBEIRO DA SILVA, Ana Paula B. Escrita da história, catolicismo e integração nacional na passagem do século XIX para o XX. **Anais do I Seminário Internacional Brasil no século XIX**. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 25 a 29 de agosto de 2014, p. 1-18. Disponível em: <http://www.seo.org.br/images/Anais/Luana/AnaPaulaBarcelosRibeirodaSilva.pdf>. Último acesso em 12.11.2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RICUPERO, Rubens. A política externa da Primeira República In.: **Pensamento diplomático brasileiro**: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)/ José Vicente de Sá Pimentel (organizador). – Brasília : FUNAG, 2013, p. 333-358.

_____. Joaquim Nabuco. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-bibliográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: CPDOC, p. 1-12. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Último acesso em 03.10.16.

RODÓ, José Enrique. Rio Branco. **O barão do Rio Branco visto pelos seus contemporâneos**. Série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de 1913. Org. Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de documentação e história diplomática. Brasília, Funag, 2002, p.211-214.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Manuel de Oliveira Lima. O atual papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In.: NICOLAZZI, F. (Org.). **História e Historiadores no Brasil**: do fim do Império ao alvorecer da República. 1870-1940. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2015.

_____. Memórias regionais no IHGB: os centenários das Revoluções Pernambucana e Farroupilha - 1917 e 1935. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, vol. 4, nº 10, Jan/Jun. 2014.

_____. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. **Revista Tempo**, vol. 19, nº 35, 2013, p. 161-183.

ROSANVALLON, Pierre. **El modelo político francés: la sociedad civil contra el jacobinismo**, de 1789 hasta nuestros días. Buenos Aires: XXI, 2007.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo** – o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALVATORE, R. **Disciplinary conquest: U.S. scholars in South America**. Duke University Press, 2016.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. **Revista História**, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. 24, núm. 3, 2017.

SCHMIDT, Benito. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História** (São Paulo) v.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014.

_____. Escrever biografias no Brasil hoje: entre inovações e modelos tradicionais. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 205-218.

SCHUSTER, Sven. História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, v.21, n.1, p.121-134. 2014.

SILVEIRA, Helder Gordim. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: facetas de um Paradigma ideológico da Americanização das Relações Internacionais do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica, **Educação e Realidade: Gênero e Educação**, 1995, 20(2), 71-99.

_____. **Género e historia**. Mexico: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de Mexico, 2008.

SMITH, Bonnie. **Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis, Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 2006.

SOUZA, Francisco Gouvêa. **Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)**. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Departamento de História, PUC-Rio, Tese, 2012.

STANLEY, Hilton. Afranio de Melo Franco: a consolidação da estratégia de política externa."In.: **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**/ José Vicente de Sá Pimentel (organizador). – Brasília : FUNAG, 2013, p. 441-488.

SUPPO, Hugo R. Ciência e relações internacionais: o Congresso de 1905. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, nº I/2003, Ciência e Relações Internacionais, pp. 6-20.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 235 p.

TRINDADE, Vilma E. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Estado Novo: templo guardião das tradições nacionais. **Revista do IHGB**, 162 (410), Rio de Janeiro, jan./mar. 2001.

TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e Memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, nº 13, dez. 2013, p. 78-95.

VELLOSO, Mônica P. A brasilidade verde e amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, 1993, p. 89-112.

WASSERMAN, C.; VALDÉS, E. D. **Pensamento latino-americano**. Além das fronteiras nacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WASSERMAN, C. Ruy Mauro Marini: o exílio político e o surgimento de um latino-americano. In: WASSERMAN, C.; VALDEZ, E. D. (Orgs.). **Pensamento latino-americano. Além das fronteiras nacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 33-50.

_____. **Nações e Nacionalismos na América Latina: desde quando?** Porto Alegre: Linus, 2013.

_____. Percurso Intelectual e Historiográfico da Questão Nacional e Identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. Porto Alegre, **Anos 90**, nº 18, dez. de 2003, p. 99-123.

Matérias de jornal

COMO uma caravana de migrantes rumo aos EUA desafia Donald Trump e o governo do México. **BBC News Brasil**, 22 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45947234>. Último acesso em 20.01.2019.

LU, Denise; SINGHVI, Anjali. Government Shutdown Timeline: See How the Effects Are Piling Up. **The New York Times**, 20 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/01/08/us/politics/government-shutdown-calendar.html>. Último acesso em 20.01.2019.

ONU confirma ter recebido carta avisando de que Brasil deixaria pacto de migração. **Folha de São Paulo**, 09 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/onu-confirma-ter-recebido-carta-avisando-de-que-brasil-deixaria-pacto-de-migracao.shtml> Último acesso em 25.01.2019.

FONTES

1. Livros e capítulos de livros

BOMFIM, Manuel. Parecer. In: ROCHA POMBO, Francisco da. **Compêndio de História da América**. 1ª edição. Rio de Janeiro, Laemmert & C. Editores, 1900, p. VII-XVII.

GALVÃO, R. **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1922.

LIMA, Oliveira M. **Pan-americanismo**. Monroe-Bolívar-Roosevelt. H. Garnier, Livreiro editor, 1907, 342 p.

LOBO, Hélio. **O pan-americanismo e o Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, 150p.

NABUCO, Joaquim. A República é incontestável. In: **A abolição e a República**. Recife: UFPE, Editora Universitária, 1999, p. 93-102.

OBRAS do Barão do Rio Branco IX: discursos. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

ORLANDO, Arthur. **Pan-americanismo**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & C., 1906, 220 p.

ROCHA POMBO, Francisco da. **Compêndio de História da América**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Benjamin de Aguilã, Editor, 1925, 415 p.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Plutarco Brasileiro**. Rio de Janeiro: Em Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1847, 2 v, p. 207-224.

2. Revistas

BITTENCOURT, Liberato. Psychologia do Barão do Rio Branco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXV, 1912, parte II, p. 9-114.

CORREA FILHO, Virgílio. O Instituto Histórico e a Cordialidade Americana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1950, volume 208, p. 340-345

GALVÃO, Ramiz. Breves palavras junto ao túmulo do Barão do Rio Branco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXV, 1912, parte II, p. 139-142.

LIMA, Oliveira M. Pan Americanism and the League of Nations. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 4, No. 2 (May, 1921), pp. 239.

MENEZES, Rodrigo Octávio Langgaard. Alexandre de Gusmão e o Monroísmo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, volume 175, 1941, p 5-69.

NABUCO, Joaquim. Discurso do orador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1899, LXI, parte II, p. 757-774.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Da vida e feitos de Alexandre Gusmão e de Bartholomeu Lourenço de Gusmão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1902, tomo LXV, parte I, p. 377- 423.

SILVA, Helvecio Carlos. Apontamentos sobre a vida do diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Primeiro Congresso de História Nacional, 1914, tomo especial, parte V, edição de 1917, p. 621-629.

XAVIER, Cesar Feliciano. Três décadas da evolução histórico social da América Portuguesa: Alexandre de Gusmão, o Panamericanista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1939, volume III, p. 155-303.

CONGRESSO Internacional de História da América. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo especial, 1925, 9v.

ASSEMBLEIA Inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume I, 1932-1933. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934.

Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Assembleia Preliminar, septiembre de 1929. TACUBAYA, D.F., Mexico. Talleres Graficos de la Secretaria de Agricultura Y fomento, 1930.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LIX, 1896, parte II.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXII, 1900, parte II.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIII, 1902, parte II.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXIX, 1908, parte II.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXXI, 1909, parte II.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXXVI, 1914, parte II.

3. Cartas

ADAMS, F. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 04 de junho de 1927. Carta.

CELSO, A. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Rio de Janeiro]. 05 de dezembro de 1906. Carta.

CELSO, A. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Rio de Janeiro]. 12 de fevereiro de 1926. Carta.

CELSO, A. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Rio de Janeiro]. 21 de junho de 1927. Carta.

ORLANDO, Arthur. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [S.I.]. 09 de maio de 1907. Carta.)

ROWE, L. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 21 de dezembro de 1920. Carta.

ROWE, L. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 05 de janeiro de 1921. Carta.

ROWE, L. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 10 de janeiro de 1921. Carta.

ROWE, L. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 13 de fevereiro de 1922. Carta.

SWIGGETT, Glen. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. carta de 21 de outubro 1915. Carta.

SWIGGETT, Glen. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. carta de 22 de dezembro de 1915. Carta.

YÁNES, F. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 05 de outubro de 1915. Carta.

YÁNES, F. [Correspondência]. Destinatário: Manoel de Oliveira Lima. [Washington]. 29 de fevereiro de 1916. Carta.

3. Coleção Pan American Patriots (Columbus Memorial Library)

ALFARO, Ricardo J. The Pan Americanism of Bolívar and that of today. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 1, 1926.

BARRY, Elisabeth. Alberto Santos Dumont of Brazil. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 11, [19--], 11p.

DOUGLAS, Frances. Benito Juarez of Mexico. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 4, [19--].

DOUGLAS, Frances. Bernardo O'Higgins of Chile. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 7, [19--].

DOUGLAS, Frances. Francisco Morazan of Honduras. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 6, [19--].

DOUGLAS, Frances. *Jose Gervasio Artigas of Uruguay*. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 3., [19--], 7p.

DOUGLAS, Frances. *Jose Marti of Cuba*. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 17, [19--], 12p.

DOUGLAS, Frances. *Juan Rafael Mora of Costa Rica*. Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 5, [19--], 8p.

DOUGLAS, Frances. *Miguel Larreinaga of Nicaragua*. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 16, [19--].

DOUGLAS, Frances. *Simón Bolívar of Venezuela*. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 8., [19--].

EELLS, Elsie Spicer. *Antonio Jose de Sucre of Bolivia*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 18, [19--], 9p.

EELLS, Elsie Spicer. *Domingo Faustino Sarmiento of Argentina*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 13, [19--], 8p.

GALARZA, Ernesto. *Jose de San Martin of Argentina*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 19, [19--].

PIDGEON, Marie Kiersted. *Dom Pedro II of Brazil*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 9, p. 1-15, [19--].

PIDGEON, Marie Kiersted. *Jose Bonifacio de Andrada e Silva of Brazil*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 14, p. 1-16, [19--].

SHERWELL, Guillermo. *Bolívar, The Prophet*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 2, 1926.

SKINNER, Constance Lindsay. *Francisco de Miranda of Venezuela*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 12, [19--].

THOMAS, Margaret Loring. *Miguel Hidalgo of Mexico*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 10, [19--].

THOMAS, Margaret Lring. *Jose Hipolito Unanue of Peru*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 15, [19--].

4. Outros

SWIGGETT (Org.). **Informe de la Conferencia Auxiliar de Señoras celebrada en la ciudad de Washington E. U. de A.**, bajo los auspicios del Segundo Congreso Científico Panamericano. Diciembre 28, 1915 - enero 7, 1916. Washington: Imprenta del Gobierno, 1916.

ANEXOS

ANEXO A – Ofício de posse do sócio Julio Roca no IHGB

Transcrição do ofício de posse do sócio honorário do IHGB, o presidente da Argentina, Julio Roca. 12ª Sessão ordinária de 18 de agosto de 1899. Revista do IHGB, Tomo LXII, parte II, 1900, p. 327-333. Tradução da autora.

O senhor presidente comunica ter tido ensejo de falar com o Exm. Sr. General D. Julio Roca no dia da sua chegada a esta Capital sobre o assunto de que tratou o Instituto na sua última sessão e bem assim ter recebido do Sr. Barão de Alencar uma carta em que dizia que S. Ex. o Sr. Presidente da República Argentina, lastimando não poder assistir à sessão do Instituto, marcara o dia 14 do corrente, às 9 horas da noite, para receber no palácio do Catete o seu diploma de Presidente Honorário [...].

A entrega do diploma foi acompanhada do seguinte ofício:

<< Exm. Sr. General D. Julio Roca – O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, patriótica associação literária há mais de meio século fundada, no elevado e muito nobre empenho de coligir e preparar os elementos seguros e indispensáveis para que com rigorosa exatidão e imparcialidade seja escrita a gloriosa história deste grande país, e a cujo grêmio têm sido recebidos sem diferença de nacionalidades ou opiniões, e sempre com o devido apreço, os homens notáveis pelas suas qualidades pessoais, sumidades da inteligência e do saber, respeitáveis pelo caráter, posição, virtudes cívicas e acrisolado patriotismo, reserva em seus Estatutos a excepcional distinção de presidente honorário para ser unicamente conferida ao chefe de Estado e aos chefes de outras nações eleitos pelo Instituto para tão eminente lugar na sociedade das letras.>>

[...]

Por último, o Sr. Presidente comunica haver recebido do Sr. General D. Julio Roca o seguinte ofício:

<Presidente da República Argentina. Rio de Janeiro, agosto, 16 de 1899.

Ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Exm. Senhor Olegário Herculano de Aquino e Castro.

A honorável comissão encarregada de comunicar-me que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entendeu por bem conferir-me o honroso título de Presidente Honorário, distinção excepcional reservada por seus estatutos para o chefe de Estado e para os governantes de nações eleitos pelo Instituto para tão eminente lugar na sociedade das letras, me fez a entrega do diploma que acredita essa valiosíssima designação, com a muito apreciada nota do Senhor Presidente, em termos de elevada consideração e benevolência que obrigam para sempre a minha gratidão.

Nenhuma demonstração poderá ser-me mais particularmente grata, entre as muitas que diariamente recebo, em nome de meu país, do Governo e da sociedade do Brasil, que o ingresso honorífico à ilustre instituição que reúne em seu seio a todas nossas personalidades destacadas nos vastos domínios do pensamento e do saber.

Os nobres e patrióticos propósitos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, perseguidos por mais de meio século por inteligências culminantes, que assinalam o mais alto nível da civilização americana, fazem indiscutivelmente desta associação a primeira corporação literária da América, e a que maior crédito tem sabido alcançar na expressão da intelectualidade vigorosa do novo mundo.

Minha nomeação de Presidente honorário do Instituto no caráter de chefe de uma nação à qual se atribui esta honra, como testemunho da tradicional amizade tão feliz e expressivamente invocada nas comunicações que respondo, será apreciada por meu país como uma nova demonstração do conjunto de aspirações e sentimentos que vincula o povo brasileiro e argentino, na obra do progresso e civilização a que consagram seus esforços.

Ao aceitar com verdadeira satisfação o título que me foi designado, me é grato retribuir ao Senhor Presidente e à honorável comissão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro seus cordiais votos sobre a estreita vinculação de nossos povos, reiterando a todos e a cada um dos membros da instituição que tanta honra reflete sobre as letras americanas, as garantias do interesse que me despertam seus importantes trabalhos.

Com estes sentimentos peço ao senhor Presidente queira aceitar a expressão de meu maior apreço e consideração distinta. – Julio A. Roca.>

ANEXO B – Discurso de posse do sócio Theodore Roosevelt no IHGB

Discurso de posse do sócio honorário do IHGB, o ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt. Sessão extraordinária de 24 de outubro de 1913. Revista do IHGB, Tomo LXXVI, parte II, 1914, p. 676-683.

O Sr. CONDE DE AFFONSO CELSO (presidente): “A presente sessão extraordinária tem por único objetivo a posse do nosso sócio honorário coronel Theodoro Roosevelt, uma das grandes figuras contemporâneas, e que sempre se mostrou amigo do Brasil.

Por excepcional que seja a importância da sessão e por grande que seja o nosso regozijo, cabe-nos apenas cumprir fielmente os estatutos, obedecendo àquilo que faz o nosso orgulho e a nossa força: as nossas velhas tradições.

De acordo com os Estatutos, vou nomear uma comissão que acompanhará o compromisso regimental e proferirá um discurso, a que responderá o orador do Instituto, Dr. Ramiz Galvão.

Nomeio para a comissão aludida os Srs. Barão Homem de Mello, Oliveira Lima, Pedro Lessa, José Carlos Rodrigues, Max Fleiuss, secretário perpétuo e Roquette Pinto, 2º secretário interino.

(Dá entrada no recinto, presta compromisso dos Estatutos e toma posse o Sr. Coronel Theodoro Roosevelt, sendo vivamente aplaudido).

O Sr. Conde de Affonso Celso (presidente) – Tem a palavra o sócio honorário Sr. Coronel Theodoro Roosevelt *(aplausos)*.

O Sr. Theodoro Roosevelt *(Movimento geral de atenção)*

Sr. Presidente. Tenho particular prazer em aparecer aqui no Rio de Janeiro sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim como profundamente aprecio o fato desse instituto me ter contemplado com a eleição de seu sócio honorário.

O diploma que me entregaram e que confirma esta honrosa nomeação será por mim cuidadosamente guardado e considerado como uma das minhas mais valiosas possessões.

Rejubilou-me deveras por ser a minha primeira e formal conferência, preparada para a América do Sul, feita sob os auspícios de uma sociedade tão distinta como é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo também que foi devido em parte ao convite amável desta sociedade que hoje me encontro entre vós e iniciei esta minha viagem *(Aplausos)*.

Sejam-me agora permitidas outras considerações.

O hemisfério ocidental está gradualmente elaborando para si a sua própria teoria daquela parte da política internacional que diz respeito, tanto à atitude de todas as Repúblicas americanas perante o resto do mundo, como às suas relações entre si.

Vós que me hospedais e me ouvis, e eu que sou vosso hóspede, e bem assim todos os nossos compatriotas, pertencem às jovens nações do Novo Mundo. Pelo fato de ser esse um mundo novo, e de sermos nações jovens, sofremos certas desvantagens e deparamos com certas dificuldades que nos são peculiares. Entretanto, mercê precisamente de tais circunstâncias gozamos de vantagens compensadoras, que sobrelevam de muito as desvantagens.

Preeminente entre semelhantes vantagens acha-se a de estarmos quase desembaraçados para um trato honesto em matéria de relações internacionais americanas, pois que se nos contrapõem poucas relativamente das largas desigualdades de cultura e civilização, bem como quaisquer amargas recordações históricas, que necessariamente impedem toda comunhão de sentimentos entre raças colocadas nos polos opostos da existência humana; isto ao passo que

no Velho Mundo, na vasta massa continental formada pela Europa, Ásia e África, existem muitas regiões, amplas e populosas, separadas umas das outras pelos abismos quase insuportáveis que dividem a civilização da barbárie e esta do puro selvagismo.

Aqui na América as nações civilizadas não têm que recear pesadas barbarias militares, nem temos a defrontar-nos imensas extensões que as nações civilizadas têm de dominar, e que, se não forem possuídas por uma nação capaz e civilizada, se converterão em possessão de outra nação capaz e civilizada. Nestas condições é praticamente impossível atingir um acordo geral e efetivo de qualquer natureza sobre o modo de proceder internacional, visto as comunidades europeias, asiáticas e africanas se encontrarem em planos de cultura e de ação irremediavelmente distantes.

Nas duas Américas, pelo contrário, não existem separações para tal modo pronunciadas. Com exceções mínimas, todas as nações importantes possuem um legado comum de civilização ocidental, e em contraste com as outras divergências do Velho Mundo, possuem substancialmente formas análogas de governo e parecidos ideais de religião e cultura. Também, com exceções mínimas, não existem grandes vazios, percorridos somente por selvagens, abertos à ocupação pelas potências civilizadas e constituindo, entre estas, causas virtuais de conflitos; as zonas que ainda esperam povoamento e desenvolvimento – e em parte alguma as há maiores ou mais tentadoras do que aqui no Brasil – acham-se substancialmente todas dentro dos bem definidos limites de nações perfeitamente estabelecidas.

Do Canadá e Alaska até a Patagônia, de Quebec, Montreal e Winnipeg até o Rio de Janeiro, Montevideo, Buenos Aires e Valparaíso, as terras principais são ocupadas, e suas cidades foram levantadas por agentes diferindo entre si sob importantes aspectos na verdade, mas não separadas por fossos como os cavados entre os países e capitais da Ásia, África e Europa – realmente nem sequer por fossos como os que separam algumas das nações europeias entre si.

Conseqüentemente, temos aqui uma oportunidade muito superior a qualquer outra para elaborarmos algum esquema de proceder internacional comum, que garanta a cada nação isenção de interferência por parte das outras, enquanto seus domínios andarem livres de iniquidades e enquanto ela própria não resvalar numa mera condição de impotência e anarquia. Dois lados há de considerar: 1º nossa atitude comum para com as potências do Velho Mundo; 2º nossas relações recíprocas.

Menos de século e meio há que todo o hemisfério ocidental era, na realidade ou em nome, possessão das nações europeias; então o destino e posse das colônias americanas dependiam do desfecho das guerras entre as nações transoceânicas.

Um século há que perdurava esta condição para todos os países americanos, exceto o meu, o qual tinha menos da metade do seu tamanho presente e menos de um décimo da sua força atual. Há 90 anos os países latino-americanos tinham igualmente granjeado a sua independência, mas era uma independência ainda precária, e persistia a possibilidade de alguma das grandes nações militares da Europa reinstalar-se como potência americana à custa de uma ou mais das jovens nacionalidades em luta.

Então eram os Estados Unidos a única nação americana capaz de obter ser ouvida na Europa, e ainda assim a atenção que lhe era prestada era diminuta e impaciente. Agora há várias nações americanas, entre as quais prima a vossa, que em qualquer parte do mundo logram fazer-se ouvir com respeito. Essas nações americanas, como o Brasil e os estados Unidos, acham-se em um pé de absoluta igualdade. Uma doutrina cardeal em que todos concordamos, é a de que a América não deve ser tratada como campo de novas colonizações ou engrandecimento territorial por parte de qualquer potência do Velho Mundo.

Esta é uma doutrina de interesse vital para todas as nações da América, pois seria uma calamidade geral o implantar-se aqui qualquer grande nação militar do antigo continente. Isto, afinal nos obrigaria a todos, sob pena de perdermos nossa própria independência, a tornar-nos

potências militares, mergulhando este continente nas condições atrasadas de rivalidade armada do outro. Todas as nações americanas suficientemente adiantadas, como o Brasil e os Estados Unidos, deverão participar em absoluta igualdade das responsabilidades e desenvolvimento desta doutrina no que tocar aos interesses conjuntos do hemisfério ocidental. Esta doutrina deve tornar-se continental e não permanecer unilateral. Deve mesmo já ser considerada assim no que diz respeito a todas as nações americanas bastante adiantadas em estabilidade, solidez e capacidade de resistência, a saber, todas aquelas dentre as nossas nações suficientemente estáveis e ordeiras para não atraírem a agressão do Velho Mundo, e fortes bastantes para repeli-la. Tanto o Brasil como os Estados Unidos alcançaram este grau de progresso: outrossim o alcançaram mais algumas nações americanas.

Tanto basta quanto ao interesse comum das nossas repúblicas em frente às potências não americanas. Não menos vital é, porém, a questão do nosso próprio proceder em nossas mútuas relações, pois que as relações entre os continentes setentrional e meridional do hemisfério ocidental estão certamente destinadas a tornar-se muito mais íntimas no futuro. A abertura do canal de Panamá ajudará sensivelmente tal intimidade, e, si bem que devam ser grandes os benefícios prestados pelo canal ao meu país, penso que eles serão porventura maiores para os países da América do Sul.

Desejo ver aumentar o tráfego entre os Estado Unidos e todos os países sul-americanos: o essencial em tal intercurso é a capacidade de inspirar confiança. Portanto, sob todos os pontos de vista, penso que os Estados Unidos devem agir escrupulosamente, de forma a inspirar confiança às repúblicas irmãs. É por isso que sinto especial orgulho nacional em havermos desocupado Cuba duas vezes e em termos intervindo em S. Domingos puramente em benefício de S. Domingos.

Não há capítulo mais brilhante na nossa história do que o que registra esses feitos. Os Estados Unidos não desejam o território dos seus vizinhos: desejam sua confiança. Se em qualquer tempo, em relação a qualquer país, uma intervenção se fizer infelizmente necessária, espero que, onde for possível, será uma intervenção conjunta de potências como o Brasil e os Estados Unidos, sem pensamento de engrandecimento egoísta por parte de qualquer delas e para o bem comum do mundo ocidental.

Com todo direito deve sempre caminhar de mãos dadas um dever, e nenhum homem ou nação pode permanentemente gozar do direito de se furtar ao dever. Com todo privilégio deve andar associada a responsabilidade de exercê-lo justamente. Toda república americana deve considerar uma obrigação honrosa o portar-se honestamente com suas irmãs, e isto lhe será impossível se ela não mantiver a ordem e aplicar a justiça dentro das suas fronteiras. Entre nações civilizadas é regra geral, posto que não universal, que a capacidade de impor-se ao respeito fora depende muito da preservação, da estabilidade e da ordem e da conveniente administração da justiça em casa.

A história da minha pátria ensina esta lição. Como vós, como o Brasil, tivemos que resolver o problema da abolição da escravidão. Mostramos menos habilidade do que vós em resolvê-lo de uma forma sábia e cautelosa. Vós abolistes a escravidão pacificamente e sem derramamento de sangue, ao passo que a nós custou uma terrível guerra civil, a qual conduziu a nação à beira do abismo. Durante aquele período perdemos todo o poder de ajudar outras nacionalidades do nosso hemisfério, ou de exigir o respeito alheio pelos nossos próprios direitos, na América ou alhures. Se a secessão se houvesse tornado uma realidade teríamos ficado sujeitos a crônicas perturbações revolucionárias, teríamos ficado reduzidos a manifesta e vergonhosa impotência à face da humanidade: um resultado teria inquestionavelmente sido que a América de novo ficaria sendo alvo de planos de colonização e de ocupação territorial armada pelas potências do Velho Mundo.

É por este motivo que eu sinto que não só deveis ser felicitados, como o devemos ser todos os que pertencemos à irmandade das repúblicas americanas, por causa do firme

crescimento em poder, prosperidade e estabilidade que nos recentes anos tem tão conspicuamente evidenciado vossa grande República Brasileira – em crescimento maravilhoso, em que tem tido seu quinhão algumas outras repúblicas sul-americanas.

Creio que, assim como no século XIX, o traço mais impressivo de progresso no mundo civilizado foi o que ocorreu na América do Norte, no século XX a feição permanentemente mais importante será constituída pelo progresso e desenvolvimento da América do Sul.

Creio que o século atual é o século da América do Sul.

Além disso, creio que o mundo já está agora bastante adiantado para se convencer de que a normalmente o crescimento de uma nação em prosperidade e bem estar traz benefício e não prejuízo às outras nações. Entre particularidades é comumente uma vantagem, e não uma desvantagem, viver alguém num meio abastado, ter vizinhos para quem foi risonha a vida, tratar com gente próspera. Por motivos precisamente idênticos é de proveito para uma nação ter como vizinhos nações em atividade e com êxito.

Tal nação tira o lucro do fato de andarem prósperas em seus negócios e, portanto, estáveis na sua atividade governamental as outras nações, com que possui relações comerciais e diplomáticas.

Numa forma de governo republicano e democrático, significa isto que deve haver um honesto ensejo de ajustar nas urnas as divergências de opinião pública por meio de votos honestamente depositados e honestamente contados, e que deve também haver disposição de respeitar o resultado, uma vez honestamente alcançado. Isto deve portanto igualmente importar na admissão geral do fato de que a violência ou a fraude, por ocasião do sufrágio ou das convenções preparatórias, são quase obnoxias à moralidade política, e se forem de longa duração serão tão absolutamente obnoxias, como a própria violência armada revolucionária. Daí se segue que toda nação americana tem razão para se dar por feliz pela estabilidade e prosperidade de suas irmãs. Estou certo de que exprimo os sentimentos do povo dos Estados Unidos, quando digo que seu único desejo, no tocante aos países vizinhos, é vê-los estáveis, ordeiros e prósperos. Todo país cujo povo se comportar deste modo, pode contar com a cordial e prática amizade dos Estados Unidos.

Se este país agir com razoável eficiência e decência em matérias sociais e políticas, se mantiver a ordem e desempenhar suas justas obrigações, atingirá seguramente um sucesso nacional, e é este sucesso nacional que os Estados Unidos sincera e vivamente desejam a todas as repúblicas suas irmãs. A prática crônica do mal, ou uma impotência que resultar num geral recuo do estádio da sociedade civilizada, pode na América como em qualquer outra parte acabar por forçar a intervenção de alguma nação forte e estável no exercício de uma função de polícia internacional. Tal dever é ingrato, tedioso e desagradável, seja cumprido pela Inglaterra, pela França ou pelos Estados Unidos, ocorrerá em Argel, no Egito ou no istmo do Panamá; e por isso saudamos com júbilo o advento ao poder efetivo de nações como o Brasil, onde a manutenção da paz e a segurança dentro das próprias fronteiras, e onde o esforço para substituir no ajuste das desavenças internacionais na América do Sul os métodos de guerra por processos mais honestos, são outros tantos auspícios felizes para todo o hemisfério ocidental.

Nós do continente setentrional, nós dos Estados Unidos, saudamos com genuíno prazer, e com admiração e respeito, o vosso advento a posições de segura estabilidade doméstica e reconhecido poder e influência internacional. Desejamos ardentemente que todas as repúblicas nossas irmãs do Novo Mundo cheguem rapidamente a uma igual prosperidade e a uma igual estabilidade de poder nas relações externas e internas. Toda elevação de uma nação deste continente resultará nem bem para as outras. Nosso ideal comum deveria ser idêntico para as nações e para os indivíduos. Toda nação deveria esforçar-se pelo seu próprio bem estar num espírito de cordial boa vontade e de fraternidade para com seus vizinhos. Qualquer das nações a que pertencemos tem alguma coisa a aprender das outras e alguma coisa também a ensinar-lhes. Eu penso que, na era que se está abrindo, as repúblicas da América Latina muito terão que

ensinar ao povo de minha terra. Os povos latino-americanos possuem muitas qualidades que nós outros, do Norte, faríamos bem em desenvolver. Sua incontestável superioridade em brilho intelectual e em Lógica os habilitará, quando tiverem assegurado a paz interna e a estabilidade governamental, e encontrarem uma solução melhor do que aquelas que até aqui têm sido alcançadas noutros pontos do globo para alguns dos problemas mais vitais do governo popular.

Os ideais de todos nós são substancialmente os mesmos. Acreditamos na honestidade do trato entre as nações como entre os indivíduos. Acreditamos no governo próprio pelo povo, o que necessariamente significa governo de maioria, facilmente mudando, conforme mudar a maioria. Acreditamos ainda em fazer uso do governo do modo que mais seguramente ajudará a melhorar a condição do geral dos homens e mulheres, que formam a massa da nação. Nenhum de nós tem tido a consciência perfeita de tais ideais – nem em qualquer das nações das suas Américas, nem em qualquer outro ponto deste vasto mundo. Mas à medida que vão passando os anos, vamo-nos aproximando sempre de uma melhor realização daqueles ideais; é um objetivo, para cujo alcance cada uma das nossas nações deve contribuir ajudando as outras. Não é muito esperar que aqui no Novo Mundo, onde o fardo das animosidades nacionais herdadas e das incompatibilidades fundamentais de raça é menos pesado do que no Velho Mundo, mais cedo possamos atingir aquele nível de civilização, em que só reinem entre as nações cordialidade, respeito mútuo e altruísmo. Quando se atingir tal nível, todas as nações lutarão com sinceridade, lealdade e senso comum para dar solução aos problemas do trato honesto entre os seres humanos dentro dos seus respectivos confins, e ficarão assim lançadas as bases para a única paz, que vale a pena tornar permanente, a paz da justiça e da equidade.

(O discurso do Sr. Roosevelt foi constantemente interrompido por aplausos e, ao terminar, por longo tempo vibrante salva de palmas saudou o orador.)

ANEXO C – “Pan American Patriots”: Imagem de Simón Bolívar

Fonte: ALFARO, Ricardo J. The Pan Americanism of Bolívar and that of today. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 1, 1926, p3.

Abaixo da imagem há o seguinte texto: “Por meio da cortesia do Dr. Ricardo J. Alfaro, o Ministro do Panamá em Washington, o Boletim pode publicar esta reprodução do autêntico e valioso retrato, em óleo, sob a posse do Ministro.” Tradução nossa.

ANEXO D - “Pan American Patriots”: Imagem (2) de Simón Bolívar

Fonte: SHERWELL, Guillermo. Bolívar, The Prophet. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 2, 1926.

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Simón Bolívar, a Estátua no Panteon. Caracas, Venezuela.”
Tradução nossa.

ANEXO E – “Pan American Patriots”: Imagem de Jose Gervasio Artigas

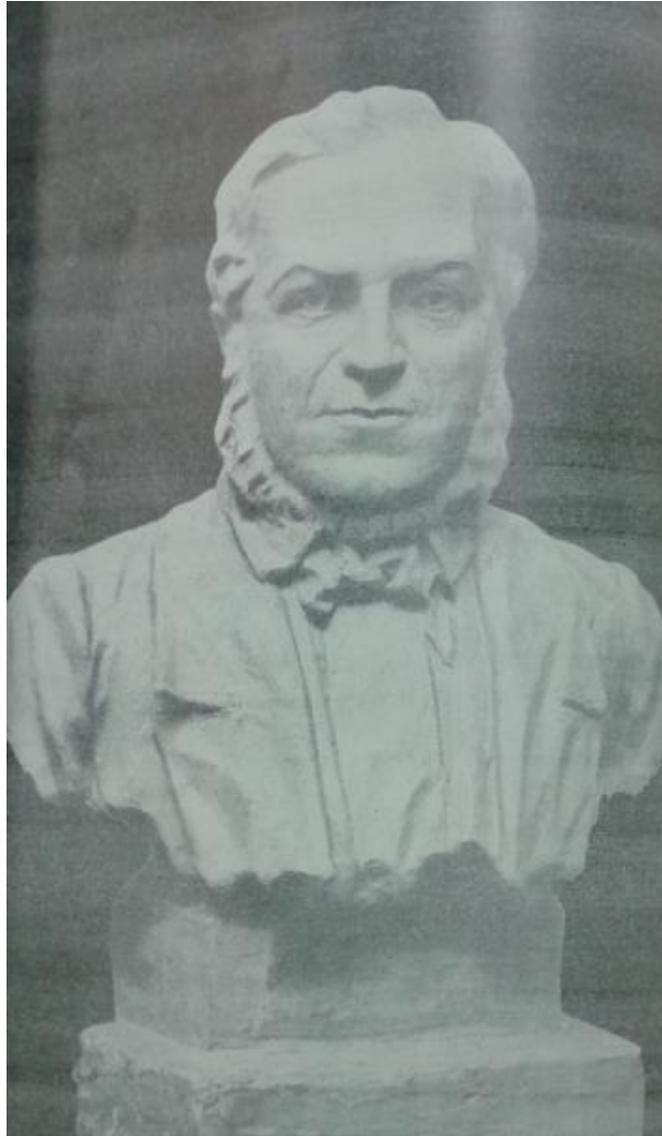
Fonte: DOUGLAS, Frances. *Jose Gervasio Artigas of Uruguay*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 3., [19--], 7p.

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Artigas na batalha de Las Piedras. Uma pintura de Diogenes Hequet. Ao fundo são vistos os famosos lanceiros uruguaios.” Tradução nossa

ANEXO F – “Pan American Patriots”: Imagem de Benito Juarez

Fonte: DOUGLAS, Frances. Benito Juarez of Mexico. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 4, [19--].

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Benito Juarez. Grande líder revolucionário e presidente do México.”. Tradução nossa.

ANEXO G – “Pan American Patriots”: Imagem de Juan Rafael Mora

Fonte: DOUGLAS, Frances. *Juan Rafael Mora of Costa Rica*. Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 5, [19--], 8p.

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Juan Rafael Mora. Busto de mármore apresentado pelo governo da Costa Rica à União Pan-Americana. Pode ser visto no Hall dos Heróis da União, em Washington, D.C.” Tradução nossa.

ANEXO H – “Pan American Patriots”: Imagem de Francisco Morazan

Fonte: DOUGLAS, Frances. Francisco Morazan of Honduras. *The Pan American Union, Pan American Patriots*, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 6, [19--].

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Francisco Morazan. Busto de mármore do patriota hondurenho, doado por seu país à União Pan-Americana. O busto ocupa um lugar no Hall dos heróis no Prédio da União Pan-Americana, em Washington D.C.” Tradução nossa.

ANEXO I – “Pan American Patriots”: Imagem de Bernardo O’Higgins

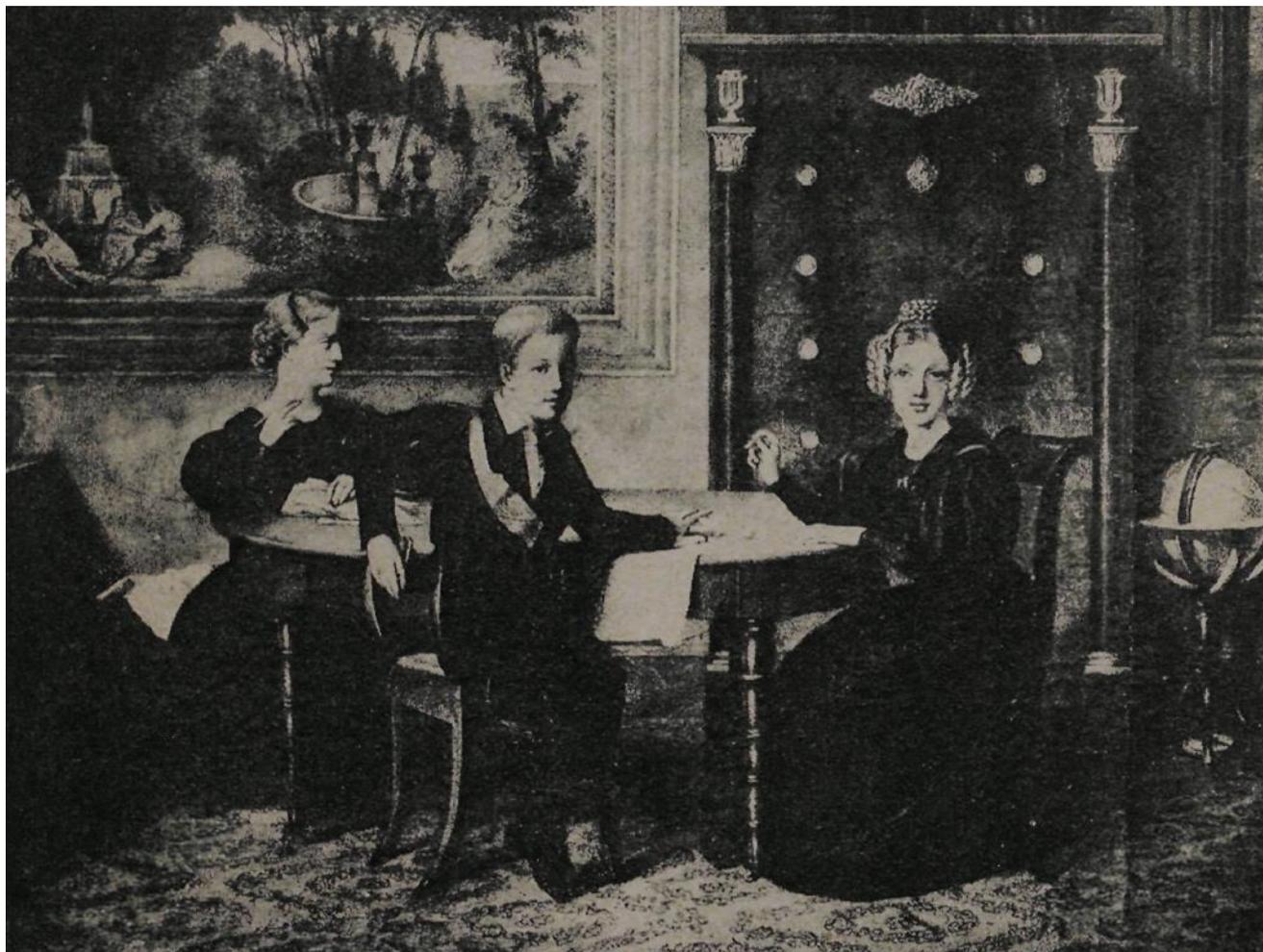
Fonte: DOUGLAS, Frances. Bernardo O’Higgins of Chile. *The Pan American Union, Pan American Patriots*, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 7, [19--].

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “General Bernardo O’Higgins. O general O’Higgins ajudou a libertar o Chile do domínio espanhol e foi o primeiro presidente da República.” Tradução nossa.

ANEXO J – “Pan American Patriots”: Imagem (3) de Simón Bolívar

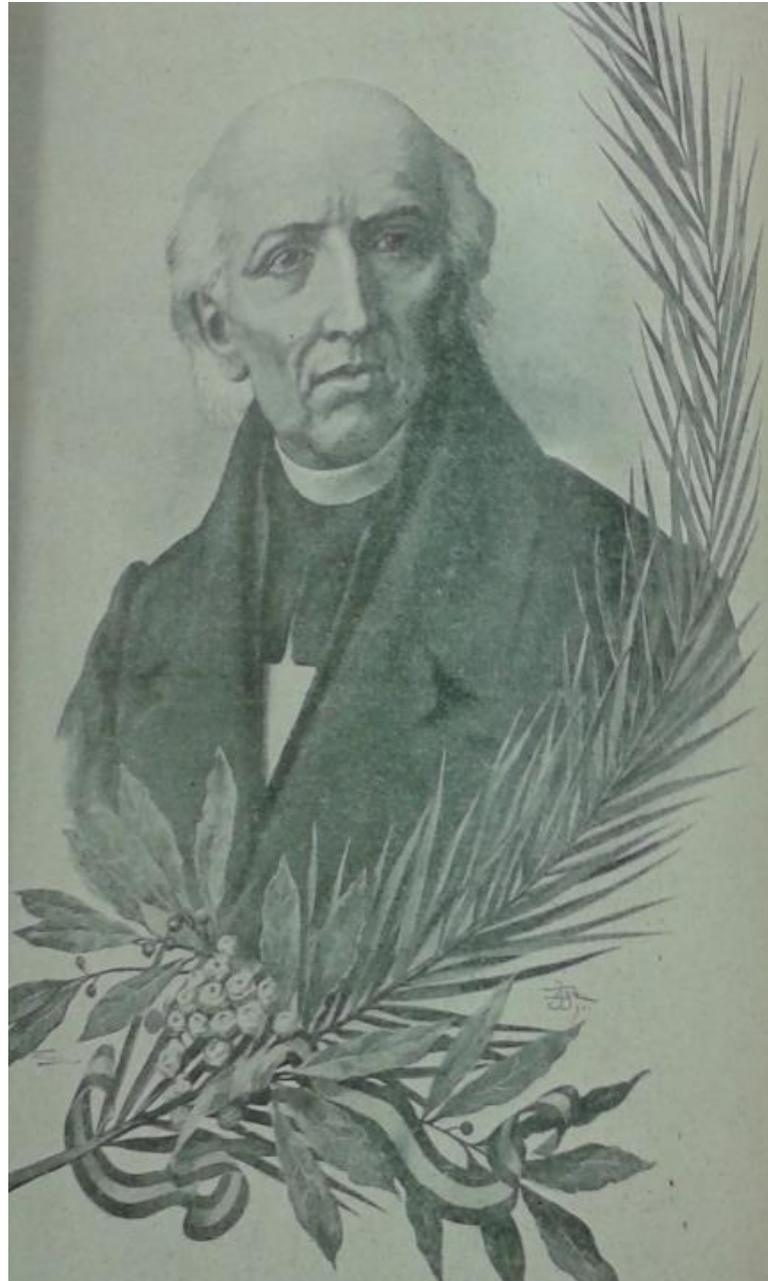
Fonte: DOUGLAS, Frances. *Simón Bolívar of Venezuela*. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 8., [19--].

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “General Simon Bolivar, ‘O libertador’ de cinco nações sul-americanas.” Tradução nossa.

ANEXO K – “Pan American Patriots”: Imagem de Dom Pedro II

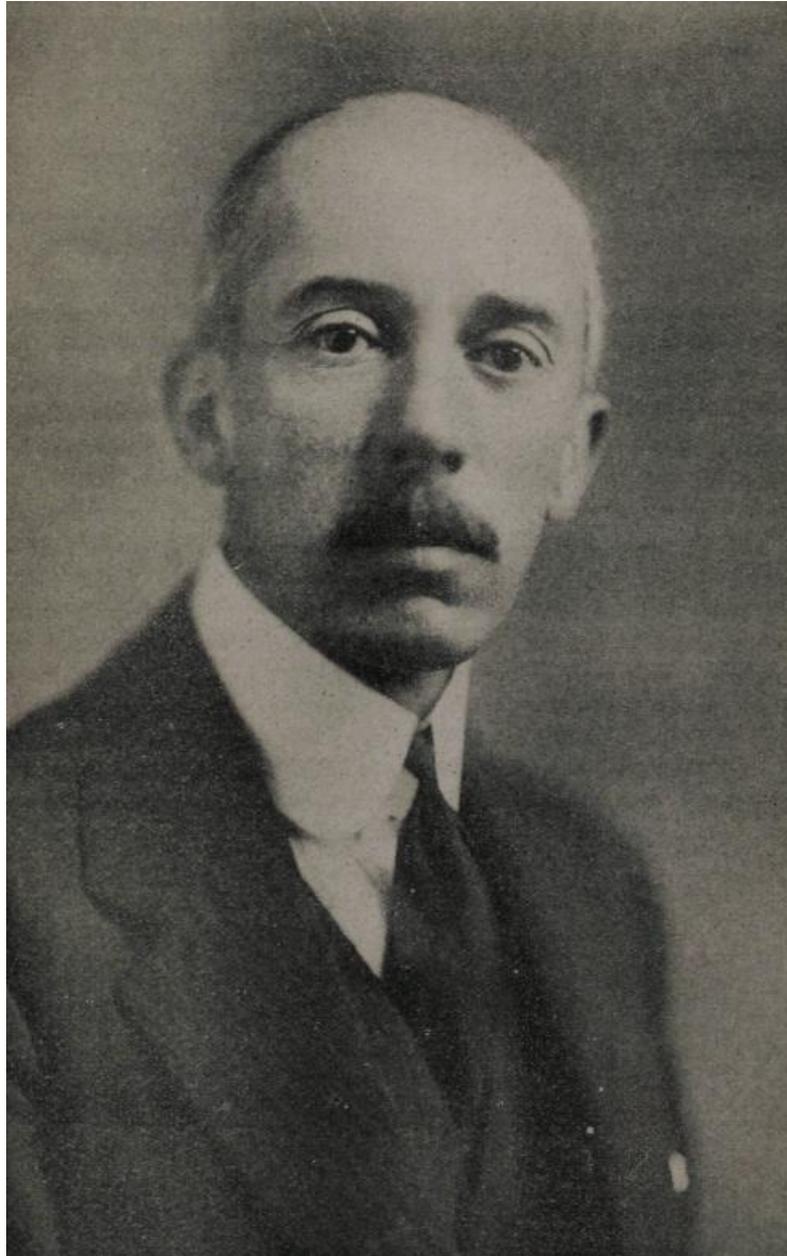
Fonte: PIDGEON, Marie Kiersted. Dom Pedro II of Brazil. *The Pan American Union, Pan American Patriots*, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 9, p. 1-15, [19--].

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “O jovem imperador, Pedro II, e suas duas irmãs, Princesa Januária e Princesa Francisca, em sua sala de aula. Note o globo no canto. Esta foto foi tirada da vida (no original: *this picture was drawn from life*).” Tradução nossa.

ANEXO L – “Pan American Patriots”: Imagem de Miguel Hidalgo

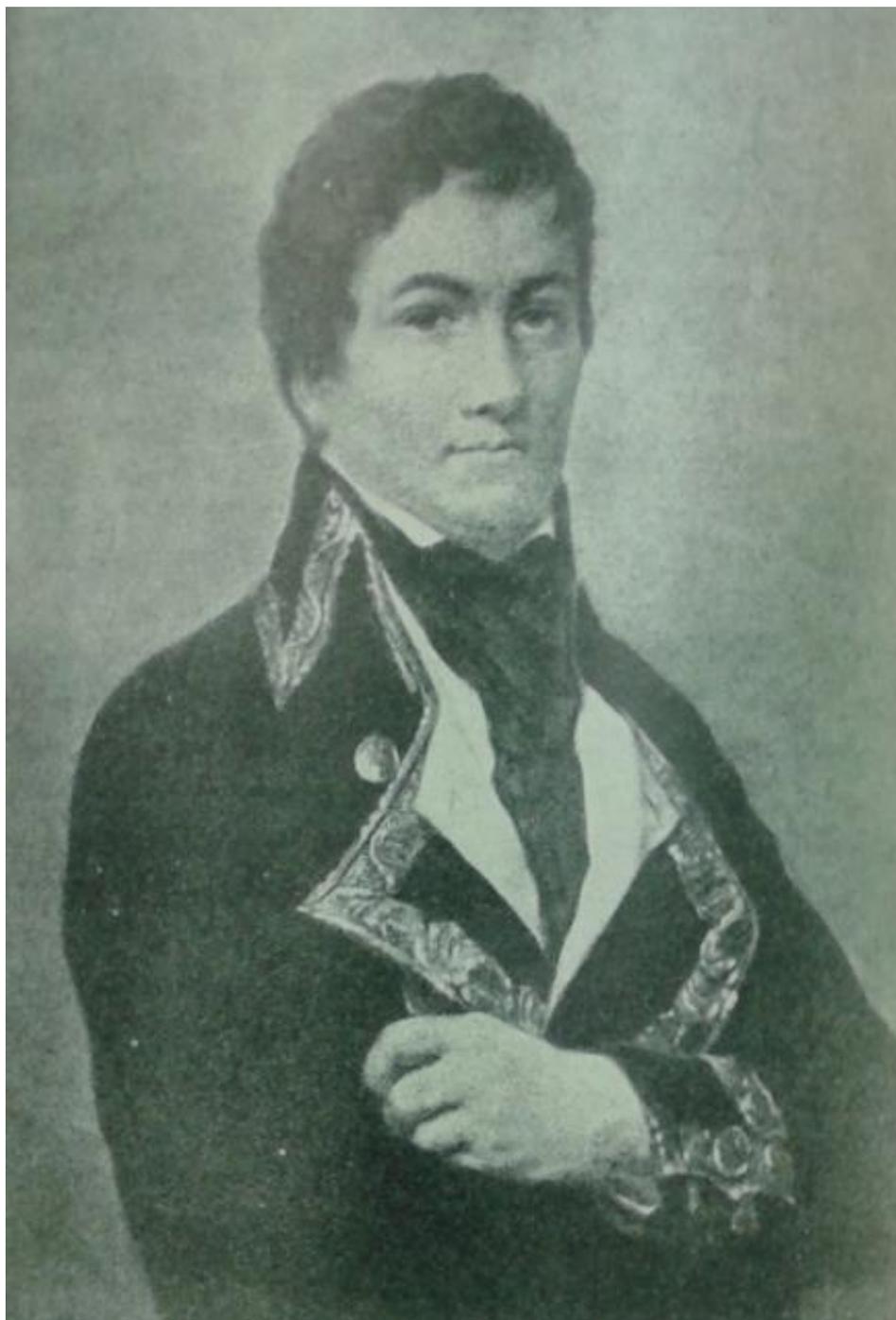
Fonte: THOMAS, Margaret Loring. Miguel Hidalgo of Mexico. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 10, [19--].

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Padre e patriota, que proclamou a independência do México em 16 de setembro de 1810.” Tradução nossa.

ANEXO M – “Pan American Patriots”: Imagem de Alberto Santos Dumont

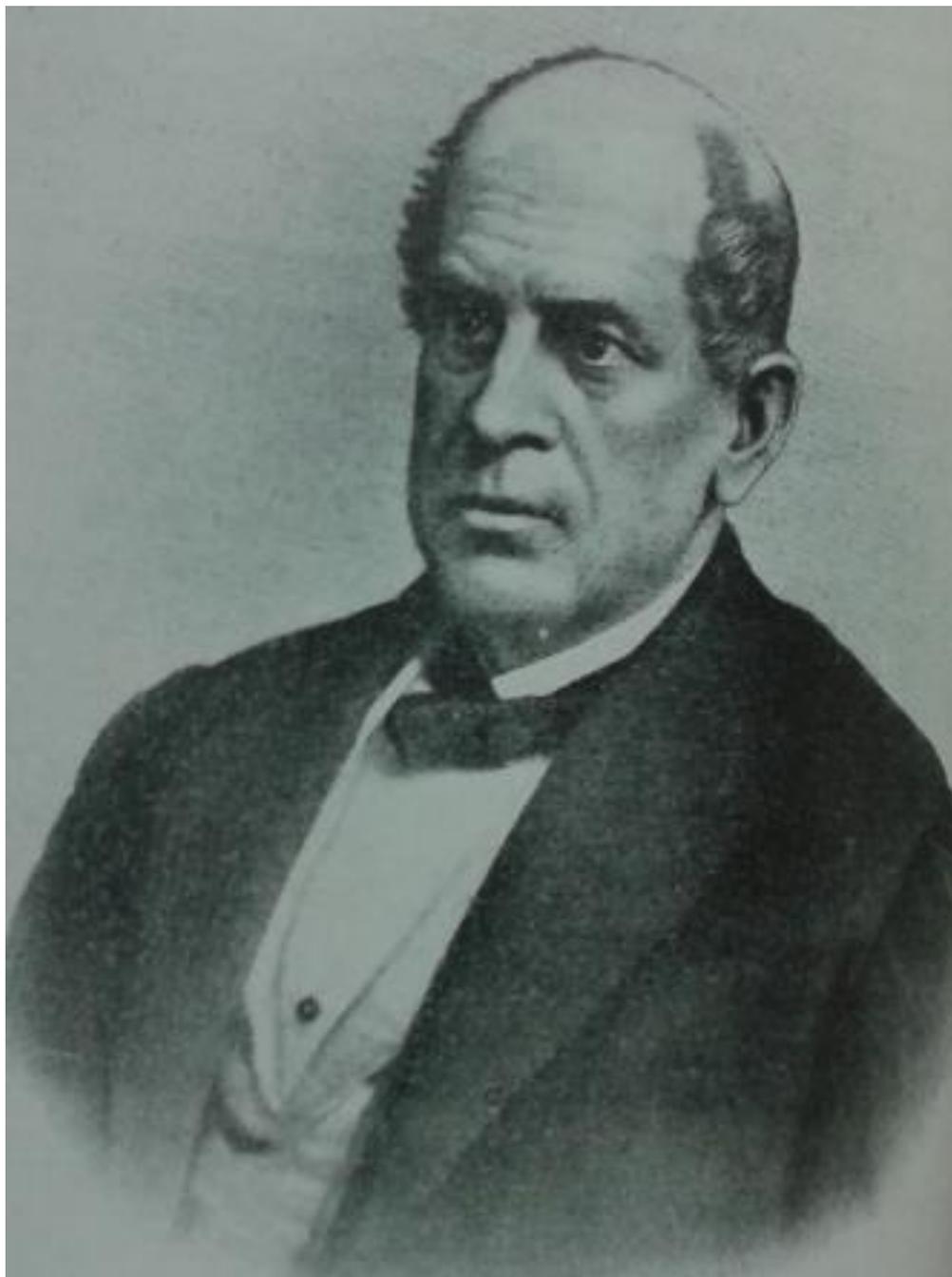
Fonte: BARRY, Elisabeth. Alberto Santos Dumont of Brazil. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 11, [19--], 11p.

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Alberto Santos-Dumont. Brasileiro pioneiro na aviação.”
Tradução nossa.

ANEXO N – “Pan American Patriots”: Imagem de Francisco de Miranda

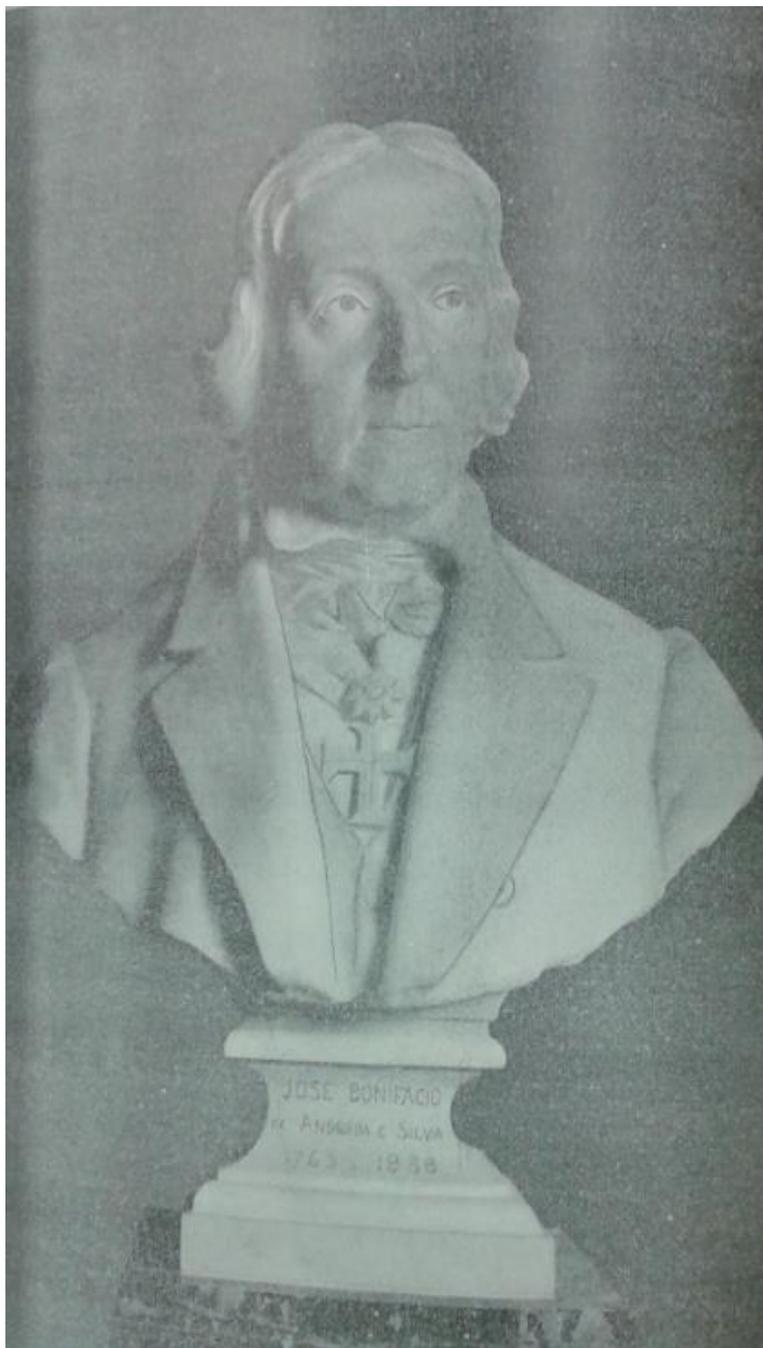
Fonte: SKINNER, Constance Lindsay. Francisco de Miranda of Venezuela. *The Pan American Union, Pan American Patriots*, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 12, [19--].

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Francisco de Miranda. Miranda foi o primeiro dos grandes líderes que tentou vencer a independência da América do Sul da Espanha.” Tradução nossa.

ANEXO O – “Pan American Patriots”: Imagem de Domingo Faustino Sarmiento

Fonte: EELLS, Elsie Spicer. *Domingo Faustino Sarmiento of Argentina*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 13, [19--], 8p.

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “O ‘Schoolmaster president’ da Argentina. Esta foto de Sarmiento provavelmente foi tirada quando ele vivia nos Estados Unidos.” Tradução nossa.

ANEXO P – “Pan American Patriots”: Imagem de Jose Bonifácio de Andrada e Silva

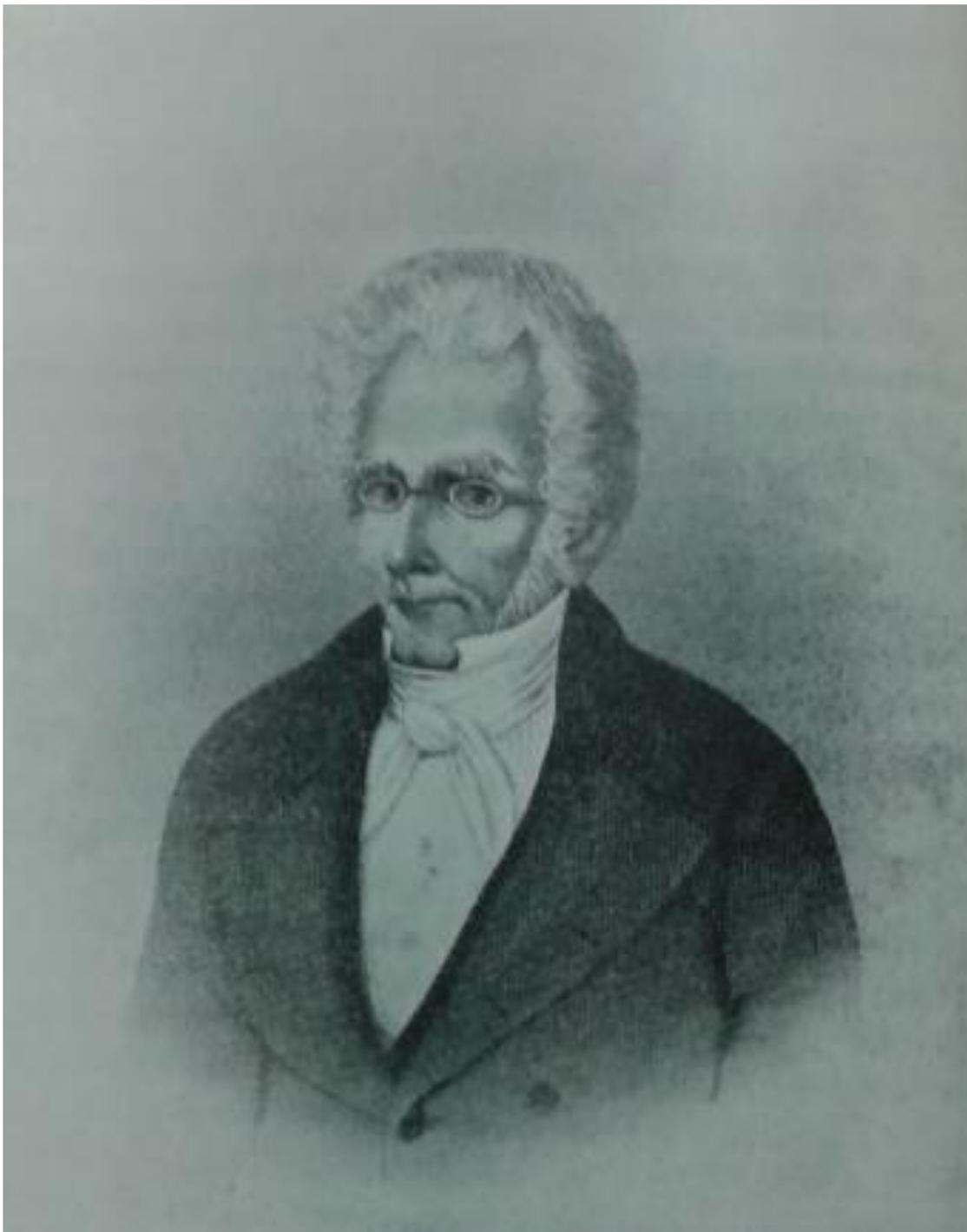
Fonte: PIDGEON, Marie Kiersted. Jose Bonifacio de Andrada e Silva of Brazil. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 14, p. 1-16, [19--].

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Jose Bonifacio de Andrada e Silva. Este grande homem de estado foi conselheiro de dois imperadores do Brasil. Ele trabalhou por muitos anos pela abolição da escravidão em seu país.” Tradução nossa.

ANEXO Q – “Pan American Patriots”: Imagem de Jose Hipolito Unanue

Fonte: THOMAS, Margaret Lring. Jose Hipolito Unanue of Peru. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 15, [19--].

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Doutor Hipolito Unanue. Retrato do ilustre patriota, médico, cientista e escritor peruano feito por um artista espanhol.” Tradução nossa.

ANEXO R – “Pan American Patriots”: Imagem de Miguel Larreinaga

Fonte: DOUGLAS, Frances. *Miguel Larreinaga of Nicaragua*. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 16, [19--].

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Miguel Larreinaga”. Tradução nossa.

ANEXO S – “Pan American Patriots”: Imagem de José Martí

Fonte: DOUGLAS, Frances. *Jose Marti of Cuba*. The Pan American Union, Pan American Patriots, nº 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 17, [19--], 12p.

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Jose Martí. Líder e mártir da independência cubana.” Tradução nossa.

ANEXO T – “Pan American Patriots”: Imagem de Antonio Jose de Sucre

Fonte: EELLS, Elsie Spicer. *Antonio Jose de Sucre of Bolivia*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 18, [19--], 9p

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Retrato de Sucre pelo artista venezuelano Arturo Michelena. Um grande estadista e escritor do Ecuador referiu-se a Sucre como ‘o maior e mais modesto homem, mais generoso dos vitoriosos, o mais altruísta dos cidadãos.’” Tradução nossa.

ANEXO U – “Pan American Patriots”: Imagem de Jose de San Martín

Fonte: GALARZA, Ernesto. *Jose de San Martin of Argentina*. The Pan American Union, Pan American Patriots, n° 1-19 (1926-1935?), Washington, D.C., n. 19, [19--].

Abaixo da imagem, há o seguinte texto: “Jose de San Martín”. Tradução nossa

ANEXO V – Programa da Conferência Auxiliar de Senhoras (1915-1916)

Fonte: “Programa da Conferência Auxiliar de Senhoras”. In: *Informe de la Conferencia Auxiliar de Señoras celebrada en la ciudad de Washington E. U. de A., bajo los auspicios del Segundo Congreso Científico Panamericano*, diciembre 28, **1915** - enero 7, 1916/ preparado por Mrs. Glen Levin Swiggett. Washington: Imprenta del Gobierno, 1916, p.81-83.

PROGRAMA DA CONFERÊNCIA AUXILIAR DE SENHORAS

(Todas as reuniões foram públicas)

Terça-feira, 28 de Dezembro de 1915, 10 A.M.

MEMORIAL CONTINENTAL HALL

Abertura da Conferência

Presidentas: Mrs. Robert Lansing.

Mrs. David F. Houston.

Uma mensagem da Federação Geral de Clubes Femininos às damas da América do Sul e Central.

Mrs. Percy V. Pennybacker.

O patriotismo da mulher.

Mrs. William Cumming Story.

A mulher latino-americana.

Sra. Blanche Z. de Baralt.

TERÇA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 1915, 4.30 P.M.

MEMORIAL CONTINENTAL HALL

Presidenta: Mrs. William Cumming Story.

A evolução da educação da mulher no sul dos Estados Unidos.

Miss Elizabeth Colton.

A educação superior da mulher.

Mr. Hermann Collitz.

O poder das tinieblas – os problemas do alojamento.

Mrs. Albion Fellows Bacon.

A mulher considerada em seu trabalho de construção; sua colaboração em benefício do progresso humano.

Miss Janet Richards.

As procissões educativas e como intérpretes do pan-americanismo.

Miss Hazel Mackaye.

Esboço da mulher argentina.

Sra. Elena Holmberg de Ambrosetti.

Quinta-feira, 30 de Dezembro de 1915, 10.30 A.M.

MEMORIAL CONTINENTAL HALL

Presidenta: Mrs. Albert S. Burleson

Uma saudação do Haiti

Srita. Antoinette Legitime

Bibliotecas públicas

Mrs. Philander P. Claxton

Resenha da organização das escolas para enfermeiras na República de Cuba

Miss H. Eugenie Hibbard

O dever da comunidade diante da criança

Dr. Adah McMahan

Educação para formar lares.

Mrs. J. H. Stannard.

Modelos para o melhoramento da vida.

Mrs. Virginia C. Meredith.

Amanhã.

Miss Zona Gale

TERÇA-FEIRA, 4 DE JANEIRO DE 1916, 10.30 A.M.

MEMORIAL CONTINENTAL HALL

Presidenta: Miss Mabel T. Boardman.

Educação da enfermeira para o lar e para e comunidade.

Miss Adelaide Nutting.

A mulher graduada em sua profissão de secretária.

Miss Mary Snow.

A obra da mulher na Cruz Vermelha.

Miss Mabel T. Boardman.

O trabalho organizado da mulher nos países pan-americanos.

Mrs. Philip N. Moore

A solidariedade mundial da mulher como capital internacional.

Miss C. E. Mason.

Uma oficina Pan-americana de Educação.

Mrs. Fannie Fern Andrews.

QUARTA-FEIRA, 5 DE JANEIRO DE 1916, 10.30 A.M.

SALÃO DE BAILE DO HOTEL NEW WILLARD.

Presidenta: Miss Julia C. Lathrop.

A biblioteca nacional para cegos.

Mrs. Ernest W. Roberts.

O ensino da fala aos surdos.

Mrs. Charles R. Crane.

O que tem feito a ciência em benefício da mulher.

Mrs. Harvey W. Wiley.

A utilidade da vida ao ar livre à educação silvestre para formar o caráter dos jovens de ambos os sexos.

Mrs. Ernest Thopson Seton.

Exibição dos filmes de Montefissori.

Exibição dos filmes relativas às escolas para o bem-estar das crianças e lugares de lazer.

Filmes sobre a Oficina Infantil.

QUINTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1916, 10.30 A.M.

União Pan-Americana

Presidenta: Mrs. Percy V. Pennybacker.

Condições industriais em sua relação com os trabalhos educativos.

Mrs. John Dewey.

Desenvolvimento das escolas de berçário no sistema escolar dos Estados Unidos.

Miss Bessie Locke.

A responsabilidade social da mulher na disposição dos rendimentos de uma nação

Mrs. Florence Kelley

A função econômica da mulher.

Mrs. Henrietta W. Calvin.

SEXTA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 1916, 10.30 A.M.

MEMORIAL CONTINENTAL HALL

Presidenta: Mrs. Archibald Hopkins.

O que devem os Estados Unidos às mulheres de outros países.

Miss Maude Younger.

A psicologia da mulher latino-americana.

Sra. Carmen Torres Calderón de Pinillos.

O trabalho da mulher no Uruguai.

Sra. Anita de Monteverde.

Uma saudação de Cuba.

Sra. Patria T. de Sánchez Fuentes.

A evolução progressiva dos ideais para o lar.

Mrs. Louis F. Post.

Ao internacionalismo.

Miss Jane Addams.

ANEXO W – listagem dos delegados presentes na Assembleia Inaugural do IPGH

Delegados de instituições e governos estrangeiros presentes na Assembleia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1932-1933)		
Nome	País	Instituição
Edwin Morgan	Estados Unidos	Governo dos EUA
Wallace Atwood	Estados Unidos	Governo dos EUA
Walter C. Thurston	Estados Unidos	Governo dos EUA
Carl Alden Sylvester	Estados Unidos	Universidade de Harvard
Rafael Belaunde	Estados Unidos	Universidade de Miami
Miss Sophie Casey	Estados Unidos	Archaeological Institute of America (Oberlin, Ohio); Archaeological Society of Washington; Archaeological Institute of America (Washington).
Horace Elbert Williams	Estados Unidos	Stanford University (California)
Adolpho Lutz	Estados Unidos	Academy of Natural Sciences of Philadelphia
Wallace Atwood	Estados Unidos	Pan-American Union; Institute of Inter-American Affairs (University of Florida); Association of American Geographers (Chicago); American Academy of Arts and Sciences (Boston); Carnegie Institution of Washington; American Antiquarian Society (Worcester).
Arthur Posnansky	Bolívia	
Aarão Reis	Chile	Instituto de Ingenieros de Chile
Ministros Carlos Uribe Echeverri	Colômbia	Academia Colombiana de História (Bogotá)
Mons. Federico Lunardi	Colômbia	Academia Colombiana de Historia (Bogotá)
Vicente Valdés Rodriguez	Cuba	Academia de la Historia
Octavio do Nascimento Britto	Equador	Sociedad de Arqueologia, Historia, Etnografia y Ciencias Naturales
Pedro Calmon	Equador	
Abel Romeu Castillo	Equador	
Embaixador Alfonso Reyes	México	Governo do México
Eng. Pedro C. Sanchez	México	Governo do México

Eng. Octavio Bustamante	México	Governo do México
Ministro Fulgencio Moreno	Paraguai	Governo do Paraguai
Leopoldo Ramos Gimenez	Paraguai	
Ministro Ventura García Calderón	Peru	Museo Nacional
Ministro Ventura García Calderón	Peru	Sociedad Geográfica de Lima
Major Angelo Mendes de Morais	Peru	Sociedad Geográfica de Lima
Scipion Llona	Peru	Sociedad Geográfica de Lima
Cônsul Geral Gustavo A. Ruiz	São Salvador	Governo de São Salvador
Ministro Alberto Urbaneja	Venezuela	Governo da Venezuela
Rodrigo Octavio Filho	República Dominicana	
Representantes dos estados e instituições brasileiras presentes na Assembleia Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1932-1933)²²¹		
Nome	Estado da federação	Instituição
Alvaro Maia	Amazonas	Instituto Histórico
Vivaldo Lima	Amazonas	Instituto Histórico
Sra. Naide Vasconcellos	Pará	Estado do Pará
Roquette Pinto	Pará	Museu Paraense Emílio Goeldi
Hermínio de Moraes Brito Conde	Piauí	Academia Piauiense de Letras; Instituto Histórico e Geográfico; Cenáculo Piauiense de Letras
Alvaro Bomilcar	Ceará	Instituto Histórico
Alcides Bezerra	Paraíba	Instituto Histórico Paraibano; Gabinete de Estudos de História e Geografia
Honorio da Costa Monteiro Filho	Pernambuco	Escola Politécnica
F. P. Pontes de Miranda	Alagoas	Instituto Histórico de Alagoas
Durval Calheiros	Alagoas	Instituto Histórico de Alagoas
Comandante Salustino R. de Lemos Lessa	Alagoas	Instituto Histórico de Alagoas
Americo de Almeida Guimarães	Alagoas	Instituto Histórico de Alagoas
Francisco Henrique Moreno Brandão	Alagoas	Instituto Histórico de Alagoas
José Maria Moreira Guimarães	Sergipe	Instituto Histórico

²²¹ *Instituto Panamericano de Geografia e História*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume I, Assembleia Inaugural, 1932-1933. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934, p.13-16.

Desembargador Gervásio Prata	Sergipe	Instituto Histórico
Deodato Maia	Sergipe	Instituto Histórico
Theodoro Sampaio	Bahia	Instituto Geográfico e Histórico
José Wanderley de Pinho	Bahia	Instituto Geográfico e Histórico
Pedro Calmon	Bahia	Instituto Geográfico e Histórico
Walter Siqueira	Espírito Santo	Instituto Histórico e Geográfico
Batalha Ribeiro	Espírito Santo	Instituto Histórico e Geográfico
Antonio Camilo de Oliveira	Distrito Federal	Ministério das Relações Exteriores
Heitor Lyra	Distrito Federal	Ministério das Relações Exteriores
Ruy Ribeiro Couto	Distrito Federal	Ministério das Relações Exteriores
Cerqueira Lima	Distrito Federal	Ministério da Educação e Saúde Pública
Mucio Vaz	Distrito Federal	Ministério da Educação e Saúde Pública
Nelson Ferreira de Carvalho	Distrito Federal	Ministério da Educação e Saúde Pública
Alcides Bezerra	Distrito Federal	Arquivo Nacional
Eduardo Marques Peixoto	Distrito Federal	Arquivo Nacional
Pandiá H. de T. Castello Branco	Distrito Federal	Arquivo Nacional
Alexandre Max Kitzinger	Distrito Federal	Arquivo Nacional
Rodolpho Garcia	Distrito Federal	Biblioteca Nacional
Jorge Augusto Pabderg Drenkpol	Distrito Federal	Museu Nacional
Raimundo Lopes	Distrito Federal	Museu Nacional
Heloisa Alberto Torres	Distrito Federal	Museu Nacional
Gustavo Barroso	Distrito Federal	Museu Histórico
Ignacio M. Azevedo Amaral	Distrito Federal	Universidade do Rio de Janeiro
Flexa Ribeiro	Distrito Federal	Universidade do Rio de Janeiro
Francisco Lafayette Rodrigues Pereira	Distrito Federal	Universidade do Rio de Janeiro
E. F. de Souza Docca	Distrito Federal	Sociedade de Geografia
Everardo Backeuser	Distrito Federal	Sociedade de Geografia
Saladino Gusmão	Distrito Federal	Sociedade de Geografia
Alcides Bezerra	Distrito Federal	Sociedade de Geografia
Cassiano Machado de Tavares Bastos	Distrito Federal	Departamento Nacional de Estatística

João Carlos Vital	Distrito Federal	Departamento Nacional de Estatística
Angelo Mendes de Moraes	Distrito Federal	Diretoria da Aviação Militar
Alfredo Balthazar da Silveira	Distrito Federal	Instituto da Ordem dos Advogados
Carlos Delgado de Carvalho	Distrito Federal	Academia Brasileira de Ciências
Manuel José Nogueira da Gama	Distrito Federal	Diretoria de Navegação
Affonso Pereira de Camargo	Distrito Federal	Diretoria de Navegação
Luís Catanhede de Carvalho e Almeida	Distrito Federal	Instituto Politécnico Brasileiro
Antônio Loêncio Pereira Ferraz	Distrito Federal	Colégio Militar
João Pinto Pessoa	Distrito Federal	Departamento de Correios e Telégrafos
Feliz Martins Pereira de Sampaio	Distrito Federal	Departamento de Correios e Telégrafos
Washington Garcia	Distrito Federal	Departamento de Correios e Telégrafos
Georges Ferrand	Distrito Federal	Departamento de Correios e Telégrafos
Euzebio Paulo de Oliveira	Distrito Federal	Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
Alpheu Diniz Gonçalves	Distrito Federal	Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
Mark Ciryll Malamphy	Distrito Federal	Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
Henrique Capper Alves de Souza	Distrito Federal	Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
Alair Accioly Antunes	Distrito Federal	Departamento Nacional de Saúde Pública
Estanislau Bousquet	Distrito Federal	Club de Engenharia
Joaquim Catramby	Distrito Federal	Club de Engenharia
Theophilo Nolasco de Almeida	Distrito Federal	Club de Engenharia
Pedro do Couto	Distrito Federal	Colégio Pedro II
Fernando Antonio Raja Gabaglia	Distrito Federal	Colégio Pedro II
Honorio de Souza Silvestre	Distrito Federal	Colégio Pedro II
Jayme Coelho	Distrito Federal	Escola Secundária do Instituto de Educação
Fernando Antonio Raja Gabaglia	Distrito Federal	Escola Secundária do Instituto de Educação
Jonathas Serrano	Distrito Federal	Escola Secundária do Instituto de Educação
Armando Trompowsky de Almeida	Distrito Federal	Escola de Guerra Naval
Alipio di Primio	Distrito Federal	Serviço Geográfico Militar

Hermenegildo Porto Carrero	Distrito Federal	Serviço Geográfico Militar
Sebastião Claudino de Pereira e Cruz	Distrito Federal	Serviço Geográfico Militar
Affonso de Toledo Bandeira de Mello	Distrito Federal	Departamento Nacional do Povoamento
João Maria de Lacerda	Distrito Federal	Departamento Nacional do Povoamento
Cesar Feliciano Xavier	Distrito Federal	Club Naval
Eduardo Tourinho	Distrito Federal	Diretoria de Estatística e Arquivo da prefeitura
Waldemar Paranhos de Mendonça	Distrito Federal	Diretoria de Engenharia da prefeitura
Everardo Backeuser	Distrito Federal	Diretoria de Engenharia da prefeitura
Maria da Gloria Ribeiro de Almeida	Distrito Federal	Biblioteca Municipal
Fernando Antonio Raja Gabaglia	Distrito Federal	Diretoria Geral de Instrução Pública
Maria Reis Campos	Distrito Federal	Diretoria Geral de Instrução Pública
F. V. de Miranda Carvalho	Distrito Federal	Departamento Nacional de Portos e Navegação
J. D. Belfort Vieira	Distrito Federal	Departamento Nacional de Portos e Navegação
F. J. Oliveira Vianna	Rio de Janeiro	Academia Fluminense
Alberto Lamego	Rio de Janeiro	Academia Fluminense
Mario Eloysio Cardoso de Miranda	Rio de Janeiro	Liceu Fluminense
Affonso d'E Taunay	São Paulo	Delegado do Estado; Museu Paulista
Luiz Flores de Moraes Rego	São Paulo	Instituto Astronômico e Geográfico
Guilherme Wendel	São Paulo	Instituto Astronômico e Geográfico
Max Fleiuss	São Paulo	Instituto Histórico e Geográfico
Joaquim Thomaz	Paraná	
Lysimaco Ferreira da Costa	Paraná	Faculdade de Engenharia do Paraná
Pedro Calmon	Paraná	Museu David Carneiro
João Simplicio	Rio Grande do Sul	Universidade Técnica do Rio Grande do Sul
Souza Docca	Rio Grande do Sul	Instituto Histórico e Geográfico
João Borges Fortes	Rio Grande do Sul	Instituto Histórico e Geográfico
Padre Geraldo Pawels	Rio Grande do Sul	Instituto Histórico e Geográfico

Francisco de Paula Cidade	Rio Grande do Sul	Instituto Histórico e Geográfico
Benedicto Quintino dos Santos	Minas Gerais	Estado de Minas Gerais
Hildebrando Clark	Minas Gerais	Estado de Minas Gerais
Annibal de Mattos	Minas Gerais	Estado de Minas Gerais
Manuel Cícero	Minas Gerais	Instituto Histórico de Ouro Preto
Gastão Penalva	Minas Gerais	Instituto Histórico de Ouro Preto
Paulo José Pires Brandão	Minas Gerais	Instituto Histórico de Ouro Preto
Miguel Camargo	Minas Gerais	Instituto Histórico de Ouro Preto
Heitor Moniz	Minas Gerais	Instituto Histórico de Ouro Preto
Vicente de Andrade Racioppi	Minas Gerais	Instituto Histórico de Ouro Preto
Benedicto Quintino dos Santos	Minas Gerais	Departamento Geográfico e Geológico de Minas Gerais
Octavio Pinto Silva	Minas Gerais	Departamento Geográfico e Geológico de Minas Gerais
Eduardo Schmidt Monteiro de Castro	Minas Gerais	Departamento Geográfico e Geológico de Minas Gerais
Lúcio José dos Santos	Minas Gerais	Universidade de Minas Gerais
Alvaro da Silveira	Minas Gerais	Universidade de Minas Gerais
Melo Teixeira	Minas Gerais	Universidade de Minas Gerais
Rodolpho Jacob	Minas Gerais	Universidade de Minas Gerais
Alfredo Ferreira Lage	Minas Gerais	Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora)
Affonso de Toledo Bandeira de Mello	Minas Gerais	Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora)
Nelson Coelho de Senna	Minas Gerais	Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora)
Luiz Felipe Vieira Souto	Minas Gerais	Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora)
Virgílio Correa Filho	Mato Grosso	Instituto Histórico de Mato Grosso

ANEXO X – Discurso de Max Fleiüss no I CIHA (1922)

Discurso de Max Fleiüss no banquete aos congressistas. In: RIHGB, tomo especial, 1925, nº1, p.234-238.

“Compartilhei sempre a opinião daqueles que reconhecem no culto da filosofia da história, da grande Ciência de Mommsen, Niebuhr, Otfried, Thirwall, Flint, Gibbons e Fustel de Coulanges, o mais vigoroso fator da vitalidade, de expansionismo e conagração intelectual.

Na hora presente de plena floração da cultura humana, cujo vertiginoso desenvolvimento no Novo Mundo assombra a velha Europa, a ciência histórica, que é uma conquista recente do pensamento humano, assume especial feição, subordinando-se às leis gerais do transformismo filosófico de Cuvier e da paleontologia de Le Dantec, Heckel, Darwin e Metchnikoff.

A par disso, Sainte-Beuve, Littré, Renan, Buckle estabeleciam, entre as escolas e métodos de investigação histórica, o criticismo ou critério científico da História, a que se filiam modernamente muitos dentre os mais ilustres historiadores d’America, entre outros Vallenilla Lanz, Eloy Gonzáles, Carlos Villanueva, César Rivas, Ricardo Levene, Lysandro Alvarado, Arcaya, Ruiz Guinãnzú, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, João Ribeiro.

É no continente americano, meus senhores, berço glorioso da liberdade humana, terra de Chanaan dos direitos do homem, que o culto do passado, a grande obra de resurreição dos fatos históricos assume proporções grandiosas; é na pátria das democracias que a história dos povos se transforma na epopeia da moderna civilização, como a mais pujante expressão da vida.

É principalmente na terra livre da América não trabalhada nem dividida ainda por ódios políticos, que as embaixadas da paz e da Ciência, os grandes congressos internacionais, como o de História da América, que se acaba de reunir em nossa pátria, como significativa consagração de seu primeiro século de emancipação política, traduzem o mais seguro elemento de êxito para a solidariedade intercontinental, de maior eficácia que a de quaisquer outros serviços de aproximação diplomática.

Não há, pois, vocábulos de louvor com que exaltar a importância e a significação do Congresso Internacional de História da América, sob o ponto de vista do intercâmbio intelectual e da amizade recíproca entre as nações co-irmãs do Novo Mundo; vale por um tratado de comércio de ideias e cordialidade fraternal.

Há 430 anos que as arrojadas naus de Colombo approam às terras do Novo Mundo, logo colonizado pelas maiores potências marítimas do Antigo Continente.

A glória vã de mandar e a ambição sem limites dos grandes conquistadores de povos tudo fez para desagregá-los em Cosmopolis, e, a despeito disso, a América se manteve una e inteira como por assim dizer um só bloco geográfico, histórico, étnico, político e social.

Constituiu, para nós americanos, o principal escopo, reunindo-nos neste congresso internacional, promovido pelo INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, elaborar a História Geral da América, segundo a proposta apresentada pelo presidente do mesmo Instituto o sr. Conde de Affonso Celso, na primeira sessão plena desse congresso. É de

todo interesse que os povos das três Américas se congreguem para, em conjunto, traçar as luminosas páginas de sua existência sob os aspectos geográfico, etnográfico, político, administrativo, militar, judiciário, diplomático, econômico, financeiro, científico, literário, pedagógico, artístico e religioso.

Ainda há pouco em sua belíssima conferência sobre Os destinos da América, pronunciada em uma das salas do nosso Instituto Histórico, o sr. Dr. Alberto Martinez, ilustrado chefe da repartição de estatística da República Argentina, recordando uma entrecista célebre de D. Pedro II e Avellaneda, reproduzia esta frase histórica desses dois eminentes vultos americanos: “O futuro da América é um mistério e teremos de decifrá-lo pela concórdia e pela paz” – frase que, rematou s. ex., deveria ser constantemente repetida nos conselhos do governo, no parlamento, na imprensa, e em todos os círculos sociais.

A América, desde a solução do último conflito mundial começa a ser chamada ao desempenho do seu magno papel de centro de atração de todas as forças vivas da humanidade, sacudida pela imensa crise que atravessa o Velho Mundo. Sobre ela voltam-se todas as vistas no momento atual, como a chave única do indecifrável problema do equilíbrio econômico-financeiro que preocupa a Europa.

No concerto das nações americanas coube à nossa pátria, por lei das compensações, magna pars, na grande obra da Paz Universal; função verdadeiramente magnânima, de que ora ao celebrarmos o primeiro centenário de povo livre, com razão nos devemos ufanar, pela afirmação de que fomos, somos e seremos sempre, permita Deus, o mesmo povo unido e forte, liberal e amigo da paz, que nunca fez guerra de conquista (nem o nosso pacto constitucional o permite), mas, ao contr outras nações e libertou-as, quando oprimidas pelo despotismo: um povo que jamais foi o primeiro a hostilizar seus irmãos e a declarar-lhes guerra injusta, e que soube sempre dignamente bater-se com inexcedível bravura em defesa da honra sua e de seus direitos ofendidos.

Proverbialmente hospitaleira e boa, a nossa terra sempre se comprouve em abrir os seus portos e rasgar os tesouros de seu seio ao colono que, no solo exausto da Europa, não mais procura a parca subsistência, e aqui vem facilmente encontrar, neste torrão deslumbrante e feroz, que foi de Santa Cruz, o labor, o carinho, e dentre em pouco tempo a riqueza.

A nossa faixa lindeira, os nossos limites naturais, secularmente traçados e defendidos outrora a preços de muitos esforços pela Coroa de Portugal e pelos antigos governos brasileiros e no atual regime definitivamente reconhecidos por tratados de paz e arbitragem pela obra monumental desse grande gênio pacificador do Brasil – Rio Branco – não nos separam realmente, antes nos apropriam das nações amigas e limítrofes.

De fato, os nossos grandes rios caudalosos e encachoeirados, as nossas serranias magestosas e altivas, não correm propriamente como linhas divisórias, ou valos de separação, são antes vias de comunicação, marcos de fácil acesso, abertos de a longo tempo ao progresso mercantil e industrial, às investigações científicas e às excursões intelectuais e artísticas dos representantes de todo o mundo culto, maximé às nações vizinhas.

Como o gigantesco estuário do nosso Amazonas e os alterosos cimos da cordilheira do Mar, dilata-se, meus senhores, o coração dos brasileiros e alteia-se a consciência nacional, como a alma da pátria.

Desde o primeiro e segundo impérios, graças ao valor moral inquebrantável e a honestidade sem jaça dos nossos maiores estadistas, goza o Brasil ilibado renome, e a sua palavra, ouvida sempre com prazer, é um título de confiança às nações do globo.

Em nossa chancelaria fulguraram os nomes ilustres de Abrantes, Uruguai, Paraná, Abaeté, Cotegipe, Rio-Branco, Saraiva. Da lisura da política diplomática brasileira, disse um dia André Lamas que era sem exemplo.

E para prová-lo bastaria recordar a nossa intervenção na Europa em favor do reconhecimento da independência, o contingente de esforços, de toda a sorte, até ao sacrifício

de sangue por nós empregados em favor da libertação do Uruguai e para conseguir o aniquilamento completo do caudilhismo sanguinário que infestava os nossos vizinhos do Sul e encontrou o seu golpe de morte em monte Caseros e Cerro Corá; A Tríplice Aliança que é a fusão gloriosa de três grandes pátrias, três países de superior cultura intelectual, abatendo a hidra da barbárie primitiva; o nosso único veemente protesto ao bombardeio iníquo de Valparaíso e, acima de tudo, esse ânimo forte e confiante, intemerata calma e largo espírito de conciliação no pleitear os nossos mais sagrados direitos e interesses de Missões, Amapá, Guiana Inglesa e Acre, que são, a nosso ver, menos trofeus de glória ao Brasil, do que assinaladas e perduradoras vitórias da Paz Americana.

Não se pode negar que a política exterior, de moderação e firmeza inteligente dos dois Rio-Branco, assegurou por logo a paz entre as nações sul-americanas, a ponto de bem se poder, com verdade, afirmar que menos lhe deve ainda a própria pátria que todo o Continente Americano.

Falando a ilustres representantes das nações da América, reunidos, como vós, em congresso científico, sintetizou o eminente barão do Rio Branco neste eloquente traço o nosso tradicional sistema de política:

‘Eles dirão, sem dúvida, que viram uma bela terra habitada por um bom povo; terra generosa e farta, povo laborioso e manso como as colmeias em que sobra o mel. Não há aqui quem alimente inveja contra os povos vizinhos, porque tudo esperamos no futuro; nem ódios porque nada sofremos deles no passado. Um grande sentimento nos anima: o de progredir rapidamente sem quebra das nossas tradições de liberalismo e sem ofensa dos direitos alheios.’

Por isso meus senhores, o Brasil será sempre, - as suas longas tradições e gloriosas provas dadas no-lo asseguram, - será sempre um indefesso e extremos partidário da concórdia e da paz entre as nações pujantes e fortes do Novo Mundo, a pátria ideal da democracia e da liberdade; será sempre o que foi e o que é, - um companheiro fiel e abnegado das nações co-irmãs.

Concluindo, ergo a minha taça em vossa saudação e agradicimento à ilustre companhia de representantes de todas as nações que tomaram parte no Congresso e bebo em nome do INSTITUTO HISTÓRICO à concórdia e prosperidade internacionais, ideal que nos deve – a todos – irmanar, em proveito da humanidade! (*Aplausos prolongados.*)”

ANEXO Y – Transcrição do texto o “Instituto Histórico e a Cordialidade Americana”

CORREA FILHO, Virgílio. “O Instituto Histórico e a Cordialidade Americana”. Revista do IHGB, 1950, volume 208, p. 340-345.

Côncio da missão a que se devotou, de guardião atento das tradições nacionais, entre as quais se incluem os sentimentos amistosos de boa vizinhança desde quando Alexandre de Gusmão a nobilitou, há dois séculos, em diploma internacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vale-se de todas as oportunidades para evidenciar os seus propósitos de avivar a solidariedade fraterna, que deve unir os povos americanos.

Ainda na semana última, fiel ao seu programa de compreensão e harmonia, dedicou memorável sessão à memória de um general, que honra o panteon de sua Pátria, embora as glórias lhe tenham transbordado celeremente da terra natal para pontilhar de feitos épicos as distantes paragens andinas.

Deixou de ser apenas herói argentino, para ter ingresso na galeria dos imortais batalhadores a quem deve o Continente americano a sua emancipação.

Tanto bastava para que o Instituto Histórico lhe comemorasse o centenário do falecimento, como de costume procede em relação às individualidades patricias, que se creditam à gratidão da Posteridade.

A convite do Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ao seu lado se encontram vários representantes de Repúblicas irmãs, além do Embaixador Jean Cooke, da República Argentina, a quem competia lugar de realce, delegados de instituições culturais e o orador oficial, Ministro Pedro Calmon, que pela primeira vez comparecia, após sua alta investidura na chefia do Ministério de Educação e Saúde.

A ocorrência merecia referência especial e por isso, ao ser-lhe concedida a palavra, o sócio efetivo Alcindo Sodré interpretou, com justas expressões, o contentamento do Instituto ao ver um dos seus mais brilhantes membros galardoado pela confiança presidencial, que lhe entregou a direção de quanto se refere à cultura intelectual e saneamento na órbita federal.

O passado do jovem ministro, que se laureou de glórias na tribuna de conferências e do parlamento, no magistério, nos livros e pela imprensa, faz bem agoirar da sua gestão no cargo, que se lhe ajusta a primor às atividades.

A sua ascensão ao posto culminante na hierarquia administrativa não causou surpresas a ninguém.

Cedo iniciou a trajetória ascensional, confiante nas próprias qualidades intelectuais, que lhe justificariam a subida progressiva.

Quando nenhuma incumbência intelectual lhe tocasse, a pena servia-lhe para a expansão do pensamento, sempre orientado no mesmo sentido.

A primeira cátedra, conquistada pela sua inteligência peregrina, recomendá-lo-ia à regência de outras, mais elevadas, que se lhe ofereciam.

Professor onde lhe aprouve, por toda parte deixou o traço luminoso de sua passagem, até estanciar na Faculdade Nacional de Direito, que o submeteria a provas de outra natureza, ao aceitar-lhe a chefia.

Diretor do estabelecimento, deixou-o quando o escolheram para Magnífico Reitor da Universidade, a que proporcionou sede condigna, além de lhe resolver judiciosamente as questões prementes.

Era mais um degrau acima, ao qual raros conseguem ir.

Parecia o último a coroar a carreira admirável do incansável educador.

Todavia, foi-lhe o nome lembrado quando se exonerou o Ministro da Educação e Saúde, para se desincompatibilizar.

Era a solução mais própria para a substituição definitiva do demissionário.

E assim galgou o professor o cimo da pirâmide, não como político de prestígio, a cuja exploração recorre o governo federal, pois que nenhum cargo eletivo exercia, mas simplesmente como o expoente incontestável da classe, cujos postos intermediários ocupou, em prazo mais ou menos dilatado, com o mesmo brilhantismo e eficiência.

O Instituto lhe festejou as primícias de historiador e sempre lhe aplaudiu as manifestações da eloquência inigualável, regozijou-se com mais esta vitória do seu benemérito sócio, a quem apresentava as suas mais efusivas felicitações pela palavra autorizada de douto intérprete.

Precedido pelas aclamações da assistência, como artista glorificado por seus admiradores, Pedro Calmon assomou à tribuna, para ainda uma vez confirmar a fama que lhe aureola o nome.

Agradeceu, de início, a homenagem inesperada, que não lhe seria possível prever, pois que, normalmente, as saudações de análoga espécie o Instituto dirige por intermédio do seu orador oficial, e ele não fora de propósito consultado.

E passou a lembrar os feitos do general San Martin, natural da região missioneira, donde partiu para se consagrar ao engrandecimento de sua Pátria.

Militar, ainda cuidaria de preparar-se com esmero, quando se enfrentam os dois famosos adversários, Napoleão e Wellington.

Em traços incisivos, o orador aproximou-o mais deste, pelo comedimento de sua gesticulação e atos, de que do impetuoso corso.

Evocou-lhe o episódio vitorioso de São Lourenço, onde, com os seus granadeiros bem exercitados, exterminou a força de desembarque, de maior efetivo, mas imprudentemente desligada de sua proteção fluvial.

Daí por diante, vão-lhe crescendo as responsabilidades e as honras, até a epopeia da travessia dos Andes, por onde levou o seu exército, formado na planura platina.

Era um desafio aos embaraços naturais, que ele soube transpor galhardamente, a tempo de assinalar a sua presença em Chacabuco e outras batalhas de que participou.

Para acertar plano de ação futura, entende-se com Bolívar em Guaiaquil.

É uma das mais discutidas conferências, que ainda na atualidade proporciona assunto aos historiadores, empenhados em interpretar-lhe o significado.

Encontraram-se, frente a frente, as duas maiores personalidades hispano-americanas, aliadas na luta emancipadora, mas divergentes quanto aos métodos de ação humana.

Um, era a personificação do ímpeto avassalador, que transformou a própria vida no mais impressionante capítulo do romantismo, antes que se definissem as tendências da nascente escola literária.

Discípulo de Napoleão, nas marchas e investidas fulminantes contra o inimigo, sublimava-se, porém, no amor à liberdade, a cuja defesa abnegadamente se consagrou.

Sedento de glórias, não perdia ensejo de tomar postura dominadora perante os contemporâneos, e enviar mensagens vibrantes à Posteridade, que se lhe mostra reconhecida ao sacrifício, venerando-lhe a memória.

O segundo sabia mostrar-se menos afoito, como quem não se deixava conduzir pelas emoções do momento.

Por muitos aspectos, separava-os o antagonismo de temperamento e diretrizes políticas. Não puderam continuar emparceirados e para evitar possíveis incidentes prejudiciais à causa comum, desistiu o general argentino de continuar a pelejar no cenário andino.

Era a primeira inesperada renúncia, cuja causa debalde tentam os publicistas elucidar.

A derradeira, de consequências dramáticas, afastou-o definitivamente da região platina, cujo ambiente político o sufocava, contrariando-lhe as tendências harmonizadoras.

Não conseguiu desarmar os patrícios, agrupados em facções que furiosamente se digladiavam.

E para não se alistar a serviço de uma ou de outra, preferiu exilar-se irremediavelmente.

A Rivera, que o interpela amistosamente, confidenciou as razões inspiradoras da escolha inflexível, em carta de abril de 1829.

“Várias tengo, pero las dos principales son las que me han decidido a privarme del consuelo de por ahora estar en mi patria – la primera, no mandar, la segunda, lá convicción de no poder habitar mi país, como particular, em tiempos de convulsión, sin mezclarme divisiones [sic].”

Assim resolvera, pela “certeza de que mi caracter no es próprio para el desempeño de ningun mando política” e, mais “que habiendo figura em nuestra revolución, siempre, seré um foco em que los partido crearán encontrar um apoyo como me lo há acreditado la experiencia a mi regreso del Perú y en las actuales circunstancias.”

Não faltaria à convocação, entretanto, “em uma guerra estrangeira (nunca contra mis compatriotas)”, para servir, “no solo como general, sinó em cualquier clase inferior em que me ocupe” (*).

Poupou-o a sorte à hipótese do regresso, que lhe interromperia a velhice discreta e serena. Pena foi que, já no ocaso, enviasse, como símbolo de vitórias, a gloriosa espada a quem, no governo, praticava programa oposto ao seu e mobilizava-se para a campanha liberticida, em que se lhe sossobrou a ditadura.

O orador habilmente explicou a oferta do expatriado a Mosas [sic], negando-lhe qualquer indício de endosso às pretensões do governante poderoso na época.

Em comovente peroração, debuxou o quadro da fase final da vida de San Martin em França onde nem sempre lhe correram favoráveis os dias.

Longe dos acontecimentos, não quis proceder como Sarmiento e outros exilados, e esperou serenamente que a Posteridade lhe fizesse justiça aos altos propósitos.

A consagração de agora será a merecida resposta, que lhe franqueia o ingresso no panteon dos heróis imortais.

Após a formosa alocução do Ministro Pedro Calmon, aplaudida com calor, tomou a palavra o Embaixador Juan Cooke, para agradecer, em nome de sua Pátria, a glorificação do preclaro general, cuja fama transbordou da Argentina para todo o continente.

Embora se desculpasse de falar depois do insigne orador, mostrou, a quem não o conhecesse ainda por essa feição que não lhe falta a facundia para expressar os seus pensamentos.

E para melhormente provar que não era jejuno em tal matéria, divergiu dos conceitos que ouvira, quanto à aproximação entre San Martin e Wellington.

Ao seu parecer, mais de uma vez revelou o primeiro a vibratilidade latina e a flama do gênio napoleônico, a exemplo do que sucedeu em São Lourenço, em que se decidiu o destino da ofensiva espanhola não obstante numerosa.

E com entusiasmo ainda prosseguiu por outras considerações, assinalando a dificuldade da travessia dos Andes, que exército moderno, dotado de veículos mecanizados para o seu transporte, levou seis meses ao repetir a escalada gloriosa, pelo mesmo itinerário.

E em meio de expressões amáveis, que lhe revelaram os dotes de ágil tribuno, terminou a alocução de agradecimento ao Instituto e ao seu orador, pelas homenagens consagradas ao insigne paladino da libertação dos povos americanos.

Jornal do Comércio – 27-8-50.

VIRGÍLIO CORREA FILHO